



Revista GTLex

2º Semestre 2015
Volume 1, número 1

ISSN: 2447-9551

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Elmiro Santos Resende

Vice-Reitor

Prof. Eduardo Nunes Guimarães

Diretora da EDUFU

Profa. Joana Luiza Muylaert de Araújo

Diretora do Instituto de Letras e Linguística

Profa. Maria Inês Vasconcelos Felice

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1S - Térreo - Campus Santa Mônica - CEP: 38.408-
144 - Uberlândia - MG
Telefax: (34) 3239-4293
Email : vendas@edufu.ufu.br | www.edufu.ufu.br

Editoração e Diagramação: Guilherme Fromm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Revista GTLex. v. 1, n. 1, 2015. Uberlândia, Universidade Federal
de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2015-

Semestral.

Modo de acesso: <http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex>

Editoração: Guilherme Fromm.

ISSN: 2447-9551

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos. 3.
Lexicologia - Periódicos. 4. Terminologia - Periódicos. 5. Onomástica-
Periódicos. I. Fromm, Guilherme. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Instituto de Letras e Linguística.

CDU: 801(05)

Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística, ao Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (ANPOLL) ou à Edufu.

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

André Crim Valente (UERJ)

Elizabeth Aparecida Marques (UFMS)

Giselle Olivia Mantovani Dal Corno (UCS)

Maria da Graça Krieger (UNISINOS)

Maria José Bocorny Finatto (UFRGS)

Márcio Sales Santiago (UFC)

Comissão Científica

Adriana Zavaglia (USP), Adriane Orenha-Ottaiano (UNESP), Angela Maria Tenório Zucchi (USP), Anna Maria Becker Maciel (UFRGS), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Carmen Maria Faggion (UCS), Celina Márcia de Souza Abbade, (UNEB), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Claudio Cezar Henriques (UERJ), Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG), Enilde Leite Faulstich (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Karylleila Santos Andrade (UFT), Lêda Pires Corrêa (UFS), Lidia Almeida Barros (UNESP/ SJ Rio Preto), Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE), Maria Cândida Trindade Costa Seabra (UFMG), Maria Cristina Parreira da Silva (UNESP), Nelly Medeiros de Carvalho (PUC/PE), Maria Helena de Paula (UFG), Mariângela de Araújo (USP), Paola Giustina Baccin (USP), Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS), Rosemary Castañeda Zanette (UNIOESTE), Sabrina Sabrina Pereira de Abreu (UFRGS), Vitalina Maria Frosi (UCS), Vitória Regina Spanghero (UFMS), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU).

Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc*

Ana Claudia Castiglioni (UFT)

Cristiane Krause Kilian (UNISINOS)

Denise Salim Santos (UFRJ)

Eliana Dias (UFU)

Evandro Silva Martins (UFU)

Revista GTLex

Sumário

| | |
|---|-----|
| Expediente..... | 2 |
| Sumário | 5 |
| Apresentação - Estudos do léxico no Brasil: marcas de uma trajetória – Giselle Mantovani (UCS) | 6 |
| Artigos..... | 11 |
| A Abordagem Lexical no ensino de língua portuguesa como língua materna - Márcia Sipavicius Seide (UNIOESTE), Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão (UFSC)..... | 11 |
| CIC e CPF – um caso particular de sinonímia - Karina Rodrigues (UNESP) | 33 |
| Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto- Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG), Verônica Barçante Machado (UFOP)..... | 52 |
| O campo léxico dos <i>animais</i> em cartas ao Barão de Jeremoabo: uma análise lexicológica - Eliane Santos Leite da Silva (UNEB), Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB)..... | 66 |
| A definição terminológica em um glossário da Farmacovigilância: algumas considerações - Isabela Galdiano (UNESP), Claudia Zavaglia (UNESP)..... | 91 |
| Implicações da concepção de léxico na formação do professor de língua materna - Raquel Pires Costa (UFMG)..... | 110 |
| Identificação da terminologia do Licenciamento Ambiental Brasileiro - Caroline Lúcia Costa Moia Chichorro (UFRGS)..... | 120 |
| Análise de ausência de equivalência de termos do contrato de prestação de serviços - Gildaris Ferreira Pandim (UNICV)..... | 148 |
| Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares - Karylleila dos Santos Andrade (UFT), Verônica Ramalho Nunes (UFT) | 164 |
| A taxonomia científica versus nome popular em <i>Sobre algumas novas espécies de répteis e plantas brasileiras: memória de Giuseppe Raddi</i> - Benilde Socreppa Schultz (UNIOESTE)..... | 184 |
| Terminologia do Turismo: inovação lexical e codificação lexicográfica no campo das atividades de aventura - Ivanir Azevedo Delvizio (UNESP), Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves (UFG) | 203 |

Estudos do léxico no Brasil: marcas de uma trajetória

É relativamente recente, no cenário acadêmico brasileiro, o estudo científico do léxico, entendido como conjunto virtual do vocabulário de todos os falantes de uma dada língua. Como bem explanam Villalva e Silvestre, o léxico de uma língua é

uma entidade abstrata que se obtém por acumulação: às palavras em uso por cada falante, no seio de uma dada comunidade de falantes, juntam-se as palavras em uso por outras comunidades linguísticas falantes da mesma língua; às palavras em uso na contemporaneidade, somam-se as que estiveram em uso em sincronias passadas, de que temos notícia pela documentação escrita e que, por vezes, ressurgem; aos dados da escrita, unem-se os da oralidade, quando é possível apreendê-la, dada a muito maior fluidez da oralidade face à escrita. (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 23)

Datam da década de 1970 as primeiras iniciativas, em universidades brasileiras, de inclusão da Lexicologia como disciplina nos currículos dos cursos de Letras, embora a prática dos estudos do léxico já fosse corrente no país, quer como objeto de análise per se, quer como elemento a ser recolhido e organizado em obras dicionarísticas. Esse foi o fator decisivo para que, em 1986, durante o Encontro Regional da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), fosse proposta a criação de um grupo interinstitucional de estudos na área: o GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia – GTLEX, cujas atividades iniciaram sob a coordenação da prof^a. Maria Aparecida Barbosa.

Nesses quase 30 anos do GTLEX, tem havido uma constante preocupação em socializar os resultados de pesquisas, individuais ou de grupos, sobre os diversos temas contemplados nos estudos lexicais, a exemplo da coleção Ciências do Léxico e de outras iniciativas de membros de nosso GT, que atuam em universidades em vários Estados do Brasil. A Revista GTLEX, assim, chega com o objetivo de oferecer, de modo sistemático, um veículo que possa promover a circulação do pensamento e, conseqüentemente, incentivar o amplo debate acadêmico sobre as ciências do léxico em diferentes níveis e âmbitos.

Os 11 artigos que compõem este primeiro número da revista transitam entre a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia. Disciplina ampla, à Lexicologia cabe estudar o léxico em seus diferentes aspectos (formação morfológica, realização fonética, distribuição sintagmática, particularidades de emprego em contextos sócio-histórico-geográficos distintos) e sob variados pontos de vista. Relacionada a ela está a Lexicografia, que se ocupa, em sua vertente prática, da

compilação e organização do léxico em dicionários, glossários etc., e, em sua vertente teórica, do exame de como se elaboram obras dessa natureza e de propostas de soluções aos problemas inerentes ao fazer lexicográfico.

Os estudos lexicológicos estão contemplados em cinco artigos, dois deles manifestando a preocupação com a inserção do estudo do léxico na sala de aula de língua portuguesa e com a adequada formação do professor para dar conta dessa dimensão da linguagem. A proposta de Márcia Sipavicius Seide e Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão no artigo *A Abordagem Lexical no ensino de língua portuguesa como língua materna* é uma aplicação da abordagem de Lewis (1993), que transpõe elementos de diferentes âmbitos dos estudos linguísticos para o ensino de línguas estrangeiras, partindo do pressuposto de que um idioma se constitui, em boa parte, por unidades fraseológicas (ou semifraseológicas), como parêmiás, citações, fórmulas rotineiras, expressões idiomáticas e colocações. As autoras sugerem um módulo didático de ensino de português como língua materna em que os princípios dessa abordagem são aplicados, considerando que a aprendizagem da norma culta da língua portuguesa, com todas as implicações sociolinguísticas inerentes, é quase “um desafio semelhante ao de aprender uma língua estrangeira” (p. 11).¹ E ponderam:

Se as palavras são armazenadas e recuperadas da memória por blocos, é imprescindível aumentar a capacidade de os alunos perceberem, de modo consciente, as partes que compõem um discurso ou textos escritos coerentes, para que, posteriormente, eles possam utilizá-los na escrita e no discurso, tornando sua escrita e seu discurso mais fluentes. (p. 15)

Raquel Pires Costa lembra que há poucas décadas o ensino de vocabulário era feito tomando-se itens lexicais isoladamente ou, quando muito, inseridos em frases curtas. O desenvolvimento da competência lexical do aluno passou a ser uma preocupação com os avanços da Linguística Textual e de forma mais sistemática, depois das discussões propiciadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Entre as orientações dadas para a produção e análise de textos orais e escritos de diferentes gêneros, os PCN trazem a necessidade de se ampliar o repertório lexical do aluno, inclusive o referente a domínios de especialidade. Vão nessa direção as reflexões trazidas por Pires no artigo *Implicações da concepção do léxico na formação do professor de língua materna*. A autora apresenta sugestões para o ensino do léxico, que considera fundamental para a competência comunicativa, assim justificando:

Dispondo de um repertório lexical suficiente e adequado à expressão do pensamento de maneira coerente e clara, o aluno terá, conseqüentemente, mais condições de assimilar conceitos não somente referentes à disciplina de

¹ As citações a textos publicados nesta revista trazem referência ao número da página em que se encontram.

português, como de todas as outras, e principalmente de refletir sobre a língua e seus usos e sobre os demais assuntos, o que contribuirá para o desenvolvimento de sua criticidade. (p. 116)

Dois artigos focalizam um ramo especial da Lexicologia que se volta para o estudo dos nomes próprios: a Onomástica. Referindo Fernândes Leboranz (1999), Eduardo Tadeu Roque Amaral e Verônica Barçante Machado lembram que os antropônimos (nomes de pessoas) e os topônimos (nomes de lugares) são as duas subclasses mais prototípicas de nomes próprios de uma língua. Os autores investigam *Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto*, apresentando diferentes propostas de tipologias de antropônimos feitas por estudiosos da área, como a de Amaral (2001), que descreveu duas categorias básicas identificadas na realidade antroponímica do Brasil: os antropônimos oficiais (prenome e sobrenome) e os não oficiais. Nomes de urnas e nomes parlamentares eram categorias ainda não consideradas nos estudos da antroponímia brasileira, e para sua descrição e análise os autores levam em conta aspectos sociais e políticos do Brasil, já que a formação dessas categorias “está vinculada às normas do ordenamento jurídico brasileiro” (p. 55).

Karylleila dos Santos Andrade aborda o estudo dos topônimos com base na Geografia Cultural e Humanista, a partir da qual traz uma noção conceptual de lugar. Em *Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares*, Andrade destaca a importância dos estudos toponímicos, enfatizando que a “nomeação dos lugares relaciona-se diretamente com o modus vivendi dos grupos humanos, e os fatores culturais e de identidade são fundamentais nesse processo” (p. 164). Lembrando a contribuição dos relatos dos viajantes naturalistas, que vieram ao Brasil com a abertura dos portos em 1808 e deixaram registros de suas impressões, afirma:

A toponímia estabelece a consolidação dessas impressões deixadas pelos indivíduos, uma vez que a denominação dos nomes de lugares reflete sentimentos vividos pelas comunidades. Os nomes são formas de representação dos lugares. (p. 165)

Outra proposta ainda de estudos lexicológicos é trazida por Eliane Santos Leite da Silva e Celina Márcia de Souza Abbade em *O campo léxico dos animais em cartas ao Barão de Jeremoabo: uma análise lexicológica*. Fundamentada nos pressupostos da Lexemática de Eugenio Coseriu (1967; 1979; 1981), a investigação feita em cartas pessoais manuscritas, datadas entre 1890 e 1903, resgata aspectos do Sertão da Bahia revelados pela escrita de vaqueiros e negociantes de couro e gado e contribui “para que se tenha um panorama não somente econômico da época, mas que desvele muito acerca das especificidades de sua vida em comunidade” (p. 71). A partir dos 13 lexemas identificados no microcampo animais, as autoras apresentam um interessante exemplo de análise sêmica, em que o

arquissemema é animal explorado no trabalho do campo, estabelecendo os traços opositivos de cada unidade lexical, como na proposta coseriana dos campos lexicais.

Ainda mais recente como disciplina é a Terminologia, que tem como objeto de estudo o léxico especializado de diferentes campos do saber – os termos – e que apresenta uma vertente teórica, através da qual se pode dar conta das várias questões envolvidas na comunicação especializada, e uma vertente prática (também referida como Terminografia), voltada à descrição e gestão dos termos e à elaboração de obras. O fazer terminológico, porém, é bem mais antigo. As nomenclaturas científicas são os primeiros exemplos de prática terminológica, surgindo como resposta à necessidade de denominar os novos saberes, resultantes das grandes expedições marítimas, das descobertas científicas e desenvolvimento das técnicas. Entre os séculos XVIII e XIX, o avanço do conhecimento em diversos domínios do saber exigiu uma forma de buscar a univocidade na comunicação entre especialistas.

O artigo de Benilde Socreppa Schultz aproxima a Lexicologia da Terminologia ao trazer a contribuição de um naturalista que aportou no Brasil no rastro das grandes missões científicas do início do século XIX. Giuseppe Raddi aplicou o sistema binomial de Lineu na descrição de plantas e animais coletados, fornecendo nomes populares equivalentes em italiano. No entanto, a ausência ou mesmo o desconhecimento de muitas daquelas espécies na Europa levou-o a optar por fornecer equivalentes em língua portuguesa, e os resultados dessa estratégia linguística, a neologia por empréstimo, são analisados no artigo *A taxonomia científica versus nome popular em Sobre algumas novas espécies de répteis e plantas brasileiras: memória de Giuseppe Raddi*. Schultz lembra que “o patrimônio lexical de uma língua se expande através da criação de novas palavras, valendo-se de elementos que a língua já possui ou com a aquisição de palavras advindas de outras línguas, os empréstimos” (p. 193).

No século XX, a Terminologia moderna, em seus primórdios, focalizou a unidade terminológica; a Teoria Geral da Terminologia de Eugen Wüster (1898-1977) estabeleceu a prioridade do conceito sobre a denominação. Teorias surgidas a partir da década de 1990, como a Teoria Comunicativa da Terminologia, a Socioterminologia e a Terminografia Linguístico-Textual, com a contribuição de outros estudos recentes, como a Linguística de Corpus, abriram espaço para a observação de discursos especializados de diferentes níveis. Temas atuais de interesse da Terminologia relacionam-se à busca de soluções a problemas com os quais se deparam terminólogos: a identificação e delimitação dos termos de um dado campo do saber, a definição terminológica, a equivalência, a variação denominativa e conceitual, a planificação linguística, alguns dos quais estão aqui contemplados.

Caroline Lúcia Costa Moia Chichorro nos apresenta as etapas metodológicas e ferramentas para a *Identificação da terminologia do Licenciamento Ambiental Brasileiro*, na qual registrou a existência de variação terminológica. A partir de registros em dicionários de língua geral e

especializados, Ivanir Azevedo Delvizio e Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves analisam “um conjunto de termos que designam atividades esportivas e recreativas desenvolvidas no turismo de aventura no que se refere à inovação lexical” (p. 229) em *Terminologia do Turismo: inovação lexical e codificação lexicográfica no campo das atividades de aventura*. O tema da definição é abordado por Isabela Galdiano e Claudia Zavaglia em *A definição terminológica em um glossário da Farmacovigilância: algumas considerações*. Com base em modelos e diretrizes que ditam “parâmetros considerados ideais para uma definição terminológica” (p. 94), as autoras elencam seis critérios para averiguar aspectos como tipo de definição (aristotélica ou outra), concisão, explicitação e ocorrência de verbos cópula. Questões de equivalência e variação são retomadas em dois artigos. Em *CIC e CPF – um caso particular de sinonímia*, Karina Rodrigues observa que, mesmo não recobrando o mesmo conceito, esses termos são empregados contextualmente como sinônimos, um fenômeno que só se dá em função da elipse do núcleo “número do” que ocorre na maioria das situações de uso. Já Gildaris Ferreira Pandim, em *Análise de ausência de equivalência de termos do contrato de prestação de serviços*, lembra que divergências culturais e conceituais entre duas realidades distintas resultam em diferenças no plano linguístico e podem ocasionar problemas para a tradução especializada, área para a qual o terminólogo contribui ao elaborar produtos terminográficos bi- ou multilíngues.

Os artigos que compõem este primeiro número da Revista GTLEX abordam alguns dos diferentes aspectos relevantes sob os quais se pode estudar o léxico. Esperamos que sirvam de base e inspiração a pesquisadores e interessados nesta fascinante área e que contribuam para a ampliação e divulgação do estado da arte dos estudos lexicais.

Giselle Mantovani*
Coordenadora GTLEX (biênio 2014-2016)

Referência

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do Português. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

A Abordagem Lexical no ensino de língua portuguesa como língua materna¹

The lexical approach on the teaching of Portuguese Language as mother tongue

Márcia Sipavicius Seide*

Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão**

RESUMO: A primeira parte deste artigo apresenta, descreve e contextualiza os princípios da Abordagem Lexical, uma metodologia de ensino de língua inglesa como língua estrangeira. A segunda justifica a escolha desta metodologia ao ensino de língua portuguesa como língua materna. A terceira, ilustra a aplicabilidade da metodologia propondo um módulo didático a alunos de ensino médio. Fundamenta a Abordagem Lexical, o princípio de que a linguagem é um léxico gramaticalizado organizado por blocos de palavras. Essa metodologia prioriza a combinatória das palavras atendendo a necessidade de métodos que foquem a uso adequado das palavras em produções textuais orais ou escritas. Seu surgimento acompanhou os avanços obtidos pela Lexicografia Computacional e pela Linguística de Corpus uma vez que a Abordagem Lexical os utiliza para obter exemplificação autêntica oriunda de resultados de concordanceadores de Corpus eletrônico, a qual faz parte do paradigma de ensino adotado pautado por etapas de observação, hipotetização e testagem das hipóteses por parte dos alunos. Sua adoção ao ensino de língua materna, justifica-se pelo fato de a variação linguística da língua portuguesa no Brasil e suas implicações sociolinguísticas

ABSTRACT: The first part of this paper presents, describes and contextualizes principles of The Lexical Approach, a teaching methodology to English as a foreign language. The second justifies its choice for teaching of Portuguese Language as mother tongue. The third, illustrates the methodology applicability by a proposal of a courseware module to secondary school students. On the basis of Lexical Approach there is the principle that language is a grammaticalized lexicon organized by lexical chunks. This methodology prioritizes how words combines with each other and attends the need for methods focusing suitable words usage on written and oral speech. It's come out with the advances of Computational Lexicography and Corpus Linguistics as The Lexical Approach uses them to achieve real exemplification from concordance printouts of electronic corpus as the initial part of the observe – hypothesize-experiment learning paradigm. Its adoption for mother tongue learning is justified by the fact that linguistic variation and its sociolinguistic implications makes the learning of standard Portuguese as challenge as a foreign language. The applicability of Lexical Approach to Portuguese Language as a mother tongue is shown by a courseware module focused on

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do CNPq.

* Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (2006), docente do Colegiado de Letras, campus de Marechal Cândido Rondon e do Programa de Pós-Graduação em Letras, campus de Cascavel, ambos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

** Doutorado em Linguística pela Universidad de Valladolid, Espanha (1998), docente do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atua no Programa de Pós-Graduação de Linguística e no Programa de Pós-Graduação de Estudos da Tradução, ambos da UFSC.

tornarem a aprendizagem da norma culta da língua portuguesa um desafio semelhante ao de aprender uma língua estrangeira. Ilustra a aplicabilidade da abordagem um módulo didático centrado nas frases convencionais e nas expressões idiomáticas de uma crônica de Carlos Drummond de Andrade, com hipotetização e testagem pautadas no *Corpus* do Português e num blog brasileiro utilizado para captura de usos atuais e coloquias do idioma.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Língua Portuguesa. Língua Materna. Abordagem Lexical. Frase Convencional. Expressão Idiomática.

conventional sentences and idiomatic expressions of a Carlos Drummond de Andrade chronicle, with the hypothesis and testing phases made from Corpus of Portuguese and from a Brazilian Blog, this one used to capture nowadays informal usage of the language.

KEYWORDS: Portuguese Language teaching. Mother Tongue. Lexical Approach. Conventional Sentence. Idiomatic Expression.

1. Introdução

Este artigo apresenta resultados finais de um projeto de pesquisa que visou verificar se falhas de adequação vocabular em redações escolares eram notadas por professores de Língua Portuguesa e Licenciandos do Curso de Letras. Pesquisa anterior desenvolvida pela UNESCO sobre os processos de escrita de alunos do 3º. e 6º.anos do Ensino Fundamental no Brasil e na América Latina evidenciou que, no 6º.ano, os textos dos alunos brasileiros apresentaram mais inadequações vocabulares que a média por país (ATORESÍ et al, 2010). Em outubro de 2014, foi elaborado um experimento para registrar como licenciandos, professores recém-formados e professores experientes corrigiam uma redação que apresentava vários tipos de falhas (mas também qualidades), entre essas falhas, as de ordem vocabular. Os resultados do experimento evidenciaram que as falhas vocabulares foram sub-notificadas por todos. O sujeito que mais percebeu, identificou cerca de 60% do total de ocorrências no texto.

Uma explicação plausível para a persistência de inadequação vocabular nos textos de estudantes brasileiros vem a ser o fato de não se apresentarem de forma sistemática aos professores metodologias e teorias específicas e eficazes para o ensino de vocabulário, e esta lacuna implicar numa prática docente na qual pouca ou nenhuma atenção pedagógica é dada ao assunto, inclusive nas aulas dedicadas à produção textual, conforme mostrou Seide em sua análise de uma experiência de intervenção pedagógica numa escola rural de Cascavel, PR (SEIDE, 2015).

Não obstante o que foi apontado por Seide, há estudiosos que vêm chamando a atenção para a importância de abordagens de ensino que privilegiam as estruturas fraseológicas e semifraseológicas, as quais promovem, ao mesmo tempo, economia linguística e riqueza de

matizes socioculturais às produções linguísticas. Ainda que esta ênfase sobre as coocorrências léxicas venha recaindo, sobretudo, em processos de ensino de línguas estrangeiras, este ponto de vista é totalmente cabível em contextos de ensino de línguas maternas. Uma melhor exploração das combinações fixas de palavras ou, retomando García-Page Sánchez (2008, p. 15), produtos linguísticos já elaborados, previamente construídos, (...) fragmentos de discurso velho que são reproduzidos e que, na esteira de Corpas Pastor (apud IRIARTE SANROMÁN, 2011, p. 153), são propaladas como formas que foram *sancionadas pelo uso*, pelo menos em hipótese, expandiriam as capacidades compreensivas e produtivas dos estudantes, levando-os a ultrapassar a interpretação / produção composicional das estruturas complexas e a alcançar o nível interpretação / produção idiomática.

É plausível, portanto, tomar propostas desse tipo formuladas por especialistas como Lewis (1993, p. 34-35), por exemplo, para reivindicar maior atenção sobre as colocações e outros tipos de coocorrências léxicas como ingredientes a serem trabalhados nas salas de aulas de língua portuguesa.

Ao falar de coocorrências léxicas, se faz referência àquelas unidades léxicas que se caracterizam por ser unidades fraseológicas ou semifraseológicas, isto é, combinações pré-fabricadas de palavras que se diferenciam por ter certo grau de fixação interna (ou *idiomaticidade*) e significado atrelado ao conjunto de seus componentes. São unidades fraseológicas:

(a) *paremias*: refrãos, provérbios, aforismos, máximas e sentenças em que são formulados pensamentos moralizantes, conselhos e ensinamentos de valor universal. Por ex.: *Cada macaco no seu galho*

(b) *citações*: enunciados pluriverbais proferidos originalmente em contextos específicos, mas que, depois de passarem para o domínio público, levando para esse domínio o mesmo tom que tinham quando usados originalmente, servindo, nesse novo uso, para que apoiar o que se enuncia. Por ex.: *Brasileiros e brasileiras!*²

(c) *fórmulas rotineiras*: enunciados pluriverbais que servem para manter a harmonia social, tornando as interações cotidianas rápidas e econômicas. Por ex.: (para despedir-se): **até mais!** ou (para expressar condolências): *meus pêsames!*

² Enunciado que servia a um dos presidentes do Brasil para iniciar os seus discursos.

(d) expressões idiomáticas (também chamadas de locuções³): enunciados pluriverbais que possuem fixação interna, unidade de significado e que equivalem a categorias gramaticais: i. locuções nominais equivalem a substantivos; ii. locuções adjetivas equivalem a adjetivos; iii. locuções verbais equivalem a verbos; iv. locuções adverbiais equivalem a adverbiais; v. locuções conjuntivas (ou demarcadoras) equivalem a conjunções; vi. locuções interjetivas equivalem a interjeições; vii. locuções pronominais equivalem a pronomes; viii. locuções prepositivas equivalem a pronomes preposições; etc. Ex. Locução nominal: *mosca morta*; Locução verbal: *puxar o saco*; Locução adverbial: *gota a gota*.

(e) colocações: combinações de unidades léxicas fixadas com base na norma, que estão entre ser combinações livres e combinações fixas, e que são memorizadas e armazenadas em bloco no *léxico mental*. O que vem a explicar porque as colocações são consideradas *unidades léxicas semifraseológicas* é o fato de que seus dois componentes típicos -base da colocação e colocativos- não são solidários com qualquer outro item que não seus próprios constituintes, o que impede que os colocativos de cada colocação sejam substituídos por outro(s) elemento(s) diferentes do que os que a(s) compõem originalmente. Por ex.: *ser / ter um acidente de percurso* (Não seria possível dizer, por exemplo, * *ser / ter um acidente de caminho*).

Como consequência de uma melhor exploração das coocorrências léxicas na sala de aula de português como língua materna, tende-se a incrementar a capacidade dos alunos de selecionarem e usarem palavras adequadas nas produções escritas. Ao contrário, caso não haja nenhuma iniciativa pedagógica por parte do professor, essa capacidade ou fica estagnada ou, se é desenvolvida, o é de forma espontânea ou como resultado secundário de outras práticas docentes elaboradas visando outros fins, algo que deve acontecer com uma parcela bastante pequena de alunos.

Estudo minucioso da Abordagem Lexical (LEWIS, 1993, 2002) e do contexto do qual ela emergiu (SINGLETON, 1999) indica que esta metodologia de ensino pode ser apropriada para o ensino do vocabulário nas aulas de língua portuguesa. Uma vez que foi criada tendo por foco o ensino de língua inglesa como língua estrangeira, não há, pelo que se sabe, nem materiais didáticos, nem descrição de procedimentos metodológicos que objetivem o ensino de língua portuguesa como língua materna. Tendo isto em vista, na primeira seção deste artigo, os princípios basilares da Abordagem Lexical são contextualizados e descritos; na segunda,

³ Enquanto o termo “expressão idiomática” costuma ser utilizado em texto de língua inglesa (correspondendo a *idioms*), o termo locuções é mais usado em textos de língua espanhola (*locuciones*, em espanhol)

justifica-se sua escolha como metodologia de ensino de língua materna; na terceira seção, há uma proposta de módulo didático para a aplicação da Abordagem Lexical em salas de aulas de Língua Portuguesa a estudantes do ensino médio.

2. A Abordagem Lexical proposta por Lewis

Abordagem, para Lewis, é “Um conjunto integrado de pressupostos teóricos e práticos que abrangem tanto o currículo quanto a metodologia (...) [que] fornece princípios com os quais se decide que tipos de conteúdo e de procedimentos são adequados⁴(LEWIS, 1993, p.2)” (trad. nossa). Sua abordagem, portanto, estabelece os pressupostos e a metodologia apropriadas a um ensino de língua baseado no léxico.

A abordagem Lexical teve como ponto de partida os estudos de Nattinger sobre o modo como os itens lexicais são armazenados na memória pelo falante nativo de um idioma:

Muitas teorias sobre desempenho linguístico sugerem que o vocabulário é armazenado de forma redundante, não apenas como morfemas separados, mas também como partes de sintagmas, ou inclusive como blocos mais extensos do discurso e é frequentemente recuperado da memória em forma de blocos pré-montados.⁵ (NATTINGER, 1988, p.75 apud LEWIS, 1993, p.121) (trad. nossa)

Se as palavras são armazenadas e recuperadas da memória por blocos, é imprescindível aumentar a capacidade de os alunos perceberem, de modo consciente, as partes que compõem um discurso ou textos escritos coerentes, para que, posteriormente, eles possam utilizá-los na escrita e no discurso, tornando sua escrita e seu discurso mais fluentes. Este é o objetivo a que a Abordagem Lexical se propõe no ensino de língua inglesa como língua estrangeira.

Outro pilar da Abordagem Lexical é a concepção de aprendizagem adotada:

Toda aprendizagem, por definição, vem de fora de nós mesmos mas, com frequência, não é suficiente que algo nos seja dito (...)A aprendizagem verdadeira parece ser o resultado de um relacionamento contínuo e simbiótico

⁴ An approach is an integrated set of theoretical and practical beliefs, embodying both syllabus and method (...) An approach provides principles to decide what kind of content and what sorts of procedures are appropriate

⁵ Many theories of language performance suggest that vocabulary is stored redundantly, not only as individual morphemes, but also as parts of phrases, or even as longer memorized chunks of speech, and that it is often retrieved from memory in these pre-assembled chunks.

entre experiência, reflexão sobre a experiência, e, por último, sua interiorização holística ⁶ (LEWIS,1993,p.55) (trad. nossa)

Decorre desta concepção, a defesa de um paradigma reflexivo de ensino de língua assim descrito por Lewis:

A aprendizagem é essencialmente provisória e cíclica, baseada na repetição infinita do ciclo Observar (O) – Hipotetizar (H) – e Experimentar (E). O paradigma O-H-E de aprendizagem é claramente distinto do equivocado paradigma A-E-P [Apresentar – Exercitar-Produzir] que ainda influencia o ensino de línguas.⁷ (LEWIS, 1993, p.56).

O objetivo principal do ensino de línguas, portanto, decorre da união destes dois pilares: “O elemento central do ensino de línguas é motivar os alunos a perceberem os blocos da língua e a desenvolverem suas habilidades para utilizá-los.” ⁸(LEWIS, 1993,p.vii) (trad.nossa)

Além de estar baseada no paradigma cíclico de observar- hipotetizar -experimentar, a aprendizagem é vista como um fenômeno holístico (a linguagem como sinfonia e não meramente como união de palavras ou orações), que enfatiza mais o processo da aprendizagem que o produto da aprendizagem, mais o aluno que o professor. Com relação a esse último aspecto, a adoção desse paradigma cíclico por parte do professor implica em reconhecer que

Aulas bem planejadas e inclusive bem realizadas não garantem um bom aprendizado. Aceitar a incerteza como parte de seus princípios; fará com que o professor tenha uma atitude mais paciente e tolerante perante os problemas dos alunos, e também o desejo de auxiliá-los em seus esforços para conseguir aprender ⁹ (LEWIS, 1993,p.33-34) (trad. nossa)

No que concerne à língua, parte-se do pressuposto de que sua principal função consiste em ser um recurso mediante o qual os seres humanos lidam com suas necessidades:

⁶ All learning, by definition, comes from outside ourselves but it is frequently not enough to be told something, or even for something to happen. True learning seems to result from a continuous symbiotic relationship between experience, reflection on that experience, and eventual holistic internalization of it.

⁷ Learning is essentially provisional and cyclical, based on endlessly repeating the cycle Observe (O) – Hypothesize (H) – Experiment (E). This O-H-E learning paradigm contrasts sharply with the misguided P-P-P [Present-Practice-Produce] paradigm which still influences language teaching (LEWIS, 1993,p.56).

⁸ A central element of language teaching is raising students’ awareness of, and developing their ability to “chunk” language successfully.

⁹ Well-planned, and even well executed lessons cannot guarantee good learning. Accepting uncertainty as part of your mind-set develops patience, tolerance of learner’s problems, a willingness to support them as they struggle with the learning process.

A língua não existe no vácuo. As pessoas a utilizam como meio para chegar a um fim, para alcançar seus propósitos (...). Estes são os intermediários entre o usuário da língua e o mundo exterior. A língua nos permite expressar, e, portanto, lidar com, muitas das nossas necessidades humanas. Nada poderia ilustrar melhor a natureza multidimensional da língua que o importante fato de que ela empondera seu usuário.¹⁰ (LEWIS, 1993, p.51).

Com relação à fundamentação teórica utilizada, ela provém, basicamente, da Linguística Aplicada, da Lexicografia baseada em *corpus*, da análise do discurso e de pesquisas modernas sobre o ensino da gramática da língua inglesa. (LEWIS, 1993, p. viii)

Lewis mostra que o ensino do vocabulário por blocos de palavras auxilia os alunos a desenvolverem uma pronúncia mais fluida em decorrência da correspondência entre grupos prosódicos e unidades fraseológicas. No que tange a escrita, textos convencionais como os que são utilizados na correspondência comercial, podem ser mais facilmente elaborados pela justaposição de blocos de palavras e inserção de itens lexicais em pontos determinados do texto. Além disto, a expansão do vocabulário sendo feita de modo holístico e contextualizado, leva a uma expressão oral e escrita mais natural e espontânea tanto para alunos que precisam utilizar a língua inglesa tanto em contextos coloquiais quanto para os que estudam o idioma visando à sua utilização em determinado âmbito profissional.

Nas abordagens anteriores à Lexical, o ensino de inglês como língua estrangeira se pautava pelo domínio da estrutura sintática das orações. Dominada a estrutura, os itens lexicais eram ensinados separadamente para preencherem essa estrutura. O currículo era então delineado indo-se do mais simples ao mais sintaticamente complexo, de modo que estruturas complexas, ainda que muito frequentes e utilizadas pelos falantes nativos, seriam ensinadas apenas nos níveis mais avançados de ensino.

Segundo a frequência de uso, de um lado, e a utilidade para o aprendiz, de outro, a Abordagem Lexical recomenda que unidades fraseológicas sejam ensinadas desde o início do processo de ensino. Conforme postula a Abordagem Lexical, a aprendizagem da gramática surge em decorrência do ensino do léxico e não o contrário, postulado que transcende a dicotomia então entre léxico e gramática.

¹⁰ Language does not exist in a vacuum. People use it, as a means to an end, to achieve particular purposes (...) They [the purposes] mediate the relationship between the language user and the external world. Language allows us to express, and thereby to cope with, many of our human needs. Nothing could illustrate more powerfully the multi-dimensional nature of language than the central fact that it empowers the user (LEWIS, 1993, p.51).

Lewis (2002) mostra que o princípio de arbitrariedade não atinge somente o signo linguístico, mas também a união convencional das palavras conforme as colocações de cada língua (embora, Lewis fale especificamente das colocações da língua inglesa) que sancionam determinados adjetivos para caracterizarem, por exemplo, um parente e outros para descreverem um amigo: “Enquanto um parente pode ser próximo, estar perto ou ser distante, um amigo pode ser chegado, mas não pode ser distante, nem estar perto, não obstante, um amigo chegado pode ser o seu melhor amigo”. (LEWIS, 2002, p.18)¹¹ (tradução nossa).

As arbitrariedades das colocações e coligações, defende Lewis, mostram que não há uma separação estanque entre léxico e gramática, a linguagem em uso pode estar em qualquer ponto de um *continuum* entre estes dois pontos.

Lewis também critica o ponto de vista segundo o qual, em aulas bem organizadas, a aprendizagem do vocabulário ocorrerá espontaneamente. Ele concorda com Swan, para quem as palavras não são aprendidas espontaneamente pelos alunos. Para ele, o léxico que os estudantes ~~eles~~ precisam com mais urgência deve ser “selecionado deliberadamente e incorporado aos materiais de aprendizagem ou às atividades. Se isto não for feito, os estudantes não serão expostos – nem ao menos uma vez – a muitos vocábulos importantes, e terminarão seu curso com sérias lacunas em seu conhecimento”¹²(SWAN, apud LEWIS, 2002, p.47, tradução nossa).

Alguns estudiosos acreditam que, se os alunos praticarem as palavras às quais são expostos, esta prática resultará em aquisição do vocabulário. Para Lewis, contudo, é fundamental que os alunos também percebam o modo como as palavras do idioma que estão aprendendo se agrupam convencionalmente e estudem como estes agrupamentos resultam em blocos de tipos diferentes, para, posteriormente, serem capazes de usar os blocos adequadamente. Este posicionamento indica que a Abordagem Lexical abandona concepções behavioristas de aprendizagem em prol de uma visão reflexiva e centrada nas características dos estudantes e em suas necessidades. É mais eficaz saber utilizar bem um repertório de palavras recorrentes e saber usá-las em blocos do que saber muitas palavras, mas não os modos como elas são agrupadas em blocos cotidianamente.

¹¹ A relative can be close, near or distant while a friend can be close, but neither distant nor near, although a close friend may be one of your nearest and dearest.

¹² If students with limited time available for study are to learn high-priority lexis, this needs to be deliberately selected and incorporated into learning materials or activities. If this is not done, students will not be exposed – even once – to numerous important vocabulary items, and they will finish their courses with serious gaps in their knowledge.

Lewis utiliza o exemplo a seguir reproduzido para mostrar que o domínio do vocabulário transcende o conhecimento daquilo que as palavras significam separadamente, é preciso saber o que elas significam no conjunto formado pelos blocos sintático-semânticos:

Se você é um falante nativo ou quase nativo do Inglês Britânico e quer saber a dimensão e a limitação do seu léxico mental, compre um autêntico jornal americano e leia o caderno de esportes. A menos que você tenha, há vários anos, um interesse especial pelo basquete ou pelo beisebol, os comentários esportivos são incompreensíveis – eles estão, como às vezes se diz, “escritos em língua estrangeira”. Separadamente, as palavras podem ser familiares, mas as colocações, as frases feitas e as expressões idiomáticas são uma verdadeira barreira para a compreensão¹³ (LEWIS, 2002, p.10, tradução nossa)

O exemplo dado ajuda a entender como a aquisição lexical na língua materna e na língua estrangeira estão relacionados. Note-se que ele imagina uma situação de um falante nativo que necessita compreender um texto escrito no mesmo idioma, mas não na mesma variedade linguística. Dificuldades semelhantes surgem em situações nas quais é necessário dominar o vocabulário de uma área de conhecimento específica: “Esta experiência é paralela a de adquirir o conhecimento lexical necessário para começar um novo emprego ou uma estudar uma matéria com a qual não se tem familiaridade (LEWIS, 2002, p.19, tradução nossa)

Ambos os exemplos mostram que a falta de domínio lexical pode prejudicar tanto falantes nativos quanto aprendizes de uma língua estrangeira. Em outro capítulo, Lewis explica que aprender língua materna ou aprender a língua estrangeira são duas maneiras diferentes de aquisição de língua: no primeiro caso, a pessoa se torna capaz de fazer uma mediação entre o mundo e a linguagem em geral pela língua vernácula; no segundo, a língua estrangeira permite uma mediação em contextos mais variados (LEWIS, 2002,p.61). Não obstante esta diferença, “na Abordagem Lexical, há o pressuposto implícito de que há mais semelhanças que diferenças entre esses dois processos, de que a mente humana manipula a linguagem de um modo geral não especificado por nenhuma língua em particular”¹⁴(LEWIS, 2002, p.61, tradução nossa).

¹³ If you are a native or near-native speaker of British English, and want to feel the enormous size and limitations of your mental lexicon, buy a real American newspaper and turn to the sports section. Unless you have taken a keen interest in baseball and basketball over a number of years, the match reports are incomprehensible – they are, as we sometimes say, “written in a foreign language”. The individual words may be familiar, but the collocations, fixed phrases and idioms provide a real bar to understanding (LEWIS,2002,p.19)

¹⁴ In *The Lexical Approach* there is an implicit assumption that the two processes are more similar than different, that the human mind handles language in certain non-language-specific ways.

Além disso, segundo a Abordagem Lexical, o ensino do léxico deve pautar o ensino de gramática, vista como parte da informação necessária para se chegar ao domínio mais fluente da língua inglesa. Ambas as prerrogativas acompanham o avanço do conhecimento sobre o léxico em Linguística que ocorreu na mesma época: final da década de noventa do século passado.

Conforme explica Singleton (SINGLETON,1999, p.16), os desafios que surgem na prática lexicográfica sobre como melhor organizar as informações que fazem parte de um verbete apontam para a dificuldade em se separar léxico e gramática, dificuldade especialmente evidente no âmbito da Lexicografia Computacional. Segundo Singleton, a prerrogativa de não separação surgiu dos resultados de pesquisa decorrentes de projetos como o desenvolvido por Gross e equipe ao longo da década de 1990 no *Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique*. Eles tentaram desenvolver um sistema capaz de, a partir de um banco de dados, reconhecer, decodificar e analisar e combinar palavras sem qualquer intervenção *extra maquina*. Este tipo de sistema, por requerer um alto grau de coerência e explicitude, fez a realidade linguística ser confrontada de modo dinâmico e concreto. Deste embate, surgiram problemas relacionados à construção de léxicos eletrônicos, “essencialmente àqueles relacionados à separação entre léxico e gramática”¹⁵ (GROSS, 1991, p.107 apud SINGLETON, 1999, p.16).(tradução nossa)

Na mesma época, pesquisas sobre o léxico em língua estrangeira aderiram à corrente a favor de tornar a distinção entre léxico e gramática menos categórica, entre elas, a de Lewis é mencionada junto às de Little, defensor da utilização de uma abordagem lexical para o ensino de gramática

Little (e.g.1994), que defende “uma abordagem lexical para a gramática pedagógica, retira seus argumentos da linguística teórica, da psicolinguística e de experiência em sala de aula com aprendizes de L2 a favor da posição de que “a maior parte do aprendizado de uma língua é o aprendizado das palavras e suas propriedades, motivo pelo qual a gramática pedagógica não deveria ser separada do ensino e aprendizagem do vocabulário (Little, 1994:114; ver também, e.g. M.Lewis, 1993, 1997; Schanen 1995) ”¹⁶ (SINGLETON, 1999,p20) (trad.nossa).

¹⁵ The principal theoretical problems which emerge from the construction of such lexicon electronic lexicons are “essentiellement ceux de la separation entre lexique et grammaire”(Gross,1991:107).

¹⁶ Little (e.g.1994), who advocates ‘a lexical approach to pedagogical grammar’ adducing arguments from theoretical linguistics, psycholinguistics and classroom experience with L2 learners in favour of the position ‘that the largest part of language learning is the learning of words and their properties, and therefore that pedagogical grammar should be inseparable from vocabulary learning/teaching’ (Little, 1994:114; se also, e.g. M.Lewis, 1993, 1997; Schanen 1995).

Em comum com Lewis, Singleton também crítica as propostas de ensino de vocabulário de Nation apontando-lhe seu caráter atomístico:

Outra técnica atomista muito discutida na literatura é a assim chamada técnica da palavra-chave. Nation exemplifica-a quando faz referênica ao caso de um aprendiz de língua inglesa indonésio que tenta aprender a palavra em inglês para papagaio (...) (NATION, 1990:166) ¹⁷ (SINGLETON, 1999, p.51) (trad.nossa).

A bem da verdade, é preciso dizer que, na versão de 2008 da mesma obra, há menção ao ensino de unidades léxicas que transcendem o nível da palavra (NATION 2008, p.117-122), contudo, por ser pontual e não recorrente, não se pode negar que, no geral, as propostas de Nation enfatizam o ensino de itens lexicais formados por uma só palavra, se bem que contextualizado e envolvendo as quatro habilidades linguísticas e o uso do dicionário.

Para a Abordagem Lexical de ensino, é essencial que os itens lexicais não sejam ensinados isoladamente, eles precisam ser ensinados nos blocos semânticos de que fazem parte, blocos que devem ser estudados como um todo. Se bem esta proposta tenha sido inovadora para o ensino, seguiu pesquisas semânticas bem difundidas no meio acadêmico

Do ponto de vista dos estudos semânticos, desde pelo menos meados do século passado, tais unidades não foram negligenciadas. Como bem lembra Singleton, as propostas de Lyons para o desenvolvimento de uma semântica estrutural já descreviam relações de sentido entre itens lexicais e unidades formadas por mais de um item lexical e levavam em consideração a importância do contexto (SINGLETON, 1999, p.33). Posteriormente, no âmbito de Fraseologia, o avanço das investigações aprofundou as pesquisas resultando numa melhor compreensão das unidades que transcendem o nível das palavras.

Neste contexto, a contribuição de Abordagem Lexical de Lewis é a de transpor, para o ensino, os achados da Semântica, da Fraseologia, da Linguística de *Corpus* e da Lexicografia Computacional. Destas últimas, Lewis adotou o princípio da idiomaticidade e a prerrogativa de que não há divisão estanque entre léxico e gramática, ambos postulados e/ ou defendidos por Sinclair:

17 Another atomistic technique much discussed in the literature is the so-called 'keyword' technique. Nation exemplifies this by reference to the case of an Indonesian learner of English trying to learn the English word parrot(...).

O princípio da idiomaticidade é o de que o usuário de uma língua tem a seu dispor um grande número de locuções semi pré-construídas que constituem escolhas únicas, mesmo que elas pareçam ser analisáveis em segmentos menores (...) ¹⁸(SINCLAIR, 1991, p. 110 apud SINGLETON, 1999, p.24) (trad.nossa)

Muitas das pessoas que estão profissionalmente envolvidas com a língua sabem, por experiência, que a divisão entre gramática e vocabulário obscurece uma área muito importante da organização do significado. Na verdade, quando nós tivermos conseguido estabelecer todos os padrões de co-ocorrências de escolhas lexicais, haverá muito pouco ou nenhuma necessidade de separar uma parte residual de gramática ou de léxico.¹⁹ (SINCLAIR, 1991, p. 137 apud SINGLETON, 1999, p.24) (trad.nossa)

A contextualização fornecida por Singleton é corroborada por Zimmerman para quem Lewis faz parte de um grupo de pesquisadores formado por Sinclair, Nattinger e De Carrico cujas propostas baseadas em pesquisas oriundas da Linguística de *Corpus* representaram uma importante mudança teórica e pedagógica para a área, haja vista que

(...) desafiam a visão tradicional sobre os limites da palavra, enfatizando que o aprendiz de língua precisa perceber e usar padrões lexicais e colocacionais. O mais importante é a reivindicação subjacente de que a produção da língua não é um processo governado por regras sintáticas, mas, ao contrário, é um processo pelo qual unidades sintagmáticas mais extensas são recuperadas da memória. Esta reivindicação indica um afastamento do foco pos-chomskiano na sintaxe como a base para o conhecimento linguístico internalizado do falante e traz implicações consideráveis para pesquisas futuras e para a pedagogia (ZIMMERMAN, 1997, p.17) ²⁰ (trad. nossa)

A Abordagem Lexical foi criada almejando-se o ensino de línguas estrangeiras, porém, considerando a variação linguística do idioma pátrio no Brasil, muitas vezes, aprender a norma culta da língua portuguesa e seus usos pode representar, para os alunos, um desafio semelhante

¹⁸ The principle of idiom is that a language user has available to him or her a large number of semi-preconstructed phrases that constitute single choices, even though they might appear to be analysable into segments (...)

¹⁹ many of those people who are professionally engaged in handling language have known in their bones that the division into grammar and vocabulary obscures a very central area of meaningful organization. In fact (...) when we have thoroughly pursued the patterns of co-occurrence of lexical choices there will be little or no need for a separate residual grammar or lexicon.

²⁰ (...) they challenge a traditional view of word boundaries, emphasizing the language learner's need to perceive and use patterns of lexis and collocation. Most significant is the underlying claim that language production is not a syntactic rule-governed process but is instead the retrieval of larger phrasal units from memory. This claim signals a departure from the post-Chomskyan focus on syntax as the basis for a speaker's internalized language knowledge, and holds considerable implications for future research and pedagogy.

ao de aprender uma língua estrangeira, legitimando sua utilização em aulas de Língua Portuguesa, premissa explicitada e justificada na seção a seguir.

3. A Abordagem Lexical no ensino de Língua Portuguesa

Entrei numa lida muito dificultosa. Martírio sem fim o não entender nadinha do que vinha nos livros e do que o mestre Frederico falava. Estranheza colosso me cegava e me punha tonto.(...) Com os meus, em casa, conversava por trinta, tinha ladineza e entendimento. Na rua e na escola nada; era completamente afrásico.As pessoas eram bichos de outro mundo que temperavam um palavreado de grego de tudo. (BERNARDES,C.,1960, p.18-20, apud BORTONI-RICARDO,2004, p.13)

O trecho da narrativa de Bernardes citada por Bortoni-Ricardo (BORTONI-RICARDO, 2004, p.13) ilustra uma situação muito comum no Brasil: a da criança que domina a variedade utilizada pelos familiares, mas não as demais. A distância entre esta e a norma lingüística escolar pode comprometer o aproveitamento dos estudos a ponto de resultar em fracasso escolar. No caso de Bernardes, havia outro agravante: tendo mudado de estado, também não dominava a norma lingüística da comunidade em que foi inserido. Seu caso é um exemplo de que, muitas vezes, para muitas pessoas, o aprendizado da norma culta requer quase o mesmo esforço de aprender uma língua estrangeira. Esta semelhança legitima a adoção de metodologias delineadas para o ensino de língua estrangeira às aulas de Língua Portuguesa como língua materna. A legitimidade desde procedimento se torna mais evidente, quando se considera o fenômeno da variação lingüística no Português do Brasil.

A utilização de várias normas linguísticas e os graus variados de domínio dessas normas pelo falante nativo são decorrentes de como ele se insere em cada domínio social, conceito sociológico assim definido por Bortoni-Ricardo:

Um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo da interação humana. Quando usamos a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio.(...) No domínio do lar, as pessoas exercem os papéis sociais de pai, mãe, filho, filha, avó, tio (...), etc, Quando observamos um diálogo entre mãe e filho, por exemplo, verificamos características lingüísticas que marcam ambos os papéis. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.23).

Conforme esclarece a sociolinguísta brasileira, em cada domínio, o uso da língua se pauta por regras que determinam as ações que podem ou não ser realizadas, e também o como e o que dizer. Enquanto em domínios sociais jurídicos e religiosos, as regras estão descritas e explicitadas, em outros, elas são implícitas e dependentes da cultura. Em domínios sociais com regras mais restritas, como é o caso da escola, há cerceamento da variação linguística, em domínios menos restritos, como o lar ou o lazer, há mais liberdade, “porém em todos eles há variação, porque a variação é inerente à própria comunidade linguística.” (BORTONI-RICARDO, 2004, p.25).

O domínio social que contextualiza o uso linguístico determina se o sujeito deve ou não utilizar uma linguagem mais monitorada. Este uso da linguagem é mais comum em eventos mediados pela língua escrita configuradores da cultura de letramento à qual a escola deve introduzir o aluno assim definida por Bortoni-Ricardo:

É sem, dúvida, no domínio do lar e da família onde nos sentimos mais à vontade para conversar (...) a transição do domínio do lar para o domínio da escola é também uma transição de uma cultura predominantemente oral para uma cultura permeada pela escrita, que vamos chamar de cultura de letramento. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.24).

Esta transição pode ser mais ou menos drástica conforme o repertório linguístico dos educandos seja mais ou menos diversificado. Frequentemente, esta diversificação é propiciada quando o sujeito se insere em redes sociais mais amplas e escolhe – conscientemente ou não – um modelo linguístico ou grupo de referência a seguir:

(...) a rede social de um indivíduo, constituída pelas pessoas com quem esse indivíduo interage, nos diversos domínios sociais, também é um fator determinante das características de seu repertório sociolinguístico. Além da rede social em que o indivíduo efetivamente interage, devemos considerar também o seu *grupo de referência*, pessoas com quem esse indivíduo não interage fisicamente ou por meio de recursos como Internet, telefone, etc., mas tem como modelo para sua conduta. Geralmente, esse grupo de referência é escolhido pela experiência vicária, isto é, a experiência que o indivíduo adquire assistindo novelas de televisão, filmes ou ouvindo relatos. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.49)

Deve-se considerar também que os domínios sociais aos quais é preciso propiciar acesso vão aumentando conforme se chega à idade adulta. Outros domínios sociais surgem quando se torna necessário o exercício de atividades profissionais:

As atividades profissionais que um indivíduo desempenha também são um fator condicionador de seu repertório sociolingüístico. Certos profissionais, como os professores, os atores, os comunicadores sociais, os jornalistas, os advogados, os juizes, etc. precisam ter maior flexibilidade estilística e ser capazes de variar sua fala numa gama de estilos, dominando com segurança os estilos mais monitorados. Em outras profissões, mesmo de nível superior, exige-se menos o domínio de estilos monitorados. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.48).

Conforme evidenciam as pesquisas realizadas por Bortoni-Ricardo sobre a interação em sala de aula, os professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental intuem maneiras de promover a transição da cultura oral para a cultura da escrita, mediante intercalação de eventos orais com eventos de letramento

entre eles a aula de leitura, o ditado, a fala simultânea à escrita no quadro-degiz, entre outros. Já os eventos de estrita oralidade são intervenções curtas do professor para manter a disciplina ou passar informações que têm um alto grau de dependência contextual do tipo “Abram o livro na página tal”, ‘vamu ficar mais quietos’. São também eventos de oralidade brincadeiras que o professor faz com o objetivo de criar uma atmosfera de maior envolvimento e afetividade, (...) Essa forma intuitiva de administrar a variação em sala de aula é salutar porque dá ao aluno a oportunidade de participar em interação com um grau maior ou menor de monitoração estilística (BORTONI-RICARDO, 2004, p.26).

Um ensino de língua portuguesa como língua materna que leva em conta a variação linguística e como ela é utilizada nos diversos domínios sociais deve ter, por objetivo maior, “conscientizar os alunos quanto às diferenças sociolingüísticas e fornecer a eles a variante adequada aos estilos monitorados orais e à língua escrita” (BORTONI-RICARDO, 2004, p.43). Neste contexto,

Erros de português são simplesmente *diferenças* entre variedades da língua. Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade, em relações permeadas pelo afeto e informalidade, como vimos, e culturas de letramento, como a que é cultivada na escola. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.37)

Os achados da Sociolingüística sobre a variação linguística e suas implicações para o ensino de Língua Portuguesa como língua materna mostram que o aluno chega à escola dominando uma variedade da língua e que é preciso motivá-lo a também dominar outras

variedades do idioma pátrio, especialmente as utilizadas em eventos letrados, que requerem um uso mais monitorado da linguagem.

Se a diferença existente entre a variedade que o aluno domina e a norma culta, que ele precisa aprender, representa um desafio semelhante ao que se depara um aprendiz de língua estrangeira, pode-se utilizar abordagens de ensino de língua estrangeira nas aulas de língua portuguesa como língua materna. Com base nesta premissa, a Abordagem Lexical foi escolhida por ser uma abordagem de ensino de língua estrangeira focada no ensino do léxico e que propicia ao educando subsídios necessários ao seu uso em práticas discursivas. As estratégias de ensino descritas a seguir responde pela tentativa de adaptação da abordagem ao ensino do idioma pátrio.

4. Descrição de um módulo didático de ensino de língua materna pautado na Abordagem Lexical

Após a divulgação da abordagem de Lewis, surgiram muitas publicações sobre ela voltadas a professores de inglês como língua estrangeira com farta exemplificação. Numa delas, há a proposta de se utilizar resultados da Linguística de *Corpus* na sala de aula. Segundo esclarece Lanckman, o objetivo de uma aula baseada na Abordagem lexical não é a de levar os alunos a memorizarem os blocos lexicais, mas sim o de conscientizar os alunos de sua existência, fazendo-os perceber como eles se estruturam na língua, haja vista que “Uma vez que eles estejam atentos para o modo como a língua é reunida em blocos, eles ficam mais propensos a perceberem como um bloco lexical particular é estruturado(...)”²¹ (LANCKMAN, 2011, p.06) (trad. nossa).

Uma das técnicas propostas para mostrar aos alunos que determinado sintagma forma um bloco é a de propor leitura e análise de resultados de concordanceadores disponíveis *on line* (LANCKMAN, 2011, p.6). Utilizando esta estratégia e outras atividades, foi elaborado um módulo didático visando sensibilizar o aluno para a existência de blocos semânticos convencionais e motivá-lo a conhecer o significado de expressões idiomáticas a partir do contexto. O ponto de partida e de chegada do módulo é o estudo da crônica “O homem e suas negativas” de Carlos Drummond de Andrade (1978, p.68), formada, praticamente, pela união de blocos de palavras e de citações literárias, literais ou modificadas. O módulo propõe as

²¹ Once they have some awareness of how language is chunked together, they are more likely to notice the how a particular lexical chunk is structured.

seguintes atividades a serem desenvolvidas por alunos do ensino médio ao longo de quatro a seis aulas:

1. Leitura e interpretação da crônica de Drummond pelo professor e pelos alunos.
2. Identificação, pelo professor, de 2 ou 3 blocos de palavras que são frases convencionais
3. Aplicação de exercício no qual os alunos identificam outros blocos de palavras que são frases convencionais
4. Correção do exercício
5. Comentários do professor e releitura do texto para mostrar que alguns blocos não são frases convencionais, mas sim expressões idiomáticas ou vice-versa: certos blocos não são expressões idiomáticas, mas sim apenas frases convencionais com algum grau de metáfora e/ou opacidade semântica.
6. Exercício de classificação das expressões idiomáticas em duas categorias: as que os alunos utilizam ou conhecem e as que os alunos não utilizam ou desconhecem.
7. Estudo das expressões idiomáticas cujo significado os alunos desconhecem a partir de contextos selecionados que evidenciem seu uso e sentido.
8. Atividade de produção textual: o aluno escolhe uma expressão idiomática e cria uma narrativa na qual a expressão é utilizada.
9. Atividade pós-produção textual focando, entre outros tópicos, a adequação e a inadequação vocabular nos textos produzidos.

Para ilustrar a aplicação do módulo, foi elaborada uma análise comentada dos quatro primeiros parágrafos da crônica escolhida, reproduzidos a seguir:

Não pode. Não me diga. Não dá. Essa não. Não me toques. Não me deixes. Não te esqueças de mim. Não tem de quê.

Não vá com tanta sede ao pote. Não admito. Não estou aqui para botar azeitona em empada de ninguém.

Hoje, não. Nem preguei olho. Não sei de que se trata. Não li e não gostei. Não vou com a cara dele.

Nada tenho a declarar. Não há verba. Não ficará pedra sobre pedra. Não entendi patavinas. Não sei onde estou que não lhe quebro a cara. (DRUMMOND, 1978, p.68)

Neste trecho, há citações, expressões idiomáticas, fórmulas rotineiras e frases convencionais as quais podem se confundir com unidades fraseológicas.

O bloco mais facilmente perceptível está na última oração do primeiro período: “Não tem de quê” é uma fórmula rotineira usada em Língua Portuguesa para responder a um agradecimento. Outras frases assim são “Não sei de que se trata”, “Nada tenho a declarar” e “Não há verba”. Nestes casos, a interpretação das frases é feita com base nos sentidos determinados pelos gêneros discursivos nos quais elas são utilizadas, os quais são rememorados pelo leitor.

Algo um pouco diferente ocorre com as frases do terceiro parágrafo “Nem preguei o olho” e “Não vou com a cara dele”. São frases também muito repetidas cuja convencionalidade não está relacionada com sua utilização em determinados gêneros discursivos, mas sim a um sentido cristalizado, metafórico no primeiro caso e metafórico e metonímico, no segundo. “Não pregar o olho” é não dormir e “não ir com a cara de alguém” é “não sentir simpatia pela pessoa” (referente indicado pelo uso do pronome indefinido). Apresentar um sentido metafórico é uma propriedade também partilhada pelas expressões idiomáticas, motivo pelo qual a classificação destes blocos como frases convencionais pelos alunos pode ser mais difícil.

De todo o trecho, contudo, a frase convencional cuja classificação e interpretação estão mais sujeitas a dúvidas é a frase do quarto parágrafo: “Não entendi patavinas”. Mesmo que os alunos tenham lido ou ouvido uma frase como esta, é bem provável que não consigam saber exatamente o que a palavra “patavinas” significa. Neste caso, pode-se afirmar que a frase apresenta certo grau de opacidade, característica que as expressões idiomáticas também apresentam.

Para solucionar esta questão, vale à pena recorrer a dados oriundos de *corpus* eletrônico para testar as seguintes hipóteses: (1). “não entender patavina” é uma combinação recorrente, há coligação quase exclusiva entre o verbo e o nome e recorrência de significado para o sintagma de que faz parte: trata-se de expressão idiomática; (2) “patavina” é um substantivo usado com outros verbos e diferentes construções, com recorrência de significado para o item lexical, trata-se de uma frase convencional.

Para promover a observação e a construção dessas hipóteses a partir dos usos da palavra, os alunos podem ser motivados a, em contextos encontrados em *corpus* eletrônico e também na frase drummoniana, substituir a palavra “patavina” por outra, atividades pautadas no paradigma observar-hipotetizar e experimentar. Para tanto, foi utilizado o *Corpus do Português* (DAVIES;

FERREIRA, 2015) cuja base textual diacrônica e com predomínio de fontes literárias o torna indicado para consultas sobre palavras pouco usada coloquialmente pelos jovens.

Em “O *Corpus* do Português” foi possível coletar 24 contextos, nove deles do século vinte e os demais do século dezenove. Utilizando os primeiros cinco contextos, o professor pode motivar os alunos a observarem com que verbo a palavra “patavina” é utilizada e o que a frase em que é usada significa no contexto. Da comparação entre as frases, surge a hipótese de a palavra significar “nada” ou “coisa alguma”.

19:Fic:Br:Gattai:Cronica Li o telegrama mas não entendi patavina é um telegrama assim tipo carta enigmática

19:Fic:Br:Paiva:Brasil Elvio abaixou os olhos e não fez “a” nem “b”.Acho que patavina do que eu disse; se entendeu, tanta surpresa que se perdeu.

19N:Br:Cur Ele faz um intercâmbio e não entende patavina de português

19N:Br:SP (...) vai continuar entendendo patavina dosi iâmbicos e pentâmetros presentes na estrutura poética deShakespeare.

19:Fic:Pt:Losa:Retta (era ela, a Retta , e de ouvir um longo palavreado, sem perceber patativa (riu-se baixinho) Ela era assim quando estava alegre e bem disposta.(DAVIES.;FERREIRA, 2015 s/p.)

Para testar a hipótese, os demais contextos podem ser lidos rapidamente para evidenciar as combinações possíveis: entender (o mais frequente de todos os verbos), perceber (ocorre apenas em textos portugueses) compreender / distinguir / saber / esclarecer / ficar na cabeça e responder. A observação destas combinatórias confirma a hipótese levantada e mostra que “Não entender patavina” é uma frase convencional e não uma expressão idiomática, uma vez que em todos os contextos considerados (com inclusão da crônica) a palavra “patavina” pode ser substituída por “nada” e a interpretação das frases corresponde à soma dos significados das partes que a compõem.

Com relação às expressões idiomáticas, há pelo menos uma que pode não ser conhecida ou utilizada pelos alunos: a expressão: “não botar azeitona na empada de alguém”. Para esta expressão idiomática, há apenas uma ocorrência no *Corpus* do Português, contudo, o contexto expandido fornece informações suficientes para os alunos conseguirem inferir como e em que sentido a palavra é utilizada. Trata-se de um trecho de um texto jornalístico publicado no Brasil em 1997: “(...) os senadores, em boa parte, são candidatos a governador, Não pretendem botar azeitona na empada dos outros, ou seja, aprovarão a reeleição para os atuais governadores desde que eles sejam conforme a lei vigente (...)”(DAVIES; FERREIRA, 2015 s/p.)

Algumas vezes, ao longo da crônica, Drummond modifica blocos de palavras para obter determinados efeitos de sentido. Sua identificação requer a ativação, na memória, do bloco original para se perceber a mudança proposta e se especular sobre o que Drummond quis dizer com o trocadilho. Um destes usos irônicos ocorre na frase do terceiro parágrafo, “Não li e não gostei”, trata-se de uma citação que modifica a expressão original “Não comi e não gostei”. Para ilustrar seu uso, pode-se mostrar aos alunos trechos de textos coloquiais e atuais como o a seguir, reproduzido, a seguir retirado de um *blog*:

Quando me perguntam se algo que estou comendo é bom, sempre acho essa pergunta engraçada. Porque é bom em que sentido? Se estou comendo, deve ser porque acho bom. No mínimo eu como porque gosto. Até mesmo jiló, eu gosto. Acho engraçado, porque não sei o que dizer a não ser: Prove, experimente por você mesmo e não seja mais um do tipo não-comi-e-não-gostei.(BONIS, 2010)

Comparando-se o uso e o sentido convencionais da expressão com o da frase criada por Drummond, é possível perceber que há uma comparação implícita entre a comida e a literatura e a informação também implícita de que, assim como há pessoas que se negam a experimentar um prato culinário por pressuporem que não o irão apreciar, também há aquelas que se negam a passar pela experiência de ler uma obra. Tal como no uso original da frase convencional, há uma crítica velada a essas pessoas.

Se bem não esgote o material linguístico do trecho inicial da crônica do poeta mineiro, outras considerações e análises podendo ser feitas a respeito do texto, este breve comentário evidencia as características mais importantes dos blocos de palavras que constituem quase a totalidade da crônica e explicita melhor os procedimentos metodológicos propostos. Esses procedimentos valorizam o uso contextualizado dos blocos e motivam o educando a observar, elaborar hipóteses e testá-las adotando, para tanto, uma atitude reflexiva que o leva a tomar consciência da existência desses blocos e de como eles são usados.

5.Considerações Finais

O principal objetivo deste artigo foi mostrar que a Abordagem Lexical pode ser utilizada em aulas de Língua Portuguesa como língua materna quando se visa o ensino do léxico e seu uso adequado em produções escritas. Para tanto, essa abordagem foi apresentada, descrita e contextualizada. Em seguida, sua aplicabilidade ao ensino da língua pátria foi justificada tendo em vista a variação linguística da língua portuguesa no Brasil tornar o ensino da norma culta

tão desafiante quanto o ensino de língua estrangeira para boa parte dos alunos. Por fim, uma proposta de ensino respaldada pela Abordagem Lexical foi apresentada. Se bem tenha alcançado seu desiderato, a investigação ora publicada apresenta limitações.

Um dos fundamentos da Abordagem Lexical é o pressuposto de que uma parte considerável de um idioma é constituída por blocos de palavras que correspondem a unidades fraseológicas, cuja tipologia foi apenas apresentada neste artigo. Uma vez que se procurou evidenciar a aplicabilidade pedagógica da abordagem, a questão de quais critérios usar para a identificação e categorização dos diversos tipos de unidades fraseológicas não foi abordada, mas apresentada como se não fosse uma questão controversa. São necessários estudos mais aprofundados sobre o tema.

Outro tópico negligenciado diz respeito às diferentes correntes teóricas que subjazem à Fraseologia, partiu-se do pressuposto segundo o qual aquilo que os estudiosos de língua espanhola concebem como sendo locuções equivalem ao concebido pelos estudiosos de língua inglesa como sendo expressões idiomáticas. Pesquisas teóricas mais aprofundadas sobre as convergências e divergência entre estas e outras correntes no âmbito da Fraseologia são igualmente necessárias.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, de C. D. O homem e suas negativas. In: **Dias Lindos**, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978, p.68.

ATORESÍ, A. et.al. **Escritura**. Un estudio de las habilidades de los Estudiantes de América Latina y el Caribe. Documento fomentado pelo OREAL/UNESCO e LLCE. Productora Gráfica Andres: Santiago, Chile, dez. 2010, 208p. Disp. em / <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001919/191925s.pdf>. Acesso em 09, setembro, 2015.

BONIS, D. V. de. Os do-tipo não-comi-e-não gostei. **Blog: Dicas da tia**. 16/03/2010. Disp. em <http://dicasdatia.blogspot.com.br/2010/03/os-do-tipo-nao-comi-e-nao-gostei.html>. Acesso em 23, julho, 2015.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em Língua Materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004. 108p.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. J. O corpus do Português. Disp. em <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>. Acesso em 18, agosto, 2015.

GARCÍA-PAGE, M. **Introducción a la fraseología española**. Estudio de las locuciones. Barcelona, Antrhopos, 2006, 527p.

IRIARTE SANROMÁN, A. **A unidade lexicográfica:** palavras, colocações, frasesmas e pragmatemas. Minho: Universidade do Minho, 2001, 394p.

FRAHLING, G. et.al., **Sobre nós.** Disp.em <http://www.linguee.com.br/portugues-ingles/page/about.php>. Acesso em 05, maio, 2015.

LACKMAN, K. **Lexical Approach Activities.** A Revolutionary Way of Teaching. 2011. Disp.em. <http://kenlackman.com/files/LexicalActivitiesBook102.pdf>. Acesso em 29, abril, 2015.

LEWIS, M. **The Lexical Approach. The State of ELT and a Way Forward.** Inglaterra: Language Teaching Publications, 1993, 200p.

_____. **Implementing the lexical approach.** Putting Theory into Practice. Boston, USA: Thomson Heinle. Series. Language Teaching Publications, 2002, 223p.

SEIDE, M. S. Inadequação vocabular em redações escolares brasileiras. **Revista Confluência**, n. 47 – 2.º semestre de 2014 – Rio de Janeiro, p.157-171, 2015.

SINGLETON, D. **Exploring the Second Language Mental Lexicon.** Cambridge, UK: Cambridge University Press (Cambridge Applied Linguistics), 1999, 341p. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139524636>

ZIMMERMAN, C. B. Historical trends in second language vocabulary instruction. In: COADY J.; HUCKIN, T.(orgs). **Second Language Vocabulary Acquisition.** Cambridge Applied Linguistics. Nova York-E.U.A: Cambridge University Press, 1997, p.5-18.

Artigo recebido em: 09.09.2015

Artigo aprovado em: 18.11.2015

CIC e CPF – um caso particular de sinonímia

CIC and CPF – a special case of synonymy

Karina Rodrigues*

RESUMO: Este trabalho tem o intuito de divulgar e registrar um fenômeno coletado em pesquisa sobre a terminologia de contratos de locação de imóveis no Brasil. Trata-se da relação de sinonímia entre os termos *CIC* (cartão de identificação do contribuinte) e *CPF* (cadastro de pessoas físicas) que, apesar de serem quotidianamente utilizados como sinônimos, designam conceitos diferentes, contrariando uma das premissas básicas no estabelecimento da sinonímia amplamente divulgada na literatura especializada, qual seja, a coincidência de conceitos. A análise mais atenta do fenômeno aponta para a existência de uma elipse na formação de expressão sintagmática designadora do mesmo conceito que, ela sim, apresenta fortes indícios de sinonímia, a saber: “número do CIC” e “número do CPF”. Observa-se, portanto, que as duas formas assumem a relação sinonímica apenas em contexto, de tal forma que aqui referenciamos essa relação como sinonímia estritamente de contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Sinonímia estritamente de contexto. CIC e CPF. Contrato de locação de imóveis.

ABSTRACT: This work aims to disclose and register a phenomenon gathered in a research on the terminology of real estate leasing contracts in Brazil. This phenomenon refers to the existent synonymous relation between the terms *CIC* (cartão de identificação do contribuinte) and *CPF* (cadastro de pessoas físicas) which, despite being daily used as synonyms, describe different concepts, contradicting one of the basic premises regarding the establishment of the synonymy widely disclosed in specialized literature, i.e., the coincidence of concepts. A closer analysis of the phenomenon indicates the existence of an ellipsis in forming syntagmatic expression designating the same concept, where indeed there is strong evidence of synonymy, i.e.: "número do CIC" and "número do CPF". Therefore, it can be noted that these two forms demonstrate synonymous relation only in context, and that is why herein such relation is referred to as a synonymy strictly related to the context.

KEYWORDS: Synonymy strictly related to the context. CIC and CPF. Real estate leasing contract.

1. Introdução

Nas últimas décadas, tem-se acirrado cada vez mais a discussão teórica a respeito das relações de significação entre as palavras. A Lexicologia, como suporte teórico para os trabalhos de Lexicografia, muito tem contribuído para que se esclareçam essas relações, cujo entendimento é condição *sine qua non* para a elaboração de obras de referência, especialmente, mas não só, no que tange aos sistemas de remissivas. Prova disso são os dicionários de língua

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da UNESP. Pesquisa realizada com o suporte financeiro de bolsa da FAPESP.

geral, cada vez melhores e mais precisos em suas informações, embora saibamos ser esse um campo de estudos árido, com muitos senões e tantas outras influências de ordem linguística, cognitiva, pragmática, mercadológica, etc., que dificultam, e muito, o trabalho de lexicógrafos e dicionaristas. Estabelecer, portanto, as relações de significação que encontramos indicadas em um dicionário não é uma tarefa fácil. Mas isso se deve, em grande medida, às características da língua. A língua é assim, um fenômeno cambiante, sistematizada sim, firme em suas regras, porém, repleta de nuances particulares e rica em suas contradições.

No âmbito da Terminologia não ocorre de outra forma. Verdade é que o quadro das relações de significação entre termos é pintado com cores um tanto diferentes, uma vez que, diferentemente do olhar lexicológico, a Terminologia tem requisitos próprios que atingem fundamentalmente o estudo da sinonímia em seu seio. Reconhece-se o fenômeno sinonímico, mas os desdobramentos são de ordem terminológica, com características próprias.

Neste trabalho, pretendemos explorar um intrigante caso encontrado em nossa pesquisa de mestrado, na qual desenvolvemos um glossário de termos recorrentes em contratos de locação de imóveis em língua portuguesa e francesa¹. Observaremos, a seguir, o par *CIC* e *CPF*, siglas que referem a um documento bastante comum na sociedade brasileira. Lidamos, no trabalho de então, com a ocorrência desses termos em nosso *corpus* de modelos de contratos de locação de imóveis em relação de sinonímia, porém, para nosso espanto e inquietude, esses termos designam conceitos diferentes.

Nosso intuito, com esse trabalho, é apresentar o fato terminológico por nós vivenciado e contribuir para a ampliação dos conhecimentos acerca das relações de significação sinonímica em estudos na área da Terminologia.

2. Pressupostos teóricos: Sinônimos, quase-sinônimos, variantes.

A notar pelo fenômeno da economia linguística, não se considera produtivo que sejam criadas duas designações para exatamente o mesmo conceito, o mesmo uso, o mesmo nível de especialidade, as mesmas características socioafetivas que recaem sobre as palavras. Conclui-se, portanto, que, se existem duas designações em relação de sinonímia para um mesmo conceito, isso quer dizer que há alguma diferença de conceituação, uso, percepção pelo usuário,

¹ Trata-se da dissertação de mestrado “Terminologia de contratos de locação de imóveis – estudo terminológico bilíngue e elaboração de glossário português-francês”, disponível na biblioteca da Universidade Estadual Paulista – UNESP – de São José do Rio Preto. Essa pesquisa foi realizada com auxílio de bolsa de mestrado da FAPESP.

grau de especialização, dentre inúmeros outros fatores que incidem sobre as formas designativas.

Quase-sinônimo é, segundo Barros (2004, p. 222), a forma mais adequada de denominar, no âmbito da Terminologia, designações que recobrem o mesmo conceito sem, no entanto, serem intercambiáveis em todo e qualquer contexto. Se há duas formas designativas para um determinado conceito, isso vem mostrar que cada uma das variantes apresenta um significado diferente. Entendemos por significado o conjunto de informações sobre o termo, não somente seu conceito (formado por características próprias da classe à qual o objeto pertence e por características específicas do objeto em questão), mas também informações sobre uso, sobre a apreciação do termo pelos usuários, conotações atribuídas a ele, etc.

Como exemplo, tomemos as designações *Hanseníase* e *Lepra*². *Hanseníase* é a designação científica de uma patologia, *Lepra*, além de designar a mesma doença (sendo, portanto, representante do mesmo conceito), traz também o valor social que circunda a patologia em questão³. O significado de *Lepra*, portanto, é diverso, pois se compõe também da apreciação com juízo de valor pelo falante.

Observamos que, se há a necessidade de se criar outra designação para um conceito determinado, isso aponta para a existência de traços de significação além do próprio conceito. O mesmo ocorre, por exemplo, com o par *retrato* e *foto*, no qual o primeiro traz - além do conceito de representação de alguém ou algo, por meio de dispositivo de captação de imagem - um traço de significação mais amplo, no qual se observa a ação do tempo. A variante *retrato* é considerada antiga e sofre um processo de declínio no que tange ao uso. As duas formas são usadas, portanto, em contextos específicos, determinados, não sendo de todo aceita sua intercambialidade em qualquer situação.

O fenômeno da sinonímia total, portanto, é bastante específico. Trazemos à nossa reflexão a citação de uma das mais célebres estudiosas brasileiras do inquietante e surpreendente mundo das palavras. Maria Tereza Camargo Biderman é contundente, “sinônimos verdadeiros, totais, são raros.” (BIDERMAN, 2004, p. 197). Ora, se na comunicação cotidiana utilizamos tantas palavras que aparentemente querem dizer a mesma

² A Lei 9.010/95 dispõe sobre a terminologia obrigatória para documentos oficiais no que se refere à patologia em questão. Ela veta o uso do termo popular e estigmatizado *lepra* em favor do termo científico *hanseníase*.

³ A apreciação social negativa desta doença, que popularmente se observa associada sobretudo ao termo *lepra*, pode ser observada na recomendação do médico Dr. Drauzio Varella em seu site: “Não fuja dos portadores de hanseníase, uma doença estigmatizante, mas que tem cura, desde que devidamente tratada”. (VARELLA, 2014)

coisa, ou pelo menos as utilizamos com essa intenção, essa afirmação é, no mínimo, curiosa. Certamente um olhar superficial não compreenderia tal raridade dos sinônimos, uma vez que os utilizamos a todo momento na comunicação despreocupada do dia-a-dia. O termo “sinônimo” é tomado, muitas vezes, em um sentido mais abrangente, para referir-se a palavras que recobrem o mesmo sentido. No âmbito dos estudos lexicológicos e terminológicos, no entanto, pares sinonímicos requerem coincidência não só de conceito, mas de significado. Para Biderman, os sinônimos perfeitos não existem⁴.

Robert Dubuc, eminente pesquisador no domínio da Terminologia, também aponta para a raridade dos sinônimos perfeitos, que ele denomina “sinônimos absolutos”, uma vez que a categorização desse tipo de relação sinonímica exige a intercambialidade das formas em todos os contextos. (DUBUC, 1992, p. 82)

Logo, cabe-nos tentar compreender o que designa o termo *sinônimo perfeito*, *total* ou *absoluto*, e o que se classifica como *parassinônimo*. A diferença entre esses termos se dá na equivalência absoluta de um para a equivalência parcial de outro, respectivamente, diferença que pode ocorrer em âmbito do conceito, da apreciação pelo usuário, pelo nível de língua, pelo contexto, etc.

Para Coroa, o contexto em que as palavras ocorrem e as características discursivas de cada situação demandam aspectos de significação diversos, o que acarreta nuances de sentidos diferentes e impede que estabeleçamos, indiscriminadamente, pares sinonímicos.

Reconhecida na sua importância, a dependência contextual é para muitos estudiosos da palavra, bem como para grande parte dos usuários da língua, fator determinante para a construção e o entendimento do significado. No entanto, significados considerados equivalentes no dicionário nem sempre preenchem contextos equivalentes. Mesmo sinônimos presumidos podem não ser adequados aos fins visados, pois as implicações de registro e de marcas de interação fazem parte dos sentidos das palavras. (COROA, 2011, p. 63)

Lidamos, portanto, em nossa língua, com infinitos casos de parassinônimos. Aqueles que designam o mesmo conceito, mas são atravessados por traços de significação diversos, oriundos da esfera pragmática, por exemplo.

⁴ Embora frequente nos dicionários, a definição sinonímica deve ser evitada, sempre que possível, dada a sua pouca precisão. Ela supõe sempre que o consultante do dicionário dispõe de um certo cabedal léxico e de suas correlações internas em redes semânticas, o que muitas vezes não é verdadeiro. Por outro lado, como não existem sinônimos perfeitos, trata-se de uma definição imperfeita, já que a equação sêmica não é totalmente estabelecida. (BIDERMAN, 1993, p. 6)

Lyons ressalta a coincidência de ponto de vista por parte dos linguistas no que se refere ao fenômeno da sinonímia:

É opinião corrente que há poucos sinônimos perfeitos nas línguas naturais, se é que há de fato. Para citar Ullmann: “É quase um truismo dizer que a sinonímia total é um fenômeno extremamente raro, um luxo que a língua mal pode permitir”. Os argumentos de Ullmann quanto a esse ponto de vista repousam sobre dois critérios bastante distintos: “Só se podem considerar como sinônimas as palavras que se podem substituir em qualquer contexto sem a mais leve mudança ou no sentido cognitivo ou no afetivo.” As condições para a “sinonímia total” são, portanto: 1) a possibilidade de intercâmbio em todos os contextos; 2) a identidade tanto no sentido cognitivo como no afetivo.” (LYONS, 1979, p. 476)

O autor apresenta a opinião geral entre os especialistas em sinonímia para revelar sua crítica, uma vez que discorda em certo grau dessa afirmação, pois acredita que palavras podem ser consideradas sinônimas em contextos determinados. Ele aponta, portanto, para a imprescindibilidade do contexto para a geração de um par sinonímico. Seu exemplo amplamente citado é a frase “vou à padaria pegar pão”, em que, nesse contexto específico, *pegar* seria sinônimo de *comprar*, palavras não sinônimas em outros contextos. (LYONS, 1979, p. 481)

Pietroforte e Lopes explicam com clareza e precisão a interferência do contexto no estabelecimento (ou não) da sinonímia:

Mesmo quando os termos podem substituir-se no mesmo contexto, eles não são sinônimos perfeitos porque as condições de emprego discursivo são distintas: um apresenta mais intensidade do que o outro (por exemplo: adorar/amar); um implica aprovação ou censura, enquanto o outro é neutro (por exemplo: beato/religioso); um pertence a uma linguagem considerada vulgar, enquanto o outro não (por exemplo: trepar/fazer amor); um pertence a uma variedade de língua antiga ou muito nova e outro não (por exemplo: avença/acordo); um pertence a um falar regional e outro não (por exemplo: fifó/lamparina); um pertence à linguagem técnica, enquanto outro pertence à fala geral (por exemplo: escabiose/sarna); um pertence à fala coloquial e outro não (por exemplo: jamegão/assinatura); um é considerado de um nível de língua mais elevado do que o outro (por exemplo: rórico/orvalhado). (PIETORFORTE; LOPES, 2004, p. 126)

Para falarmos de línguas de especialidade, a Norma ISO 1087 (ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION, 1990, p. 5)⁵, que apresenta um conjunto de termos designativos de conceitos em Terminologia, define sinonímia como “relação entre designações de mesma língua que representam o mesmo conceito”. Essa definição se aparelha ao que vimos anteriormente acerca da sinonímia para a lexicologia. E, continuando, a norma ainda apresenta mais precisamente “Os termos que são intercambiáveis em todos os contextos de um domínio são denominados sinônimos; se eles são intercambiáveis apenas em alguns contextos, eles são chamados quase-sinônimos” (Idem. Tradução nossa).

Robert Dubuc apresenta uma classificação tipológica dos quase-sinônimos, em que figuram as variações causadas por marcas sociolinguísticas, “que se referem ao nível de língua do discurso”, geográficas, uma vez que “conforme as regiões onde uma língua é falada, usos paralelos podem se introduzir”, temporais que “identificam estados de língua no tempo”, profissionais, pois “especialistas de diferentes disciplinas podem encontrar-se engajados em um mesmo domínio, relacionado a sua própria especialidade [...] e confrontar sua respectiva terminologia”, de concorrência, na medida em que “fabricantes de um produto têm frequentemente o desejo de se diferenciar de seus concorrentes pelo emprego de uma terminologia que lhes é específica” e, finalmente, marcas de frequência, considerando que “termos com a mesma significação podem não ter a mesma frequência de uso” (DUBUC, 1992, p. 82-83, tradução nossa).

Alguns autores denominam os quase-sinônimos pelo termo *variantes*, ou seja, termos que recobrem o mesmo conceito, mas não apresentam a capacidade de se substituírem mutuamente em qualquer que seja o contexto, na medida em que os tipos de variantes, os citados por Dubuc, por exemplo, já pressupõem usos em contextos diferentes.

Maria Teresa Cabré (1999, p. 122), em sua proposta da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), alerta não só para a existência do fenômeno sinonímico em Terminologia como ressalta a importância do contexto para a escolha da variante. No trecho a seguir, ela apresenta um dos princípios da TCT, por ela elaborada:

Tiene que admitir la sinonimia como un fenómeno real dentro de la comunicación especializada natural y aportar criterios para establecer el

⁵ Relation entre désignations de même langue qui représentent la même notion. [...] Les termes qui sont interchangeables dans tous les contextes d'un domaine se nomment synonymes ; s'ils ne sont interchangeables que dans certains contextes, ils sont appelés quasi-synonymes. (ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION, 1990, p. 5)

distinto valor de las unidades, si es este el caso. La TCT parte de la base que la sinonimia en la comunicación especializada es un hecho real, cuantitativamente dependiente del nivel de especialización de un discurso. Cuanto más especializado es el texto mayor es su sistematicidad y menor su grado de variación denominativa. La TCT supone también que las unidades en relación de sinonimia pueden tener un valor similar o muy distinto, de acuerdo con los tipos de rasgos pragmáticos asociados a cada variante. (CABRÉ, 1999, p. 122)

O fenômeno sinonímico é, a partir do estabelecimento da TCT, considerado um fenômeno real e frequente em Terminologia assim como o é no sistema das línguas naturais. Pavel e Nolet (2002, p. 49) também apontam para a existência de sinônimos, quase-sinônimos e variantes em Terminologia. As autoras apresentam as mesmas definições citadas anteriormente para os fenômenos em questão, em que, para haver sinonímia, exige-se a designação do mesmo conceito e intercambialidade em todos os contextos. Elas, assim como Dubuc citado anteriormente, nomeiam o fato sob essas condições de “sinônimos absolutos”. E lançam “sinônimos parciais” como outra designação para “quase-sinônimos”, que definem como aqueles que designam o mesmo conceito mas não são comutáveis em qualquer contexto⁶.

A Norma ISO 1087 (ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION, 1990, p. 6) oferece uma pequena classificação dos tipos existentes de variantes, definindo-as como “cada uma das formas existentes de um termo”. E, em nota, acrescenta “distinguem-se as variantes ortográficas, morfológicas e sintáticas”⁷ (tradução nossa).

A eminente pesquisadora no domínio da variação terminológica no Brasil Enilde Faulstich (1997, p. 145) nomeia o fenômeno pelo termo *variante* e traça um complexo quadro tipológico em que se pode notar não só características propriamente linguísticas como também ligadas à questão pragmática. Do uso por parte dos falantes decorrem variações de cunho geográfico, cronológico e de nível de discurso. Faulstich divide as variantes terminológicas em duas classes: variantes terminológicas linguísticas (fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais e gráficas) e variantes terminológicas de registro (geográficas, de discurso e temporais).

⁶ Os *sinônimos absolutos* são termos que designam o mesmo conceito e que podem ser usados um pelo outro em todos os contextos. Os quase-sinônimos ou *sinônimos parciais* são termos que designam o mesmo conceito, mas que não podem ser substituídos um pelo outro por causa de diferenças de uso dependentes de situações comunicativas. (PAVEL; NOLET, 2002, p. 49 Tradução Enilde Faulstich)

⁷ Variante: *chacune des formes existantes d'un terme. Note : On distingue les variantes orthographiques, morphologiques et syntaxiques.* (ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION, 1990, p. 6)

Ela explica que os critérios para essa classificação levam em conta “tendências sistemáticas em que os termos se repartem” (FAULSTICH, 1998, p. 6).

Outros autores também denominam os sinônimos por *variantes*. Barros (2007, p. 24-25) revela a existência de variantes braquigráficas, as *siglas*, cuja abreviação seleciona somente as letras iniciais de um sintagma terminológico e apresentam a pronúncia soletrada, como em *INSS* (Instituto Nacional de Seguro Social); e os *acrônimos*, por sua vez, formas braquigráficas pronunciadas silabicamente, como em *UNESP* (Universidade Estadual Paulista).

Observamos, portanto, que, em Terminologia, o fenômeno sinonímico é designado por alguns termos: sinônimos, sinônimos totais, perfeitos ou absolutos quando temos o raríssimo caso em que as duas formas denominativas designam o mesmo conceito e podem ser utilizadas em qualquer contexto, uma vez que apresentam os mesmos traços pragmáticos. No caso de variantes, quase-sinônimos ou sinônimos parciais, temos formas designativas do mesmo conceito, no entanto, essas formas apresentam traços de significação diversos, oriundos de várias situações que atravessam a linguagem, como nível de especialização dos usuários, sua situação geográfica, época, intenções no falar, forma de apreciação do termo pelos usuários, etc., questões de ordem pragmática que se apresentam em determinado contexto.

Se o contexto é fator determinante para o uso de um termo e não de outro, é possível dizer que o contexto tem, também em Terminologia, papel preponderante no estabelecimento de pares sinonímicos.

Consequentemente, os contextos linguísticos e pragmáticos são componentes que contribuem para a articulação do estatuto terminológico de uma unidade lexical, bem como explicam a presença de sinonímias e variações nos repertórios terminológicos. (KRIEGER, FINATTO, 2004, p. 78)

Notamos, então, que, diferentemente do que preconizava a Teoria Geral da Terminologia (TGT), segundo a qual o termo deveria ser unívoco, ou seja, um único conceito para uma única designação e vice-versa, o que ocorre nas terminologias é uma profusão de designações em função do uso do conjunto terminológico pelos falantes. É a terminologia em uso que sofre as variadas alterações que atendem à comunicação em níveis de especialização diferentes, tempo e espaço diversos, variados registros do discurso, etc. Daí, o surgimento de fenômenos como a sinonímia e a variação terminológica.

Pietroforte e Lopes comentam que a existência de sinônimos perfeitos só é possível em Terminologia⁸. Isso seria, de fato, verdade se os termos pudessem ser comutados em todo contexto, mas eles não o são. Para certificarmos disto, basta rememorar os diversos contos anedóticos em que um médico conversa com um paciente (em registro especializado) e este não compreende nada do discurso (uma vez que o paciente não tem conhecimento especializado e se expressa em registro popular). O que é *suturar*, para um, é *dar pontos*, para o outro. Os termos designam o mesmo conceito, mas não são sinônimos perfeitos, como sugerem Pietroforte e Lopes, porque apresentam níveis de especialização diferentes. São, sim, quase-sinônimos.

3. Metodologia: o contexto.

O caso analisado para esse trabalho ocorre em um contexto determinado, sobre o qual nos debruçamos em nossas pesquisas. Trata-se de contratos de locação de imóveis em língua portuguesa. Contratos, de forma geral, podem ser de naturezas diversas, como contratos de compra e venda, contratos de prestação de serviços, contratos de trabalho, contratos de doação, contratos sociais e muitos outros tipos. No presente trabalho, interessa-nos observar especificamente os contratos de locação de imóveis, entendidos como documentos que oficializam, perante a lei, a relação comercial entre um locador e um locatário, apresentando cláusulas sobre o uso e gozo de um bem imóvel de propriedade do locador. A contrapartida pelo uso do imóvel chama-se aluguel, tem um valor previamente estipulado, é calculado com base em índices nacionais oferecidos por institutos de pesquisas econômicas e é de responsabilidade do locatário. Arnoldo Wald, em *Obrigações e contratos*, obra publicada pela Editora Revista dos Tribunais em 2000, esclarece:

Locação é o contrato em que uma das partes se obriga a ceder à outra o uso e gozo de coisa infungível, mediante remuneração. A parte que cede o uso e gozo diz-se: *locador*, *senhorio* ou *arrendador*; a que recebe a coisa chama-se: *locatário*, *inquilino* ou *arrendatário*. A remuneração ou o preço pago diz-se: *aluguel*, *aluguer* ou *renda*. (WALD, 2000, p. 347)

⁸ No entanto, não existem sinônimos perfeitos, a não ser nas terminologias (por exemplo, em botânica, o nome científico de uma planta e seu nome popular), porque não são intercambiáveis em todos os contextos. (PIETROFORTE; LOPES, 2004, p. 126)

No Brasil, a principal lei que rege esse tipo de relação comercial é a Lei do Inquilinato, nº 8.245/91, que foi alterada pela lei 12.112 sancionada em 09 de dezembro de 2009 pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e o Código Civil Brasileiro. É importante lembrar que a nova lei apenas altera alguns artigos da lei anterior que continua a vigorar, porém de acordo com as alterações efetuadas pela lei 12.112. Estes documentos legais estabelecem as obrigações das partes interessadas no contrato de locação e este, por sua vez, apresenta diversas cláusulas que são determinadas segundo os interesses do(s) locador(es) e do(s) locatário(s).

Para nossa pesquisa, contamos com um *corpus* formado por 34 modelos de contratos de locação de imóveis brasileiros, com aproximadamente 51 mil palavras, extraídos da rede mundial (*Internet*), oriundos de *sites* de empresas imobiliárias e escritórios de advocacia.

A partir desse conjunto de textos, nos foi possível observar algumas características de constituição de texto muito comuns nos contratos de locação de imóveis. Eles são redigidos em linguagem formal padrão, com recursos de registro culto, se utilizam de linguagem jurídica, uma vez que o tipo de contrato em questão é um documento oficial, jurídico de representação de uma negociação comercial, devem ser compreendidos em todo o território nacional. Na medida em que se constituem como documento legal, apresentam, de maneira geral, as mesmas características formais, como qualificação das partes, disposições gerais (que atendem aos interesses comuns em todos os contratos de locação de imóveis) e disposições particulares (que se referem às características próprias do contrato em questão). A principal característica é a capacidade de tornar-se um registro legal do acordo entre as partes. Diferentemente de outros gêneros textuais, o contrato, uma vez assinado entre as partes e atinente à legislação, adquire um valor legal. Aquilo que foi acordado no contrato deve ser cumprido, caso contrário, a parte lesada pode recorrer à justiça para que seus direitos constantes no contrato sejam respeitados e cumpridos, assim como seus deveres também são obrigatórios.

O microcontexto em que ocorre o par *CIC* e *CPF* é a qualificação das partes. Nesse trecho, o contrato esclarece quem são os interessados no acordo: o locador, o locatário e o fiador. As informações de identificação são geralmente nome completo, idade, endereço, estado civil, profissão, e números de documentos como RG, *CIC* ou *CPF*, *CNPJ* (em caso de locação comercial).

Verificamos, logo, que o contexto em que aparecem as formas *CIC* e *CPF* é exatamente o mesmo, a qualificação das partes em contratos de locação de imóveis brasileiros.

4. Resultados: CIC e CPF

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de convidar o leitor a um teste. Em uma resposta rápida, qual o conceito que vem à sua mente quando o senhor leitor é requisitado a apresentar seu CIC? Seria o mesmo, se requisitado a apresentar seu CPF? Se o senhor leitor imaginou o mesmo documento nas duas situações, confirma-se, mais uma vez, a hipótese de que, no uso cotidiano desse documento, os falantes o denominam igualmente pelos dois termos. Em uma rápida pesquisa entre os portadores de CIC ou CPF, podemos notar que as pessoas, de uma forma geral, associam os dois nomes a um mesmo conceito: um documento determinado, em que consta o registro de pessoa física no Ministério da Fazenda.

Nos contratos de locação de imóveis que compõem nosso *corpus*, não ocorre de maneira diferente. Os termos CIC e CPF são usados na qualificação das partes, no que se refere ao mesmo documento.

Analisaremos, a seguir, o percurso de consolidação da sinonímia entre os termos CIC e CPF a partir da variação cronológica a que eles são submetidos, a verificação da não coincidência de conceitos e, finalmente, a consolidação do processo sinonímico.

a) Variantes cronológicas

Poderíamos analisar as duas formas designativas classificando-as como variantes cronológicas, o que não seria uma análise incorreta, mas incompleta.

A variante *CIC* (forma braquigráfica de *Cartão de Identificação do Contribuinte*), ainda que antiga, é utilizada no cotidiano dos falantes do português, embora seja possível perceber a prevalência da forma *CPF*, mais atual. Vejamos alguns contextos de uso retirados de nosso *corpus* de contratos de locação de imóveis, em que os termos aparecem em relação de sinonímia:

Os signatários desde instrumento, de um lado, como locador,, portador do CIC n.o, e, de outro, como locatário,, brasileiro, casado, do comércio, portador do CIC n.o, têm por justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber. (*Corpus* de Contratos de Locação de Imóveis em Português - CCLIP)

Como fiadores e principais pagadores, assinam também o presente instrumento, brasileiro, aposentado, casado com, portadores do CIC n.º.....,

residentes e domiciliados à, que assumem a responsabilidade de todas as obrigações contraídas pelo locatário, responsabilidade que somente cessará com a efetiva restituição ao locador do imóvel locado. (CCLIP)

DO LOCADOR:, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF N° e da Carteira de Identidade N°, residente e domiciliado na, CEP, nesta cidade e Comarca de, Estado do, proprietário do imóvel descrito na cláusula quarta. (CCLIP)

Pelo presente instrumento particular, de um lado(qualificar nome, profissão, RG, CPF), casado sob o regime decom, residente e domiciliado em ... nesta cidade à rua ..., nº, doravante denominado LOCADOR; e de outro lado(qualificar nome, profissão, RG, CPF), casado sob o regime de, com, doravante simplesmente denominado LOCATÁRIO, têm justo e acertado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO POR TEMPORADA, mediante as cláusulas e condições seguintes, que mutuamente aceitam, a saber. (CCLIP)

Verificamos, portanto, que, no que tange ao uso observado nos contextos oriundos de nosso *corpus*, os termos *CPF* e *CIC* são utilizados como variantes para a designação de um mesmo documento, a saber, aquele que apresenta o número do registro do contribuinte junto ao Ministério da Fazenda.

Segundo nossa pesquisa, em *sites* como o do Poupatempo, serviço do governo estadual de São Paulo, foi possível verificar que a forma *CPF* é utilizada como preferencial, como no item Perguntas e dúvidas frequentes do Poupatempo: “O CPF (CIC) pode ser solicitado no Poupatempo?” (POUPATEMPO, 2012). A forma entre parênteses tem o papel de lembrar ao leitor que *CIC* é apenas uma outra forma de denominar o documento em questão (*CPF*), no entanto, não é a forma mais comum de designação, uma vez que aparece de maneira secundária.

Observamos inúmeras ocorrências na *web* em que a variante *CIC* ocorre apenas entre parênteses ou com a marca de uso “antigo”. Em todas as ocorrências, conforme verificaremos a seguir, o termo *CIC* recobre o mesmo conceito de *CPF*, confirmando que se trata de uma variante e que apresenta marca de uso temporal.

O CPF, antigo CIC, é um documento que possui numeração única e que não é alterada nem mesmo na emissão da segunda via do CPF. (TIRAR CPF, 2012)

O CPF, antigo CIC (Cartão de Identificação do Contribuinte), é um documento de identificação necessário para as pessoas físicas que estão sujeitas a várias situações do cotidiano, como abrir conta em banco, operar na bolsa de valores, obter registro em carteira profissional. Desta forma, o CPF é o seu principal documento de identificação depois do RG. (IGF INTELECT, 2012)

Como renovar meu CPF? O antigo CIC (Cartão de Identificação do Contribuinte) deve ser renovado anualmente e isso pode ser feito através do site da receita federal com confirmações simples de dados, como o número do título de eleitor. (BRAVUS NET, 2008)

O CPF é um documento emitido pela Receita Federal e substitui o antigo CIC - Cartão de Identificação do Contribuinte. A inscrição do CPF é única, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, mais de um número de CPF para a mesma pessoa. Quem possuir o cartão CIC/CPF emitido em papel não precisará efetuar a troca pelo novo modelo em plástico. (PORTAL DO SEU BAIRRO, 2013)

O Cadastro de Pessoa Física (CPF), antigo CIC, é o documento que identifica os brasileiros junto à Receita Federal. Este cadastro reúne dados pessoais e informações sobre suas contribuições. Uma vez cadastrada, a pessoa receberá um número de CPF que será sempre o mesmo por toda a sua vida. (GUIA DE DIREITOS, 2013)

Essa informação nos levou a pesquisar o percurso temporal da forma *CIC* e encontramos o Decreto-Lei que instaurou o CPF e engendrou a transformação, trata-se do Decreto-Lei 401 de 30 de dezembro de 1968.

Todo brasileiro, declarante de Imposto de Renda, era, até os últimos anos da década de 1970, registrado na Receita Federal sob o Registro de Pessoas Físicas. Esse registro teve o nome alterado para *Cadastro de Pessoas Físicas* pelo decreto supracitado. Disso resultou a sigla *CPF* que conhecemos. O *CIC*, segundo o site da Receita Federal, era um cartão (Cartão de Identificação do Contribuinte), que foi enviado para os declarantes do Imposto de Renda em 1970. Tratava-se de um cartão de identificação individual, que continha o número do registro do contribuinte. (MEMÓRIA DA RECEITA FEDERAL, 2013)

No decorrer do tempo, e com o uso dessas formas pelos falantes, o termo que designava o cartão que continha o número do registro, passou a identificar o próprio documento de identificação. O mesmo ocorreu com a sigla *CPF*, que, no uso, passou a identificar o próprio documento.

Esses dados apontam para o fato de que as formas *CPF* e *CIC* ocorrem nos textos dos contratos de locação de imóveis em relação sinonímica, pois migraram, no transcorrer do tempo, para a designação de um mesmo objeto/conceito, um documento específico.

Em nosso *corpus*, verificamos a valorização da forma *CPF*, que ocorreu 56 vezes, em detrimento da antiga *CIC*, que ocorreu apenas 13 vezes. Claro está, conforme esses números, que a variante *CIC* realmente perde espaço para sua concorrente *CPF*. Ao que consta nos

contextos de uso analisados em que a forma *CIC* ocorre, ela aparece em boa parte das vezes para certificar o leitor de que se trata do mesmo documento agora denominado *CPF*. Acreditamos que *CIC* permaneça ainda em uso co-ocorrente com a forma *CPF*, num processo que tende a culminar em seu desaparecimento.

b) Não coincidência de conceito

Entretanto, contrariando todas as expectativas para o estabelecimento de pares sinonímicos, as formas *CIC* e *CPF* não designam o mesmo conceito. Portanto, a análise das formas como variantes temporais não é de todo completa. Conforme observamos no item II desse trabalho, tanto sinônimos quanto quase-sinônimos atendem a uma premissa comum: eles devem designar o mesmo conceito. Ora, como *CIC* e *CPF* podem ocorrer em relação sinonímica se os conceitos por eles designados são diferentes?

As designações *CPF* e *CIC* são abreviações dos termos *Cadastro de pessoas físicas* e *Cartão de identificação do contribuinte*, respectivamente.

Vejamos a citação de Lacombe sobre o termo *Cadastro de pessoas físicas*:

Cadastro de Pessoas Físicas, do Ministério da Fazenda, no qual são obrigatoriamente inscritas as pessoas que devem fazer a declaração anual de ajuste do imposto de renda, as que têm desconto de imposto de renda na fonte e as que têm conta corrente em bancos. (LACOMBE, 2009, p. 165)

Para Lacombe, e conforme o próprio termo em sua forma estendida *Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)*, trata-se de um cadastro, efetuado junto ao Ministério da Fazenda, ao qual estão obrigados os contribuintes de imposto de renda.

CIC, por sua vez, designa o *Cartão de Identificação do Contribuinte*, ou seja, um cartão em que consta o número do registro, através do qual é possível a identificação de um contribuinte específico.

De fato, o conceito designado pelos termos é diferente, o que configura a não confirmação de um par sinonímico. O uso, no entanto, aponta para a utilização indiscriminada das duas formas para a designação do mesmo conceito (o documento que apresenta um mesmo número de inscrição do contribuinte junto à Receita Federal), em um mesmo contexto. Os fatos contrariam a literatura especializada. Diante desse impasse, recorreremos a uma fala iluminada de Lethuillier.

c) Consolidação da sinonímia

Jacques Lethuillier (1989, p. 445), professor honorário da Universidade de Montreal, discorre sobre a formação de designações terminológicas sintagmáticas, que apresentam uma relação de sinonímia especificamente no que tange ao conceito genérico, entendido também como gênero próximo (ou a classe), ao qual os objetos pertencem e, como exemplo, o autor cita *turbine à gaz / turbine à vapeur*⁹. Ainda que as diferenças específicas (a gás ou a vapor) existam, o autor aponta para a relação sinonímica entre as duas formas no que tange ao conceito de *turbina*.

O autor explica, então, o papel da elipse na formação dos termos, pois esclarece, acerca desses exemplos, que eles seriam formados por sintagmas elípticos (*moteur*) *turbine à (fluide moteur de type) gaz* e (*moteur*) *turbine à (fluide moteur de type) vapeur*¹⁰ (LETHUILLIER, 1989, p. 446). Os trechos *moteur* e *fluide moteur de type* estão elípticos e são justamente os elementos que reforçam a sinonímia entre as duas designações.

Esses termos não seriam exemplos clássicos de sinonímia, uma vez que os semas “a gás” e “a vapor” causam uma diferença específica significativa a ponto de diferenciar substancialmente os dois conceitos. No entanto, a fala de Lethuillier refere-se à composição dos termos, à sua formação, e nesse sentido, os sintagmas se mantêm sinônimos até o final da designação, momento em que o último elemento do sintagma os diferencia.

Na esteira dos apontamentos de Lethuillier, expandimos esse fenômeno para o caso do trabalho que aqui apresentamos e o observamos à luz do par *CIC* e *CPF*. Como já assinalamos anteriormente, *CIC* e *CPF* não são, *a priori*, sinônimos, mas assumem traços de sinonímia no uso pelos falantes, conforme atestado pelos contextos de uso analisados. Os termos invocam uma relação de sinonímia entre si na medida em que são igualmente associados a um elemento elíptico na sua formação. O elemento que os torna sinônimos é o trecho “número do”.

CIC e *CPF* não designam o mesmo conceito, mas *número do CIC* e *número do CPF* designam o mesmo conceito, qual seja, o mesmo número, sob o qual o contribuinte está registrado no cadastro do Ministério da Fazenda. Os termos se beneficiam do fator de elipse,

⁹ Turbina a gás, turbina a vapor. (tradução nossa).

¹⁰ (motor) turbina a (fluido de motor do tipo) gás e (motor) turbina a (fluido de motor do tipo) vapor. (Tradução nossa).

apontado por Lethuillier¹¹, uma vez que o trecho “número do” desaparece de sua formação sintagmática “número do cartão de identificação do contribuinte” / “número do cadastro de pessoas físicas”.

Lethuillier fala em manutenção do núcleo do sintagma, o que não ocorre na formação dos termos aqui observados, pois é o próprio suposto núcleo do sintagma a sofrer a elipse. O esquema sugerido por Lethuillier não se adequa exatamente ao caso aqui estudado, pois o par *CIC e CPF*, a nosso ver, mostra-se um caso bastante particular. Mas a revelação do fenômeno da elipse em exemplos como os citados por Lethuillier pode contribuir para a elucidação desse caso bastante intrigante encontrado na terminologia dos contratos de locação de imóveis.

Nesse sentido, recorreremos também às explicações do filósofo Wittgenstein, para quem a significação é atravessada pelo uso, e este pode prescindir de alguns elementos da frase, que permanecem elípticos, uma vez que a situação de comunicação partilhada pelos interlocutores é suficiente para completar o sentido do que é dito. Ele desenvolve essa questão com um exemplo bastante claro, duas pessoas trabalham em uma construção, e uma delas diz a outra: “lajota”. O interlocutor compreende essa frase como um comando “traga-me uma lajota”, em que a parte “traga-me uma” está elíptica (WITTGENSTEIN, 1979, p. 10-18). A situação de uso dessa palavra/frase “lajota!” indica para os interlocutores que se trata de um pedido e não apenas da denominação do referido objeto.

Da mesma forma, em “número do CIC” ou “número do CPF”, temos a elipse do sintagma “número do” uma vez que essa informação já é partilhada pelos interlocutores. É da práxis da comunicação em contextos como os analisados para este trabalho, a saber, a qualificação das partes em um contrato, que o que se quer significar com a indicação CIC ou CPF é, na verdade, a solicitação do número do documento em questão.

Esse tipo de variante, inaugural em contratos de locação de imóveis, até onde nos foi possível pesquisar, não está presente nos quadros tipológicos classificatórios de variantes aos

¹¹ *À côté de ces procédés, qui comprennent la siglaison (laser, maser, radar, sida, RAM, MEV, EPROM, ROM, etc) et différents types de fusion (apocope, aphérèse, syncope) bien connus et dont l'effet sur la motivation des termes est très franc (celle-ci devient pratiquement nulle), il existe un procédé « doux », très largement utilisé pour rendre acceptables les désignations syntagmatiques très spécifiques. C'est l'ellipse, qui conserve le noyau syntagmatique, contrairement aux procédés de réduction ci-dessus. (LETHUILLIER, 1989, p. 445)* Ao lado desses procedimentos que abrangem a siglação (laser, maser, radar, sida, RAM, MEV, EPROM, ROM, etc.) e diferentes tipos de fusão (apócope, aférese, síncope) bem conhecidos e cujo efeito é livre da motivação dos termos (esta se torna praticamente sem valor), existe um procedimento “moderado”, bastante utilizado para tornar aceitáveis as designações sintagmáticas muito específicas. É a elipse, que conserva o núcleo sintagmático, contrariamente aos procedimentos de redução acima (idem, tradução nossa)

quais tivemos acesso. Trata-se de termos que designam conceitos diferentes, mas que na esfera do uso, ocorrem em relação sinonímica em função da elipse do núcleo da expressão sintagmática, que os faz convergir a um mesmo conceito. Por esta razão, consideramos o par *CIC* e *CPF* como sinônimos estritamente de contexto.

5. Considerações finais

O caso que aqui estudamos é de uma particularidade ímpar. Não encontramos outros casos em terminologia de contratos de locação de imóveis em língua portuguesa que possam se assemelhar ao fenômeno em questão e confirmar nossa proposta de entendimento. A premissa fundamental, segundo a literatura em Lexicologia e em Terminologia, para se instaurar a sinonímia é a coincidência de conceito. A não similitude de questões pragmáticas (nível de especialização, diferenças cronológicas e geográficas, apreciação do termo pelos falantes, conotações afetivas, etc) que incidem sobre o termo levam-no à categoria de quase-sinônimo. Mas estes devem, assim como os sinônimos, designar o mesmo conceito. O estupor causado pelo uso em relação sinonímica verificado nos contratos de locação de imóveis do par *CIC* e *CPF* dá-se em função da não coincidência dos conceitos por eles designados, quais sejam: a) cartão onde consta o número de identificação do contribuinte e b) cadastro de pessoas físicas contribuintes de Imposto de Renda junto ao Ministério da Fazenda, respectivamente.

A estrutura subjacente de formação dos termos *CIC* e *CPF* indica a existência de um elemento elíptico que ocorre na atualização dos termos pelos falantes em situações de uso. A sequência “número do” fica subentendida na associação dos termos ao documento. Os termos *CIC* e *CPF* não são sinônimos, mas adquirem essa relação de significação quando são associados pelo núcleo elíptico “número do”. **Número do *CIC*** e **número do *CPF*** são sinônimos ou quase-sinônimos (considerando a variação cronológica que recai sobre o elemento *CIC*), uma vez que designam o mesmo número: a) que consta no cartão de identificação do contribuinte e b) que registra o contribuinte no cadastro de pessoas físicas, respectivamente.

Os termos ocorrem em relação sinonímica em função do uso pelos falantes, logo, consideramos esse caso como sinônimos estritamente de contexto. Contrariando tudo o que se encontra na literatura, trata-se de um caso de sinonímia de contexto e não de conceito.

Esperamos, com esse trabalho, registrar o fenômeno encontrado em nossa pesquisa e contribuir para a ampliação dos estudos de variação terminológica.

Referências bibliográficas

BARROS, L. A. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BARROS, L. A. **Conhecimentos de Terminologia geral para a prática tradutória**. São José do Rio Preto, SP: NovaGraf, 2007.

BIDERMAN, M. T. C. A definição lexicográfica. In: **Cadernos do IL**, Porto Alegre, Instituto de Letras da UFRGS, Jul. 1993, n. 10, p. 23-43.

BIDERMAN, M. T. C. Análise de dois dicionários gerais do português: o Aurélio e o Houaiss. In: ISQUERDO, A.N.; KRIEGER, M.G. (Org.). **As Ciências do Léxico**, Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Vol. II. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004, v. II, p. 185-200.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 401**, de 30 de dezembro de 1968. Brasília: Presidência da República, Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0401.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.010**, de 29 de março de 1995. Brasília: Senado Federal, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9010.htm>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BRAVUS NET. **Receita Federal**. 2008. Disponível em: <<http://www.bravus.net/receita-federal/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA, 1999. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/tlrp.1>

COROA, M. L. Pra que serve um dicionário. In: CARVALHO, O. L. DE S.; BAGNO, M. (Org.). **Dicionários Escolares**: políticas, formas e usos. São Paulo: Parábola, 2011, p. 132-149.

DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. Quebec: Linguatex, 1992.

FAULSTICH, E. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. **VI Simpósio Ibero-americano de Terminologia**. Tema: Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional. Havana, Cuba, de 16 a 19 de novembro de 1998. Disponível em: <[C:\Users\W7645 - Dual Core\AppData\Local\Temp\Rar\\$EX02.528\6simposio\faulstich.htm](C:\Users\W7645 - Dual Core\AppData\Local\Temp\Rar$EX02.528\6simposio\faulstich.htm)>. Acesso em: 14 mai. 2011.

FAULSTICH, E. Variação Terminológica: algumas tendências no português do Brasil. In: **Cicle de conferències 96-97**: lèxic, corpus i diccionaris. Barcelona: IULA, 1997.

GUIA DE DIREITOS. **CPF**. 2013. Disponível em: <http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=438&Itemid=78>. Acesso em: 11 dez. 2014.

- IGF INTELECT. **Glossário financeiro** – CPF. 2012. Disponível em: <http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=972>. Acesso em: 24 nov. 2014
- KRIEGER, M. G., FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.
- LACOMBE, F. **Dicionário de Negócios**, mais de 6.000 termos em inglês e português. São Paulo: Saraiva, 2009.
- LETHUILLIER, J. La synonymie en langue de spécialité. **Meta: journal des traducteurs**. vol. 34, n° 3, 1989, p. 443-449. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/003498ar>>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- MEMÓRIA DA RECEITA FEDERAL. **Imposto de Renda** – PF. 2013. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/irpf/historia/hist1968a1981.asp>>. Acesso em: 24 nov. 2014.
- ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. **Terminologie** – Vocabulaire. Genebra. ISO, 1990 (Norme Internationale ISO 1087, 1990).
- PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de Terminologia**. Gatineau, Quebec, 2002. Tradução Enilde Faulstich. Disponível em: <<http://www.btb.gc.ca/publications/documents/termino-por.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.
- PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. Semântica lexical. In.: FIORIN, J. L. **Introdução à linguística II**. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2004.
- PORTAL DO SEU BAIRRO. **Como requerer o CPF?** 2013. Disponível em: <http://www.portaldoseubairro.com.br/coisas/passopasso.asp?pag=como_tirar_cpf.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.
- POUPATEMPO. **Documentos**. 2014. Disponível em: <<http://www.poupatempo.sp.gov.br/perguntas/index.asp>>. Acesso em: 24 nov. 2014.
- TIRAR CPF. CPF. 2012. Disponível em: <<http://tirarcpf.com/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.
- VARELLA, D. **Doenças e sintomas: Hanseníase (Lepra)**. 2014. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/letras/h/hanseníase-lepra/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.
- WALD, A. **Obrigações e contratos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Artigo recebido em: 25.09.2015

Artigo aprovado em: 18.12.2015

Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto

Ballot names and parliamentary names of councilors from the City Council of Ouro Preto

Eduardo Tadeu Roque Amaral*
Verônica Barçante Machado**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar um conjunto de antropônimos dos vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP). Observa-se a formação dos nomes de urna e dos nomes parlamentares desses políticos, bem como a relação de tais nomes com os apelidos dos seus portadores. Para a definição dos nomes de urna e dos nomes parlamentares, são observados os dispositivos normativos do ordenamento jurídico brasileiro e, para a análise, são adotados pressupostos teóricos da Antroponomástica (AMARAL, 2011; BAJO PÉREZ, 2002 e 2008; VAN LANGENDONK, 2007). O corpus do trabalho, constituído por antropônimos dos vereadores das legislaturas iniciadas no período de 1989 a 2013, foi coletado em bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral e da CMOP. Os resultados revelam uma diversidade grande na formação dos antropônimos dos legisladores. Verifica-se que os nomes de urnas tendem a manter as formas antroponímicas pelas quais os candidatos são conhecidos na cidade, sejam elas hipocorísticas ou apelidos. Com respeito aos nomes parlamentares, observa-se que, pelo motivo de não haver uma norma que regulamente sua seleção pelos vereadores eleitos, vários parlamentares conservam os diferentes apelidos que recebiam em momentos pré-eleitorais. A análise permitiu atestar ainda uma grande importância dos apelidos na vida política dos parlamentares da CMOP.

PALAVRAS-CHAVE: Antroponímia. Nomes de urna. Nomes parlamentares.

ABSTRACT: This article aims to analyze a set of councillors' anthroponyms from the City Council of Ouro Preto – *Câmara Municipal de Ouro Preto* (CMOP). The formation of the ballot names and the parliamentary names of these politicians, as well as the relationship of such names with the nicknames of their holders, are analyzed. For the definition of the ballot names and parliamentary names, the rules of the Brazilian legal order are observed, and, for the analysis, theoretical assumptions of Anthroponomastics are adopted (AMARAL, 2011; BAJO PÉREZ, 2002 e 2008; VAN LANGENDONK, 2007). The corpus is composed of councillors' anthroponyms of the legislatures from 1989 to 2013, and it was collected in databases of the Superior Electoral Court and the CMOP. The results show a great diversity in the formation of the legislators' anthroponyms. It appears that the ballot names tend to keep the anthroponymic forms by which the candidates are known in the city, whether hypocoristics or nicknames. Regarding the parliamentary names, as there is no rule governing their selection by the elected councillors, several politicians maintain the different nicknames they received in pre-election times. The analysis has also attested that the nicknames have great importance in the political life of the parliamentarians of the CMOP.

KEYWORDS: Anthroponymy. Ballot names. Parliamentary names.

* Doutor em Letras. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

** Mestre em Letras. Universidade Federal de Ouro Preto.

1. Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo os nomes dos vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto/MG (CMOP). Trata-se de um conjunto heterogêneo de antropônimos identificados nessa Casa Legislativa durante sete legislaturas, iniciadas no período compreendido entre 1989 e 2013. As categorias principais de análise são os nomes de urna, os nomes parlamentares e os apelidos dos legisladores.

O vereador, desde o momento em que oficializa sua candidatura e durante o período em que exerce o cargo legislativo, pode ser denominado por diferentes antropônimos: pelo nome civil (ou nome de registro), pelo nome de urna ou pelo nome parlamentar. Conforme será visto adiante, o nome de urna corresponde à forma escolhida perante a Justiça Eleitoral e o nome parlamentar àquele pelo qual o vereador é designado nas reuniões ou citado em documentos oficiais da Câmara ou do Município (atas, projetos, indicações, requerimentos, correspondências, etc.). O vereador ainda pode ser denominado pelo apelido ou pelo hipocorístico com o qual é conhecido na cidade.

Neste trabalho, analisamos a formação dos nomes de urna e dos nomes parlamentares dos vereadores da CMOP, bem como a relação desses nomes com os apelidos dos seus portadores. Procuramos responder às seguintes questões: Como são formados os nomes de urnas e os nomes parlamentares dos vereadores de Ouro Preto? Que relação existe entre esses diferentes tipos de nomes?

O texto se organiza da seguinte forma: inicialmente, retomamos a questão da tipologia dos antropônimos, o que possibilitará uma discussão a respeito do lugar que ocupam os nomes de urna e os nomes parlamentares em um quadro teórico dos estudos antroponomásticos e, especialmente, em uma proposta tipológica que considere os diferentes antropônimos do português brasileiro. Em seguida, explicamos os procedimentos metodológicos utilizados para a seleção e classificação dos antropônimos. Posteriormente, apresentamos os resultados da pesquisa, que se inicia pela análise dos nomes de urna e sua configuração e continua com a análise dos nomes parlamentares. Finalmente, apresentamos as considerações finais, destacando a relevância do trabalho para a compreensão do funcionamento dessas categorias de nomes no quadro antroponímico brasileiro.

2. Pressupostos teóricos

2.1 A questão tipológica dos antropônimos

Os antropônimos e topônimos constituem duas subclasses de nomes próprios de uma língua e são considerados, por vários autores, como os elementos mais prototípicos da categoria dos nomes próprios (FERNÁNDEZ LEBORANS, 1999). No entanto, os antropônimos também são formados por elementos diferentes, o que leva Van Langendonck (2007, p. 187) a afirmar que estes constituiriam a categoria mais diversificada de nomes próprios. Por esse motivo, alguns trabalhos recentes têm se dedicado a apresentar uma tipologia dessas unidades linguísticas. Retomamos, a seguir, alguns estudos que apresentaram propostas tipológicas, o que possibilitará situar as unidades antroponímicas deste trabalho, nomes de urna e nomes parlamentares, no conjunto dos demais antropônimos.

Urrutia e Sánchez (2009) defendem que os antropônimos se compõem de quatro classes: nome de batismo (em espanhol: *nombres de pila*); sobrenomes (*apellidos*); apelidos (*sobrenombres*); hipocorísticos (*hipocorísticos*). Apesar de os autores identificarem várias classes de nomes próprios e distinguirem os prototípicos (antropônimos e topônimos) daqueles nomes que “se comportam como nomes próprios” (URRUTIA; SÁNCHEZ, 2009, p. 163), como períodos temporais (ex. Natal), instituições (ex.: Ministério da Educação), produtos da atividade humana (ex. Bíblia), etc., não tratam de categorias como as que neste trabalho estamos considerando.

Bajo Pérez (2002, 2008) apresenta um conjunto mais amplo de categorias antroponímicas, se comparadas às dos autores citados. Além dos mesmos antropônimos, a autora inclui alguns nomes de parentesco sem determinante usados como sujeito, tais como: *papai, mamãe, padrinho, madrinha*, etc.; além de formas como *fulano, beltrano, cicrano* (em espanhol: *fulano, mengano, zutano*), utilizadas também sem determinante e como sujeito. Sem entrar no mérito dos problemas que resultam da inclusão ou não desses itens na categoria de antropônimos – já que os primeiros possuem conteúdo semântico não encontrado nos nomes próprios ordinários e os segundos são usados especialmente quando não se sabe o nome próprio do portador –, o trabalho da autora tem o mérito de acrescentar em sua proposta categorias pouco estudadas como *nomes de guerra, nomes de religião, pseudônimos e nomes artísticos*. De qualquer forma, nenhuma menção é feita a nomes da vida política ou eleitoral.

Analisando dados especialmente do neerlandês a partir de parâmetros pragmáticos, Van Langendonck (2007) identifica as seguintes categorias: *nomes primários e oficiais* (prenomes

e sobrenomes), *secundários e oficiais* (por exemplo, nome de família empregado como nome individual: *Johnson was a former president*) e *nomes não oficiais* (denominados pelo autor de *bynames*). Um dos méritos do trabalho do autor se relaciona à distinção entre nome oficial e nome não oficial para a identificação das categorias dos antropônimos. Tendo em vista que os nomes parlamentares e os nomes de urna são unidades que estão relacionadas à vida política do cidadão, é necessário também levar em conta a relação desses nomes com o nome oficial ou nome civil da pessoa.

Considerando as especificidades dos antropônimos do português europeu, Vasconcelos (1928) distingue: a) *alcunha* (com forma variante *alcunho*) e outros termos que teriam acepção semelhante: *anexim, crisma, apelido, nomeada, lomeada, apodo*; b) *sobrenome*, definido como “um patronímico, nome de pessoa, expressão religiosa ou outra, que se junta imediatamente ao nome individual” (VASCONCELOS, 1928, p. 11); c) *apelido*, considerado designação de família. Mas o próprio autor menciona a confusão existente há vários séculos com relação a esses termos.

Amaral (2011), por sua vez, comenta a dificuldade em se aplicar os termos da obra portuguesa de Vasconcelos (1928) à realidade antroponímica do Brasil. Este autor, analisando dados do português brasileiro escrito, extraídos do jornal *Folha de São Paulo*, identifica e descreve as seguintes categorias: a) *prenome e sobrenomes*, antropônimos considerados oficiais por fazerem parte do registro civil; b) outros nomes não oficiais, como *hipocorístico, apelido* (ou *alcunha*), *pseudônimo/alcunha, heterônimo, nome artístico/nome de palco e nome de guerra*. Apesar da diversidade de antropônimos relacionada, o autor também não faz nenhuma menção a antropônimos da vida política ou eleitoral.

Conforme será discutido mais adiante, a formação das categorias de nomes que são objeto de estudo deste trabalho está vinculada às normas do ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, uma proposta que pretenda relacionar os nomes de urna e os nomes parlamentares às demais categorias dos antropônimos deve levar a conta os aspectos políticos e sociais do Brasil.

A partir da síntese das propostas tipológicas anteriores, observa-se que os tipos de antropônimos que analisamos neste artigo não foram ainda objeto de estudo dos trabalhos da Antroponomástica brasileira. Por esse motivo, consideramos que a descrição das propriedades dos nomes de urna e dos nomes parlamentares, mesmo que discutidas com base em dados de uma única casa legislativa, a Câmara Municipal de Ouro Preto, pode oferecer uma contribuição

relevante para a área.

Antes de discutir as propriedades das novas categorias de antropônimos, convém destacar os conceitos de *nome civil*, *apelido* e *hipocorístico*, que serão úteis na análise. Consideramos como nome civil o conjunto antroponímico (prenome + sobrenome) tal como figura no registro civil. Pela legislação brasileira, esse nome constitui um direito de todos, previsto no Código Civil (Lei Nº 10.406/2002, art. 16): "Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome". O prenome pode ser simples, como *José*, ou composto, como em *José Maria*. Por *apelido* (também chamado de *alcunha* e, mais raramente, *cognome*), entendemos aqueles antropônimos atribuídos a um indivíduo geralmente por outra pessoa e que, muitas vezes, alude a uma característica física, intelectual ou social e pode ou não ser depreciativo¹. Por fim, o hipocorístico, de caráter afetivo e de origem geralmente familiar, é o antropônimo formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo) de outro antropônimo, como *Gui* (< *Guilherme*), *Luisinho* (< *Luis*), *Geraldão* (< *Geraldo*) (AMARAL, 2011; SEIDE, 2008).

2.2 O nome de urna

No Brasil, a Lei 9.504/1997 estabelece as normas para as eleições. O artigo 12 dessa lei dispõe sobre a formação do nome de urna:

O candidato às eleições proporcionais indicará, no pedido de registro, além de seu nome completo, as variações nominais com que deseja ser registrado, até o máximo de três opções, que poderão ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente, mencionando em que ordem de preferência deseja registrar-se (art. 12, Lei Nº 9.504/1997).

Como é possível observar, o nome de urna se origina de um ato jurídico no qual o candidato deve indicar até três opções antroponímicas pelas quais deseja ser identificado. Em seguida, a mesma lei define as normas para desfazer os casos de homonímia. Uma das exigências da Justiça Eleitoral é que o candidato demonstre que é conhecido pelo nome indicado no pedido de registro (art. 12, § 1º, I). Além disso, para a decisão dos casos de homonímia,

¹ Neste trabalho, não estamos diferenciando *apelido* de *alcunha*. A distinção que alguns autores procuram apontar, baseada, respectivamente, no caráter passageiro ou permanente do antropônimo (SEIDE, 2008; VASCONCELOS, 1928), seria difícil de ser observada nos dados coletados.

cumprir ainda papel importante o fato de que o candidato seja identificado por um dado nome na sua vida política, social ou profissional, o que impedirá que outros candidatos utilizem o mesmo nome (art. 12, § 1º, III).

2.3 O nome parlamentar

Ao tomar posse, o candidato eleito a um cargo legislativo deve informar à respectiva casa legislativa o seu nome parlamentar. No caso da Câmara dos Deputados, existe um dispositivo legal que procura normatizar esse ato. O § 1º do art. 3º da Resolução Nº 17/1989 (CÂMARA, 1989) dispõe: “O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas confusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes; ou dois prenomes”².

No caso da CMOP, o vereador, ao tomar posse, deve decidir por qual nome será chamado dentro da Instituição (em projetos, atas, correspondências, etc.). Ao contrário do que ocorre na Câmara dos Deputados, não há, na CMOP, nenhum dispositivo normatizando a escolha do nome parlamentar. Neste trabalho, verificaremos se as opções feitas pelos vereadores se aproximam ou não da norma que foi estabelecida para a Câmara dos Deputados.

2.4 Síntese das definições

A partir das questões teóricas e legais discutidas nas seções anteriores, apresentamos o quadro abaixo, que contém uma síntese das definições dos antropônimos citados nas seções 2.2 e 2.3.

Quadro 1. Síntese das definições de novas categorias de antropônimos

| Antropônimo | Definição |
|-------------------------|--|
| nome de urna | Antropônimo escolhido pelo candidato às eleições proporcionais para registrar-se na Justiça Eleitoral. |
| nome parlamentar | Antropônimo escolhido pelo indivíduo eleito a cargo legislativo para ser usado em documentos oficiais da casa legislativa. |

Na próxima seção, vamos expor os procedimentos metodológicos que foram adotados

² Observamos, entretanto, em consulta ao *site* da Câmara dos Deputados, que nem todos os nomes parlamentares se compõem de dois elementos. São exemplos: Adrian, Biffi, Deley, Giacobbo, etc.

na seleção dos dados para este trabalho.

3. Metodologia

Para a realização desta pesquisa, foram feitas pesquisas em três fontes principais: a) página *web* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); b) página *web* e arquivos de atas da CMOP; c) consultas informais aos servidores e vereadores da CMOP. A consulta aos bancos de dados do TSE e da CMOP permitiu a identificação do nome civil, do nome de urna e dos nomes parlamentares dos vereadores da CMOP. Além disso, o contato com os servidores e vereadores da CMOP possibilitou recolher diversas informações sobre os apelidos pelos quais os parlamentares foram ou são conhecidos dentro da cidade.

Após a coleta de dados, estes foram incluídos em planilhas, que permitiram um levantamento quantitativo e qualitativo dos processos de formação de cada categoria antroponímica. Foram analisados um total de 107 antropônimos de vereadores, distribuídos em 7 legislaturas no período compreendido entre 1989 e 2013, incluindo os suplentes e as reeleições, tal como apresentado na Tabela 1³:

Tabela 1. Número de vereadores

| Período da legislatura | Número de vereadores (incluindo suplentes e reeleições) |
|-------------------------------|--|
| 2013 a 2016 | 15 |
| 2009 a 2012 | 10 |
| 2005 a 2008 | 11 |
| 2001 a 2004 | 18 |
| 1997 a 2000 | 19 |
| 1993 a 1996 | 18 |
| 1989 a 1992 | 16 |
| Total | 107 |

³ No caso dos nomes de urna, a consulta ao TSE só permitiu coletar os dados incluídos a partir do ano de 1996.

Na próxima seção, apresentamos os resultados da análise.

4. Resultados

4.1. A formação dos nomes de urna

De acordo com o levantamento realizado, as principais categorias de antropônimos que servem para a formação dos nomes de urna dos candidatos ao cargo de vereador da CMOP são: hipocorístico, apelido e prenome.

Os nomes de urna formados a partir do hipocorístico apresentam características semelhantes, ora de diminutivos, como (1) e (2), ora de abreviações dos nomes, como em (3).

- (1) Nome civil: **Francisco** de Assis Gonzaga da Silva.
Nome de urna: **Chiquinho** de Assis.
- (2) Nome civil: **Roberto** Leandro Rodrigues Júnior.
Nome de urna: **Robertinho** Leandro.
- (3) Nome civil: **Geraldo** Carneiro Teixeira.
Nome de urna: **Gê** Carneiro.

O corpus também apresenta vários nomes de urna formados a partir do apelido do candidato, como (4), (5) e (6). Os apelidos têm motivações relacionadas a características físicas ou pessoais e a fatos sociais. Em (4), o apelido *Dentinho da Rádio* foi formado devido a uma característica física do indivíduo (dentes proeminentes), associada à sua profissão, locutor de rádio⁴. No caso de (5), *Paquinha* é o apelido de Maurício Moreira, que é cantor na cidade. Portanto, ao registrar seu nome de urna, o então candidato optou por utilizar o nome pelo qual é mais conhecido em Ouro Preto, que é o seu nome artístico. O parlamentar citado em (6) não é natural da cidade de Ouro Preto. Ele foi estudante da Universidade Federal de Ouro Preto e teria recebido esse apelido na república em que morava, já que é costume dessas moradias utilizarem apelidos a fim de nomearem seus membros. Dessa forma, o nome de urna ficou sendo o nome pelo qual ele era e é conhecido na cidade.

- (4) Nome civil: Edison Wander Ribeiro.
Nome de urna: **Dentinho da Rádio**.

⁴ Informações obtidas em contato pessoal com o portador do nome próprio, Edison Wander Ribeiro.

(5) Nome civil: Maurício Moreira.
Nome de urna: **Paquinha**.

(6) Nome civil: Wanderley Rossi Júnior.
Nome de urna: **Kuruzu**.

O prenome também é frequente na formação dos nomes de urna. Porém, ele pode estar acompanhado de sobrenome de família, como em (7), ou de outros nomes também vinculados a fatos sociais. Em (8), *do Morro* refere-se ao local de moradia do portador do nome, o Morro São Sebastião, e, em (9), *da Kombi* remete ao trabalho anterior do parlamentar, o transporte de alunos.

(7) Nome civil: Wander Lúcio Albuquerque.
Nome de urna: **Wander Albuquerque**.

(8) Nome civil: Luiz Gonzaga de Oliveira.
Nome de urna: **Luiz do Morro**.

(9) Nome civil: Geraldo Alves Godinho.
Nome de urna: **Geraldo da Kombi**.

Conforme pode ser observado, a diversidade na formação dos nomes de urna é grande. Alguns deles possuem formações peculiares e únicas. Para o nome de urna de (10), utilizou-se o hipocorístico *Léo*, mais um acontecimento marcante na vida do vereador, que foi uma feijoada beneficente para a qual foi convidado.

(10) Nome civil: Leonardo Edson Barbosa.
Nome de urna: **Léo Feijoada**.

Outro nome de urna com formação peculiar no *corpus* é o que se encontra em (11). Há uma união entre o prenome do vereador e o sobrenome da mãe. A população da cidade conhece essa tradicional família pelo sobrenome Pimenta, que pertence à mãe do político. Portanto, ele optou por utilizá-lo como nome de urna a fim de ser reconhecido como ouro-pretano “legítimo”⁵, já que, em Ouro Preto, muitas pessoas são reconhecidas, principalmente, pela

⁵ Informações confirmadas em contato pessoal com o portador do nome próprio, Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo.

família a que pertencem.

- (11) Nome civil: Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo.
Nome de urna: Júlio **Pimenta**.

4.2. A formação dos nomes parlamentares

A análise e classificação dos 107 antropônimos identificados durante as legislaturas iniciadas no período de 1989 a 2013 também revela uma diversidade grande na formação dos nomes parlamentares, tal como pode ser observado na Tabela 2:

Tabela 2. Formação dos nomes parlamentares

| Formação dos nomes parlamentares | Ocorrências | % |
|--|-------------|------------|
| [prenome simples] + [1º sobrenome] | 27 | 25,2 |
| [prenome simples] + [último sobrenome] | 19 | 17,8 |
| [Nome civil completo] | 16 | 15,0 |
| [1º prenome] + [sobrenome] | 16 | 15,0 |
| [1º prenome] + [2º prenome] | 8 | 7,5 |
| [1º prenome] + [1º sobrenome] | 4 | 3,7 |
| [1º prenome] + [último sobrenome] | 4 | 3,7 |
| [1º e 2º prenomes] + [sobrenome] | 4 | 3,7 |
| [2º prenome] + [sobrenome] | 3 | 2,8 |
| [nome civil completo] + [apelido] | 2 | 1,9 |
| [prenome simples] + [sobrenome da mãe] | 2 | 1,9 |
| [apelido de república de estudantes] | 2 | 1,9 |
| Total | 107 | 100 |

Os dados revelam que boa parte dos nomes parlamentares (25,2% do total) está formada pelo [prenome simples] + [1º sobrenome], como em (11). Das formações mais encontradas, em

segundo lugar (17,8% das ocorrências), encontrou-se a formação [prenome simples] + [último sobrenome], tal como mostra o exemplo (12):

(11) Nome civil: **Maurílio Zacarias** Gomes.

Nome parlamentar: **Maurílio Zacarias**.

(12) Nome civil: **Solange** Estevam **Pereira**.

Nome parlamentar: **Solange Pereira**.

Em terceiro e quarto lugares, respectivamente, com a mesma porcentagem de ocorrências (15%), temos as formações do nome parlamentar [nome civil completo], como se vê em (13) e de [1º prenome de prenome composto] + [sobrenome], como em (14):

(13) Nome civil: **Firmo Sérgio Eduardo**.

Nome parlamentar: **Firmo Sérgio Eduardo**.

(14) Nome civil: **Carlos** Maurício Carmassi.

Nome parlamentar: **Carlos Carmassi**.

Nos demais casos, registra-se uma quantidade menor de ocorrências. Embora os nomes parlamentares não contenham mais os hipocorísticos dos nomes de urna, chama a atenção a inclusão dos apelidos na formação dessa categoria de nomes da vida política. Como as normas da Resolução da Câmara dos Deputados (CÂMARA, 1989) não se aplicam na CMOP e como não há nenhum dispositivo legal que normatize a seleção do nome parlamentar, o que se vê é que motivações pessoais ou sociais que criam antropônimos atribuídos aos indivíduos em períodos pré-eleitorais acabam sendo adotados na escolha dos nomes de urnas e, posteriormente, sendo mantidos na definição dos nomes parlamentares. Nos casos em questão, são os apelidos pelos quais os sujeitos ficam conhecidos socialmente que são transferidos para a esfera da vida política. Observa-se, assim, um distanciamento entre o nome civil e o nome parlamentar, tal como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 2. Exemplificação comparativa de antropônimos de vereadores da CMOP

| Nome civil | Nome de urna | Nome parlamentar |
|---|---------------|------------------|
| Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo | Júlio Pimenta | Júlio Pimenta |
| Maurício Moreira | Paquinha | Paquinha |
| Wanderley Rossi Júnior | Kuruzu | Kuruzu |

Na atividade ordinária da CMOP, o uso de apelidos e até mesmo de hipocorísticos é muito mais frequente do que demonstram os registros iniciais dos nomes parlamentares. Observe-se a figura abaixo, que apresenta um carimbo de um requerimento da CMOP (CÂMARA, 2015).

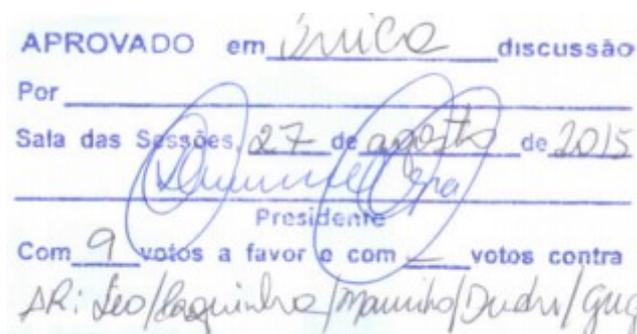


Figura 1. Carimbo presente no Requerimento 198/15 da CMOP

Na Figura 1, após a sigla AR (ausentes da reunião), são relacionados os parlamentares que não compareceram àquela reunião. Com exceção de Maurílio Zacarias Gomes, mencionado por seu prenome, todos os demais são citados pelo apelido, como *Paquinha* (Maurício Moreira), ou pelo hipocorístico: *Leo* (Leonardo Barbosa); *Dudu* (Carlos Eduardo Dias); *Gugu* (Alysson Pedrosa Maia).

O hipocorístico, conforme definido na seção 2.1, é um antropônimo de caráter afetivo e de origem frequentemente familiar. É um nome, em geral, reservado ao tratamento por parte de familiares, amigos íntimos ou pessoas com que o portador tenha caráter afetivo. Mas, o que observamos a partir da análise dos dados é que tanto o hipocorístico quanto o apelido passam a fazer parte da vida pública dos vereadores. Podemos afirmar que há, dessa forma, uma extensão do âmbito privado para o público, o que poderia facilitar uma aproximação do parlamentar não só com os servidores da CMOP, mas também, de modo amplo, com seus eleitores. Para a verificação desta última hipótese, seria necessário, entretanto, um estudo mais aprofundado, em que se observasse a avaliação que os eleitores fazem dos nomes dos políticos.

5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a formação dos nomes de urna e dos nomes parlamentares dos vereadores da CMOP, bem como a relação desses nomes com os apelidos

dos seus portadores. Inicialmente, observou-se que essas categorias de antropônimos não são abordadas nos estudos antroponomásticos. Por isso, foi necessário defini-las, o que fizemos a partir das normas do ordenamento jurídico brasileiro.

A análise mostrou uma diversidade interna na formação tanto dos nomes de urna quanto dos nomes parlamentares. Verificamos que os nomes de urnas tendem a conservar os nomes pelos quais os candidatos são conhecidos na cidade, o que se dá pela manutenção de hipocorísticos e apelidos nessa categoria de antropônimos.

Com respeito aos nomes parlamentares, observamos que, pelo motivo de não haver uma norma que regulamente sua seleção pelos vereadores eleitos, existe uma variação grande nas formas que são escolhidas, levando alguns a manterem, inclusive, os diferentes apelidos que recebiam em momentos pré-eleitorais. Foi possível observar, dessa forma, a importância dos apelidos dos indivíduos nos antropônimos da vida política dos parlamentares. Em vários casos, há uma considerável distância entre o nome civil e o nome parlamentar.

De modo geral, acreditamos que este trabalho possa contribuir não só para o conhecimento de categorias antroponímicas praticamente ignoradas pelos estudos da antroponímia brasileira, mas também para o conhecimento dos nomes próprios em uma esfera política do país. O corpus escolhido foi o de nomes de parlamentares da CMOP, mas seria interessante que os antropônimos de outras casas legislativas fossem estudados para que se pudessem observar as diferenças e semelhanças entre cada uma e conhecer mais a realidade antroponímica brasileira.

Referências Bibliográficas

AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. **Alfa Revista de Linguística**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011.

BAJO PÉREZ, E. **La caracterización morfosintáctica del nombre propio**. La Coruña: Toxosoutos, 2002.

_____. **El nombre propio en español**. Madrid: Arco Libros, 2008.

BRASIL. Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acesso em: 23 jan. 2014.

BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 10 abr. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília, 1989. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/regimentointerno.html>>. Acesso em 16 jan. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Regimento Interno. Disponível em: <<http://www.cmop.mg.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Vereadores. Disponível em: <<http://www.cmop.mg.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Requerimento 198/15, 2015. Disponível em: <<http://www.sistemasigla.org/arquivos/sismat/00000024277.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

FERNÁNDEZ LEBORANS, M. J. El nombre propio. In: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (dir.). In: **Gramática descriptiva de la lengua española** - vol. 1: sintaxis básica de las clases de palabras. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 77-128.

SEIDE, M. S. Usos de antropônimos como elementos coesivos. **Fórum Linguístico**, v. 5, n. 2, 2008, p. 23-35.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições anteriores. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

URRUTIA CÁRDENAS, H.; SÁNCHEZ GÓMEZ, F. El nombre propio en el español de América. In: HERNÁNDEZ ALONSO, C. (ed.). **Estudios lingüísticos del español hablado en América**. v. III.1: El sintagma nominal - Parte I. Madrid: Visor Libros, 2009. p. 57-306.

VAN LANGENDONCK, W. **Theory and typology of proper names**. Berlin: Walter de Gruyter, 2007. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1515/9783110197853>

VASCONCELOS, J. L. de. **Antroponímia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

Artigo recebido em: 27.09.2015

Artigo aprovado em: 02.12.2015

O campo léxico dos *animais* em cartas ao Barão de Jeremoabo: uma análise lexicológica

The lexical field of *animals* in letters to Jeremoabo Baron: a lexicological analysis

Eliane Santos Leite da Silva*
Celina Márcia de Souza Abbade**

RESUMO: Pretende-se discutir, através desse trabalho, resultados da análise realizada em cartas pessoais manuscritas, datadas entre 1890 e 1903, enviadas ao barão de Jeremoabo, o Dr. Cícero Dantas Martins (e que compõem o seu acervo pessoal, cujos originais são mantidos em regime de comodato na Fundação Clemente Mariani), por parentes, amigos e/ou correligionários. Através da referida pesquisa, foi possível realizar o levantamento de parte do vocabulário utilizado nas cartas, a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da Lexicologia, considerando principalmente a teoria dos campos lexicais proposta por Eugenio Coseriu (1967; 1979; 1981), ao analisar o campo léxico do *trabalho* e seus microcampos. Para a discussão no presente artigo, o recorte feito nos resultados contemplou o campo dos *animais*, a fim de realizar a análise sêmica do microcampo *animais explorados no trabalho do campo*, através do levantamento dos traços opositivos de cada unidade lexical, de acordo com a proposta da Lexemática coseriana. Nesse sentido, foi possível proceder à identificação dos usos lexicais enquanto caracterizadores de uma comunidade específica.

PALAVRAS-CHAVE: Cartas pessoais. Campo léxico. Semântica lexical. Lexemática.

ABSTRACT: We intend to discuss, through this work, analysis results on handwritten personal letters, dated between 1890 and 1903 sent to Jeremoabo Baron, Dr. Cicero Martins (and that make up your personal collection, whose originals are kept in lending regime in Clemente Mariani Foundation), by relatives, friends and / or co-religionists. Through this research, it was possible to survey part of the vocabulary used in the letters, from the theoretical and methodological foundations of Lexicology, especially considering the theory of lexical fields proposed by Eugenio Coseriu (1967; 1979; 1981), when analyzing the lexical field of *labor* and its micro fields. For the discussion in this article, the cut made on the results contemplated *animal* field in order to carry out the semic analysis of micro field *animals exploited in the work of the field*, through the lifting of the oppositional traits of each lexical unit, according to the proposal the lexematic of the Coseriu. In this sense, it was possible to identify the lexical while characterizing use of a specific community.

KEYWORDS: Personal letters. Lexicon field. Lexical Semantics. Lexematic.

1. Introdução

Para fins de análise no presente texto, objetivou-se analisar, sob o enfoque dos estudos lexicais, o vocabulário de vinte e quatro (24) cartas pessoais, datadas entre 1890 e 1903,

* Mestra em Estudos de Linguagem – UNEB; Docente do IFBAIANO.

** Doutora em Letras – UFBA; Docente da UNEB.

enviadas ao barão de Jeremoabo, o Dr. Cícero Dantas Martins, por sertanejos que desenvolviam atividades comerciais com o barão, mais especificamente, vaqueiros e negociantes de couro e de gado¹. O levantamento do vocabulário utilizado nas cartas fundamentou-se no aporte teórico-metodológico da Lexicologia, mais especificamente, na *teoria dos campos lexicais*, de Eugênio Coseriu (1967; 1979; 1981).

Para fins de discussão no presente trabalho, realizou-se a análise sêmica dos lexemas do campo *animais explorados no trabalho do campo*, através do levantamento dos traços que compõem as unidades lexicais do referido campo.

O presente texto, nesse sentido, foi organizado nos seguintes subtópicos: *Relação trabalho, cultura e léxico: os trabalhadores-escritores em Jeremoabo*, no qual traçou-se um breve panorama a respeito do sistema de trabalho comumente desenvolvido no Sertão baiano, focalizando as profissões dos vaqueiros e dos negociantes, e sua relação de dependência para com o barão, delimitando a discussão sobre o trabalho dos remetentes a partir, principalmente, do que pode ser lido e percebido em suas próprias escritas; o segundo, intitulado *Pressupostos teóricos: a Lexemática coseriana*, em que discutiu-se o referencial teórico-metodológico então adotado, focalizando a abordagem dos estudos do campo léxico de cunho estrutural propostos principalmente por Coseriu (1967; 1979; 1981). A fim de subsidiar os estudos lexicológicos, foram também considerados os trabalhos de Geckeler (1976), Vilela (1995), Baldinger (1970), Abbade (2009). Por fim, o subtópico *Análise sêmica do microcampo dos animais* concentrou-se na exposição dos resultados encontrados, através da organização do vocabulário das cartas no microcampo léxico específico dos *animais*, trazendo os lexemas seguidos de suas significações e ocorrências no texto².

2. Relação trabalho, cultura e léxico: os trabalhadores-escritores em Jeremoabo

Dentre as atividades sócio-econômicas que mais se destacaram no Nordeste da Bahia em fins do século XIX estão: a produção açucareira, no Recôncavo, e a produção pecuária, em especial, a criação de gado, no Sertão. Esta será aqui focalizada a fim de melhor compreender

¹ Os documentos que compõem o *corpus* foram editados pela Prof^a Zenaide Carneiro quando da sua tese de doutoramento intitulada “*Cartas Brasileiras (1808-1904): um estudo linguístico-filológico*”. Os originais dos documentos compõem o *Fundo Barão de Jeremoabo* e estão acondicionados na Fundação Clemente Mariani (SSA-BA), em regime de comodato.

² A fim de estabelecer os significados dos lexemas foram consultadas as seguintes obras lexicográficas: o *Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido de Figueiredo* (1949), o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986), o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) e o *Dicionário Zoológico* (1954).

as relações sociais e de trabalho que então se configuravam entre o barão de Jeremoabo e seus remetentes.

Na publicação *O sistema de produção na Bahia sertaneja do século XIX*, Brandão (2007) discute que os fazendeiros comumente utilizavam suas grandes propriedades de terras como moeda de troca, já que seus empregados, trabalhadores das fazendas (os assim chamados: *vaqueiros, roceiros, trabalhador regional, sertanejo*), ali desenvolviam suas atividades laborais, em troca de outros benefícios além do salário, como o usufruto da terra. A respeito dessa forte concentração de poder nas mãos dos fazendeiros, Brandão (2007) defende que a forma de produção atrelada à doação/ usufruto da terra assemelhava-se muito ao modo de produção feudal, diferindo do capitalismo então nascente, já que a produção visava originalmente ao fornecimento de carne e couro, além de animais (principalmente os bois) para o serviço nas lavouras açucareiras do Recôncavo, o que atribui uma importância sem precedentes para o uso do gado como a principal forma de produção e subsistência do próprio sertanejo:

[...] o pouco acúmulo de capital que havia com a venda do gado para os mercados centrais, ficava na mão do fazendeiro e grande coronel de terras [...], estes proprietários que detinham o capital da venda faziam o dinheiro circular em mercados mais prósperos da época (BRANDÃO, 2007, p. 74).

Na dissertação de Nascimento (2008) intitulada *Terra, laço e moirão: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Jeremoabo, 1880-1900)*, a autora apresenta a configuração sócio-econômica do Sertão baiano, especificamente da região que aqui nos interessa- Jeremoabo (por ter sido ali o local de nascimento do Barão) -, a partir de uma releitura da visão, segundo ela, romântica de alguns autores sobre a atitude extremamente amistosa, dependente e passiva dos vaqueiros para com os fazendeiros. Em contraposição, sua análise desmitifica tal visão, considerando o vaqueiro como atuante em suas relações trabalhistas. Para desenvolver suas análises, a autora buscou fontes até então não consideradas no âmbito da ciência social como pano de fundo para tais discussões, a saber, inventários *post mortem*, processos criminais, parte da correspondência pessoal do barão de Jeremoabo (mais especificamente as escritas por vaqueiros, assim coincidindo parcialmente com a seleção realizada na presente pesquisa), narrativas em verso e prosa a respeito da bravura do vaqueiro na lida com o gado e entrevistas que aludem ao folclore do boi encantado. Sua proposta foi

justamente “[...] entender os mecanismos de controle social utilizados pelos fazendeiros locais e como os vaqueiros se contrapõem a tal dominação da elite” (NASCIMENTO, 2008, p. 13).

Percebe-se, nesse sentido, que as atividades laborais desenvolvidas pelos vaqueiros não se enquadravam em uma perspectiva de subserviência absoluta à vontade dos fazendeiros, mas que os trabalhadores eram agentes no processo de produção, já que, com o aumento considerável das posses de terras, surgia a necessidade de contar com administradores fiéis nas diversas fazendas (e muitas vezes longínquas, em relação à residência do proprietário), que conhecessem suficientemente a região e suas peculiaridades para a criação do gado, a fim de que o lucrativo negócio da pecuária não sofresse prejuízos.

É, nesse contexto, que se destacam as figuras que, além do vaqueiro, lidavam diretamente com o funcionamento das fazendas: o administrador e o procurador. Nascimento (2008) estabelece algumas distinções principais entre eles, a saber, o **vaqueiro comum**, era quem lidava diretamente com o gado, organizando os rebanhos e deslocando-os quando necessário, realizando todo o serviço relacionado à criação; o **procurador** resolvia questões mais burocráticas, representando o proprietário por meio de uma procuração, como um administrador de assuntos externos; já **administrador** era o mediador nas negociações (compra e venda, contratação de empregados) além de ser responsável pelo pagamento dos funcionários, das partilhas, das ferras dos animais etc.

Após pesquisas mais detalhadas³ a respeito das posses do barão de Jeremoabo, Nascimento (2008) assim resume o perfil sócio-econômico da Jeremoabo da época aqui pesquisada:

[...] a Jeremoabo⁴ que encontramos em finais do século XIX era essa: uma região sob domínio de algumas grandes famílias onde a ascensão ou a simples segurança social dependiam do investimento nas relações pessoais de dependência, fossem elas baseadas na parentela, ou nas alianças sociais interessadas [...]. Também era uma comarca assolada por secas e guerras políticas, com esparsa identidade econômica, na qual seus habitantes tinham de lidar com a necessidade e o prestígio de ter sua própria criação de animais

³ Através de pesquisa às fontes supracitadas, em especial dos inventários, Nascimento chegou a resultados numéricos que confirmam as colocações de Brandão (2007) sobre a relevância do cultivo de gado no final do século XIX; especificamente todos os inventários datados entre os anos 1880 e 1888. Os dados apontam que o *gado vacum* correspondia a 33% dos bens declarados na comarca de Jeremoabo, seguido de bens de raiz (28%), escravos (18%), outros bens (11%) e outros animais (10%).

⁴ Em nota, a autora explica que optou por usar em sua pesquisa a grafia antiga da palavra Jeremoabo. Pela leitura das cartas aqui analisadas, ambas as formas coexistem. A opção feita nessa pesquisa foi pela grafia atual (Jeremoabo).

ao mesmo tempo em que intentavam firmar sua autonomia laboral (NASCIMENTO, 2008, p. 50).

É somente ao perceber a importância social e comercial da criação de gado⁵ para a cultura e vida do Sertão em fins do século XIX, que se capta com mais clareza a intrínseca relação entre o trabalho e a escrita do sertanejo. E, conseqüentemente, como tal escrita revela traços de sua cultura, contribuindo para que se tenha um panorama não somente econômico da época, mas que desvele muito acerca das especificidades de sua vida em comunidade. Por exemplo, a fim de “subjugar” a natureza, o homem sertanejo determinará sua relação com os animais, domesticando-os e organizando as melhores formas de usufruir de suas potencialidades na esfera do trabalho no campo. E quando necessita falar sobre suas atividades cotidianas, especialmente em um gênero textual onde prevalece a personalidade, refletida na interação destinatário-remetente, este geralmente deixa extrapolar os sentidos através dos quais lê o mundo.

É a busca por tais sentidos imbricados na linguagem do sertanejo que tem motivado a realização da presente investigação, pressupondo que a linguagem reflete as motivações sociais e pessoais dos falantes, ao considerar as funções da fala na atividade, conforme aponta Santos (2003, p. 13): “a observação das situações de trabalho revela a diversidade dos usos da fala; esses usos contribuem para mostrar que a linguagem, longe de ser estranha ao trabalho, impregna a sua realização”. Desse ponto de vista, entende-se que a leitura dos sentidos das amostras de língua selecionadas será enriquecida caso se considere o falante /escritor e o contexto de produção das mesmas, no caso aqui específico, a relação do homem com seu trabalho.

Tal perspectiva é interessante quando se propõe um trabalho de análise do léxico devido, especialmente, ao seu caráter multifacetado e inovador, por ser o nível de análise linguística que mais revela traços culturais, tanto na sua utilização repetitiva, quanto nos processos de criação. Novamente cita-se Santos (2003), que entende o léxico como profundo articulador das experiências linguísticas e laborais dos falantes:

[...] o léxico revela o modo como este mesmo grupo interpreta e representa a sua realidade e de como modifica essa mesma realidade, relacionando-se,

⁵ Para maiores esclarecimentos sobre as relações de trabalho no Sertão em fins do século XIX, consultar Silva (2011), especialmente nos tópicos 1.1 e 1.2.

assim, estreitamente com o percurso histórico dos grupos humanos que o empregam (SANTOS, 2003, p. 14).

Nesse sentido, a depender dos contextos em que sejam usadas, as palavras se revestirão de sentidos diferentes, representando linguisticamente os falantes e permitindo o surgimento de vocabulários específicos.

3. Pressupostos teóricos: a Lexemática coseriana

Para uma melhor compreensão sobre teoria linguística coseriana é interessante explicitar que sua teoria linguística é fundamentada na visão tripartida da linguagem, incluindo a **norma** nas suas análises de linguagem, além do **sistema** e da **fala**, visto que parte de uma análise crítica da obra saussuriana, no que tange às dicotomias.

Discordando da ideia saussuriana da língua como abstrata, já que, segundo ele, “a língua funciona e se realiza concretamente no falar” (COSERIU, 1979, p. 42), ou seja, na materialidade da atividade linguística, percebe a linguagem não como produto, mas como atividade “livre e finalista, que carrega consigo o seu fim e é a realização do próprio fim, e que, ademais, é idealmente anterior à ‘potência’.” (COSERIU, 1979, p. 43-44), que possibilita a criação de signos. Assim propõe uma abordagem mais concreta dos dados linguísticos a partir do uso, considerando, além das escolhas individuais dos falantes, as motivações sociais que determinam suas escolhas linguísticas. Desse modo, entende como incoerente uma abordagem que desvincule língua de fala, já que são interdependentes enquanto fenômeno linguístico, ou seja, enquanto ocorrência no sistema.

Por sistema, entenda-se um conjunto de estruturas e oposições funcionais no interior da língua. É um conjunto aberto de possibilidades linguísticas criativas e ao mesmo tempo fechado de ocorrências da fala, visto que é cerceado pela norma; esta regula o uso linguístico do falante e é a realização normal, mais natural, do sistema, por meio da fala, que “(...) representa uma seleção dentro das possibilidades de realização admitidas pelo sistema” (COSERIU, 1979, p. 49). A fala, por sua vez, apesar de ser a realização individual do falante, é baseada em modelos observados e absorvidos em (e por) sua comunidade linguística. Assim sendo, a norma tem uma função mais descritiva do que prescritiva no sistema linguístico:

Os modos linguísticos que se comprovam no falar concreto manifestam o ‘saber linguístico’ dos falantes. Para cada falante a língua é um *saber falar*, saber *como se fala* numa determinada comunidade e segundo uma

determinada comunidade e segundo uma tradição. Sobre a base desse saber, o falante cria sua expressão, que, enquanto coincide com as de outros falantes ou é adotada por eles, integra (ou chega a integrar) a língua comprovada no falar. Neste sentido, todo falante é criador de língua ‘para outros’. Mas o falante não cria senão excepcionalmente os seus próprios modelos: o saber linguístico adquire-o continuamente de outros falantes (COSERIU, p. 1979, p.51-52. Grifos do autor).

No artigo *Sistema, norma y habla*, da obra *Teoría del lenguaje y lingüística general* (1967), Coseriu discute mais longamente sua perspectiva tripartida da linguagem e sugere caminhos para a aplicação de tal proposta, especialmente no que tange aos estudos lexicais⁶. No texto *Principios de semântica estructural* (1981), Coseriu estabelece com mais clareza as diretrizes de sua abordagem do léxico em uma perspectiva estrutural. Explicita que limitar-se-á à **função léxica**, que, segundo ele, seria “anterior do ponto de vista lógico, no sentido de que é o *determinatum* das funções categoriais e gramaticais.” (COSERIU, 1981, p. 88).

Como busca chegar a uma descrição sistemática do léxico, propõe que não convém considerar para cada palavra o que poderia ser importante, mas sim o que não pode faltar: a função de base sem a qual o léxico não seria tal. Assim, pretende estabelecer a base e o marco da descrição do léxico enquanto domínio da língua, a partir da opção pelas chamadas línguas funcionais, em contraste com as línguas históricas. Segundo Coseriu (1981), **língua histórica** corresponde a um conjunto de sistemas que coexistem entre si, ao mesmo tempo em que mantém sua particularidade, ao estabelecerem homogeneidade no seu funcionamento: “Una lengua histórica no es nunca *un* solo sistema lingüístico, sino un diasistema: un conjunto de sistemas lingüísticos, entre los que hay a cada paso coexistência e interferencia.” (COSERIU, 1981, p. 119). Discute também as diferenças de ordem diatópicas, diastráticas e diafásicas que são recorrentes na língua histórica e que, por isso mesmo, caracterizam a **língua funcional**, que por sua vez seria a realização de cada um desses sistemas com suas peculiaridades. Nesse sentido, defende que o estudo estrutural deve especificar justamente que língua funcional analisará, delimitando-a e caracterizando-a a fim de evitar generalizações ilógicas na língua. Grosso modo, pode-se estabelecer a seguinte analogia a partir desses conceitos: a língua

⁶ Coseriu considera a metodologia lexicográfica como insuficiente, visto que este promove o isolamento das palavras em sua organização, não permitindo uma perspectiva de análise sistemática, pois acaba listando os itens lexicais por ordem alfabética, sem expressar a sua profunda interdependência. Ao propor a abordagem do léxico como associado ao sistema, considera-o como motivador para uma classificação conceitual do mundo, e também associado à norma, já que esta é a realização natural do sistema. Sob essa perspectiva, é possível retomar a ideia já apresentada, da linguagem como atividade criadora, englobando os aspectos individual e social na análise, especialmente no estudo do léxico, por ser onde melhor se pode perceber tais nuances criativas.

histórica seria uma abstração das várias línguas funcionais concretas em suas realizações. Já que a língua funcional nunca representará a totalidade de uma língua, mas sim uma amostragem da mesma, cabe, em uma descrição estrutural, a caracterização o mais detalhada possível a respeito da mostra de língua disponível.

Após a discussão sobre as especificidades do que, segundo ele, deve ser priorizado no estudo lexical, Coseriu (1981), no texto *Introducción al estudio estructural del léxico*, passa a discussão sobre o campo léxico. Um campo léxico é entendido como um conjunto de lexemas unidos por um valor léxico comum (valor do campo), que esses lexemas subdividem em valores mais determinados, opondo-se entre si por diferenças mínimas de conteúdo léxico (traços distintivos lexemáticos - semas). Um campo está representado muitas vezes por uma palavra arquilexemática⁷ correspondente ao seu valor unitário, mas este não é necessário para que o campo exista como tal. Entre os campos geralmente há interferências, pois não representam uma classificação homogênea e estanque. Os mesmos são o contrário dos campos associativos (que são centrífugos em relação com a palavra).

Em resumo, o campo léxico é uma estrutura paradigmática constituída por unidades léxicas que repartem uma zona de significação comum e que se encontram em oposição imediata umas com as outras. Pode-se dizer também que se constitui pelo termo presente em um ponto determinado da cadeia falada e os termos que sua presença exclui de maneira imediata. Tal proposta se enquadra justamente na percepção dos traços distintivos entre os lexemas que compõem cada campo léxico.

Assim, a estruturação coseriana do léxico parte de oposições imediatas entre lexemas e busca identificar os traços distintivos que os opõem a fim de estabelecer o campo léxico de forma gradual, através de novas oposições entre os lexemas já considerados e outros que sejam novos para o campo. Em cada etapa da análise haverá, por um lado, traços distintivos mínimos já identificados e, por outro, um valor comum aos lexemas considerados, valor que poderá ser analisado, por sua vez, em traços distintivos mínimos e em um valor comum mais reduzido, sobre a base de outras oposições.

⁷ Cabe aqui a exposição sucinta de alguns conceitos: *lexemas*- unidade de conteúdo léxico expressa no sistema linguístico; *semas*- traços distintivos que constituem os lexemas; *arquilexemas*- neutralizações gerais que permeiam o campo; unidade cujo conteúdo é idêntico ao conteúdo comum de duas ou mais unidades de um campo (COSERIU, 1981).

4. Análise sêmica do microcampo dos animais

A análise sêmica tem por objetivo estabelecer a composição semântica das unidades lexicais através do levantamento dos semas (traços distintivos que compõem um lexema) percebidos nos signos da língua funcional analisada, a fim de possibilitar a descrição de sua estrutura interna.

O presente campo, no levantamento realizado, contou o número de treze (13) lexemas, a saber, *rez, cria, criação, rebanho, gado, boi, touro de costa, zebu, vaca, novilha, biserró, cavalo, burro*. A fim de proceder à análise, além de considerar os contextos de ocorrência de cada lexema (optou-se por transcrever todas as ocorrências de cada um nos textos), recorreu-se também às definições lexicográficas, contidas em dois dicionários do século XVIII (BLUTEAU, 1728; SILVA, 1789) e dois do século XX (FIGUEIREDO, 1949; AULETE, 1980).

Os lexemas são apresentados com a análise sêmica correspondente ao campo dos animais, tendo por arquissemema *animal explorado no trabalho do campo*. Optou-se aqui por explicitar os semas de cada lexema, e ao final apresentar a tabela na qual a presença dos mesmos é indicada pelo sinal positivo (+) e a sua ausência com sinal opositivo (-).

Acredita-se, nesse sentido, que o levantamento dos traços sêmicos permitirá a elucidação das especificidades dos sentidos de cada lexema dentro de seu contexto próprio. A título de exemplificação, tem-se os lexemas **rez - criação - cria - rebanho**, entre as quais se percebe uma ampliação do sentido, em uma espécie de efeito *zoom*. O primeiro lexema funciona como hiperônimo dos demais, já que engloba quaisquer tipos de palavras que se refiram a animais a serem ajuntados para produção na lavoura, as demais apresentam especificidades quanto ao tipo e ao objetivo desses ajuntamentos. Os lexemas **touro de costa** e **zebu** também delimitam as características acerca da reprodução e das funções de cada animal no rebanho. Os lexemas **vaca** e **novilha** distinguem-se a partir do critério da idade, sendo que a última, com as mesmas características da primeira diferencia-se por ser mais tenra e ainda não ter tido cria. A mesma relação pode-se observar entre os lexemas **boi** e **bizerro**. Entre os lexemas **cavalo** e **burro** apresentam-se distinções mais acentuadas, no que diz respeito às características biológicas, que determinam sua utilização específica na propriedade, seja para montaria ou para carga.

Segue-se a análise de cada lexema, as definições dicionarizadas, as ocorrências no texto e o levantamento dos traços distintivos que compõem cada lexema.

REZ

O lexema *rez* ocorre três (03) vezes no texto. Na carta de vaqueiro 4 (CV4), aparece com um sentido muito parecido de *forma de contagem dos animais do rebanho*, porém não se limita a esse sentido, pois no *corpus* há a ocorrência do lexema *cabeça*, que assume justamente esse sentido, por conta disso aqui não foi considerada, já que não se referia ao animal específico, mas era uma espécie de atributo que este recebe por fazer parte do rebanho. As acepções dicionarizadas contribuíram para estabelecer mais claramente essa distinção:

Propriamente se diz dos animais que servem de mantimento ordinário ao homem (carneiro, vaca, ovelha, boi). (BLUTEAU, 1728)

Cabeça de gado de qualquer sorte. (SILVA, 1789)

Qualquer quadrúpede usado na alimentação humana. (FIGUEIREDO, 1949)

Qualquer animal quadrúpede dos que se abatem para a alimentação do homem. (AULETE, 1980)

...e verdade que pegou 4 resis gado que por dereicto sagrado pertencia pertencerá aminha mai...(CV4, 1v, L.16).

....pode fugir uma rez, como defato tenho uma vacca que já fui vèlla no jacurisci.... (CV5, 1r, L.18).

...todas as semanas estou oumando ario porque de-omento pode fugir uma rez, iapé nao pos-so seguilla... (CV5, 1v, L.2).

Pode-se afirmar que o conteúdo sêmico constitutivo do lexema se compõe do seguinte traço:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

CRIAÇÃO

O lexema *criação* conta com seis (06) ocorrências, em cartas de negociantes e também de vaqueiros. Nesse caso, a análise do contexto foi determinante para a apreensão dos semas, visto que a acepção que aqui interessa para *criação*, enquanto semelhante à ideia de *rebanho*,

somente é registrada em Figueiredo (1949) e em Aulete (1980). A distinção principal entre tais lexemas é reforçada na definição de Aulete (1980), visto explicitar que a *criação* pode ocorrer em ambiente familiar, não necessariamente para fins comerciais (como no caso de *rebanho*), já que se incluem animais de pequeno porte, para consumo próprio:

O ato de criar, ou dar o ser a coisa, que o não tinha; o sustento que dá aos homens e animais pequenos (SILVA, 1789).

(...) animais domésticos que servem para alimentação do homem (FIGUEIREDO, 1949).

Conjunto de animais domésticos mantidos para abate, venda etc; animais domésticos que se criam para alimento do homem, como coelhos, galinhas etc. (AULETE, 1980).

... a casa honde elle vivi, com uma *criação* de cabra ...- (CV4, 1v, L.6).

...para dar enpelis, de *creação*; por esta circunstancia sabera VossaExcelência que numero de *criações* há retirada do seo rebanho ...-(CV4, 1r, L.20).

... o prejuiso que Vossa Excelência se acha soffrendo na *creação* de gádos, devido a falta de chuvas (CN3, 1r, L.10).

.... para dar agua ao gado ou outra qualquer *criação* (CN10, 1v, L.13).

...assim saberá que numero de suas *criações* há retirado de seo rebanho... (CV4, 1r, L.1)⁸.

Assim o lexema *criação* apresenta os mesmos conteúdos semânticos de *rez*, desta opondo-se apenas por ocorrer em ambiente doméstico, com animais de pequeno porte. Assim se distribuíram os traços sêmicos do presente lexema:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S2- conjunto de animais criados em ambiente da própria casa (quintal)

⁸ Cabem aqui alguns esclarecimentos sobre decisões de cunho metodológico, adotadas para fins de identificação das ocorrências: CN=carta de negociantes; CV= carta de vaqueiro; o número que segue uma dessas siglas indica a ordem em que a carta aparece no *corpus*, que segue a ordem cronológica da escrita; 1r e 1v= indica a posição da folha manuscrita, a saber, “recto” (parte frontal) ou “verso” (verso da página); L= indicação da linha em que ocorre o trecho selecionado.

CRIA

O presente lexema apresenta apenas uma ocorrência, em uma carta de um vaqueiro. Semelhante à noção de *rez*, por também referir-se aos animais do rebanho, apresenta a especificidade do tempo de vida.

Devido à opacidade do contexto de sua ocorrência, a consulta às definições dicionarizadas elucidou melhor a análise aqui proposta, no que tange à idade do animal.

O animal novo que ainda mama (SILVA, 1789).

Animal recém-nascido, que se está criando. Gado vacum (FIGUEIREDO, 1949).

Animal recém-nascido que está no período da criação; filhote recém-nascido; grupo de animais que são criados e mantidos por alguém para aproveitá-los no sustento doméstico ou para comercializá-los (AULETE, 1980).

... *tenho cinco crias do anno de 7 e 8...* (CV5, 2r, L.19).

Seguem-se os traços que compõem o conteúdo semântico do lexema:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S3- animal de tenra idade nascido no rebanho doméstico

REBANHO

O lexema *rebanho* contou com apenas uma ocorrência no *corpus*, em uma carta de vaqueiro, na qual o remetente explica ao barão a situação dos rebanhos e das perdas que ocorreram por conta da seca.

As três primeiras acepções dicionarizadas definem tal lexema delimitando as espécies e as quantidades dos animais, mas o contexto de uso permite uma ampliação do sentido, não sugerindo necessariamente que o rebanho seja composto por ovelhas ou cabras, ou que seja somente a partir de doze unidades.

Não se diz especificamente de qualquer gado, mas só de ovelhas e de dez ou doze pra cima. (BLUTEAU, 1728)

Dez ou doze ovelhas e daí pra cima formam um rebanho. (SILVA, 1789)

Porção de gado lanígero; porção de animais como carneiros, cabras etc, guardados por pastor. (FIGUEIREDO, 1949)

Grupo de animais da mesma espécie, criados e controlados com fins econômicos; o total desses animais numa economia; grupo de animais (ger. quadrúpedes) criados ou em estado selvagem. (AULETE, 1980)

*...por esta circunstancia sabera VossaExcelência que numero de criações há retirada do seo **rebanho** ... (CV4, 1r, L.1)*

Assim, o conteúdo do lexema é composto pelos seguintes semas:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S4- animal (ou conjunto de animais) que fornece(m) materiais para transações comerciais

GADO

Gado foi o lexema que registrou o maior número de ocorrências: dez (10), no total; foi registrada tanto por negociantes quanto por vaqueiros. Ainda que apresente uma semelhança de sentido com o lexema *rebanho*, desta se difere pela funcionalidade do uso dos animais também para a lavoura, enquanto que o *rebanho* era mais usado para a produção, sustento familiar e comercialização. As definições dicionarizadas confirmam essa peculiaridade:

Animais domésticos, que se levam a pastar no campo, e se recolhem em currais; ovelhas, cabras, vacas (BLUTEAU, 1728).

Os animais que se criam para a lavoura, serviço e sustento (SILVA, 1789).

Animais, geralmente criados no campo, para serviço de lavoura, para consumo doméstico ou para fins comerciais (FIGUEIREDO, 1949).

Conjunto dos animais criados no campo para os trabalhos agrícolas e para usos domésticos; conjunto de animais criados em uma propriedade rural (AULETE, 1980).

*Notiças das fazendas vai todo Ruim os **gados** magros... (CV2, 1r, L.13)*

*...os **gados** nas fasendas vão mal de preço... (CV2, 1v, L.5)*

*...enquanto ao Coronel Passo e verdade que pegou 4 resis **gado** que por dereicto sagrado pertencia pertencerá aminha Mai... (CV4, 1v, L.19)*

*Estou aqui deretiro, ios **gados** no rio, até oprezente nada de chuvas... (CV5, 1v, L.8)*

*...desde 15 de junho que ajunto **gado** passando no Curral... (CV6, 1v, L.8)*

*...tem causado o gran-de prejuiso, e sim a péste, prin-cipalmente no **gado**... (CN10, 1r, L.16)*

*...facultei ao Domin-gos Victor para dar agua ao **gado**... (CN10, 1v, L.12)*

*... fui ao velho Borges para ver se o Felis tirava o **gado**.... (CN18, 1r, L.9)*

*...diz o Felis que absolutamente não tira o **gado**... (CN18, 1r, L.12)*

*...quem botasse caxorro no **gado** delle que malava tanto lhe aparecesse de chumbo... (CN18, 1v, L.1)*

Percebem-se, nesse sentido, os seguintes traços sêmicos como componentes do lexema:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S4- animal (ou conjunto de animais) que fornece(m) materiais para transações comerciais

S5- animal (ou conjunto de animais) usado(s) no serviço de aragem da lavoura

BOI

O lexema *boi* ocorre duas (02) vezes em cartas de vaqueiros. De fundamental importância para os serviços no campo, o *boi* representa a possibilidade de produção e fartura do rebanho, o que foi ratificado acepções dicionarizadas. Muitas vezes, além das atividades de aragem, os bois eram usados no serviço de carga. Em épocas de seca, as mortes dos bois causavam desespero nas fazendas (ver a primeira ocorrência), pelos motivos já expostos, daí a preocupação em “mandar purgar alguns **boi**”, ou seja, a precaução em relação ao estado de saúde dos mesmos.

Animal, quadrúpede, cornífero; o touro capado, para engordar e servir no arado; toda casta de gado que tem cornos; que tem arado algum tempo; que puxa pelos carros (BLUTEAU, 1728).

O macho da espécie vacúm (SILVA, 1789).

Espécie de ruminante da família dos bovídeos, destinado a serviços de lavoura e de carga e à alimentação do homem (FIGUEIREDO, 1949).

Quadrúpede, ruminante, bovídeo, utilizado principalmente para os trabalhos do campo ou de carga, e para a alimentação do homem (AULETE, 1980).

...morreu um **boi** crêio que ao tudo 18 cabeças... (CV6, 1r, L.15)

...se Vossa Senhoria mandar purgar alguns **boi** mande 1 coveiro... (CV6, 2r, L.10)

Seguem-se os semas que compõem o lexema *boi*:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S4- animal (ou conjunto de animais) que fornece(m) materiais para transações comerciais

S5- animal (ou conjunto de animais) usado(s) no serviço de aragem da lavoura

S6- animal usado no serviço de carga

S7- animal macho do rebanho vacúm

TORO DE COSTA (exp.)⁹

A única ocorrência do lexema *Toro de costa* no *corpus*, em carta de vaqueiro, é sugestiva, visto que, apesar de não estar dicionarizada, o contexto possibilitou o levantamento de seus semas. Assim sendo, mais do que um tipo específico de rês, o *Toro de costa* é o macho preservado especialmente para a reprodução, por trazer muito mais lucros ao proprietário.

... morreu um boi crêio que ao tudo 18 cabeças, o **Toro de costa** está vivo... (CV6, 1r, L.16)

Assim, os traços que compõem a unidade sêmica *Toro de costa* são:

⁹ Nenhum dos dicionários registra o lexema.

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S4- animal (ou conjunto de animais) que fornece(m) materiais para transações comerciais

S7- animal macho do rebanho vácuo

S8- o principal macho reprodutor do rebanho

ZEBU¹⁰

Ao assumir a função no rebanho, muito parecida com o *Torô de costa*, o *Zebu* apresenta como traço opositivo em relação a este, apenas a informação sobre sua origem, por ser um touro importado de países africanos e da Índia. Recorrer às definições dicionarizadas (principalmente Figueiredo (1949) e Aulete (1980)) foi fundamental para compreender essa especificidade, visto ser comum haver a nomeação dos animais por parte dos vaqueiros, o que poderia confundir o leitor caso tal informação sobre a origem não houvesse sido disponibilizada.

As seis (06) ocorrências do lexema em cartas especificamente de negociantes é um dado interessante sobre a importância deste animal para as transações comerciais, e o prestígio de que gozava como reprodutor da espécie.

Espécie de boi que o estado de Minas importa da Índia, para cruzamento do gado indígena (FIGUEIREDO, 1949).

Espécie de ruminante bovino, próprio da África e da Ásia, que é um boi geralmente corpulento, provido de uma grande bossa ou giba na agulha; gado bovino originário da Ásia que tem uma acentuada corcova ou giba no lombo e uma grande papada (AULETE, 1980).

...Faço seguir no dia 18 os zebús de sua encomenda... (CN8, 1r, L.2)

mandar a estação marítima prevenir ao agente para logo que chegue os zebús providenciar para o embarque de bordo (CN8, 1v, L. 13)

...para não lhe causar transtorno em sua viagem faço seguir com os zebus dirigido ao agente da estação Marítima... (CN8, 1r, L.20)

¹⁰ Silva (1789) não registra a lexia.

Excelentissimo Senhor Barão de Geremoabo Junto o conhecimento dos dous zebús de sua encomenda, já em- barcados em direcção a estação Maritima (CN9, L.3)

...pois ahi che-ga em adiantamento de algumas horas dos zebus... (CN9, L.9)

O zebú branco grande, o preço de um conto de reis, era só para Vossa Excelência. (CN9, L.12)

Assim, o conteúdo sêmico de *Zebu* é formado pelos traços:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S4- animal (ou conjunto de animais) que fornece(m) materiais para transações comerciais

S7- animal macho do rebanho vácuo

S8- o principal macho reprodutor do rebanho

S9- touro de origem africana ou asiática

VACA/ VACCA

As cinco (05) ocorrências do lexema *vaca*, especificamente, em cartas de vaqueiros, permitiram uma melhor identificação dos traços, visto que os registros dos dicionários são bastante sucintos, relacionando *vaca* com as acepções de *boi* e *touro*, como se pode perceber abaixo, especialmente, em Figueiredo (1949) e Aulete (1980):

Animal quadrúpede, cornífero, e fêmea do touro (BLUTEAU, 1728).

A fêmea do boi, em idade perfeita de parir (SILVA, 1789).

Fêmea do boi (FIGUEIREDO, 1949).

A fêmea do boi (AULETE, 1980).

... o prejuizo que tevi nesta Fazenda, Com certeza 10 vacas... (CV6, 1r, L.11)

... pode fugir uma rez, como defato tenho uma vacca que já fui vèlla no jacurisci... (CV5, 1r, L.19)

...mas sim por que tenho ainda Deus lovado umas 4vaccas... (CV5, 2r, L.2)

...Com uma só vacca eu mi arrumaria... (CV5, 2r, L.8)

*...mas indo asema-na passada aorio pegar uma das rifiridas **vaccas** emcontreias nesse istado. (CV5, 2r, L.9)*

Assim se constitui o lexema a partir da funcionalidade do animal no trabalho:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S4- animal (ou conjunto de animais) que fornece(m) materiais para transações comerciais

S10- fêmea do touro

NOVILHA

O lexema *novilha* estabelece com o lexema *vaca* uma oposição semelhante à que *cria* estabeleceu com *rez*, já que se trata de um traço opositivo relacionado não só ao tempo de vida do animal, mas também ao fato de este ainda não ter iniciado a procriação. Tanto as três (03) ocorrências do lexema, quanto os registros lexicográficos confirmaram o levantamento dos semas aqui proposto:

Vaca nova; bezerra que ainda não pariu. (BLUTEAU, 1728)

Vaca nova, que ainda não pariu. (SILVA, 1789)

Vaca de pouca idade; qualquer rês fêmea que ainda não deu cria; vaca que completou três anos de idade. (FIGUEIREDO, 1949)

Vaca nova, que ainda não pariu; bezerra, vaca nova; vaca nova, até aproximadamente um ano de idade. (AULETE, 1980)

*Este negocio que lhe afreqüento e independente das 2 **novilhas** que lhe mandei oferecêr aos dias passados, dos quaes ainda não tive resposta até o prezente ... (CV5, 2r, L.11)*

*...cuja **novilha** (aminha) fui vendella ao Sr. Rajmundo, esse tratou di compralla, ou para Vossa Excelentissima ou para elle... (CV5, 2r, L.13)*

*...morreu uma **novilha** de 6., IB na noite de 8... (CV6, 1r, L.13)*

O lexema é, portanto, composto pelos seguintes traços:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S4- animal (ou conjunto de animais) que fornece(m) materiais para transações comerciais

S10- fêmea do touro

S11- rês fêmea ainda em tenra idade

S12- vaca que ainda não iniciou a procriação

BISERRO

A única ocorrência do lexema *biserro* possibilitou uma aproximação de sentido com *boi*, já que trata-se de um animal com as características do segundo, porém em tenra idade mas que ainda é amamentado. Os registros lexicográficos confirmaram o levantamento aqui proposto:

O filho da vaca. (BLUTEAU, 1728)

O boizinho criança ou que não tem mais de um ano; o novilho desmamado. (SILVA, 1789)

Vitelo, novilho. (FIGUEIREDO, 1949)

A cria masculina da vaca, até um ano de idade; o novilho desmamado. (AULETE, 1980)

...o Toro de costa está vivo já tirando (...) um **Biserro**... (CV6, 1r, L.17)

Eis os semas que compõem a unidade lexical *biserro*:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S4- animal (ou conjunto de animais) que fornece(m) materiais para transações comerciais

S13- cria macho do rebanho

S14- boi que ainda não iniciou a procriação

CAVALLO

O lexema *cavallo* contou com seis ocorrências, tanto em cartas de vaqueiros quanto de negociantes, o que revela a importância vital deste animal na realização das diversas tarefas no campo. A própria definição de Bluteau (1728), tão carregada de personalidade, ao adjetivá-lo como “nobre” e “fiel”, aponta para essa relação. Na maioria das representações, sejam elas

literárias ou imagéticas sobre a figura do vaqueiro, há o aparecimento do mesmo montado em seu cavalo, com os trajes típicos de couro, com chapéu e em atividade com o gado.

Assim, mais do que um dos *animais explorados no trabalho do campo*, o cavalo possibilitava a realização da atividade da vaqueiragem com muito mais eficácia, já que o cuidador dos animais deveria, literalmente, seguir muitas vezes no encalço daqueles que se distanciavam das propriedades, ou que deveriam ser transportados entre fazendas distantes.

Percebeu-se, na consulta aos dicionários, uma mescla de critérios para o estabelecimento do sentido; aqui, optou-se por realizar o levantamento sêmico priorizando o aspecto da funcionalidade, em detrimento da descrição física ou constituição biológica do animal.

Animal quadrúpede, nobre, fiel e generoso, cuja propriedade natural é rinchar, e cuja finalidade é tão notória, como tão notáveis os serviços que faz ao homem na caça, nas festas, nas jornadas e em todas as coisas domésticas que necessitarão da sua força e destreza para levar e trazer coisas de lugares distantes (BLUTEAU, 1728).

Quadrúpede doméstico, que rincha, serve de montar e carregar (SILVA, 1789).

Quadrúpede doméstico, solípede (FIGUEIREDO, 1949).

Grande mamífero herbívoro da família dos equídeos, de cascos resistentes, domesticado pelo homem; usado como animal para montaria e tração (AULETE, 1980).

*...mandeme por elle um animal, não queria nem quero meo **cavallo** no cazode estar bom... (CV5, 1r, L.14)*

*...sem um burro emprestado enquanto chove que o **cavallo** possa vir... (CV5, 1r, L.15)*

*Não vi o **cavallo** do Jose Neves porque está em Simão Dias... (CN18, 2r, L.8)*

*...remetolhe o**cavallo** que vim montado... (CV5, 1r, L.9)*

*Eu tenho feito todos os meios dever seme iscapassem essas 4 rezinhas e 2-**cavallos**... (CV 5, 2v, L.14)*

*Visto ao **cavallo** que Vossa Excelência accu-sa o presente foi do seu afilhado... (CN15, 2v, L.6)*

Assim, estes são os semas que constituem o lexema *cavallo*:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S15- animal que serve para montaria

S16- animal que serve para tração

BURRO

A única ocorrência do lexema *burro* se dá em carta escrita por vaqueiro e oferece informações relevantes acerca da função deste animal no campo. Especialmente usado para serviço de carga, em determinadas situações, por ser financeiramente mais acessível do que o *cavallo*, este o substituíam na realização de algumas tarefas, tal como se pode perceber na ocorrência em destaque, através do pedido do vaqueiro por um *burro* para que possa agilizar seu trabalho, até que o “cavallo possa vir”.

Novamente, as acepções oferecidas pelos dicionários mesclaram critérios para estabelecer a definição do lexema; porém, no presente levantamento dos semas, novamente optou-se por priorizar o critério da funcionalidade.

Animal quadrúpede, doméstico (BLUTEAU, 1728).

Jumento (SILVA, 1789).

Quadrúpede do mesmo gênero que o cavalo, mas menos corpulento e com as orelhas mais compridas e crina curta. Jumento (FIGUEIREDO, 1949).

Quadrúpede solípede, do mesmo gênero que o cavalo, do qual principalmente se distingue, por ser menor, ter as orelhas muito grandes, um tope de pelos compridos na extremidade da cauda, e a crina curta; usado como animal de tração e carga (AULETE, 1980).

*...mandeme por elle um animal, não queria nem quero meo cavallo no cazode estar bom, sem um **burro** emprestado enquanto chove que o Cavallo possa vir... (CV5, L15.)*

Seguem os semas que compõem a unidade léxica *burro*:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S6- animal usado no serviço de carga

S16- animal que serve para tração

Após a análise sêmica do campo *animais explorados no trabalho do campo*, apresentam-se cada sema e a tabela demonstrativa dos traços por lexemas:

SEMAS:

S1- animal (ou conjunto de animais) ruminante(s) explorado(s) no trabalho do campo, objetivando procriação e fornecimento de alimentos como carne, além do couro etc.

S2- conjunto de animais criados em ambiente da própria casa (quintal)

S3- animal de tenra idade nascido no rebanho doméstico

S4- animal (ou conjunto de animais) que fornece(m) materiais para transações comerciais

S5- animal (ou conjunto de animais) usado(s) no serviço de aragem da lavoura

S6- animal usado no serviço de carga

S7- animal macho do rebanho vácuo

S8- o principal macho reprodutor do rebanho

S9- touro de origem africana ou asiática

S10- fêmea do touro

S11- rês fêmea ainda em tenra idade

S12- vaca que ainda não iniciou a procriação

S13- cria macho do rebanho

S14- boi que ainda não iniciou a procriação

S15- animal que serve para montaria

S16- animal que serve para tração

Quadro 1. Análise sêmica do campo animais explorados no trabalho do campo

| Lexemas / Semas | S1 | S2 | S3 | S4 | S5 | S6 | S7 | S8 | S9 | S10 | S11 | S12 | S13 | S14 | S15 | S16 |
|-----------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| REZ | + | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| criação | + | + | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| cria | + | - | + | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| rebanho | + | - | - | + | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| gado | + | - | - | + | + | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| boi | + | - | - | + | + | + | + | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| toro de costa | + | - | - | + | - | - | + | + | - | - | - | - | - | - | - | - |
| zebu | + | - | - | + | - | - | + | + | + | - | - | - | - | - | - | - |
| vaca | + | - | - | + | - | - | - | - | - | + | - | - | - | - | - | - |
| novilha | + | - | - | + | - | - | - | - | - | + | + | + | - | - | - | - |
| bizerro | + | - | - | + | - | - | - | - | - | - | - | - | + | + | - | - |
| cavallo | + | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | + | + |
| burro | + | - | - | - | - | + | - | - | - | - | - | - | - | - | - | + |

5. Considerações finais

Buscou-se, com este artigo, apresentar uma discussão dos dados linguísticos que constituíram o campo léxico dos *animais explorados no campo*. Tal levantamento possibilitou uma reflexão acerca dos critérios priorizados no estabelecimento dos semas, já que mais do que o elencar de definições dos dicionários, é imprescindível posicionar-se criticamente a respeito das possibilidades de explicitação dos sentidos das unidades léxicas.

Ainda que muitos dos significados aqui apresentados estejam em uso na língua e cultura sertanejas, é relevante a realização de tais levantamentos a fim de que os sentidos sejam registrados, para fins de preservação do patrimônio linguístico da Bahia, já que a intensa dinamicidade lexical poderá, no futuro, ocasionar a perda de alguns dos lexemas, caso não sejam documentados.

Os textos originais das cartas escritas ao barão de Jeremoabo, enquanto parte do patrimônio cultural baiano, estão disponíveis *online* no *site* da Fundação Clemente Mariani para que outros tantos olhares investigativos sejam sobre desenvolvidos, a fim de enriquecer ainda mais as possibilidades de estudo léxicos e semânticos. A incursão investigativa realizada nos referidos textos possibilitou o desvendar de elementos sócio-comunicativos-culturais então presentes na escrita sertaneja baiana, por meio de textos pertencentes a um domínio restrito da correspondência pessoal, mas que apontaram para usos linguísticos que podem contribuir com

uma leitura mais profícua sobre a história da língua portuguesa, em suas especificidades regionais e locais do Sertão baiano.

Referências Bibliográficas

AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. 8 v.

BRANDÃO, M. S. O sistema de produção na Bahia sertaneja do século XIX: uma economia de relações não-capitalistas. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.2, n.4, p. 62-81, ago. 2007.

CEDIC (Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia) - Fundação Clemente Mariani: <http://www.fcmariani.org.br/>.

COSERIU, E. Sistema, norma y habla. In: COSERIU, E. **Teoría del lenguaje y lingüística general**: cinco estudios. 2 ed. Madrid: Gredos, 1967.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança linguística. Trad. de Carlos Alberto da Fonseca, Mário Ferreira. Rio de Janeiro: PRESENÇA- Editora da Universidade de São Paulo, 1979

COSERIU, E. **Princípios de semântica estrutural**. 2 ed. Vers. esp. de Marcos Martinez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1981.

FIGUEIREDO, C. de. **Dicionário da língua portuguesa**. 14 ed. Editora Mérito: Rio de Janeiro, 1949. 2v.

GECKELER, H. **Semântica estrutural y teoría del campo léxico**. Vers. esp. de Marcos Martinez Hernández. Ver. rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1976.

NASCIMENTO, J. M. de **Terra, laço e moirão**: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). 185f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2008.

SANTOS, D. G. D. Modos de fazer e modos de dizer: reflexões sobre linguagem e trabalho. In: **Sitientibus**, Feira de Santana, n.29, p. 9-27, jul./dez. 2003.

SILVA, A. M. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

SILVA, E. S. L. da. **O campo léxico do trabalho em cartas de vaqueiros e negociantes ao Barão de Jeremoabo**. 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2011.

Artigo recebido em: 29.09.2015

Artigo aprovado em: 18.12.2015

Revista GTLex

A definição terminológica em um glossário da Farmacovigilância: algumas considerações

Terminological definition in a Pharmacovigilance glossary: some considerations

Isabela Galdiano*
Claudia Zavaglia**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo a análise das definições encontradas em um glossário da área da Farmacovigilância veiculado no site da Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a fim de tecer considerações críticas sobre o paradigma definicional de trabalhos terminológicos, de forma geral, e sobre o glossário analisado, de forma específica. O trabalho fundamenta-se nas pesquisas mais recentes na área da Terminologia, em especial a Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999) e em obras brasileiras fundamentais dessa disciplina, como Barros (2004) e Krieger e Finatto (2004). As definições em questão foram analisadas com base nas diretrizes e parâmetros para definições terminológicas presentes nas obras supracitadas, além de outros trabalhos sobre a definição terminológica, como Almeida et al. (2007), Alves (1996), Andrade (2000) e Desmet (2002). Quando analisados à luz dos trabalhos sobre terminologia indicados, os verbetes apresentaram problemas como falta de concisão da definição e existência de verbos cópula no início do texto definatório, indicando que ainda há muito que se fazer para estreitar a distância entre os parâmetros terminológicos de excelência para verbetes de obras especializadas e os materiais especializados que são publicados.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Definição terminológica. Farmacovigilância.

ABSTRACT: The aim of the present paper is to analyze definitions found in a glossary of Pharmacovigilance displayed in Anvisa (Brazilian Health Surveillance Agency) website, in order to make some critical considerations about the definition paradigm of terminological works, broadly speaking, and about the analyzed glossary, specifically. This study is based upon most recent terminological researches, particularly the Communicative Theory of Terminology (CABRÉ, 1999), and upon Brazilian fundamental scholarly works about this discipline, such as Barros (2004) and Krieger e Finatto (2004). The definitions in focus were analyzed based on guidelines and parameters for terminological definitions found on the above-mentioned works, besides other papers about terminological definition such as Almeida et al (2007), Alves (1996), Andrade (2000) and Desmet (2002). When evaluated in the light of indicated terminology works, the glossary entries presented problems as the lack of concision of definition and the existence of copula verbs in the beginning of the definition text, indicating that there is still too much to do to narrow the distance between terminological excellence guidelines for entries of specialized dictionaries and the terminological materials that are released.

KEYWORDS: Terminology. Terminological definition. Pharmacovigilance.

* UNESP - Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, auxílio CAPES.

**UNESP - Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto.

1. Introdução

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (doravante Anvisa), a Farmacovigilância é definida como “ciência e atividades relativas a identificação, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou qualquer problema possível relacionado com fármacos.”(ANVISA, 2015) A agência afirma que, embora os medicamentos sejam a princípio formulados com o objetivo de prevenir e tratar doenças, eles também podem ocasionar efeitos adversos e apresentar potenciais riscos para a saúde dos pacientes. Tendo em vista essa dualidade dos produtos farmacêuticos, Farmacovigilância é a área responsável pelo “acompanhamento do desempenho dos medicamentos que já estão no mercado.” (ANVISA, 2015)

Estabelecendo-se como área de especialidade, a Farmacovigilância utiliza-se de termos para organizar seu conhecimento conceptual e realizar a comunicação, dentro do escopo de sua área, entre os especialistas nela envolvidos. Dessa forma, conforme afirmam Krieger e Finatto (2004), os termos possuem uma dupla função: representar o conhecimento especializado e transmiti-lo (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 17). Nessa área, portanto, bem como em outras áreas técnico-científicas, “a própria unidade lexical terminológica é, simultaneamente, elemento constitutivo da produção do saber, quanto recurso de expressão lingüística que favorece a univocidade comunicacional.” (KRIEGER, 2000, p. 211)

Tendo em vista uma maior organização, além de um esclarecimento de possíveis dúvidas, o site da Anvisa veicula um glossário da área da Farmacovigilância, formado por 52 termos e suas respectivas definições.¹ O presente artigo tem como objetivo a análise do glossário em questão no que diz respeito às definições apresentadas. O interesse no estudo foi suscitado pela estranheza causada por muitas definições do glossário, que pareciam não estar em conformidade com os modelos e diretrizes sugeridos por trabalhos que discutem a definição terminológica como Almeida et. al. (2007); Alves (1996); Andrade (2000); Barros (2004); Desmet (2002) e Krieger e Finatto (2004). De fato, esses autores discutem os modelos para a definição terminológicas descritos nas normas ISO² concernentes à Terminologia. Assim, partimos das explicações e análises dessas normas, além de outras consideradas importantes

¹ Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Pos+-+Comercializacao+-+Pos+-+Uso/Farmacovigilancia/Assunto+de+Interesse/Glossario>, acesso em 3 de março de 2015.

² As normas ISO foram criadas com o objetivo de padronizar produtos e serviços. No caso da Terminologia, algumas normas discorrem sobre sua natureza e seus produtos. Para fins desse artigo, utilizamos os comentários críticos a respeito dessas normas tecidos por estudiosos da Terminologia.

por esses autores, para analisar as definições apresentadas no glossário de Farmacovigilância veiculado no site da Anvisa, a fim de averiguar em que medida ele se encaixa nos parâmetros considerados ideais para uma definição terminológica.

2. Pressupostos teóricos: A Terminologia e a definição terminológica

A Terminologia é a ciência, dentro das ciências do léxico, que se ocupa do estudo dos termos técnicos e científicos.³ Podemos afirmar que um dos papéis da Terminologia é “organizar e divulgar os termos técnico-científicos como forma de favorecer a univocidade da comunicação especializada” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 21). Tal ciência, portanto, ajuda a zelar pela clareza da comunicação entre especialistas de uma área, estudando os termos de cada domínio, suas definições e seus equivalentes em língua estrangeira, entendendo que a precisão conceitual é necessária para o intercâmbio eficiente do conhecimento tecnológico, científico e cultural (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 18). Entre os principais objetivos dessa ciência incluem-se “a recopilação e ordenação dos termos científicos e tecnológicos das linguagens especializadas” em contraponto com a Lexicologia, que “se ocupa dos vocábulos e vocabulários das diferentes normas linguísticas.” (ANDRADE, 2001, p. 191-192)

O objeto principal da Terminologia, por sua vez, pode ser definido como sendo a “designação por meio de uma unidade linguística, de um conceito definido em uma língua de especialidade” (ISO 1087, 1990, p. 5, *apud.* BARROS, 2004, p. 39-40). Como são, antes de tudo, unidades lexicais, o funcionamento dos termos nas linguagens de especialidade guarda semelhanças com aquele das unidades lexicais consideradas próprias da língua geral. Andrade (2001) comenta sobre a semelhança dos termos e das unidades lexicais da língua comum ao dizer que “os termos são unidades sígnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, apresentando-se de forma tão natural no discurso especializado, quanto as palavras nos discursos que se valem da língua comum como forma de expressão” (ANDRADE, 2001, p. 191).

Enfocando sua face comunicativa, Cabré (1999a) afirma que “Os termos são *unidades léxicas, ativadas singularmente* por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de

3 Para fins de desambiguação, alertamos que neste artigo fazemos a distinção entre Terminologia (com “t” maiúsculo) e terminologia (com “t” minúsculo), conforme fazem também Barros (2004, p. 34) e Krieger e Finatto (2004), sendo “Terminologia” a ciência que estuda os termos e “terminologia” o conjunto de termos de uma área de especialidade. (BARROS, 2004, p. 34)

comunicação.” (CABRÉ, 1999a, p. 123, grifos da autora). São formados de forma (denominação) e significado (conteúdo). A forma é a mesma, mas o conteúdo é ativado, e “se singulariza na forma de seleção de traços adequados a cada tipo de situação e determinados pelo domínio, o tema, a perspectiva de abordagem do tema, o tipo de texto, o emissor, o destinatário e a situação.” (CABRÉ, 1999a, p. 123). Isso implica que, apesar de o conteúdo ser simultâneo à forma, ele é sempre relativo e dependente de outros fatores ativados no momento do uso.

Uma vez que nos filiamos à abordagem teórica da Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999), entendemos os termos como unidades linguísticas passíveis dos mesmos processos que se dão nas unidades linguísticas utilizadas na língua geral, como a variação, a sinonímia. Além disso, cremos que uma abordagem *descritiva* das terminologias possa ser mais produtiva para a Terminologia, em especial no que diz respeito às pesquisas linguísticas da área, do que a abordagem de viés *prescritivo*, característica da Teoria Geral da Terminologia (TGT) desenvolvida por Wüster, baseada em sua tese a respeito da normalização da linguagem técnica (REMENCHE, 2010).

A TGT pode ser resumida (de forma simplificada) em algumas características fundamentais, conforme nos conta Cabré (1999a): o conceito precede a denominação; os termos são unidades semióticas; a terminologia é uma matéria autônoma (na intersecção com a linguística, a lógica, a ontologia e a informática); o valor do termo é dado segundo sua localização dentro de uma estrutura conceptual e o trabalho terminológico tem como objetivo a normalização, garantindo univocidade na comunicação entre especialistas por meio, justamente, do uso dos termos normalizados. Ainda segundo essa mesma autora, a normalização almejada por Wüster foi inspirada na criação de nomenclaturas das ciências naturais e médicas. O objetivo dos estudos propostos pelo autor pode ser, portanto, resumido com o estudo dos termos “com a finalidade de normalizá-los conceptualmente e denotativamente, reduzindo seu significado a um conjunto de traços comuns e consensuais (o conceito) e fixando uma denominação única ou preferencial para cada língua.”⁴ (CABRÉ, 1999a, p. 116). Isso indica que, nessa concepção, a diferença linguística é meramente denominativa e formal (se dava pela diferença no significante), e não cultural, e os obstáculos

⁴[...] con la finalidad de normalizarlos conceptualmente y denotativamente, reduciendo su significado a un conjunto de rasgos comunes consensuados (el concepto) y fijando una denominación única o preferente para cada lengua. (todas as traduções são de nossa autoria)

da comunicação científica podiam ser resolvidos, portanto, por meio da normalização terminológica (CABRÉ, 1999a).

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) vem como crítica às bases da TGT, em especial seu caráter reducionista e idealista, e esse julgamento está vinculado inclusive à concepção do conhecimento científico, que passava por modificações – a própria concepção de *conhecimento especializado* defendida pela TGT (uma concepção positivista, de conhecimento uniforme e apartado, por assim dizer, do conhecimento geral) entrou em crise (CABRÉ, 1999a).

Filiamo-nos à TCT e partilhamos das ideias de Cabré (1999a, p. 118) quando afirma que a comunicação especializada se dá de forma análoga à comunicação geral, e que o conhecimento especializado não está apartado do conhecimento geral. Ao propor a TCT, essa autora parte do princípio de que os termos não são unidades isoladas da língua, mas fazem parte do conjunto lexical do falante especialista, adquirido no processo de aprendizagem de conhecimentos especializados de um determinado domínio. Esse processo não necessariamente se dá de forma linear a partir do zero, pois muitas vezes aspectos do conceito ou traços do termo vão sendo apreendidos pelo falante, ou novos conhecimentos a respeito de aspectos pragmáticos são incorporados a um termo já dominado pelo especialista (CABRÉ, 1999a, p. 118-119).

A autora frisa também o caráter interdisciplinar da TCT, pois segundo essa teoria a terminologia deve ser estudada dentro de uma teoria da linguagem (que abarque aspectos não só linguísticos, mas cognitivos e sociais), inserida em uma teoria da comunicação e de conhecimento (CABRÉ, 1999a, p. 120).

O objetivo da TCT é descrever

[...] formal, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, dar conta de como o ativam e explicar suas relações com outros tipos de signos de mesmo ou distinto sistema, para fazer progredir o conhecimento sobre a comunicação especializada e as unidades que são utilizadas nela. (CABRÉ, 1999a, p. 124)⁵

A face aplicada da Terminologia, em oposição aos estudos teóricos, envolve “compilar as unidades de valor terminológico em um tema ou situação determinados e estabelecer suas

⁵[...] formal, semántica y funcionalmente las unidades que pueden adquirir valor terminológico, dar cuenta de cómo lo activan y explicar sus relaciones con otros tipos de signos del mismo o distinto sistema, para hacer progresar el conocimiento sobre la comunicación especializada y las unidades que se usan en ella.

características de acordo com essa situação.” (CABRÉ, 1999b, p. 133)⁶ O trabalho terminológico pode levar a aplicações como “glossários, dicionários técnico-científicos, bancos de dados terminológicos e sistemas de reconhecimento automático de terminologias.” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 20).

No artigo em questão, analisa-se o produto de um trabalho terminológico aplicado: um glossário, produzido com a finalidade pragmática de oferecer as possíveis consulentes as definições de termos encontrados na área da Farmacovigilância. Uma vez que a análise diz respeito não aos termos em si ou o modo utilizado para sua coleta, mas às definições elaboradas, detemo-nos mais especificamente em um dos objetos que recentemente a Terminologia tem tomado para estudo, ao lado dos termos, a saber: a definição terminológica (doravante DT).

Krieger e Finatto (2004) enumeram como objetos de estudo da Terminologia o termo, a fraseologia especializada e a definição terminológica. A DT, ainda segundo essas autoras, “corresponde à materialização linguística do componente conceitual do termo, funcionando, simultaneamente, como articulação linguística e via de acesso desse componente.” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 75)

A respeito da importância da DT tanto dentro de obras terminográficas quanto dentro de obras especializadas em geral (livros, artigos científicos, teses e dissertações etc.), gostaríamos de ressaltar que

O enunciado definitório é um elemento-chave na constituição e na veiculação do conhecimento especializado, tecnológico ou científico. Essa condição deve-se ao fato de que esse tipo de enunciado expressa um segmento de relações de significação de uma dada área do saber: como já dissemos, definições estabelecem seus valores mais basilares. (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 95)

A DT pode ser concebida em oposição a outros tipos de definição: a lexicográfica e a enciclopédica (BARROS, 2004, p. 159; KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 92). Finatto (2001) explica isso da seguinte maneira: enquanto que a DT trata de fenômenos e de “coisas”, a enciclopédica descreve sobretudo referentes de “coisas”, e a lexicográfica se ocupa de “palavras”, focando-se em informações linguísticas sobre o signo.

⁶[...]recopilar las unidades de valor terminológico en un tema y situación determinados y establecer sus características de acuerdo con esta situación.

Finatto (1998) ressalta, porém, que a divisão da definição nos tipos supracitados é uma simplificação que certamente não dá conta das diferenças e semelhanças, além das intersecções, desses três tipos de definição. Entretanto, tal simplificação é necessária para isolar e estudar de forma mais pormenorizada o paradigma definicional dos dicionários terminológicos ou especializados, a fim de circunscrever melhor a DT como um dos objetos de estudo da Terminologia.

Krieger e Finatto (2004) também fazem a diferenciação entre os três tipos de definição de forma semelhante: segundo elas, a DT se ocupa principalmente dos termos técnico-científicos, a definição lexicográfica se ocupa de palavras e a definição explicativa ou enciclopédica oferece informações variadas sobre um objeto da realidade. (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 92) As autoras ainda acrescentam um quarto tipo: a definição lógica, que estabelece um valor de verdade.

Por sua vez, a DT é definida por Rey (1979) como

[...] um compromisso entre a definição lexicográfica e a descrição enciclopédica destinado a melhorar o uso dos nomes para permitir que eles funcionem como termos, destinado dessa forma a evocar (não a reproduzir ou a representar) o modo de constituição das classes de seres e o funcionamento dos esquemas conceptuais. (REY, 1979, p. 43)⁷

O autor, dessa forma, enfoca essa definição em dois aspectos principais: em sua relação com outros tipos de definição (uma definição híbrida) e em sua função dentro da Terminologia como fator de organização dos esquemas conceptuais, uma vez que esses dependem em grande medida da organização e significação dos conceitos que fazem parte de uma área de especialidade.

Krieger e Finatto (2004) também chamam atenção para as considerações de Rey (1995) sobre a DT, ressaltando as afirmações do autor de que ela teria como característica uma junção da definição lexicográfica com a definição enciclopédica, podendo carregar não apenas os traços essenciais do termo, mas também informações mais amplas, próprias da definição enciclopédica.

⁷[...] un *compromis entre la définition lexicographique et la description encyclopédique*, destinée à améliorer l'usage des noms pour leur permettre de fonctionner come des termes, destinée aussi à évoquer (non pas à reproduire ou à représenter) le mode de constitution des classes d'êtres et le fonctionnement des schèmes conceptuels.

Alves (1996) discute essa relação, incorporando nela as ideias de Bessé (1990, apud. ALVES, 1996), afirmando juntamente com o autor que

[...] a definição terminológica, sem ser enciclopédica, parte, tanto quanto a definição enciclopédica, de elementos extralinguísticos. No entanto, diferentemente da definição enciclopédica, a definição terminológica visa apenas a dar as informações que permitem distinguir um conceito no interior de um sistema conceitual. (ALVES, 1996, p. 129)

Tendo discutido brevemente sobre alguns aspectos mais teóricos da DT e sua comparação com outros tipos de definição, passamos agora a focar sua face material, ou seja, de que forma ela se apresenta em dicionários especializados e quais são as maneiras mais apropriadas de redigi-la e organizá-la.

Finatto (1998) descreve a DT como um “ponto de confluência entre *coisas, palavras e conhecimentos*” (FINATTO, 1998, p. 134). Barros (2004) define a DT como “uma paráfrase sinonímica que exprime o conceito designado pela unidade lexical ou terminológica por meio de outras unidades linguísticas; é um conjunto de informações que é dado sobre a entrada.” (BARROS, 2004, p. 159)

Andrade (2000) trata da apresentação da DT como paráfrase:

Considerada na sua apresentação externa, verifica-se que a definição se faz por expansão ou como paráfrase definitória. Neste caso, a definição atua como unidade sintático-semântica que contém mais do que um elemento léxico, sob a forma de sintagma livre ou parte duma frase simples ou complexa, em que os elementos lexicalizam os traços individuais da palavra definida. (ANDRADE, 2000, s.p.)

Krieger e Finatto (2004), por sua vez, definem a DT como

[...] um enunciado-texto que dá conta de significados de termos ou de expressões de uma técnica, tecnologia ou ciência no escopo de uma situação comunicativa profissional, veiculando, assim, conceitos de uma área de conhecimento. Nesse caso, grosso modo, definir corresponde a expressar um determinado saber, uma porção desse conhecimento especializado. (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 93)

A DT, segundo Krieger e Finatto (2004) é, na maior parte das vezes, formada da forma clássica “gênero próximo + diferenças específicas”. Barros (2004) também considera esse

modelo o ideal para a DT, apesar de notar que nem sempre é possível aplicar essa fórmula, a depender do tipo de unidade terminológica que está sendo definida.

Além da definição aristotélica, os dicionários especializados apresentam outros tipos de definição: Alves (1996) elenca os tipos de definição encontrados por Sager (1990, apud. ALVES, 1996) em trabalhos terminológicos: (i) definições analíticas ou por compreensão (expressas pela fórmula gênero próximo + diferença específica, ou seja, são as definições aristotélicas); (ii) definições sinonímicas; (iii) definições por paráfrase; (iv) definições por síntese (segundo a autora, são as que “descrevem e identificam relações” (ALVES, 1996, p. 125)); (v) definições por implicação (quando a unidade definida é apresentada em um contexto explicativo); (vi) definições por denotação ou extensão (são aquelas que elencam exemplos da unidade definida); e (vii) definições por demonstração (quando há uso de ilustrações ou fotos). A essas possibilidades de definição terminológica, Alves (1996) faz um contraponto com os dois únicos tipos prescritos pela norma ISO 1087, ou seja, (i) a definição por compreensão (gênero próximo + diferença específica) e (ii) a por extensão, “baseada na numeração exaustiva dos objetos aos quais um conceito se refere ou nos conceitos específicos que lhe são imediatamente subordinados.” (ALVES, 1996, p. 126)

Ainda segundo essa autora, a definição por compreensão (ou seja, a aristotélica) é a mais adequada aos dicionários terminológicos sobretudo por situar o conceito no interior de uma classe (o gênero próximo) e distingui-lo dos outros conceitos pertencentes a essa mesma classe (por meio das diferenças específicas).

Outros autores também tratam da adequação das DTs, comentando sua estrutura e elencando posturas a serem evitadas ou seguidas. Krieger e Finatto (2004), por exemplo, fazem recomendações gerais sobre a DT, apontando que o conjunto gênero próximo + diferença específica deve definir apenas o *definiendum*, não englobando outros objetos ou noções, e acrescentam que a DT não deve ser extensa demais nem conter informações supérfluas, ou seja, deve prezar pela objetividade e clareza, trazendo apenas informações essenciais.

Vários outros autores também apontam a concisão como característica desejada na DT. Alves (1996) cita Felber (1990) segundo o qual a definição deve ser expressa preferencialmente em uma única frase. Cabré (1993) também coloca a concisão como um dos princípios para uma boa definição terminológica, afirmando que a DT deve ser formada por uma frase apenas, e que eventuais explicações adicionais devem ser acrescentadas em forma de nota. A autora trata da adequação da definição enfocando sua adequação geral, sua adequação específica à área de

especialidade na qual se insere e sua adequação do ponto de vista da expressão, ou seja, enquanto texto, sendo essa última a que mais nos interessa. No que diz respeito à parte textual, Cabré (1993) afirma que a DT deve:

- a) ser expressa corretamente e ser organizada de acordo com as normas formais para a construção de definições;
- b) estar adequada aos consulentes alvo do trabalho;
- c) ser formada por apenas uma oração e evitar pontos internos;
- d) respeitar os princípios da Lexicografia referentes à apresentação formal.

Quanto aos princípios da Lexicografia supracitados, Cabré (1993) os enumera:

- a) utilizar palavra inicial com a mesma classe da palavra definida;
- b) empregar palavras conhecidas ou, caso necessário, palavras desconhecidas que também estejam definidas no interior da obra;
- c) evitar a circularidade, a definição negativa e paráfrases desnecessárias (aquelas que apresentam informação óbvia, que pode ser depreendida do próprio termo) e fórmulas metalinguísticas (*significa, designa, etc.*)

Castilho (1971, apud. ALMEIDA et al., 2007) também lista algumas características consideradas importantes para uma boa DT, incluindo entre elas a clareza e a concisão. Desmet (2002) afirma que a DT deve ser “simples, clara, curta e limitar-se a uma só frase” além de recomendar que se evitem “a circularidade, a tautologia, as definições incompletas” (DESMET, 2002, p. 184)

Barros (2004) também elenca alguns princípios a serem seguidos a fim de manter a homogeneidade e aumentar a qualidade das DTs:

[...] não se deve utilizar cópulas do tipo *diz-se de, significa, (tal termo) é, é quando, trata-se de, indica, (essa palavra) quer dizer, esse termo designa etc.*; a definição não deve conter em seu enunciado o termo definido; deve ser completa sem, no entanto, veicular dados supérfluos e inúteis; deve manter como o termo definido uma relação de univocidade [...]; a definição deve se adaptar ao público-alvo, ou seja, a metalinguagem empregada deve estar de acordo com a capacidade de compreensão do leitor (especialistas de área, leigos no assuntos, crianças etc.); quando houver possibilidade de se redigir a definição na forma afirmativa, não utilizar a forma negativa; palavras de

sentido vago, ambíguo ou figurado não devem ser empregadas. (BARROS, 2004, p. 164-165)

Andrade (2000) também aponta algumas regras que devem ser obedecidas no momento de se formular a DT: estabelecimento de relação entre o gênero e a espécie, utilização de enunciado positivo, se possível (sempre evitar definições negativas) e nunca realizar definições circulares (ANDRADE, 2000, s.p.). Outras características da definição terminológica apontadas pela autora são

o descritor (palavra que introduz a definição) há de ser mais genérico que o termo definido; termos da mesma subárea têm um descritor comum; a categoria gramatical do descritor deve coincidir com a do termo definido; expressões que **não devem ser usadas**: "*Térmo que designa...*" / "*Nome pelo qual é conhecido...*" / "*Qualificativo aplicado a ...*" (ANDRADE, 2000, s.p.)

De fato, observa-se que tanto na definição lexicográfica quanto na terminológica os verbos que indicam significação devem ser omitidos, sobretudo se é pretendida uma relação de equivalência entre a definição e o termo definido, conforme ocorre em grande parte de dicionários de língua geral e terminológicos. Castilho (1971, apud. ALMEIDA et al., 2007), por exemplo, aponta como uma das qualidades de uma boa definição terminológica, além de sua concisão, clareza e auto-suficiência como enunciado, sua equivalência sintática ao termo definido. (CASTILHO, 1971, p. 79-90, apud. ALMEIDA et al., 2007, p. 6). Barros (2004), conforme já exposto anteriormente, também elenca essa característica como importante para a boa elaboração da DT.

A partir dos parâmetros supracitados para uma DT de qualidade, foi elaborada uma metodologia para a análise das definições encontradas no glossário de Farmacovigilância retirado do site da Anvisa, a fim de se estabelecer em que medida o glossário em questão, produzido para atender às demandas de uma determinada área de especialidade, beneficiou-se da teoria terminológica para a redação de suas DTs, obedecendo (ou não) às sugestões e/ou diretrizes de autores da área.

3. Metodologia

As 52 definições do glossário de termos da Farmacovigilância foram analisadas uma a uma a fim de verificar os seguintes pontos:

a) se a definição é redigida pelo método clássico “gênero próximo + diferenças específicas”;

- b) se a definição aristotélica não ocorre, qual é o tipo de definição utilizado, procedendo então à verificação de sua validade na opinião de algum dos autores supracitados;
- c) se a definição se dá por meio de frase afirmativa ou negativa;
- d) se ocorre explicitação, no início da definição, de verbo de ligação ou outro que indique significação (como *significa, designa, trata-se de* etc.);
- e) se ocorre explicitação de subdomínio ou algum outro tipo de restrição de significado no início do enunciado da definição (provocando uma espécie de “ruptura” entre o termo definido e sua definição por gênero próximo e diferenças específicas);
- f) se a definição apresentada pode ser considerada *concisa*, ou seja, se é formada por uma só frase.

As categorias de análise supracitadas foram baseadas nas diretrizes e recomendações apresentadas no ponto 2.2 deste artigo, para que pudéssemos verificar em que medida o glossário analisado seguia os modelos e parâmetros propostos pelos modelos teóricos da Terminologia, no que concerne a elaboração da definição terminológica. As informações foram organizadas e apresentadas em forma de gráficos, para facilitar a análise do glossário. Com base nelas, foram tecidas conclusões a respeito das DTs presentes nele.

4. Resultados

Com análise das 52 definições apresentadas nos verbetes presentes no glossário de termos da Farmacovigilância por meio dos critérios de análise supracitados, foram levantados dados bastante interessantes a respeito das definições, sua tipologia e sua adequação.

Em relação tipo de definição utilizado, notou-se que apenas 31 definições correspondiam ao tipo aristotélico ou por compreensão, considerado o mais apropriado pela maioria dos autores que trataram da DT (Alves, 1996; Andrade; 2000; Barros, 2004; Krieger e Finatto, 2004) além de ser também o tipo recomendado pela ISO 1087, juntamente com a definição por extensão (ALVES, 1996). No glossário analisado, as definições por extensão, ou seja, aquelas que enumeram “todas as espécies que estão no mesmo nível de abstração ou todos os objetos individuais que pertencem ao conceito definido” (FELBER, 1984, p. 137, apud. BARROS, 2004, p. 171) totalizaram 4 ocorrências.

Outros tipos, que por sua vez não aparecem na norma ISO 1087, também foram identificados: definição sinonímica, negativa e holonímica. As definições sinonímicas, como o

próprio nome já diz, definem o termo por meio de um sinônimo, e podem ser criticadas pelo fato de não se tratarem propriamente de uma paráfrase definatória, mas de uma modalidade de definição mais restrita – se o usuário não conhece o sinônimo, não há explicação para auxiliá-lo.

As definições negativas, por sua vez, são classificadas com esse nome por definirem o termo pela ausência ou falta de algo, ou por exclusão de outros termos, com expressão do tipo $X = \text{tudo o que não é } Y$. Esse tipo de definição é sempre preterido, quando possível, em função de uma definição positiva (CABRÉ, 1993; ANDRADE, 2000; BARROS, 2004), e nós também o consideramos inadequado, sobretudo em um dicionário de especialidade, que tem como objetivo definir de forma explícita e clara os termos de uma área de especialidade.

Encontramos um número considerável de definições que se iniciavam por expressões do tipo “qualquer/quaisquer”, “todo”, “uma série de”, “conjunto de”, expressões que denotam a ideia de totalidade, de um conjunto que engloba um todo de partes ou características de um termo. Expressões desse tipo são chamadas por Calzolari *et al.* (1993, *apud.* ZAVAGLIA, 2002) de *genus* vazio, ou seja, gênero que expressa uma relação de hiperonímia indireta, pois não contém propriamente o termo como um *genus* pleno, que possui conteúdo semântico próprio (ZAVAGLIA, 2002). Optamos por chamar essas definições, apenas com a finalidade de facilitar a classificação, de *definições holonímicas*, uma vez que expressam uma relação de *tudo*, de *conjunto*. Também consideramos esse tipo de definição impróprio por dois motivos: primeiramente, ele não consta na norma ISO 1087 como tipo de definição recomendado; em segundo lugar, uma vez que a maioria dessas definições traz, após o *genus* vazio, uma palavra que poderia ser o gênero próximo – *pessoa, medidas, atividades*, entre outras – acreditamos que o uso do *genus* vazio torna-se em grande medida pleonástico, podendo ser facilmente excluído sem prejuízo para o texto da definição.

Por fim, das 52 definições analisadas, 3 não se ajustaram a nenhuma das categorias acima, e foram consideradas impróprias, mais semelhantes a explicações do que a definições, e foram marcadas sob o rótulo de “inclassificáveis”.

Abaixo, a tabela mostra os tipos de definição e sua frequência no glossário.

Tabela 1. Tipos de definições encontradas.

| Tipo de definição | Ocorrências |
|---------------------------|-------------|
| definição aristotélica | 31 |
| definição holonímica | 9 |
| definição por extensão | 4 |
| definição inclassificável | 3 |
| definição sinonímica | 2 |
| definição antonímica | 2 |

Um critério que foi deveras respeitado na redação do glossário em questão foi a utilização de frases afirmativas na DT, ou, de forma mais geral, de definições redigidas de forma afirmativa, elencando o que o termo definido **é**, e não o que o termo **não é**. Cinquenta verbetes obedecem a esse critério, e apenas dois verbetes fogem à regra, conforme mostrado abaixo:

| |
|---|
| EVENTO ADVERSO NÃO GRAVE: Qualquer outro evento que não esteja incluído nos critérios de evento adverso grave. |
| INEFETIVIDADE TERAPÊUTICA: Ausência ou a redução da resposta terapêutica esperada de um medicamento, sob as condições de uso prescritas ou indicadas em bula. |

No caso desses dois termos, porém, é compreensível que a definição escolhida tenha assumido um viés negativo, dado o próprio conceito representado por eles. A definição negativa, portanto, não nos parece inadequada, ao contrário, parece ter sido a mais apropriada para os termos em questão.

Em relação à explicitação de algum tipo de restrição de subdomínio, provocando ruptura entre o lema e o início da definição por gênero próximo e diferença específica, notamos que apenas dois explicitavam, logo no início da definição, esse tipo de nota. A caráter de exemplo, apresentamos o seguinte verbete com a restrição evidenciada em vermelho:

MEDICAMENTOS NOVOS: Para fins da Resolução RDC 04/09, medicamentos novos referem-se a novas entidades moleculares sintéticas, semi-sintéticas, novas vacinas e biotecnológicos. O medicamento é considerado novo durante os primeiros 5 anos de registro no país.

Não sendo uma característica tão presente no conjunto das definições, ela não foi considerada prejudicial dentro do glossário.

Em relação à concisão, verificamos o número de frases presentes em cada definição, averiguando os seguintes dados:

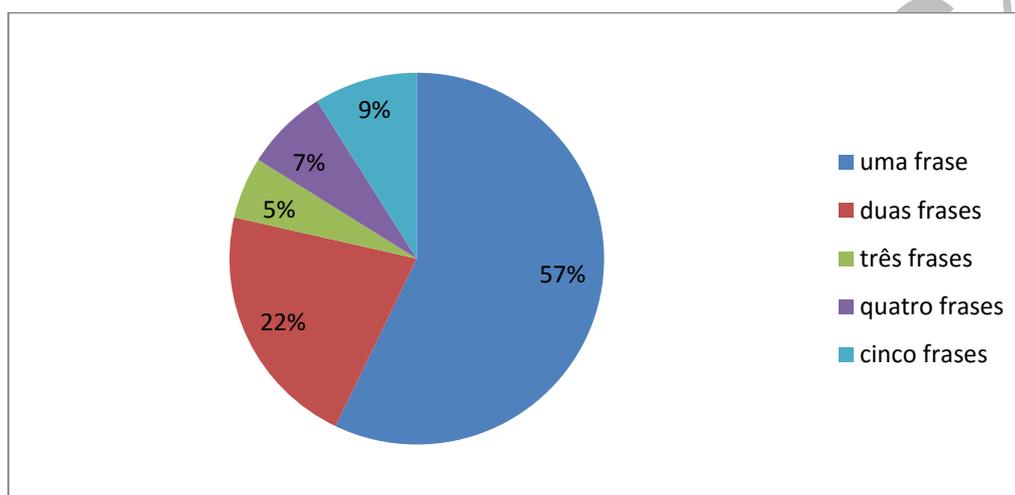


Gráfico 1. Número de frases nas definições.

As definições formadas por apenas uma frase são consideradas concisas, ou seja, atendem ao critério de concisão. As doze definições que são formadas por duas frases podem mostrar ainda uma extensão admissível caso o conceito que expressam seja demasiadamente complexo. Dessa forma, sete DTs podem ser classificadas como não atendendo ao critério de concisão pela quantidade de frases utilizadas no texto definicional – três frases ou mais – e 44 atenderam, em nossa opinião, o critério de concisão.

O último ponto, considerado o mais importante em nossa análise, foi a ocorrência de verbos cópula entre o termo e sua definição. Esse aspecto foi considerado particularmente problemático pois, diferentemente da concisão e do tipo de definição, esse problema não pode ser justificado com facilidade pela natureza do termo definido. O formato de glossário e/ou dicionário já estabelece *a priori* uma relação de equivalência entre o *definiendum* e a paráfrase definitória, podendo o verbo de ligação ser considerado redundante e sem utilidade. Vejamos:

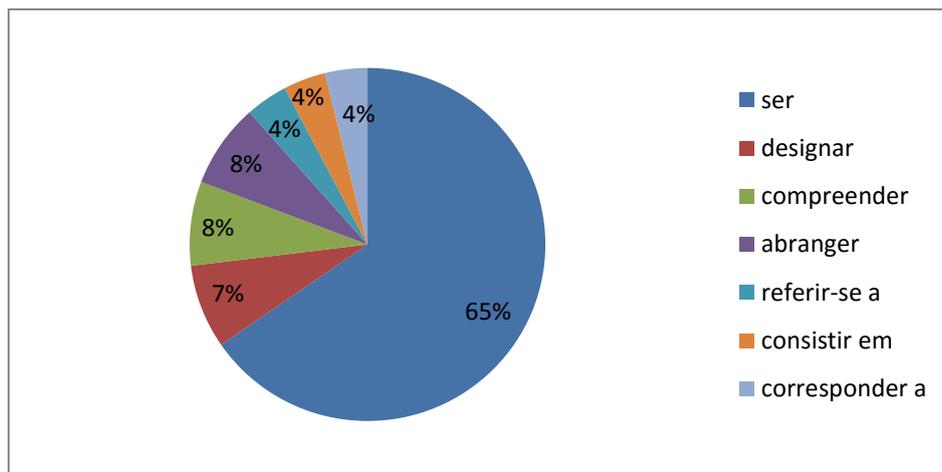


Gráfico 2. Verbos no início das definições.

Das 52 DTs analisadas, 26 traziam verbo no início (cópula ou outro que explicita relação de equivalência). O número de ocorrências de verbo no início das DTs foi bem maior do que o esperado, e nos pareceu um dado preocupante, visto que coloca em questão a qualidade das DTs do glossário e o conhecimento das teorias a respeito da DT por parte de seus elaboradores.

5. Considerações finais

A definição terminológica “envolve e transcende ‘palavras’, concretizando uma relação particular entre veiculação e constituição do conhecimento, e, mais além, entre conhecimento e linguagem.” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 161) Sua importância, portanto, vai além da simples explicação de um conceito, pois toca na veiculação desse conceito e na consolidação de seu significado dentro de um domínio, em especial no caso de dicionários especializados feitos para especialistas, como referência de uma dada área. Krieger e Finatto (2004) citam o gênero próximo e a diferença específica como parâmetros para o estudo de enunciados definicionais desde a Filosofia, a Retórica, a Lógica até os estudos terminológicos mais recentes. Finatto (2002) ressalta que “a apreensão linguístico-terminológica da DT não se esgota por essas categorias, mas elas permanecem como um parâmetro crítico útil, desde que se considere também outras condições que perpassam esse tipo de enunciado.” (FINATTO, 2002, p. 76) Com efeito, análise das DTs sob uma ótica diferente das categorias rígidas do gênero próximo e diferenças específicas pode ser extremamente profícua, conforme pode-se observar em Finatto (2001), em trabalho no qual a semântica enunciativa de Benveniste (1989; 1991) é utilizada para estudar enunciados definitórios de termos da Química.

Nosso estudo, por sua vez, ateu-se às categorias aristotélicas de *gênero e diferença específica*, uma vez que o foco era verificar em que medida as definições analisadas aproximavam-se ou se distanciavam dos modelos de definição recomendados em trabalhos de cunho mais prescritivo, ou seja, a definição por compreensão e a definição por extensão.

Em relação aos diferentes tipos de definição terminológica, muitas parecem não se encaixar nos modelos pré-determinados elencados acima, conforme pudemos observar por meio da análise dos tipos de DT utilizados no glossário estudado.

De fato, das 52 definições analisadas, 35 delas (aproximadamente 67%) correspondiam aos modelos indicados pela norma ISO 1087 e corroborados pelos autores estudados, enquanto que 17 (aproximadamente 33%) correspondiam a outros modelos ou não se encaixavam em nenhum deles. Isso pode ser considerado um problema na medida em que a teoria, que prescreve determinados modelos em detrimento de outros, serve para apoiar e guiar a prática, auxiliando, portanto, na confecção de obras terminográficas.

Ao se propor a confeccionar uma obra do tipo, portanto, um profissional deveria se balizar pelos critérios e parâmetros já existentes a fim de atingir um grau de qualidade em sua obra. Levando-se em consideração, porém, fatores como a quantidade de verbos de ligação existentes nas definições e a extensão das DTs (analisada no critério “concisão”), podemos perceber que não houve uma grande observância de parâmetros teóricos para a construção da obra terminográfica analisada.

No que diz respeito aos tipos das definições, por sua vez, também observamos certa fuga aos modelos recomendados e o uso de outros tipos de estratégias para a redação da definição. Devemos, porém, levar em consideração a complexidade da tarefa de definir e, sobretudo, a dificuldade muitas vezes existente de acomodar fatos de língua e textos, como os da definição, a categorias redutoras e simplificadoras. Se a variação e a heterogeneidade são traços próprios à linguagem natural, os enunciados definitórios não conseguem escapar a isso (KRIEGER e FINATTO, 2004). Sua adequação e qualidade, portanto, vão muito além de sua acomodação a modelos pré-definidos, e envolvem especificidades da área de especialidade, do tipo de termo definido e do público-alvo, para citar os fatores mais evidentes.

A análise nos mostrou que uma fração considerável dos verbetes apresentou alguns problemas em sua redação, de acordo com o que é recomendado por muitos terminólogos. Sua adequação à área e ao público-alvo, porém, pode ir muito além disso, e exigiria estudos mais

voltados à funcionalidade do glossário em questão, o que pode ser investigado, em trabalhos futuros, nesse glossário em especial e em outras obras terminográficas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, G. M. B.; PINO, D. H. P.; SOUZA, D. S. L. A definição nos dicionários especializados: proposta terminológica. **Debate Terminológico**, n.3, jan 2007 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/riterm>. Acesso em jan 2015.

ALVES, I. M. Definição terminológica: da teoria à prática. **TradTerm**, v. 3, p.125-136, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49898/54007>> Acesso em dez 2014.

ANDRADE, M. M. Conceito/definição em dicionários da língua geral e em dicionários de linguagens de especialidade. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, 2000.

ANDRADE, M. M. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; IZQUERDO, A. N. (Org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 189-198.

ANVISA. Pós comercialização Pós uso / Farmacovigilância. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Pos+-+Comercializacao+-+Pos+-+Uso/Farmacovigilancia>> Acesso em janeiro de 2015.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

CABRÉ, M. T. C. La unidad terminológica. In: _____. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártida. 1993, p. 169-224.

_____. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: _____. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: IULA, 1999a. p.109-127. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/tlrp.1>

_____. Hacia una Teoría Comunicativa de la Terminología: Aspectos Metodológicos. In: _____. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: IULA, 1999b, p. 129-150. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/tlrp.1>

DESMET, I. A análise do sentido em terminologia: teoria e prática da definição terminológica. **TradTerm**, v. 8, p. 169-188, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/viewFile/49129/53208>> Acesso em dez 2014.

FINATTO, M. J. B. Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminológica: questões de partida. **Organon**, Revista do Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 133-146, 1998. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29563/18263>> Acesso em jan 2015

FINATTO, M. J. B. **Definição terminológica**: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação. Tese (Doutoramento em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FINATTO, M. J. B. O papel da definição de termos técnico-científicos. **Revista da ABRALIN**, v. 1, n. 1, julho, p. 73-97, 2002 Disponível em <http://www.abralin.org/revista/RV1N1/artigo3/RV1N1_art3.pdf> Acesso em nov 2015

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**: teoria & prática. São Paulo: Contexto, 2004.

REMENCHE, M. L. R. Terminologia – reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica. **TradTerm**, São Paulo, v. 16, p. 343-364, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/46324/50087>> Acesso em jan 2015.

REY, A. Problèmes théoriques. In: ____. **La terminologie**: noms et notions. Paris: Presses Universitaires de France, 1979, p.16-51.

ZAVAGLIA, C. 2002. **Análise da homonímia no português**: tratamento semântico com vistas a procedimentos computacionais. Araraquara, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, vol. I, 199 p., vol. II, 360 p.

Artigo recebido em: 30.09.2015

Artigo aprovado em: 14.12.2015

Implicações da concepção de léxico na formação do professor de língua materna

Implications of the conception of the lexicon in the formation of the mother tongue's teachers

Raquel Pires Costa *

RESUMO: A linguagem é um fenômeno complexo, cujas múltiplas dimensões devem ser estudadas articuladas, para além das dicotomias existentes. Uma das dimensões está relacionada ao léxico, cujo estudo é fundamental para o desenvolvimento da competência comunicativa. Diante da observação de que essas discussões deveriam preceder o início da prática docente, ou seja, de que o professor de língua portuguesa deveria ter um sólido conhecimento sobre a composição e organização do léxico, suas normas de bloqueio e produtividade, antes de iniciar sua regência de sala de aula, este artigo dedica uma reflexão sobre a formação de professores de língua materna nesse sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Língua materna. Formação de professores

ABSTRACT: Language is a complex phenomenon, which multiple dimensions should be studied articulated beyond the dichotomies. One dimension is related to the lexicon, which study is crucial for the development of communicative competence. Observing that these discussions should precede the start of teaching practice, that is, that the Portuguese language teacher should have a solid knowledge about the composition and organization of the lexicon, their blocking and productivity rules, before beginning the classroom regency, this paper devotes a reflection on the training of native teachers in that direction.

KEYWORDS: Lexicon. Mother tongue. Teachers' formation.

1. Introdução

A linguagem é um fenômeno complexo, cujas múltiplas dimensões devem ser estudadas articuladas, para além das dicotomias existentes. Uma destas dimensões está relacionada ao léxico, cujo estudo é fundamental para o desenvolvimento da competência comunicativa.

Diante da observação de que o professor de língua portuguesa deveria ter um sólido conhecimento sobre a composição e organização do léxico, assim como sobre suas normas de bloqueio e produtividade e a articulação desses conhecimentos antes de iniciar sua regência de sala de aula, este artigo dedica-se a uma reflexão sobre a formação de professores de língua materna nesse sentido.

* Mestre em Estudos Linguísticos pelo POSLIN/UFMG (Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais). Bolsista FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão).

Pretendemos, com essa reflexão, articular conceitos do domínio da Lexicologia, como léxico e competência lexical, com o ensino de língua materna, mostrando que essas discussões, assim como o conhecimento desses conceitos deve preceder a prática docente.

2. Léxico: algumas considerações teóricas

Em linhas gerais, a Lexicologia é uma ciência do léxico que estuda as unidades do universo lexical. Segundo Coseriu (1977), seu objeto de estudo engloba a estrutura do vocabulário da língua, sua composição, variedade, origem, mudanças históricas e adaptação às condições sociais da comunidade.

Antunes (2007, p. 42) define o léxico da seguinte forma:

O léxico é um conjunto relativamente extenso de palavras, à disposição dos falantes, as quais constituem as unidades de base com que construímos o sentido de nossos enunciados. [...] É mais do que uma lista de palavras à disposição dos falantes. É mais do que um repertório de unidades. É um depositário dos recortes com que cada comunidade vê o mundo, as coisas que a cercam, o sentido de tudo.

Apesar da coerência da definição de Antunes (2007), o termo *palavra* não alcança tudo o que cabe na conceituação de léxico. Biderman (2001, p. 169-171) pontua ainda que há imprecisões inerentes tanto ao termo *palavra* quanto a *vocabulo*, e ressalta que, por entenderem que esses termos se prestam a imprecisões, os linguistas adotaram os termos *lexema*, para designar a unidade léxica abstrata em língua e *lexia*, para a manifestação dessas formas no discurso.

A autora ainda contrasta os termos *léxico* (acervo dos lexemas de uma língua) a *vocabulário* (conjunto de lexias registradas na obra de um autor, por exemplo) (BIDERMAN, 2001).

No que diz respeito à composição do léxico, as unidades lexicais estão organizadas em um vocabulário comum a toda a comunidade linguística, compartilhado, de uso geral (parte mais extensa do léxico), e em vocabulários especiais, de uso restrito, os quais não são compartilhados por toda a comunidade, pois são gerados por grupos sociais (como grupos solidários, grupos de profissionais e grupos de pesquisadores).

É o vocabulário comum que garante a comunicação entre os falantes.

Inserido no léxico da língua, do qual se falou até então, está o léxico mental. Este pode ser definido como:

- a) conjunto de unidades léxicas armazenadas na memória de longo prazo, sempre presente quando participamos de um ato de fala;
- b) conhecimento internalizado de padrões gerais de estruturação que permitem a interpretação ou produção de novas unidades lexicais.

Já o léxico mental é subdividido em léxico real e virtual. Enquanto que é no léxico real que se encontra o conjunto total de palavras da língua, o léxico virtual abrange o conjunto de padrões que determinam as construções lexicais possíveis e sua interpretação.

Em relação a essas possibilidades de novas construções lexicais, Ferraz (2006) ressalta que a mudança, uma característica das línguas naturais, é mais evidente no léxico, uma vez que o léxico é um fenômeno permanente e a inovação lexical é um recurso das línguas para sua continuidade, é prova da vitalidade da língua. Como o léxico categoriza o conhecimento humano na forma de palavras, Biderman (1998) lembra que o crescimento do léxico se faz numa progressão geométrica, devido à criação contínua de palavras novas, o que faz com que a possibilidade de sua ampliação seja praticamente infinita.

Esse processo de expansão, no entanto, não se dá desordenadamente. Assim como há condições favoráveis ao surgimento de novas unidades lexicais, há também normas de bloqueio e de restrições que regulam essa produtividade:

Se as restrições às regras de formação de palavras nos dão conta das limitações que são parte integrante dessas mesmas regras, se as restrições nos falam do que não pode ser formado por razões internas inerentes aos próprios modelos, os bloqueios nos dão conta das limitações que se impõem à produtividade lexical por razões ou causas externas, isto é, a formação de uma palavra é impedida por outra(s) já existente (s) no léxico da língua (SANDMAN, 1991, p. 75).

Essas normas, tanto de produtividade, quanto de restrição e bloqueio da produtividade, constituem um conhecimento que está diretamente relacionado ao desenvolvimento da competência lexical do falante, que será discutido a seguir.

2.1 Critérios que levam ao desenvolvimento da competência lexical de um falante

Segundo Lescano (2002), pode-se definir competência lexical como o conhecimento da estrutura e do funcionamento do sistema léxico da língua em função da qual este sistema, sujeito às considerações pragmáticas pertinentes, pode ser usado eficazmente pelos falantes em

contextos discursivos diversos. Para a autora, compreender e utilizar o léxico de uma língua é uma competência que não pode ser separada do compreender e utilizar os modelos mentais e culturais dessa língua, uma vez que toda a cultura é uma trama simbólica formada por redes interconectadas de modelos culturais e a competência léxica é a formação mais duradoura e evidente desses modelos.

Nesse sentido, desenvolver o léxico não é somente conhecer mais palavras, mas aumentar o conhecimento de mundo. Fornecer aos alunos estratégias para aumentar o léxico de forma permanente lhes permitirá não somente aumentar seu domínio qualitativo, mas também penetrar em distintas áreas de conhecimento.

Para consolidar e melhorar a competência lexical, a autora considera que é necessário trabalhar o léxico de maneira organizada, recorrente e contextualizada. Trata-se de ativar as constantes inter-relações linguísticas estabelecidas pelas palavras a partir de conexões associativas de todo tipo (sinonímicas, antonímicas, etc.), fazendo com que os alunos fixem as novas conexões numa aprendizagem significativa e não arbitrária.

Em seu texto *On the Structure of lexical competence*, Marconi (1997) também tece importantes considerações sobre a competência lexical, principalmente no que se refere às diferenças entre as competências individuais entre os falantes. Inicia sua discussão afirmando que postulados de sentido – informações explícitas nos enunciados que permitem que o leitor faça inferência sobre determinada palavra – não exaurem o conteúdo sobre competência semântico-lexical e que um falante competente sabe mais do que é expresso por postulados de sentido.

Para o autor, saber palavras comuns e ser competente em seu uso é desempenhar performances básicas como descrevê-las, reconhecê-las e explicar seu uso. Contudo, para a maioria das palavras no vocabulário do inglês padrão – e pode-se dizer que o mesmo se aplica ao português – a competência em seu uso varia largamente de falante para falante.

Essa competência não difere simplesmente em relação à qualidade, pois um falante pode ser muito competente referencialmente, ou seja, na aplicação de certas palavras, na habilidade de mapear itens lexicais sobre o mundo em geral, e ser ao mesmo tempo profundamente ignorante no tocante à natureza e propriedade de seus referentes, isto é, no que diz respeito à competência inferencial. Por outro lado, uma pessoa pode ter um excelente conhecimento, mas uma competência referencial pobre.

Destaca, ainda, que a competência inferencial pode ser enriquecida através da reflexão sobre a aplicação de uma palavra.

Ao realizar essa discussão, a habilidade que o autor quer circunscrever é mais geral e mais dinâmica: a habilidade de se fazer uma rede de conexões entre as palavras, formando a base do aspecto inferencial da competência semântico-lexical – desempenhos como inferências semânticas, recuperação de uma palavra a partir de sua definição, encontrando um sinônimo, etc.

Algumas conclusões a que Marconi chega podem ser relacionadas ao ensino de línguas:

- a) a competência lexical não pode mais ser descrita somente como a habilidade de fazer uma rede de relações entre as palavras, devendo incluir muitas habilidades distintas conceitualmente e separadas mentalmente;
- b) a habilidade de se definir uma palavra deve estar dissociada da habilidade de encontrar uma palavra correspondente em uma dada definição verbal ou numa descrição do referente da palavra;
- c) há uma ampla evidência de que funções referenciais (como a de nomear) estão dissociadas de funções inferenciais (como definir e parafrasear).

3. As implicações da concepção do léxico na formação do professor de língua materna

A formação do professor de Língua Portuguesa é de especial relevância, haja vista o caráter interdisciplinar da disciplina e por ela estar inserida na totalidade da linguagem. Considerando que uma das dimensões da linguagem está relacionada ao léxico, seu estudo é fundamental para o desenvolvimento da competência comunicativa do falante, pois quanto mais aprofundado o seu vocabulário, mais facilidade terá para ler, compreender e produzir textos.

Há cerca de trinta anos, o ensino do vocabulário na escola limitava-se ao item lexical de forma isolada ou em frases curtas. Com os estudos da Linguística Textual e as discussões trazidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o estudo do léxico sofreu alguma modificação, como a contextualização do ensino das unidades lexicais em textos. Contudo, essa mudança ainda está aquém de garantir um ensino que de fato desenvolva a competência lexical dos alunos.

Como visto nos itens anteriores, todas as unidades lexicais estão cercadas por uma rede indeterminada de associações que as ligam umas às outras, o que demonstra que o léxico não é um conjunto de itens isolados, mas de itens coordenados.

Portanto, o falante deve fazer associações em relação ao conteúdo semântico que as palavras desempenham, para que tenha a oportunidade de construir seu conhecimento, para que teça relações semânticas entre as palavras e, dessa forma, verifique a função das unidades lexicais no estabelecimento da coesão do texto. Necessita, ainda, observar o funcionamento dos itens lexicais no texto para se construir uma unidade de sentido e fazer associações e inferências.

O ensino do léxico deve, ainda, considerar os contextos sociais nos quais as palavras estão inseridas, pois dependendo da situação em que são empregadas, apresentam sentidos diferentes. É preciso que o discente tenha consciência de que conhecer uma palavra significa perceber a sua posição dentro da língua, associando-a a outras e conhecendo os seus vários significados.

Nesse contexto, o vocabulário precisa ser visto como um recurso comunicativo que completa as necessidades dos aprendizes, fazendo parte das suas estratégias de uso da língua para objetivos da comunicação, como bem recorda Marcuschi (2004, p. 22-23):

A presença de itens lexicais, seja na forma de campos léxicos, repetição, sinonímia e outras, não garante o acesso direto à significação nem a continuidade tópica do texto porque eles não funcionam autonomamente e sim no **processo enunciativo que se dá nas atividades de textualização. A identidade lexical, de significação e tópica não são automaticamente correlacionadas, mas enunciativamente produzidas** (grifo nosso).

Em seu trabalho *A face quantitativa da linguagem*, Biderman (1998) enfatiza que um importante problema relacionado ao léxico é o do aprendizado, tanto do vocabulário de uma primeira como de uma segunda língua, ressaltando a importância de se elaborarem listas de frequência para selecionar adequadamente o vocabulário a ser utilizado no ensino/aprendizagem do léxico.

Com relação ao ensino do léxico na escola, os PCN (BRASIL, 1998, p.79) orientam que o professor crie meios que contribuam para a expansão do repertório lexical do aluno de modo que ele seja capaz de fazer a adequação de determinados termos à situação comunicativa, e que o ensino com o léxico não trate a palavra como "portadora de significado absoluto", mas como uma "ponte" para a construção de sentido.

Portanto, o objetivo do ensino do léxico é fazer com que o aluno possa utilizar-se adequadamente dos vários sentidos das palavras e perceber os melhores efeitos do uso dos vocábulos em textos, fato que culminaria numa significativa comunicação textual.

Dispondo de um repertório lexical suficiente e adequado à expressão do pensamento de maneira coerente e clara, o aluno terá, conseqüentemente, mais condições de assimilar conceitos não somente referentes à disciplina de português, como de todas as outras, e principalmente de refletir sobre a língua e seus usos e sobre os demais assuntos, o que contribuirá para o desenvolvimento de sua criticidade.

Diante do exposto, podem-se incluir dentre as tarefas do professor de Língua Portuguesa, no que concerne ao ensino do léxico:

- a) partir do princípio de que a competência no uso da maioria das palavras varia de falante para falante – respeito às individualidades;
- b) partir do princípio de que a competência inferencial pode ser enriquecida através da reflexão sobre a aplicação das palavras;
- c) mostrar para os alunos que a língua é um fato social e o léxico, como componente integrante da língua, tem regras e bloqueios;
- d) levar o aluno ao desenvolvimento da competência lexical, sem simplesmente adotar uma postura de censura diante dos novos itens criados sem critérios pelos alunos.

A questão é que, para adotar esses procedimentos em sala de aula, o professor de língua materna deve entender claramente os conceitos de: léxico, léxico mental, léxico virtual, discutidos nos itens 2.0 e 2.1, assim como as regras de produtividade e de bloqueio da produtividade lexical e a articulação desses conceitos com o ensino da língua.

Tendo essa sólida formação, o docente terá condições de criar estratégias para que o aluno desenvolva a sua competência lexical, em vez de simplesmente podar o surgimento de novas unidades lexicais, e de desenvolver a capacidade cognitiva do aluno, para que maneje o léxico de sua língua a fim de conseguir melhores *performances* de maneira produtiva (isto é, produzir significados adequados e utilizar as regras de combinação das palavras).

Contudo, verifica-se que os cursos de graduação em Letras das principais faculdades brasileiras que disponibilizam a sua grade curricular *on line* não contemplam uma disciplina específica que trate dessa relação entre o léxico e sua aplicabilidade no ensino de língua portuguesa, relação esta que, como se procurou demonstrar nas reflexões acima, é tanto possível quanto necessária.

4. Considerações finais

Considerando que as atividades de Língua Portuguesa devem girar em torno da leitura e produção de textos e que a compreensão de um texto se dá através da relação entre os conhecimentos linguísticos e de interação, o trabalho com o léxico é de suma importância, uma vez que quanto mais competente do ponto de vista lexical o aluno for, mais facilidade terá para ler, compreender e produzir textos.

O falante competente do ponto de vista lexical sabe tanto manejar bem as palavras da língua como associar adequadamente as palavras do ponto de vista sintático, e essa competência manifesta-se no uso que faz da língua.

Entendendo que o falante tem autonomia no uso da língua, mas essa autonomia é relativa, uma vez que está relacionada à autonomia do outro e que cada falante é um elemento criativo que impulsiona a língua para a evolução, o professor de língua materna, ao mesmo tempo respeitará as individualidades, perceberá a dimensão da sua importância no desenvolvimento da competência lexical dos alunos.

Dentre os aspectos a serem melhorados na formação do professor de língua materna, destacam-se alguns conteúdos e algumas questões que podem e devem ser mais bem discutidos na Graduação:

- a) ensino do léxico;
- b) contextos sociais nos quais as palavras estão inseridas, pois dependendo da situação em que são empregadas apresentam sentidos diferentes;
- c) contribuição do léxico para o processo de construção de sentidos. Trabalhar com frases soltas e isoladas não conduz o aluno a desenvolver a sua competência lexical e, conseqüentemente sua proficiência enquanto leitor e produtor de textos. O aluno deverá ser conduzido a perceber que as palavras não têm sentido único, depende do contexto em que são empregadas;
- d) estudo dos itens lexicais: de grande importância para o desenvolvimento da competência comunicativa, pois quanto mais aprofundado o vocabulário do falante, mais facilidade terá para ler, compreender e produzir textos;
- e) as identidades lexical, de significação e tópica não são automaticamente correlacionadas, mas enunciativamente produzidas;
- f) presença de itens lexicais em sala de aula e nos livros didáticos: não garante o acesso direto à significação nem a continuidade tópica do texto, porque os itens

lexicais não funcionam autonomamente e sim no processo enunciativo que se dá nas atividades de textualização;

- g) compreensão de que dois aspectos são fundamentais para um ensino adequado do vocabulário : saber o que significa conhecer uma palavra e como evolui esse conhecimento.

Por fim, acredita-se que repensar a formação do professor de língua materna deve passar, sobretudo, pela discussão de que a relação teoria e prática deve ser contínua e acontecer desde a graduação, para que o docente tenha as mínimas condições de atuar em favor do desenvolvimento da competência lexical, e, por conseguinte, linguística, dos seus alunos.

Referências bibliográficas

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Ed. Parábola, 2007.

BIDERMAN, M. T. C. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português. **Alfa**, n. 42, 1998.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**: teoria lexical e teoria computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1998.

COSERIU, E. **Princípios de semântica estrutural**. Madrid: Gredos, 1977.

FERRAZ, A. A inovação lexical e a dimensão social de língua. In: _____. **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

LESCANO, M. Desarrollo de La competencia léxica desde un enfoque cognitivo y discursivo. In: XI CONGRESO DE LA SOCIEDAD ARGENTINA DE LINGUISTICA, 11., 2002. Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad Nacional de Cordoba, 2002.

MARCONI, D. On the structure of lexical competence. In: _____. **Lexical competence (language speech and communication series)**. Cambridge, Massachusetts : The MIT Press, 1997.

MARCUSCHI, L. A. **O aspecto textual no processo de textualização**. Projeto de pesquisa. UFPE/NELFE/CNPQ nº306576/2003-1. Recife, 2004.

SANDMAN, A. J. Produtividade lexical. In: _____. **Competência lexical: produtividade, restrições e bloqueio.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1991.

Artigo recebido em: 02.10.2015

Artigo aprovado em: 21.12.2015

Revista GTLex

Identificação da terminologia do Licenciamento Ambiental Brasileiro Identification of the Brazilian Environmental Licensing terminology

Caroline Lúcia Costa Moia Chichorro*

RESUMO: Este trabalho apresenta parte da pesquisa voltada ao levantamento dos termos mais relevantes ao domínio do licenciamento ambiental em língua portuguesa, variante brasileira, e tem por finalidade relatar as etapas metodológicas e ferramentas utilizadas para tal. Para a identificação da terminologia do licenciamento ambiental recorreu-se aos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999) e da Linguística de *Corpus* (SARDINHA, 2004). O *corpus* da pesquisa é composto por textos da legislação brasileira referente ao licenciamento ambiental, bem como por manuais voltados aos empreendedores, e sua análise se deu com auxílio da ferramenta de pesquisa linguística AntConc. O relato dos procedimentos metodológicos empregados pode vir a contribuir para outros trabalhos na área e auxiliar estudantes interessados na temática.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Licenciamento Ambiental. Teoria Comunicativa da Terminologia. Linguística de *Corpus*.

ABSTRACT: This paper presents the research focused on the collecting of the most relevant terms of the environmental licensing area in Portuguese and aims to report the methodological steps and tools used for this. For the identification of the environmental licensing terminology we resorted to the theoretical and methodological principles of the Communicative Theory of Terminology (CABRÉ, 1999) and of the *Corpus* Linguistics (SARDINHA, 2004). The research *corpus* is composed of texts of the Brazilian legislation concerning the environmental licensing and manuals geared to entrepreneurs and its analysis was accomplished using the linguistic research tool AntConc. The reporting of the methodological procedures can potentially contribute to other researches in Terminology and to students interested in the subject.

KEYWORDS: Terminology. Environmental Licensing. *Corpus* Linguistics. Communicative Theory of Terminology.

1. Introdução

O ser humano se vale da linguagem e da língua para se comunicar, transmitindo, assim, emoções, informações e conhecimento acerca do mundo a sua volta. No caso da comunicação especializada, que se dá em relação a um conteúdo e a interlocutores especializados, em contexto e situações específicos, faz-se uso da chamada linguagem de especialidade.

Considerada como um “subsistema que se atualiza nos textos dos âmbitos comunicativos especializados” ou ainda como “o conjunto de todos os recursos linguísticos que

* Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Especialista em Tradução pela Universidade Gama Filho.

são utilizados em um âmbito comunicativo, delimitado por uma especialidade, para garantir a comunicação entre as pessoas que nela trabalham” (HOFFMAN, 2004, p. 80), a linguagem de especialidade se diferencia da linguagem comum especialmente por seu léxico. A este conjunto lexical que expressa o conhecimento de uma determinada área de especialidade denomina-se terminologia.

As unidades terminológicas são unidades do léxico comum que, em um determinado contexto especializado, ativam um sentido preciso. São compreendidas como “unidades denominativo-conceituais, dotadas de capacidade de referência” (CABRÉ, 1999b, p. 123, tradução nossa¹). Assim, conhecer a terminologia de uma área de especialidade implica conhecer o seu conteúdo e como ele se constitui e se organiza, tendo em vista que os termos veiculam informação e conhecimento especializados. Por essa razão, “o uso de uma terminologia padronizada ajuda a tornar a comunicação entre especialistas mais eficiente” (CABRÉ, 1999a, p. 47, tradução nossa²).

Seguindo esta linha teórica, este artigo visa relatar os procedimentos metodológicos adotados na identificação e organização da terminologia do licenciamento ambiental brasileiro, uma subárea do tema meio ambiente. A iniciativa de realizar esta pesquisa tem por finalidade auxiliar a comunicação, não apenas entre profissionais de diferentes graus de especialidade, mas também entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento, semileigos e leigos no que tange a esta atividade, o que, acredita-se, pode ocorrer a partir do conhecimento de sua terminologia.

Espera-se, com o relato da metodologia utilizada para este reconhecimento terminológico, compartilhar a experiência e beneficiar outros pesquisadores em terminologia.

2. Pressupostos teóricos

Nesta sessão pretende-se abordar os principais conceitos necessários ao desenvolvimento deste estudo, de modo a embasar o trajeto que será percorrido para alcançar o objetivo proposto: identificar e compilar a terminologia do licenciamento ambiental brasileiro. Com esse intuito, apresenta-se o licenciamento ambiental no Brasil, visando descrever este instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente; a Teoria Comunicativa da

¹ [...] los términos [...] se describen como unidades denominativo-conceptuales, dotadas de capacidad de referencia, [...].

² [...] the use of standardized terminology helps to make communication between specialists more efficient.

Terminologia e os preceitos do trabalho terminológico, que fundamentam o estudo em proposição; e a Linguística de *Corpus*, da qual se utilizará para compor a metodologia de compilação e análise dos dados.

2.1 O licenciamento ambiental brasileiro

A partir da Revolução Industrial e com o desenvolvimento tecnológico, a humanidade passou a explorar cada vez mais os recursos naturais em busca de fontes de energia e de matérias-primas, desmatando e devastando diversos ecossistemas visando à expansão da produção de alimentos e à construção de cidades. À medida que os problemas ambientais se tornaram mais evidentes e frequentes, ameaçando a disponibilidade desses recursos e a existência humana, começaram a emergir, a partir da década de 1970, em um contexto global, o interesse e a preocupação com a questão ambiental.

No Brasil, esse momento pró meio ambiente culminou na publicação da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, popularmente conhecida por Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída com o objetivo de promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, tendo como um de seus instrumentos o licenciamento ambiental (Lei n.º 6.938/1981, art. 9ª, IV).

Estabelecido pela PNMA, o licenciamento é regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n.º 237/1997, que o define como:

[...] o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Trata-se de um instrumento de gestão ambiental considerado complexo pelo fato de ser composto por uma série de etapas, sendo necessária, desde a aprovação de um projeto de empreendimento até a sua operação efetiva, a expedição de três licenças pelo Poder Público. Assim, para se obter o licenciamento é necessário que se cumpram três fases: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

Além de possibilitar agir preventivamente na proteção do meio ambiente visando compatibilizar sua preservação com o desenvolvimento econômico-social, o licenciamento ambiental é considerado condição essencial para se obter financiamento junto a instituições financeiras, bem como para conseguir incentivos governamentais para um empreendimento. Dessa forma, após a instituição desse instrumento da política ambiental, a preservação passou a ser condição ao desenvolvimento econômico, estando este atrelado ao licenciamento ambiental.

Há que se dizer, ainda, que a ausência das licenças ambientais referentes às diferentes fases do licenciamento configura crime, conforme disposto na Lei de Crimes Ambientais (n.º 9.605, de 1998) e pode acarretar em pena de um a seis meses, ou multa, ou ambas, cumulativamente, aos empreendedores, na ocorrência de construção, reforma, ampliação, instalação ou funcionamento de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores.

Neste contexto, em nossa experiência enquanto analista ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA-MT), observamos a alta complexidade inerente à atividade do licenciamento ambiental, além de que o desconhecimento parcial ou total dos conceitos que a atividade engloba, entre documentação exigida e procedimentos necessários, causa, muitas vezes, dificuldades na comunicação entre os analistas ambientais e os empreendedores que buscam a Secretaria visando regularizar ambientalmente suas atividades econômicas.

Por essa razão, julgamos necessário oferecer aos empreendedores conhecimento acerca dos atores, etapas, procedimentos e documentação envolvidos no licenciamento ambiental, permitindo que a comunicação entre eles e os especialistas em meio ambiente, neste caso mais especificamente em licenciamento ambiental, seja exitosa. Na ausência de uma obra terminológica voltada especificamente à atividade do licenciamento ambiental, almejou-se favorecer a comunicação entre as partes a partir do reconhecimento e compilação da terminologia da área.

2.2 A Teoria Comunicativa da Terminologia

Diferentes teorias de Terminologia adotam posições distintas quanto à compreensão dos termos ou à metodologia de trabalho. Para esta pesquisa escolheu-se seguir os princípios colocados pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), que valoriza o aspecto

comunicativo das linguagens especializadas e concebe as unidades terminológicas como parte da linguagem natural e da gramática das línguas (BARROS, 2004, p. 35).

A teoria fundamenta-se sobre um tripé teórico constituído pelas teorias: da linguagem, para dar conta do estudo das unidades terminológicas pelo viés linguístico; do conhecimento, relacionada ao estudo dos conceitos e das relações conceito-designação; e da comunicação, dedicada ao estudo das situações comunicativas onde os termos se apresentam (CABRÉ, 1999b, p. 124). Os termos podem, em decorrência dessa fundamentação, ser analisados de três perspectivas diferentes: linguística, cognitiva e comunicativa.

Segundo esta teoria, a Terminologia tem por objetivo descrever a unidade terminológica em seus aspectos formais, semânticos e funcionais, de modo a dar conta de como o valor de termo é ativado, explicando, ainda, sua relação com outros signos, visando ampliar o conhecimento sobre a comunicação especializada e as unidades nela utilizadas (Id., p. 133). Ao se propor tal objetivo, compreende-se que a função do trabalho terminológico não se restringe a prescrever e normalizar, pois o estudo descritivo, conforme proposto pela TCT, amplia os horizontes da disciplina.

O aspecto teórico de maior relevância trazido pela TCT é o que diz respeito ao modo como esta teoria concebe o termo técnico e científico. Apesar de vincularem um conhecimento especializado, os termos são unidades lexicais das línguas naturais, possuindo as mesmas características formais, semânticas e funcionais destas (CABRÉ, 1999a, p. 80).

Destaca-se o aspecto pragmático dos termos, tendo em vista que são unidades do léxico comum que adquirem estatuto de termo nas comunicações especializadas, ou seja, tornam-se termos em um contexto expressivo e comunicacional específico (Id., p. 36). Ademais, é deixada para trás a crença de que os termos pertencem a um domínio exclusivamente, admitindo-se que eles são, na verdade, “usados em um domínio com um valor singularmente específico” (CABRÉ, 1999b, p. 124, tradução nossa³). Como consequência desse ponto de vista, variação linguística, polissemia, homonímia e sinonímia passam a ser aceitas e tratadas em estudos terminológicos.

Quanto à metodologia de trabalho, destaca-se a flexibilidade dada pelo Princípio de Adequação, segundo o qual, em linhas gerais, a metodologia não deve ser imposta, mas adequada à temática, ao contexto, aos elementos implicados e aos recursos disponíveis para o

³ Los términos *no pertenecen a un ámbito* sino que *son usados en un ámbito* con un valor singularmente específico (grifos do autor).

trabalho terminológico. Desse modo, pode-se adotar uma perspectiva onomasiológica ou semasiológica; utilizar textos ou bancos de dados; propor a normalização dos termos de uma área ou apenas compilá-los, sem que, no entanto, sejam contrariados os princípios teóricos (CABRÉ, 1999b, p. 137).

Segundo a classificação encontrada proposta por Cabré (Ibid., p. 130), considera-se a pesquisa terminológica ora proposta como sistemática, pois busca repertoriar os termos de uma área de especialidade. Para esse tipo de pesquisa, Sager (1990, p. 134), Cabré (Ibid., p. 164) e Barros (2004, 264) apontam as vantagens do uso de *corpora* e ferramentas computacionais para o processamento dos dados, entre as quais se destacam: a maior precisão e praticidade conferida aos estudos; a grande quantidade de dados linguísticos disponíveis para fundamentar as decisões do terminólogo; e a produção de evidências documentais para as informações elencadas na ficha terminológica.

Quanto à rotina do trabalho terminográfico, é consenso entre os autores Cabré (Ibid., p. 130), Krieger; Finatto (2004, p. 134), Barros (Ibid., p. 189) e Bevilacqua (no prelo), a necessidade de seguir algumas etapas básicas, as quais podem ser organizadas em etapas prévias e etapas de pesquisa. Sobressaem-se das etapas prévias a definição e delimitação do que será feito, identificando-se aspectos primordiais como a área de especialidade, o público-alvo, os objetivos e a função da obra pretendida; e, de preparação da pesquisa, a construção de um *corpus*, o desenho da árvore de domínio, a identificação dos termos e extração de informações linguísticas do *corpus*.

2.2 A pesquisa terminológica em *Corpus*

Pelo fato de essa pesquisa se basear em um *corpus* de língua portuguesa na variante brasileira composto por 39 textos, entre legislações voltadas à regulamentação do licenciamento ambiental e manuais de orientação cujo público-alvo são os empreendedores, recorreu-se, também, aos pressupostos da Linguística de *Corpus*.

Definida como uma “abordagem que se ocupa da coleta e exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados linguísticos textuais [...] coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística” (BERBER SARDINHA, 2004, p. 18), a Linguística de *Corpus* proporciona à Terminologia um novo método de trabalho.

O uso de ferramentas informáticas e a possibilidade de explorar grandes conjuntos de textos tornam possível a observação dos fenômenos linguísticos em situações reais de uso, de

modo que as pesquisas passam a contar com dados empíricos. Conforme pontua Maciel (2006, p.4), “a evidência empírica mostra aspectos inesperados, na medida em que a língua aparece em exemplos isolados ou em grandes blocos de textos”, proporcionando aos linguistas a possibilidade de compreender melhor o funcionamento das línguas, visto que as análises passam a ser baseadas em amostras representativas e abundantes de produções linguísticas (CABRÉ, 1999b, p.164).

Deste modo, ao proporcionar a observação dos termos nos textos de especialidade, o uso de *corpora* nos estudos terminológicos favorece as pesquisas fundamentadas na TCT, a qual postula que as unidades lexicais de uma língua não são, de início, nem termos nem palavras, e que o caráter terminológico é ativado no discurso, determinado pelo uso em contexto e situação adequados. A pesquisa em *corpora* permite esse olhar para além da unidade, estendido aos contextos linguísticos e pragmáticos, que determinarão se a unidade analisada terá ou não valor de termo (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 78).

Muito embora esta pesquisa se apoie na Linguística de *Corpus* para a construção de sua metodologia de investigação, não poderá ser considerada uma pesquisa em Linguística de *Corpus*, senão apenas uma pesquisa linguística baseada em *corpus*. Tal diferenciação é necessária porque não se servirão de todos os cálculos estatísticos utilizados pela disciplina, da qual se aproveitarão as orientações para a compilação e a análise de *corpora*. Ademais, não visa refletir sobre a própria Linguística de *Corpus* e seu objeto, metodologia, procedimentos ou aplicações (BARROS, 2004, p. 264).

3. Metodologia

Uma pesquisa terminológica pode se caracterizar por dois critérios: o número de idiomas envolvidos e a abrangência dos termos em relação ao domínio. Quanto ao primeiro critério, a pesquisa pode ser mono ou multilíngue (CABRÉ, 1999a, p. 129). Quanto ao segundo, pode ser sistemática (os termos de uma área ou subárea de especialidade) ou *ad hoc* (restrita a um termo ou a um pequeno grupo de uma área, ou ainda a um grupo de termos de áreas diferentes). Desse modo, o reconhecimento e a compilação da terminologia do licenciamento ambiental aqui relatados, vistos em sua totalidade, classificar-se-iam como uma pesquisa sistemática monolíngue, além de semasiológica, pois busca, primeiramente, os termos, reconhecidos nos textos da especialidade, e, posteriormente, os conceitos.

Os procedimentos sugeridos pela TCT para um trabalho terminológico utilizados nesta pesquisa foram: definição e delimitação do trabalho; seleção e preparação do *corpus*; escolha da ferramenta para seu processamento e análise; elaboração da árvore de domínio; organização do fluxograma do licenciamento ambiental; extração dos candidatos a termo; apresentação da lista de termos extraídos; cruzamento dos candidatos a termos com a árvore de domínio e fluxograma do licenciamento ambiental com vistas à confirmação ou refutação dos candidatos.

3.1 Definição e delimitação do trabalho

A definição e delimitação do licenciamento ambiental como a área de especialidade cuja terminologia almeja-se repertoriar certamente decorrem das observações e da experiência enquanto analista ambiental da SEMA-MT. O convívio com outros analistas e com o público que busca o órgão ambiental para regularizar seus empreendimentos proporcionou a constatação de problemas de comunicação causados pela falta de conhecimento de conceitos e termos importantes para a temática, fundamentais para a compreensão e realização do licenciamento ambiental.

O estado de Mato Grosso é conhecido por ser o maior produtor de grãos e também detentor do maior rebanho bovino do país (MATO GROSSO, 2013, p. 103, 112). Além disso, é um estado rico em biodiversidade, com a presença de três biomas – Amazônia, Cerrado e Pantanal – e que conta com grande potencial hídrico, sendo apelidado de “Estado das Águas”. Estes atributos atraem investidores interessados em expandir seus negócios e aproveitar as condições propícias encontradas em Mato Grosso.

Sendo o licenciamento ambiental pré-requisito para o estabelecimento de atividades que utilizem recursos naturais e que venham a causar poluição ou degradação ambiental, esses investidores encontram-se obrigados a habilitar ou regularizar ambientalmente suas atividades. Ao procurarem a SEMA-MT, deparam-se com a necessidade e a dificuldade de compreender esse complexo instrumento da PNMA, o que poderá ser facilitado a partir dos resultados desta pesquisa.

3.2 Seleção e preparação do *corpus*

Primeiramente foram consultados *sites* de instituições ambientais federais, tais como o do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁴, do Ministério do Meio Ambiente (MMA)⁵ e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)⁶, em busca de catálogos da legislação ambiental brasileira. A seguir, essas relações foram triadas, de modo a selecionar apenas os atos normativos que se referissem ao licenciamento ambiental, em seu todo ou em parte. Documentos que tratassem do Cadastro Ambiental Rural ou do Código Florestal foram deixados de lado, embora tenham implicações no licenciamento ambiental pelo fato de que tratam, em primeiro plano, de outros instrumentos de gestão ambiental e de questões que fogem do foco desta pesquisa: o licenciamento ambiental, suas etapas, documentos e procedimentos. Procurou-se selecionar os atos de maior relevância, força normativa e abrangência, ou seja, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos e Resoluções, neste caso, especificamente as do CONAMA, posteriores à Lei n. 6.938/1981, que institui o licenciamento ambiental, até o ano de 2014.

Para a seleção dos atos normativos do Estado de Mato Grosso, procedeu-se à pesquisa no *site* da Secretaria de Estado de Meio Ambiente⁷, na seção legislação, que traz os atos discriminados por tipo (Lei Ordinária, Lei Complementar, Decreto, etc.), com a ementa e marcações de alteração ou revogação. Novamente, foram selecionados todos os atos que se referissem ao licenciamento ambiental para o período de 1995, ano da instituição do Código Estadual de Meio Ambiente, a 2014. Contudo, no caso da legislação estadual, houve uma tarefa a mais. Apesar de marcar se determinado ato normativo sofreu ou não alteração, os arquivos disponíveis no site da SEMA-MT não traziam as modificações no texto. Desta forma, todas as alterações tiveram de ser feitas manualmente, abrindo-se o ato original e todos os atos referentes às suas alterações, fazendo-se a substituição dos textos alterados um a um. Optou-se por realizar tal procedimento para evitar o uso de textos normativos inválidos, alterados ou revogados, o que poderia vir a prejudicar os dados encontrados com o registro de termos em desuso, além de proporcionar a redução da quantidade de textos.

⁴ <http://www.ibama.gov.br/>

⁵ <http://www.ministeriodomeioambiente.gov.br/>

⁶ <http://www.mma.gov.br/port/conama/>

⁷ <http://www.sema.mt.gov.br/>

Para a seleção dos manuais de licenciamento realizou-se a busca na WEB, via Google, procurando-se selecionar aqueles que tivessem sido produzidos por instituições públicas disponíveis na rede para uso livre e que pudessem dar ao empreendedor uma visão clara do licenciamento, suas etapas, procedimentos e documentos envolvidos.

Os textos selecionados foram salvos em pastas por tipo: legislação ou manual. As legislações foram separadas por esfera (federal ou estadual) e, dentro dessas, por tipo de ato normativo e por tipo de arquivo (Pdf, Word, txt, etc.).

Depois de devidamente salvos e limpos, com a exclusão de tabelas, notas de rodapé e outros elementos não textuais, os textos foram convertidos para “txt” e renomeados segundo o código descrito abaixo.

Quadro 1. Organização do *Corpus*.

| Tipo de informação | Código | Significado |
|----------------------------|---------------------------------------|--|
| Origem/língua | Br | Brasil |
| | MT | Mato Grosso |
| Ordenação da coleta | Número cardinal de três dígitos (xxx) | Ordem do arquivo na lista geral de atos compilados |
| Tipo de texto | L | Lei Ordinária |
| | LC | Lei Complementar |
| | D | Decreto |
| | RsCn | Resolução do CONAMA |
| | RsCs | Resolução do CONSEMA |
| | M | Manual |
| | Número do ato normativo | Xxx |
| Ano da publicação | Xxx | Ano em que o ato normativo foi publicado, evitando-se confundir atos que porventura tenham o mesmo número. Ex: RsCn 006/1986; RsCn 006/1987. |

O próximo passo foi a contagem do número de *types*, palavras diferentes do texto, e *tokens*, total de palavras do texto (definições de ALUÍSIO, S. M.; ALMEIDA, G. M. B., 2006). Tal procedimento foi realizado com a ferramenta *wordlist* do programa AntConc, versão 3.4.3. Configurou-se o programa quanto à língua em “*western europeu latin (ISO-8859)*” e em seguida gerou-se uma *wordlist* para cada texto, obtendo-se o número de *types* e *tokens*.

Posteriormente, foram elaborados os cabeçalhos de cada texto. Essa construção se deu seguindo o modelo de cabeçalho utilizado no *corpus* da base Legis de legislação ambiental compilada pelo grupo Termisul, conforme descrito abaixo.

Quadro 2. Organização do cabeçalho.

| Código | Significado |
|---------------------|--|
| <head> | Início do cabeçalho |
| <name> </name> | Nome do arquivo |
| <title> </title> | Título do texto de determinado arquivo |
| <summary></summary> | Ementa ou descrição do assunto tratado naquele texto |
| <ntoken></ntoken> | Número total de palavras do texto |
| <ntype></ntype> | Número de palavras diferentes do texto |
| </head> | Final do cabeçalho |
| <body> | Início do corpo do texto |
| </body> | Final do corpo do texto |
| <date></date> | Data de publicação do texto |

Ex:

```
<head>
```

```
<name>Br001L6.938_1981</name>
```

```
<title>LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 DOFC DE 02/09/1981, P. 16509</title>
```

```
<summary>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências.</summary>
```

```
<ntoken>4277</ntoken>
```

```
<ntype>1110</ntype>
```

```
</head>
```

```
<body>
```

(...)
</body>

<date>Brasília, em 31 de agosto de 1981; 160º da Independência e 93º da República.</date>

Todos os procedimentos adotados para a compilação e preparação do *corpus* resultaram em um conjunto de textos que totaliza 110.394 palavras, distribuídas em 39 textos.

3.3 Árvore de domínio

Levando-se em consideração que os termos designam conceitos de uma área de especialidade e que um sistema conceitual, ou árvore de domínio, é um modelo de organização de um domínio que tem por base as relações existentes entre os conceitos por ele abrangidos, pode-se compreender o que escreve Cabré (1999a, p. 99, tradução nossa⁸): “(...) termos não são unidades isoladas que ocorrem fora de um contexto (...) relacionam-se a todos os outros termos que constituem o mesmo domínio, com os quais eles formam um sistema conceitual”.

Por indicar a posição de cada termo no sistema e as relações entre eles, o estabelecimento da árvore de domínio constitui etapa importante do trabalho terminológico e auxilia na realização de etapas posteriores, como a confirmação quanto ao pertencimento ou não de um candidato a termo a determinada área de especialidade. Consequentemente, a árvore ajuda a embasar a escolha da nomenclatura em um glossário (lista de termos que compõe uma obra) e a organização de um sistema de remissivas.

Vale dizer que uma mesma área de especialidade pode apresentar árvores de domínio diferenciadas, pois a estruturação dos conceitos pode variar “conforme a visão ou abordagem do terminólogo em relação ao domínio estudado” (BARROS, 2004, p. 112), ou ainda ser determinada pelo *corpus* selecionado para a pesquisa.

A árvore de domínio foi elaborada com base na leitura da legislação que institui e regulamenta o licenciamento ambiental, a saber, a Lei n. 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente, e as Resoluções CONAMA n. 001/1986 e n. 237/1997.

⁸ [...] terms are not isolated units occurring outside a specific context, [...] terms are related to all the other terms that form part of the same special subject, with which they constitute a conceptual field.

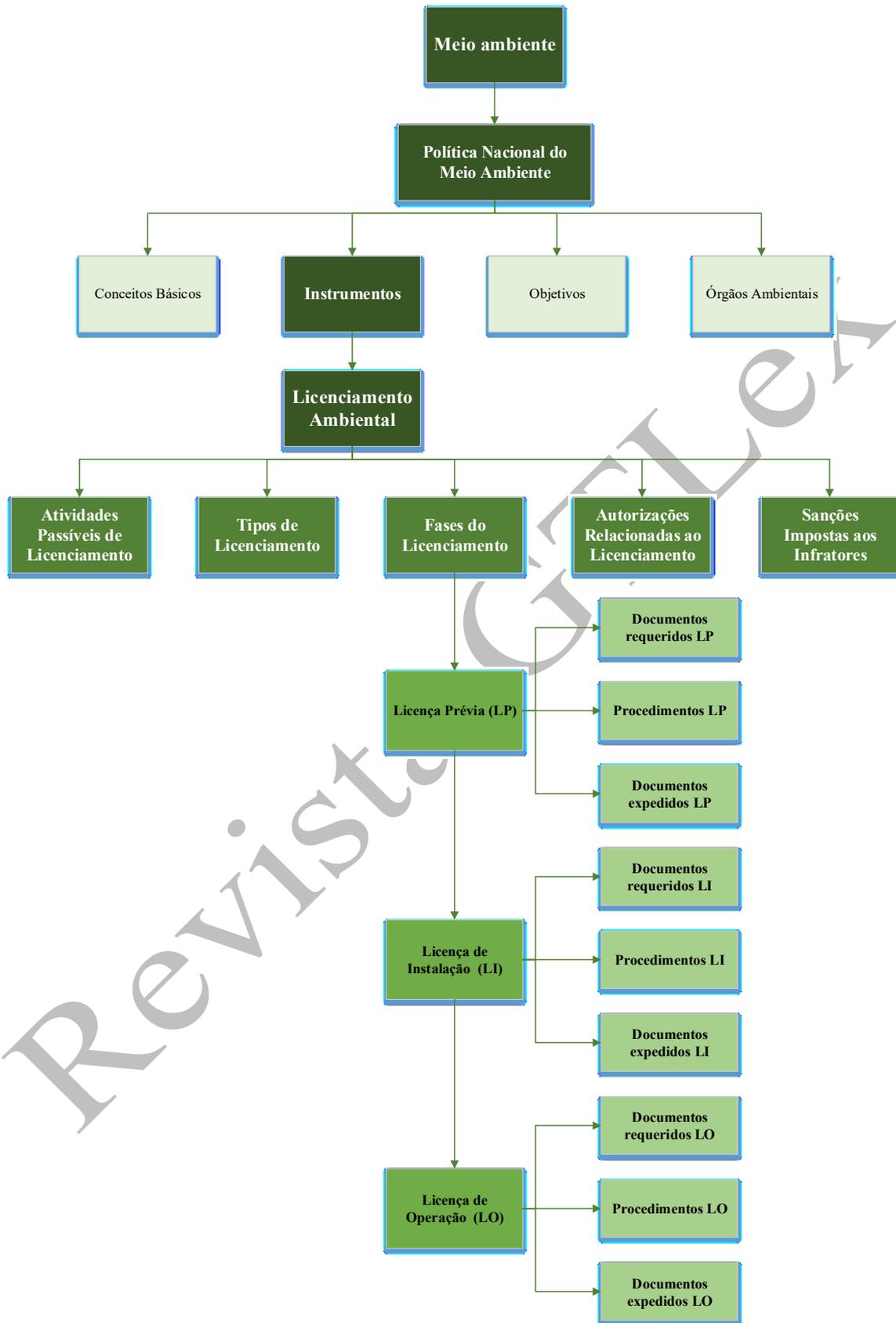


Figura 1. Árvore de domínio do licenciamento ambiental.

Como pode ser verificado na ilustração, o licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, por meio do qual objetiva-se controlar as atividades poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais. O licenciamento, por sua vez, é realizado em três fases diferentes, nas quais os órgãos ambientais competentes autorizam o projeto do empreendimento (licença prévia - LP), a sua construção e instalação (licença de instalação - LI), e, por fim, seu funcionamento (licença de operação - LO).

Cada fase do licenciamento requer documentos diferenciados, sendo necessários estudos ambientais diversificados, que variam por tipo de atividade e seu grau de impacto no meio ambiente. Os procedimentos, por sua vez, também variam nas diferentes etapas, as quais geram as três principais licenças existentes: LP, LI e LO.

Também fazem parte dessa estrutura os diferentes tipos de atividades passíveis de licenciamento, além das sanções e penalidades impostas aos infratores da legislação e as autorizações relacionadas ao licenciamento. Tais autorizações são aquelas cuja motivação não é o licenciamento em si, mas que, muitas vezes, são necessárias para que as diferentes fases do licenciamento sejam realizadas e concluídas. Como exemplos, podem ser citadas a outorga de uso da água e a autorização de desmatamento.

Os demais instrumentos da PNMA, bem como seus conceitos primordiais e seus órgãos executores, embora não subordinados hierarquicamente ao licenciamento, compõem a estrutura dessa área de conhecimento por estarem fortemente ligados, de modo que influenciam nas etapas e procedimentos do licenciamento ambiental.

3.4 Fluxogramas do licenciamento ambiental

Sendo o licenciamento ambiental um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, a qual, por sua vez, subordina-se a um domínio muito mais abrangente – o meio ambiente –, previu-se que poderiam surgir dificuldades quanto à seleção dos termos restritos ou mais característicos do domínio por relacionar diferentes áreas de saber, tais como a biologia, a geografia e o direito, por exemplo, de modo que se pode afirmar tratar-se de uma área híbrida do conhecimento. Tal característica torna mais complexa a seleção dos termos, pois palavras aparentemente comuns podem adquirir estatuto terminológico e um mesmo termo pode permear diversas subáreas abrangidas pela temática ambiental.

Dessa forma, visando maior segurança ao trabalho de seleção dos termos, complementou-se o uso da árvore de domínio com o uso de fluxogramas da atividade elaborados pela autora.

Os fluxogramas são diagramas que representam gráfica e esquematicamente o processo de licenciamento ambiental, detalhando os procedimentos envolvidos para a expedição das licenças. A princípio, tentou-se utilizar fluxogramas já produzidos pela SEMA-MT⁹. No entanto, sentimos a necessidade de um esquema que pudesse mostrar os diferentes procedimentos em cada etapa do licenciamento, o que não era contemplado nos diagramas construídos pela SEMA-MT, que tinham uma característica mais voltada ao mapeamento das rotinas dos setores do órgão ambiental e não dos procedimentos inerentes ao licenciamento. Por essa razão, resolveu-se, com base na legislação ambiental e nos manuais utilizados, e tendo como referência os fluxogramas produzidos e publicados pela SEMA-MT em 2006, elaborar nossos próprios fluxogramas. Nesta etapa, foi necessária e de fundamental importância a ajuda de analistas de meio ambiente com ampla experiência no licenciamento ambiental, que auxiliaram por meio da descrição de cada procedimento realizado quanto ao licenciamento no âmbito da SEMA-MT.

⁹ SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Manual de padronização de procedimentos**. Cuiabá: SEMA, 2006.

| | | |
|---|---|-------------|
|  | Superintendência de Infra-Estrutura, Mineração, Indústria e Serviços | Página |
| | | 01 |
| | | Revisado em |
| | | 04/12/2006 |

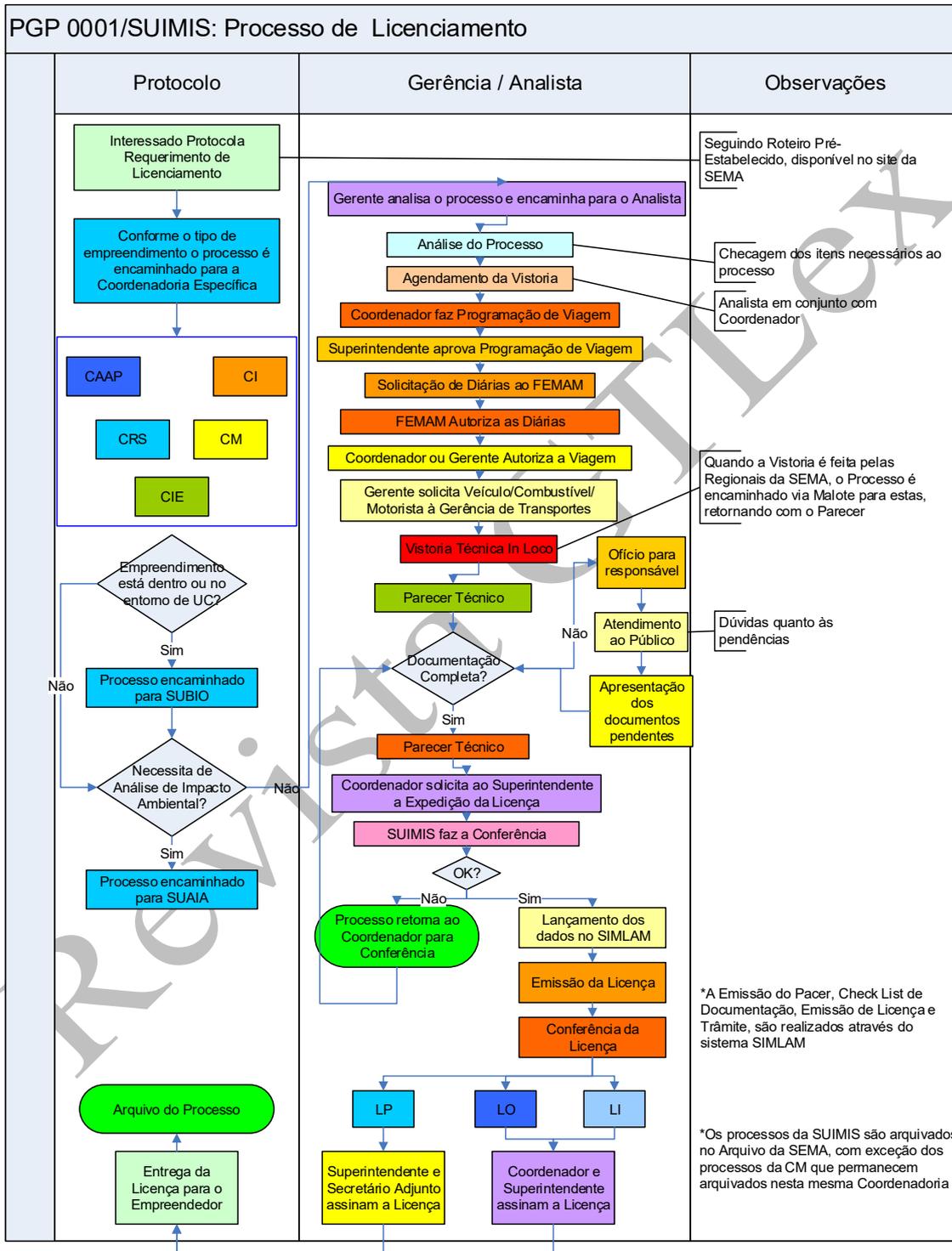


Figura 2. Exemplo de fluxograma do licenciamento ambiental SEMA-MT.
 Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, 2006.

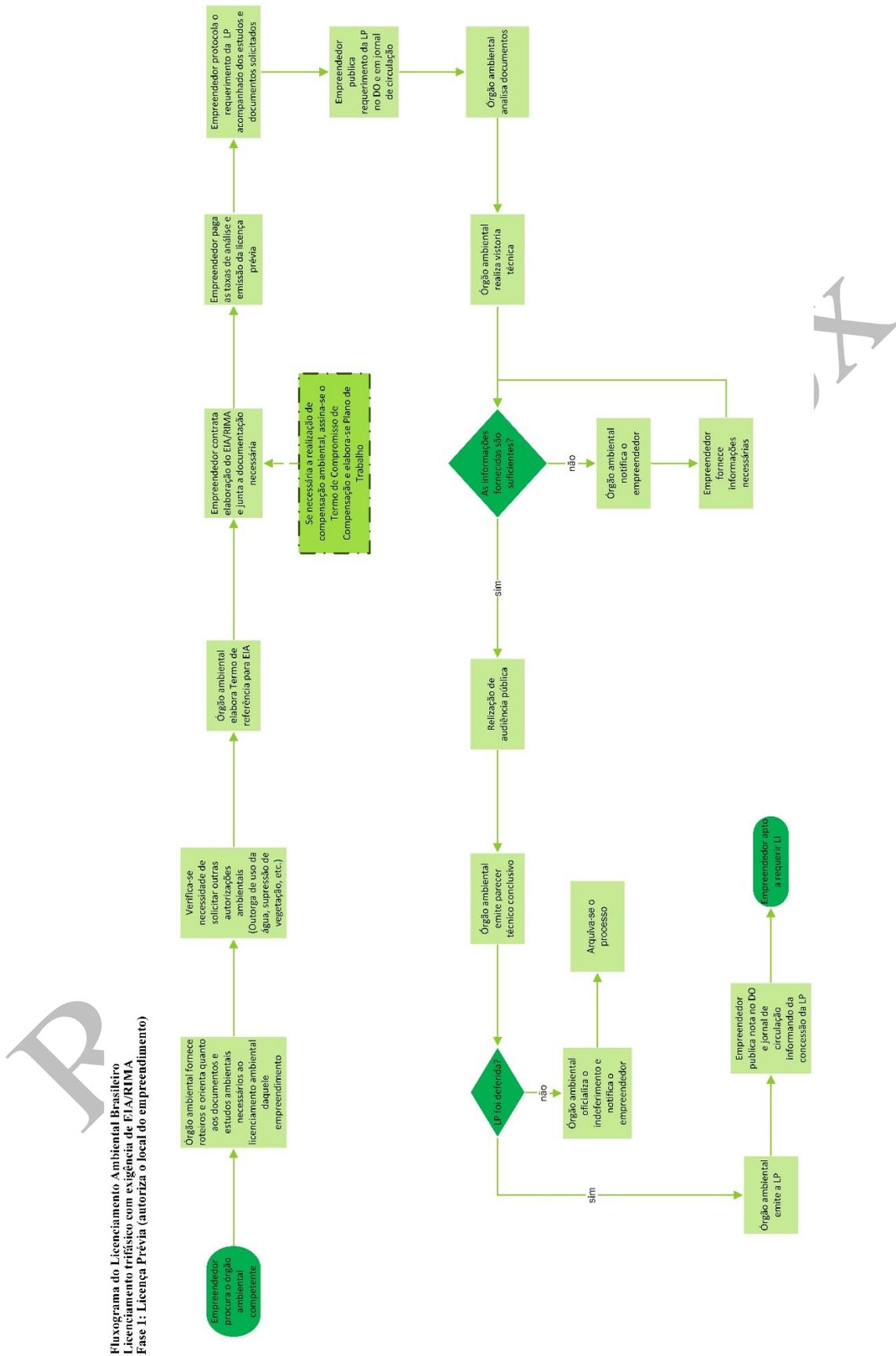


Figura 3. Proposta de fluxograma do licenciamento ambiental.

3.5 Análise do *corpus* e identificação dos termos

Para a análise do *corpus*, utilizou-se o programa AntConc na versão 3.4.3 (ANTHONY, 2014), disponibilizado gratuitamente¹⁰.

Conforme orientações encontradas em Cabré (1999a, pp. 130-138), foram seguidos os seguintes passos: 1. Carregamento dos textos que compõem o *corpus* no programa AntConc; 2. Geração da lista de palavras com a aplicação de uma *stoplist*; 3. Verificação das palavras mais frequentes; 4. Verificação das colocações; 5. Verificação de agrupamentos (n-gramas); 6. Listagem dos candidatos a termo; 7. Apuração da pertinência dos candidatos a termo pelos contextos ou recorrendo-se à leitura do texto de origem; 8. Confrontamento dos candidatos com a árvore de domínio e o fluxograma do licenciamento ambiental; 9. Eleição dos termos; 10. Seleção de um contexto mais representativo para cada termo e referências.

“O resultado da extração de termo é uma lista alfabética dos termos coletados com o contexto, a referência ao documento fonte, sob forma codificada ou não codificada, e o número da página em que cada termo aparece” (PAVEL, NOLET, 2002, p. 39). Para este trabalho, são apresentados alguns exemplos, a fim de ilustrar os procedimentos metodológicos empregados.

4. Resultados

A obtenção da lista de palavras no AntConc foi precedida da aplicação de uma *stoplist*¹¹, lista de palavras a ser ignorada pelo programa quando este processa os dados com a finalidade de evitar “ruídos” ou palavras irrelevantes para pesquisa, tais como preposições, artigos e pronomes. Solicitou-se, então, uma *wordlist* ordenada pela frequência das palavras no *corpus* de pesquisa, a partir da qual constataram-se as dez palavras mais frequentes do *corpus*:

¹⁰ <http://www.laurenceanthony.net/software.html>

¹¹ Utilizou-se uma lista obtida da internet (<http://miningtext.blogspot.com.br/2008/11/listas-de-stopwords-stoplist-portugues.html>), complementada por palavras consideradas irrelevantes para este estudo, como o verbo de ligação “ser”.

Tabela 1. Palavras mais frequentes do *Corpus*.

| Classificação | Frequência | Palavra |
|----------------------|-------------------|-----------------|
| 1 | 1613 | ambiental |
| 2 | 1112 | art |
| 3 | 614 | licenciamento |
| 4 | 574 | meio |
| 5 | 548 | órgão |
| 6 | 532 | licença |
| 7 | 496 | ambiente |
| 8 | 446 | ambientais |
| 9 | 395 | empreendimentos |
| 10 | 390 | atividades |

De posse das palavras mais frequentes, visando avaliar melhor cada palavra e suas possíveis combinações lexicais, partiu-se para a verificação de *clusters*, ou agrupamentos de palavras. Tomando como exemplo a palavra “ambiental”, buscou-se inicialmente por *clusters* de duas palavras com o adjetivo “ambiental” alinhado à direita. Assim, obteve-se uma lista de 125 combinações, das quais foram destacadas as 20 mais frequentes:

Tabela 2. *Clusters* de tamanho 2 com a palavra ambiental.

| Cluster | Frequência | N.º de textos (range) |
|-------------------------|-------------------|------------------------------|
| Licenciamento ambiental | 269 | 35 |
| Órgão ambiental | 198 | 28 |
| Impacto ambiental | 185 | 24 |
| Licença ambiental | 69 | 20 |
| Degradação ambiental | 50 | 13 |
| Qualidade ambiental | 46 | 13 |
| Controle ambiental | 42 | 14 |
| Proteção ambiental | 38 | 12 |
| Autoridade ambiental | 35 | 4 |
| Servidão ambiental | 27 | 1 |
| Compensação ambiental | 23 | 5 |

| | | |
|-----------------------|----|----|
| Gestão ambiental | 20 | 8 |
| Infração ambiental | 20 | 5 |
| Legislação ambiental | 20 | 12 |
| Relatório ambiental | 20 | 8 |
| Diagnóstico ambiental | 17 | 12 |
| Educação ambiental | 16 | 7 |
| Dano ambiental | 15 | 3 |
| Viabilidade ambiental | 15 | 8 |

Aparentemente, todas essas combinações poderiam ser candidatas a termo do domínio estudado. Por esta razão, os *clusters* retornados nesta amostra foram então verificados por meio das ferramentas *Concordance* (que permite a visualização do contexto de cada palavra) e *n-grams* (que permite verificar agrupamentos de palavras, reorganizando-os quanto ao número e posição das palavras desejadas para a busca de sintagmas).

Observou-se para o caso do *cluster* “relatório ambiental” que este poderia dar origem a sintagmas maiores formados por três palavras: “relatório ambiental preliminar” e “relatório ambiental simplificado”, sendo que este último origina, ainda, o candidato a termo do tipo sigla RAS. Fazendo-se o mesmo para os demais *clusters*, foram encontrados os seguintes candidatos:

Tabela 3. Candidatos recolhidos a partir da verificação dos *clusters* nas ferramentas *Concordance* e *N-grams*.

| <i>Cluster</i> | Freq. | Range | Presença de definição em contexto |
|---|-------|-------|-----------------------------------|
| Licenciamento ambiental simplificado | 17 | 7 | n |
| Impacto ambiental significativo | 1 | 1 | n |
| Impacto ambiental local | 5 | 4 | n |
| Licença ambiental única | 7 | 3 | s |
| Significativa degradação ambiental | 7 | 5 | n |
| Significativa degradação do meio ambiente | 6 | 4 | n |
| Padrões de qualidade ambiental | 4 | 3 | n |
| Relatório de qualidade ambiental | 1 | 1 | n |
| Relatório de qualidade do meio ambiente | 1 | 1 | n |
| Projeto de controle ambiental - PCA | 3 | 2 | s |

| | | | |
|--|----|---|---|
| Plano de controle ambiental - PCA | 4 | 3 | n |
| Plano básico ambiental | 1 | 1 | n |
| Relatório de controle ambiental | 3 | 1 | s |
| Áreas de proteção ambiental - APAs | 20 | 8 | n |
| Servidão ambiental temporária | 1 | 1 | s |
| Servidão ambiental perpétua | 1 | 1 | s |
| Plano de compensação ambiental | 1 | 1 | s |
| Auto de infração ambiental | 3 | 2 | n |
| Estudo de viabilidade ambiental - EVA | 2 | 1 | s |

Cruzando-se estes candidatos a termo com a árvore de domínio e com os fluxogramas, puderam-se constatar correlações com os instrumentos de confirmação de pertinência à área, conforme detalhado na tabela VI.

Quadro 3. Correlações dos candidatos a termo com a árvore de domínio e fluxogramas do licenciamento ambiental.

| Candidato a termo | Correlação com a árvore de domínio | Correlação com fluxogramas | Configura termo da área? | Justificativa |
|---|--|---|--------------------------|---|
| Áreas de proteção ambiental - APAS | Espaço territorial legalmente protegido – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Pode interferir no licenciamento |
| Auto de infração ambiental | Sanções contra os infratores | Não aparece no fluxograma | Sim | Aplicado aos que infringem as leis ambientais |
| Autoridade ambiental | Órgão ambiental | Não aparece no fluxograma | Sim | Entidade que detém os poderes de controlar as atividades modificadoras do meio ambiente |
| Compensação ambiental | Penalidades compensatórias / sanções impostas aos infratores – tipo de | Procedimento exigido quando se constata danos ambientais ou impactos não mitigáveis | Sim | Procedimento integrante das etapas de licenciamento |

| | | | | |
|--|--|---|-----|--|
| Controle ambiental | Procedimentos do licenciamento ambiental / fase LI | Não aparece no fluxograma | Sim | Procedimento integrante das etapas de licenciamento |
| Dano ambiental | Pode ser consequência de uma atividade ou empreendimento | Não aparece no fluxograma | Sim | Pode estar relacionada à atividade em licenciamento |
| Degradação ambiental | Pode ser consequência de uma atividade ou empreendimento | Não aparece no fluxograma | Sim | Pode estar relacionada à atividade em licenciamento |
| Diagnóstico ambiental | Documentos requeridos / fase LP | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Educação ambiental | Objetivo da PNMA | Não aparece no fluxograma | Não | Ligada à PNMA |
| Estudo de viabilidade ambiental - EVA | Documentos requeridos / fase LP | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Gestão ambiental | Objetivo da PNMA | Não aparece no fluxograma | Não | Envolve o licenciamento ambiental |
| Impacto ambiental | Pode ser consequência de uma atividade ou empreendimento | Avaliação de impacto ambiental / análise de impacto ambiental | Sim | Pode ser causado pela atividade em licenciamento |
| Impacto ambiental local | Pode ser consequência de uma atividade ou empreendimento | Não aparece no fluxograma | Sim | Pode ser causado pela atividade em licenciamento |
| Impacto ambiental significativo | Pode ser consequência de uma atividade ou empreendimento | Não aparece no fluxograma | Sim | Pode ser causado pela atividade em licenciamento |
| Infração ambiental | Sanções impostas aos infratores – causa de | Não aparece no fluxograma | Sim | Pode ser cometida pelo responsável pela atividade em licenciamento |
| Legislação ambiental | Institui e regulamenta a PNMA e o | Legislação – subsidia tomadas de decisão | Sim | Subsidia o processo de licenciamento e as tomadas de decisão |

| | | | | |
|---|---|--|-----|---|
| | licenciamento ambiental | | | |
| Licença ambiental | Documentos emitidos – todas as fases, dependendo do tipo de | Documento solicitado / expedido | Sim | Documento emitido ao final do processo de licenciamento |
| Licença ambiental única | Documentos emitidos – fase única | Documento solicitado / expedido | Sim | Documento emitido para certos tipos de atividade |
| Licenciamento ambiental | Instrumento da PNMA – domínio da pesquisa | Processo para a obtenção das licenças ambientais | Sim | Procedimento administrativo que requer conhecimento técnico e jurídico – área de domínio pesquisada |
| Licenciamento ambiental simplificado | Instrumento da PNMA – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Procedimento administrativo diferenciado para atividades de baixo impacto |
| Órgão ambiental | Órgãos executores da PNMA | Não aparece no fluxograma | Sim | Executores da PNMA e do licenciamento |
| Padrões de qualidade ambiental | Instrumento da PNMA / Procedimentos da fase LO | Não aparece no fluxograma | Sim | Devem ser observados na proposição de um empreendimento |
| Plano básico ambiental | Documentos requeridos / fase LI – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Plano de compensação ambiental | Documentos requeridos / fase LP – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Plano de controle ambiental - PCA | Documentos requeridos / fase LI – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Projeto de controle ambiental - PCA | Documentos requeridos / fase LI – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Proteção ambiental | Ligada aos objetivos da PNMA | Não aparece no fluxograma | Sim | Conjunto de medidas que são tomadas para cuidar do meio |

| | | | | |
|--|--|---------------------------|--------------------|--|
| | | | | ambiente, preservá-lo da contaminação e deterioração |
| Qualidade ambiental | Conceitos básicos da PNMA | Não aparece no fluxograma | Sim | Objetivo da PNMA |
| Relatório ambiental | Documentos requeridos / fase LI – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Relatório de controle ambiental | Documentos requeridos / fase LI – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Relatório de qualidade ambiental | Documentos requeridos / fase LI – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Relatório de qualidade do meio ambiente | Documentos requeridos / fase LI – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim | Documento exigido no processo de licenciamento |
| Servidão ambiental | Instrumento econômico da PNMA – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim, indiretamente | Mecanismo legal de autolimitação de uso de terras por parte dos proprietários para a preservação ambiental |
| Servidão ambiental perpétua | Instrumento econômico da PNMA – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim, indiretamente | Mecanismo legal de autolimitação de uso de terras por parte dos proprietários para a preservação ambiental |
| Servidão ambiental temporária | Instrumento econômico da PNMA – tipo de | Não aparece no fluxograma | Sim, indiretamente | Mecanismo legal de autolimitação de uso de terras por parte dos proprietários para a preservação ambiental |
| Significativa degradação ambiental | Sanções impostas aos infratores – causa de | Não aparece no fluxograma | Sim | Pode estar relacionada à atividade em licenciamento |
| Significativa degradação | Sanções impostas aos infratores – causa de | Não aparece no fluxograma | Sim | Pode estar relacionada à |

| do meio ambiente | | | | atividade em licenciamento |
|------------------------------|--|---------------------------|-----|---|
| Viabilidade ambiental | Documentos requeridos / fase LP – aspecto de | Não aparece no fluxograma | Não | O termo é estudo de viabilidade ambiental |

5. Considerações finais

Observou-se que nossa experiência como analista de meio ambiente facilitou a identificação de termos, o que prova ser extremamente necessário um bom conhecimento a respeito do domínio especializado envolvido para a realização da pesquisa. Barros (2004, p. 192), ao descrever a metodologia do trabalho terminológico, corrobora tal crença ao afirmar que, para um terminólogo, um dos primeiros passos ao lançar-se em um projeto sobre um campo do conhecimento que não domine de modo aprofundado é a “familiarização com o objeto de estudo”.

Contudo, mesmo com alguma experiência na área pesquisada, por vezes também foi necessário recorrer à leitura dos textos em complementação aos cotextos oferecidos pela ferramenta *Concordance* para se confirmar a pertinência ou não de alguns candidatos. Deste modo, neste estudo, a seleção dos termos não se baseou prioritariamente no critério estatístico de frequência de realização, mas sim na pertinência e representatividade das unidades terminológicas ao domínio.

Outra questão relevante observada refere-se ao fato de os fluxogramas trazerem, prioritariamente, termos mais gerais ou mais abrangentes, que se referem a procedimentos e documentos macro que abarcam outros procedimentos e documentos em sua composição, como é o caso de “licença”, que pode se referir aos três tipos de licenças existentes no processo de licenciamento: licença prévia, de instalação ou de operação. Também se percebeu uma preferência pelas siglas nestes documentos, tais como LP (licença prévia), LI (licença de instalação), LO (licença de operação), EIA (estudo de impacto ambiental), RIMA (relatório de impacto sobre o meio ambiente), etc. Tais características advêm do caráter ilustrativo e visual dos fluxogramas, os quais contêm pouco texto.

Ao se tomar por base a Teoria Comunicativa da Terminologia, foi possível, mesmo nesta pequena amostra, registrar a existência de variação na terminologia do licenciamento ambiental, não se limitando a pesquisa à procura apenas dos termos preferenciais. A presença de variação pode ser ilustrada pelos pares “significativa degradação ambiental” e “significativa degradação

do meio ambiente”; “relatório de qualidade ambiental” e “relatório de qualidade do meio ambiente”, por exemplo.

Conforme aponta Cabré (1999b, p. 20, tradução nossa¹²), “para as diferentes disciplinas técnico-científicas, a terminologia é o conjunto das unidades de expressão e comunicação que permitem transferir o pensamento especializado”, constituindo, assim, um meio de expressão e comunicação profissional, útil não apenas na comunicação entre especialistas, mas também entre estes e os ditos leigos ou semileigos. Tal crença motivou esta pesquisa de reconhecimento e compilação da terminologia do licenciamento ambiental, cujas etapas metodológicas foram aqui colocadas.

A metodologia ora relatada para o reconhecimento terminológico do licenciamento ambiental fundamentou-se no conhecimento da área de domínio, obtido por meio da leitura de textos integrantes do *corpus*, na experiência da autora como analista da SEMA-MT, na organização de uma árvore de domínio e no uso dos fluxogramas desenhados para melhor compreensão do licenciamento ambiental.

Ao longo da execução das etapas metodológicas propostas, especialmente na etapa de confirmação da pertinência de candidatos a termo ao domínio estudado, constatou-se que, dada sua característica visual, os fluxogramas apresentam pouca quantidade de texto, por vezes utilizando termos tidos como hiperônimos, ex.: “estudos ambientais”, que podem representar uma série de outros termos de forma sintética, tais como estudo de impacto ambiental, estudo de viabilidade ambiental e estudo ambiental de sísmica.

Mesmo assim, julgamos seu uso de bastante utilidade, pois permitiu maior compreensão do domínio pesquisado e, conseqüentemente, mais clareza na identificação da terminologia. Deste modo, recomendamos, sempre que possível, o uso ou consulta deste tipo de diagrama em uma pesquisa terminológica.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G. M. B., ALUÍSIO, S. M., OLIVEIRA, L. H. M. O método em terminologia: revendo alguns procedimentos. In: Oliveira, A P. S & A. N. Isquierdo (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande, v. 3, 2007.

BARROS, L. A. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

¹² Para las diferentes disciplinas científico-técnicas, la terminología es el conjunto de las unidades de expresión y comunicación que permiten transferir el pensamiento especializado. Cabré (1999b, p. 20).

BERBER SARDINHA, A. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.

BEVILACQUA, C. R. Investigación sistemática en terminología. In.: BARITÉ, M.; ÁLVAREZ, S. (orgs). **Teoría y praxis en Terminología**. Montevideo: UdelaR. no prelo 2015.

BRASIL. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em: 20 ago. 2013.

BRASIL. **Lei n. 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em 20 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução n. 237**, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em 20 ago. 2013.

CABRÉ, M. T. **Terminology: theory, methods and applications**. Edited by Juan C. Sager; translated by Janet Ann De Cesaris. Amsterdam: John Benjamin Publishing Co., 1999a. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/tlrp.1>

_____. **La Terminologia: Representación y Comunicación**. Barcelona, IULA, 1999b. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/tlrp.1>

HOFFMANN, L. Conceitos básicos da linguística das linguagens de especialidade. Traduzido por Maria José Bocorny Finnatto e Cleci Regina Bevilacqua. In: **Cadernos de Tradução**, n. 17 – out./dez., Porto Alegre: UFRGS, 2004. P. 79-90.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

LOH, S. **Listas de stopwords - stoplist (portugues, ingles, espanhol)**. Disponível em: <http://miningtext.blogspot.com.br/search?q=stoplist>. Acesso em: 11 ago 2014.

MACIEL, A. M. B. Reflexão sobre a pesquisa terminológica em *corpus*. In: **Encontro Nacional da ANPOLL**, 21, 2006, São Paulo. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/termisul/biblioteca/artigos/artigos.php>. Acesso em: 28 out. 2014.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Mato Grosso em números: um diagnóstico da realidade de Mato Grosso**. Cuiabá, 2013. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/index.php/2013-05-10-18-15-57/2013-05-10-19-32-21/2013-05-10-19-39-12/2013>. Acesso em: 10 fev. 2015.

PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de Terminologia**. Tradução de Enilde L. de J. Faulstich. Canadá, 2002. 151 p. Disponível em: www.fit-itf.org/download/presport.pdf. Acesso em: 25 de jul de 2014.

SAGER, J. C. **A practical course in terminology processing**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1990. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/z.44>

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Manual de padronização de procedimentos**. Cuiabá: SEMA, dez./2006.

Artigo recebido em: 22.10.2015

Artigo aprovado em: 20.12.2015

Revista GTLex

Análise de ausência de equivalência de termos do contrato de prestação de serviços

Analysis of lack of terminology equivalences in service agreements

Gildaris Ferreira Pandim *

RESUMO: No contrato de prestação de serviços, documento pelo qual o prestador do serviço compromete-se a realizar determinada tarefa, em benefício do tomador do serviço, alguns termos designam realidades típicas – sob o prisma cultural, institucional e jurídico – do Brasil ou da França. O objetivo é analisar, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Terminologia, termos para os quais não se encontra um equivalente em português ou francês referentes a (a) formas de pagamento: boleto, Chèque Emploi service universel (CESU); (b) identificação da pessoa física ou jurídica: CPF, CNPJ, Système d’Identification du Répertoire des Entreprises (SIREN), Système d’Identification du répertoire des établissements (SIRET); e (c) resolução de litígios: foro. Os efeitos jurídicos subjacentes a esses termos não são aplicáveis e/ou válidos no Brasil ou na França, gerando divergências conceituais entre as duas realidades.

PALAVRAS-CHAVE: Efeitos jurídicos. Aspectos culturais. Contrato de prestação de serviços. Português. Francês.

ABSTRACT: In the service agreement, document that the service provider commits to perform certain task, for the benefit of the service taker, some terms designate typical realities - from the cultural, institutional and legal perspective - from Brazil or France. Based on the theoretical and methodological principles of Terminology, the purpose is to analyze terms for which there is no equivalent in Portuguese or French relating to (a) means of payment: ‘boleto’, ‘Chèque Emploi service universel’ (CESU); (b) identification of natural or legal person: CPF, CNPJ, ‘Système d’Identification du Répertoire des Entreprises’ (SIREN), ‘Système d’Identification du répertoire des établissements’ (SIRET); and (c) resolution of disputes: ‘foro’. The legal effects underlying these terms do not apply and / or are valid in Brazil or France, creating conceptual differences between the two realities.

KEYWORDS: Legal effects. Cultural factors. Service agreements. Portuguese language. French language.

1. Introdução

O estudo de divergências conceituais entre duas realidades é relevante para conjuntos terminológicos especializados, como o da prestação de serviços. Uma delas é justamente a ausência de equivalência, quando o termo designa uma realidade específica, intrínseca a determinada cultura. A língua utilizada por uma sociedade é o elo e o reflexo de sua própria cultura, uma vez que representa uma das principais ferramentas para elaboração, transmissão e

* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e *Sciences du langage* pela *Université Paris 3 Sorbonne nouvelle*. Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Cabo Verde (UNICV).

aplicação dos conjuntos de normas, conceitos e valores. Não sendo esses conjuntos compartilhados pelas sociedades, constata-se a diferença no plano linguístico.

O objetivo aqui é o estudo dessas divergências, especialmente no que concerne à ausência de equivalência, encontrada para determinados termos no domínio dos contratos de prestação de serviços, tendo como parâmetro o confronto das realidades brasileira e francesa.

Este trabalho beneficia da minha pesquisa de Doutorado (FERREIRA PANDIM, 2014), cujo objetivo foi a compilação de um glossário de termos referentes aos contratos de prestação de serviços, em português e em francês bem como a (i) descrição das semelhanças e as diferenças do contrato de prestação de serviços brasileiro e francês; e (ii) análise interlinguística, português-francês, com fins de estudo de aspectos culturais relacionados a alguns termos que revelaram particularidades nesse aspecto.

Os pressupostos teórico-metodológicos utilizados para este trabalho foram: em Terminologia: Barros (2007), Depecker (2002), Rousseau e Auger (1978); nos estudos culturais em Lexicologia: Galisson, Lino et Pruvost (2003); no viés entre língua e cultura: Benveniste (1966); e em cultura: Hagège (2006), Lévi-Strauss (1958, 1962) e Poirier (1968).

Os autores citados oferecem um aparato teórico-metodológico que permite a análise dos aspectos intrínsecos aos termos *boleto*, *Chèque Emploi service universel*, (formas de pagamento); *CPF*, *CNPJ*, *SIREN* e *SIRET* (identificação da pessoa física ou jurídica); e *foro* (resolução de litígios). Estes termos foram escolhidos separadamente em português e francês, de acordo com um dos tipos de divergência entre língua e recorte conceitual, apontado por Depecker (2002), que trata da falta de designação em uma língua para determinado conceito.

2. Pressupostos teóricos

2.1 Divergências entre língua e recorte conceitual

A busca de equivalentes, em uma ou mais línguas, para os termos de determinado domínio especializado, foi uma prática explorada desde o início do desenvolvimento da Terminologia moderna. Do ponto de vista funcional, uma das tarefas do terminólogo – porém não a única – é ajudar o tradutor em seu trabalho, graças à elaboração de produtos terminográficos bi- e multilíngues. Dessa forma, garante-se a internacionalização, permitindo aos especialistas maior facilidade de comunicação.

Entretanto, encontrar o termo equivalente em uma língua que mais se ajuste ao sentido expresso por um termo em outra língua é um exercício, muitas vezes, árduo e repleto de interrogações para esse profissional, que procura entender como as línguas ajustam-se, mesmo não completamente.

Nesse sentido, quatro tipos de divergências entre língua e recorte conceitual são apontados por Depecker (2002, p. 113–5):

1. divergência de recorte conceitual de uma língua para outra;
2. diferença de representação dos conceitos de uma língua para outra;
3. falsa convergência conceitual, devido a uma aproximação formal em determinada língua;
4. falta de designação em uma língua para determinado conceito.

A primeira divergência ocorre quando há impossibilidade de correspondência entre duas línguas, devido a recortes conceituais diferentes, levando aos equivalentes funcionais ou ao vazio linguístico. Por exemplo, para *river*, em inglês, há duas possibilidades em francês, *fleuve* (deságua no mar) e *rivière* (deságua em outro rio). Outro exemplo é *garde-manger*, que pode ser tanto o *armário* (móvel) quanto um *cômodo pequeno* (lugar); em português, *despensa* designa o cômodo e *guarda-comida* o móvel.

A segunda divergência diz respeito às formas linguísticas, adotadas em determinada língua, que acarretam representações diferentes dos conceitos. O autor traz os exemplos, em inglês e em francês, *sleeping policeman / borne e wildeat / forage d'exploration*. O exemplo em inglês, *pickpocket*, em espanhol, *carterista* e em português do Brasil, *batedor de carteiras* ou *trombadinha* também ilustra a segunda divergência.

A terceira divergência concerne às aproximações entre os conceitos, consideradas no plano linguístico, motivadas por questões morfológicas. São formados campos semânticos próprios à determinada língua. Isso pode ser observado na homonímia, quando uma mesma forma linguística existe para vários conceitos. Por exemplo, *pé*, em português, pode ser a parte do corpo humano, mas também um pedestal, uma base (*pé de uma coluna*); a parte inferior de um objeto (*pé da mesa*); a parte oposta à cabeceira da cama (*pé da cama*); cada unidade de determinada planta (*pé de alface*), entre outros.

E, por fim, a quarta divergência diz respeito à ausência de designação em uma língua para determinado conceito. Pode ser ocasionado por três motivos, segundo Depecker (2002, p. 115):

- (i) não haver diferença em determinada língua, para um conceito, como no exemplo *river – fleuve, rivière*;
- (ii) ocorrer uma lacuna linguística, por exemplo, em francês, quando uma pessoa, depois de uma conversa ou discussão, tem o sentimento de encontrar, tardiamente, o que queria dizer, isso é expresso por *avoir l'esprit de l'escalier*; já, em português, não se encontra expressão equivalente;
- (iii) inexistência, na realidade descrita em determinada língua, do conceito ou do objeto considerado. Por exemplo, não se encontra, em português, um vocábulo específico para designar o *verglas*, gelo homogêneo e transparente que se forma com a chuva, quando a temperatura está um pouco acima ou abaixo de 0°; não há, também, um equivalente, em francês, para *paçoca* (doce de amendoim brasileiro), termo típico da realidade brasileira.

As diferenças entre as designações de duas ou mais línguas são percebidas no plano textual e linguístico, mas ocorrem no nível conceitual.

A reflexão do terminólogo sobre o trabalho bilíngue revela questionamentos teóricos relativos à construção conceitual, à influência de questões culturais, históricas e/ou etimológicas, enfim, à forma como é recortada a realidade em determinada língua. No caso do contrato de prestação de serviços, termos marcados sob o viés cultural, institucional e jurídico devem ter um cuidado especial ao serem tratados, especialmente em uma tradução (juramentada ou não).

2.2 Estudo de aspectos culturais

Partindo do ponto de vista que a língua de especialidade apresenta, em grande parte, as mesmas características linguísticas que a língua geral, os aspectos culturais também poderiam constituir objetos de estudo relevantes. A relação entre língua e cultura já foi abordada por vários autores, dentre os quais Benveniste (1966); Hagège (2006); Vignaux (in ANTOINE; CERQUIGLINI, 2000); Lévi-Strauss (1958, 1962); Foucault (1966) e Poirier (1968). A língua utilizada por uma sociedade é o elo e o reflexo de sua própria cultura, por representar uma das

principais ferramentas para a elaboração, transmissão e aplicação do(s) conjunto(s) de normas, conceitos e valores.

Devido à necessidade de consideração da diversidade cultural na elaboração de produtos linguísticos culturalmente integrados, o conceito de *lexicultura* tem sido utilizado para a descrição lexicológica e lexicográfica, mas também pode ser aplicado à descrição terminológica, em uma perspectiva mono-, bi- e multilíngue (LINO, 2010).

Lexicultura é um neologismo terminológico proposto por Galisson, cujo objeto de estudo consiste no levantamento, explicitação e interpretação da cultura subjacente a certas unidades lexicais, designadas culturais (GALISSON, 1999, p. 483). Expressões que se formam tendo como referente extralinguístico uma imagem, nomes de marcas, provérbios e ditados, vocábulos característicos a uma situação determinada, dentre outros, são exemplos dados pelo autor, graças aos quais podemos notar determinada carga cultural (GALISSON, 1999; LINO; GALISSON; PRUVOST, 2003).

A sociedade tende a classificar e comparar dados, situações, acontecimentos para poder entender e dar sentido àquilo que é novo (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 17). Para isso, a língua, um meio de comunicação que pode abarcar conteúdos e aspectos culturais marcantes, é o principal veículo. Benveniste (1966, p. 29) afirma que não podemos conceber língua e cultura separadamente, uma vez que a língua é um dos meios pelos quais o homem assimila a cultura, perpetuando-a ou transformando-a.

Cultura é compreendida, portanto, para fins deste trabalho, como conjunto(s) de valores de um grupo ou sociedade, sentido que nos dá a Antropologia, a Etnologia e a Filosofia (CASSIRER, 1972; LÉVI-STRAUSS, 1958, 1973; LINTON, 1977; LOMBARD, 1994; POIRIER, 1968, 1978). Esse(s) conjunto(s) de valores é (são) uma série de convenções produzidas, assimiladas e transmitidas **pela** e **para** a sociedade ou grupo. Não se desenvolvem harmoniosamente em um grupo ou em uma sociedade, mas sim são transmitidas pelo grupo a uma pessoa e, somadas às convenções de outras pessoas (individualmente), formam uma cultura, característica de determinado grupo (LINTON, 1977, p. 32–33).

No âmbito deste trabalho, o meio jurídico a partir do qual são estudados os termos escolhidos é propício para encontrar aspectos intrínsecos a determinada realidade, devido ao enquadramento jurídico-institucional desses. Os efeitos legais nem sempre são equivalentes entre os sistemas brasileiro e francês, abrindo espaço para o estudo de divergências e ausências conceituais.

3. Metodologia

Conforme mencionado na Introdução deste trabalho, os resultados aqui publicados beneficiam da minha pesquisa de Doutorado (FERREIRA PANDIM, 2014). Uma metodologia foi especialmente seguida para estabelecer o glossário de termos referentes aos contratos de prestação de serviços, em português e em francês, bem como para determinar termos equivalentes com igualdade de sentido e uso no interior de um mesmo domínio de aplicação e as divergências ou ausências em uma língua para outros termos.

Além desse trabalho realizado anteriormente, uma metodologia específica foi adotada para a análise dos termos para os quais se verificava uma ausência de equivalência. Essa ausência se deu devido à inexistência, na realidade da língua descrita, português ou francês, de conceito ou objeto considerado.

A partir das fichas terminológicas dos termos analisados devidamente organizadas pelo programa E-termos (EMBRAPA/CNPTIA; NILC/ICMC-USP; GETERM/UFSCAR, 2009), utilizado durante a minha pesquisa de Doutorado, que constam nos anexos deste trabalho, uma análise conceitual e contextual de cada termo e a consulta das definições de obras especializadas contidas nas fichas foram determinantes para certificar que esses termos inexistentes na outra realidade designavam uma realidade típica brasileira ou francesa.

Uma pesquisa, dessa forma, foi feita para cada um dos termos com o objetivo de descrevê-los e contextualizá-los em cada uma das realidades – brasileira ou francesa – de forma a analisá-los sob o prisma jurídico, institucional e cultural. Estes resultados são apresentados logo a seguir.

4. Resultados

4.1 Formas de pagamento: boleto, Chèque emploi service universel (CESU)

Uma das formas de pagamento da prestação realizada é o *boleto de pagamento* ou *boleto bancário*, ou seja, uma folha de pagamento que resume as informações necessárias para que o pagamento seja efetuado no banco pelo tomador do serviço em benefício do prestador do serviço. Pode ser pago em agências bancárias, centrais de autoatendimento, *homebanking*, casas lotéricas, supermercados ou através de uma transação *online*.

Após a data do vencimento, geralmente o boleto poderá ser pago apenas na agência do banco que o emitiu, pois fica sujeito a orientações específicas do cedente, que pode cobrar taxas ou juros de mora devido ao atraso do pagamento.

As informações contidas em um boleto bancário são: (1) nome da instituição bancária que emitiu o boleto; (2) nome do cedente; (3) nome do sacado; (4) descrição do valor do documento; (5) determinação da data de vencimento; (5) número do código de barras.

No Brasil, o pagamento por boleto, embora haja, cada vez mais, uma tendência ao uso do cartão de crédito, é uma maneira simplificada para o cliente de receber a cobrança diretamente no endereço escolhido por ele, otimizando seu planejamento dos gastos mensais a serem efetuados. Além disso, a disponibilidade dessa forma de pagamento pode atrair clientes que não trabalham com cartões de crédito ou que temem o roubo de seus dados do cartão. A insegurança está, infelizmente, bastante presente na realidade brasileira, devido aos inúmeros problemas sociais que ainda existem no país.

Na França, uma das possibilidades de pagamento indicadas em alguns dos contratos de prestação de serviços é o depósito bancário (*virement bancaire*), que, embora mantenha relações estreitas de sentidos com o boleto, não designa o mesmo conceito. O conceito em francês que mais se aproxima do boleto é aquele cuja designação é TIP (*Titre Interbancaire de paiement*), que, embora não tendo sido encontrado nos contratos em francês, é um meio de pagamento simples proposto por alguns organismos, enviado ao devedor pelo cobrador. O cliente francês prefere esta forma de pagamento por ser segura, simplificada, não sendo necessário o envio de um cheque.

O TIP vem acompanhado por uma fatura e contém as seguintes informações: (1) nome do cliente; (2) nome do destinatário do TIP; (3) a descrição do valor; (4) os dados bancários do destinatário do TIP. O devedor deve datá-lo, assiná-lo e enviá-lo juntamente com seus dados bancários (em francês, *RIB – Relevé d'identité bancaire*) por correio ao cobrador, que apresentará esse documento ao seu banco. Em seguida, o banco do cobrador apresenta o documento ao banco do devedor, que se ocupará da realização do débito do valor autorizado.

Esse meio de pagamento apresenta algumas semelhanças com o boleto de pagamento, porém o procedimento de pagamento não é realizado da mesma maneira, o que gera ausência de conceito equivalente em francês para o termo *boleto*.

O *CESU* é uma forma de pagamento e de declaração de empregado doméstico. Foi implantado pela lei nº2005-841 de 26 de julho de 2005 (relativa ao desenvolvimento dos

serviços às pessoas e que traz várias medidas a favor da coesão social) e está em vigor desde 1º de janeiro de 2006. Facilita o pagamento e declaração do empregado junto ao organismo responsável (URSSAF – *Union de Recouvrement de la Sécurité Sociale et des Allocations Familiales*). O artigo L. 129-5 dessa lei determina que o CESU é um “cheque regulamentado pelas disposições do primeiro capítulo do Título II do *Livre Ier du code monétaire et financier*” ou um “título especial de pagamento” e permite que um indivíduo possa:

remunerar e declarar os assalariados que ocupam cargos que entram no domínio dos serviços descritos no artigo L. 129-1 do presente Código ou as babás regulamentadas, de acordo com o artigo L. 421-1 do *Code de l'action sociale et des familles*. [Tradução nossa]¹

pagar o total ou parte dos valores das prestações de serviços realizadas pelos organismos regulamentados, de acordo com o artigo L. 129-1 do presente Código ou organismos ou pessoas citadas nas duas primeiras alíneas do artigo L. 2324-1 do *Code de la santé publique*, ou ainda no artigo L. 227-6 do *Code de l'action sociale et des familles*. [Tradução nossa]²

O usuário do *CESU* pode beneficiar de vantagens fiscais (deduções ou crédito de imposto) de 50% do montante dos valores pagos, dentro de determinado limite, estabelecido pela *URSSAF*. Subdivide-se em *CESU préfinancé* – título especial de pagamento com um valor pré-fixado, nominal ao beneficiário e exclusivo para pagamento de salários ou prestações de serviços às pessoas ou de babá e *CESU déclaratif*, serviço simplificado da *URSSAF* que permite a qualquer pessoa física que emprega um assalariado em seu domicílio declará-lo.

No contrato de prestação de serviços francês, é utilizado sobretudo quando há subcontratações para a realização dos serviços. O prestador de serviços é responsável, se tiver que contratar pessoal, pela declaração e/ou pagamento dos seus assalariados.

No Brasil, o empregado doméstico deve estar inscrito no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e possuir carteira de trabalho para que o empregador possa declará-lo junto às autoridades competentes. Não existe um sistema unificado que reúna forma de pagamento e declaração do empregado, como o CESU na França. O empregador, no Brasil, é responsável pelo pagamento do empregado doméstico e pelo recolhimento da sua parte do INSS e do percentual de contribuição social do empregado.

¹ “rémunérer et déclarer des salariés occupant des emplois entrant dans le champ des services mentionnés à l'article L. 129-1 du présent code ou des assistants maternels agréés en application de l'article L. 421-1 du code de l'action sociale et des familles”.

² “acquitter tout ou partie du montant des prestations de services fournies par les organismes agréés en application de l'article L. 129-1 du présent code, ou les organismes ou personnes mentionnés aux deux premiers alinéas de l'article L. 2324-1 du code de la santé publique ou à l'article L. 227-6 du code de l'action sociale et des familles”.

4.2 Identificação de pessoa física ou jurídica: CPF, CNPJ, *SIREN*, *SIRET*

O CPF é um dos documentos apresentados no início do contrato, na identificação das partes contratantes. No Brasil, estão obrigadas a inscrever-se no CPF, nos termos do artigo 33 do Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999 (Revogada pela Instrução Normativa RFB nº 1.054, de 12 de julho de 2010), as pessoas físicas sujeitas à apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF); profissionais liberais, assim entendidos aqueles que exerçam, sem vínculo de emprego, atividades que os sujeitem a registro em órgão de fiscalização profissional; residentes no exterior que possuam no Brasil bens e direitos sujeitos a registro público, entre outros.

Esse documento representa o registro do cidadão brasileiro ou estrangeiro junto à Receita Federal e é necessário para a maior parte das operações financeiras. No contrato de prestação de serviços, é utilizado para a autenticação da identidade do indivíduo:

Com relação à qualificação das partes no contrato, deve-se ter em mente, de início, que a legislação civil apenas faz referência quando trata dos instrumentos celebrados por escritura pública. Assim, o inciso III, do § 1º, do art. 215 do Novo Código Civil (2002), dispõe que a escritura pública deve conter: “nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes e demais comparecentes [...]. Pode-se aplicar os seus requisitos, por analogia, aos contratos celebrados por instrumento particular. Além disso, com a moderna identificação das pessoas, acrescente-se a necessária indicação dos documentos de identidade, como a menção do RG e/ou CPF, no caso das pessoas físicas, e da menção do CNPJ, no caso das pessoas jurídicas. (SALOMO, 2005, p. 63)

Não se encontra conceito equivalente na realidade francesa para o conceito expresso na realidade brasileira.

Na França, existe o número de *Sécurité Sociale*, número utilizado para identificar uma pessoa junto ao *Répertoire national d'identification des personnes physiques* (RNIPP), gerenciado pelo INSEE (*Institut National de la Statistique et des études économiques*). Esse número representa o cadastro de pessoa física, mas apresenta muitas diferenças quanto à definição e ao uso.

A *Sécurité Sociale*, na França, é uma “instituição ou conjunto de instituições que têm a função de proteger os indivíduos das consequências de vários acontecimentos, geralmente

qualificados como riscos sociais” [Tradução nossa]³ (CORNU, 2007). O número é um código alfanumérico de identificação única, composto de 15 números.

Na França, este número, na verdade, é utilizado pelas pessoas para apresentá-lo aos organismos de *Sécurité Sociale* e para quaisquer questões médicas (pedido de reembolso de gastos médicos, por exemplo). Para que um assalariado tenha cobertura social (em caso de doença, acidente ou aposentadoria), é preciso que apresente ao empregador seu número de *Sécurité Sociale*. É utilizado no Direito trabalhista (contrato de trabalho).

Na legislação francesa, aliás, há uma grande preocupação na diferenciação entre um contrato de trabalho e um contrato de prestação de serviços. As ações sindicais na França têm uma grande força no país. Isso é refletido nos direitos e deveres do trabalhador francês. Nos contratos de prestação de serviços na França, é realmente a pessoa física ou jurídica que se compromete contratualmente, não havendo vínculo e/ou subordinação hierárquica no sentido trabalhista. Não existe, portanto, na França, um conceito semelhante ao número de CPF no Brasil.

O CNPJ está presente, geralmente, no início do contrato de prestação de serviços, na identificação das pessoas jurídicas (empresas). Todas as pessoas jurídicas, domiciliadas no Brasil, estão obrigadas a inscrever, no CNPJ, cada um de seus estabelecimentos, localizados no Brasil ou no exterior, antes do início de suas atividades. O estabelecimento é entendido como local, privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiros, onde a entidade exerce, em caráter temporário ou permanente, suas atividades.

O Ministério da Fazenda (2011) enumera, ainda, uma série de casos em que há obrigação de inscrição no CNPJ, tais como consórcios de empregadores, clubes e fundos de investimento, representações diplomáticas estrangeiras no Brasil, entre outros.

É necessário para identificação da pessoa jurídica junto à Receita Federal e deve ser apresentado em notas fiscais de qualquer empresa, bem como na embalagem de produtos industrializados (SALOMO, 2005, p. 63). No contrato de prestação de serviços, é utilizado para a autenticação da identidade da pessoa jurídica.

Há, na França, o número de *SIRET* ou de *SIREN*, analisados na sequência, que, embora se refiram à identidade de pessoa jurídica na França, não se adéquam ao conceito de CNPJ.

³ “Institution ou ensemble d’institutions qui ont pour fonction de protéger les individus des conséquences de divers événements généralement qualifiés de risques sociaux”. (CORNU, 2007)

O *SIREN* é um código francês estipulado pelo *Institut national de la statistique et des études économiques (INSEE)* composto de nove números com vistas a identificar a pessoa jurídica francesa. Os oito primeiros números não têm nenhum significado, exceto para os organismos públicos (municípios), cujo *SIREN* começa, obrigatoriamente, por 1 ou 2. O nono número é o dígito verificador do número (INSEE, 2012).

É atribuído em nível nacional, uma única vez, é invariável e dura o tempo de atividade da pessoa jurídica. Se a pessoa jurídica não existe mais (falecimento ou cessação de atividade de pessoa física ou dissolução para a pessoa jurídica), o número é suprimido do catálogo do INSEE.

O número *SIREN* é utilizado para formar (a) o número de cadastro junto ao *Registre du commerce et des sociétés (RCS)*; (b) o número de cadastro junto ao *Répertoire des métiers (RM)*; e (c) o número de *TVA intracommunautaire*. A obtenção desse número junto ao INSEE é indispensável para o exercício das funções da pessoa jurídica. O *SIREN*, bem como o *SIRET*, que analisaremos a seguir, são descritos no *Certificat d'inscription au Répertoire des Entreprises et des Établissements (SIRENE)*, documento comprobatório de cadastro da pessoa jurídica junto ao INSEE.

O número *SIRET* é composto de 14 dígitos, divididos em duas partes: a primeira parte é o número *SIREN* da empresa; a segunda parte, chamada normalmente de *NIC (Numéro Interne de Classement)* é composta por quatro números em ordem sequencial. Estes correspondem ao número de estabelecimentos da empresa e a um dígito verificador do número *SIRET* (INSEE, 2012). No contrato de prestação de serviços francês, o *SIRET* é mencionado na identificação das partes, no início do contrato, bem como o nome da empresa, o endereço da sede social da empresa, o capital social, o representante legal. Esse número deve também constar em qualquer fatura realizada e emitida pela empresa.

O *SIREN* e o *SIRET* são números específicos da realidade francesa, assim como o CNPJ e o CPF são específicos da realidade brasileira. Embora o *SIRET* apresente semelhanças de uso em relação ao CNPJ, em uma tradução, por exemplo, não seria viável, simplesmente, traduzir um pelo outro. Esses números não têm nenhuma validade jurídica em outro país, exceto naquele no qual foi estabelecido.

4.3 Foro

Se houver litígios entre as partes, o foro, no Brasil, cumpre o papel de órgão mediador. Deve ser estabelecido pelas partes contratantes no contrato brasileiro. O artigo 78 do Código Civil (2002) dispõe que “nos contratos escritos poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes”. Cabe, ainda, lembrar que “a cláusula de foro estabelecida num contrato não deve dificultar o contratante consumidor quando de sua eventual aplicabilidade” (SALOMO, 2005, p. 82).

Se, em um contrato de prestação de serviços, for estabelecido o foro da comarca de São José do Rio Preto, por exemplo, as eventuais controvérsias entre as partes serão resolvidas neste organismo. Na tradução desse documento, o tradutor deverá explicitar que o único órgão competente na matéria é a circunscrição daquela cidade. *Foro* é considerado como um termo culturalmente marcado, pois é característico da realidade brasileira.

No contrato de prestação de serviços na França, as partes nomeiam uma jurisdição competente se houver conflitos entre as partes, porém não é necessariamente um único órgão mediador. Pode ser o *Tribunal de Commerce*, o *Tribunal de Grande Instance*, o *Tribunal d’Instance*, ou seja, a escolha é determinada de acordo com o tipo de prestação do contrato. Pode, ainda, ser resolvido por um árbitro. Os efeitos jurídicos do foro, no Brasil, não são aplicáveis e/ou válidos na França, gerando ausência conceitual.

5. Considerações finais

A ausência de equivalência entre as realidades brasileira e francesa da terminologia do contrato de prestação de serviços pode trazer dificuldades de comunicação entre o Brasil e França, sobretudo no processo tradutório. O tradutor pode deparar-se, nesse processo, com termos culturalmente marcados, para os quais carrega a responsabilidade de encontrar uma solução tradutória, tarefa nem sempre facilmente realizável.

Por ser um documento jurídico, as unidades especializadas extraídas deste tipo de contrato constituem rica fonte de pesquisas, especialmente quando duas realidades são confrontadas. Para o contrato de prestação de serviços, as ausências atestadas para alguns termos em francês ou em português enquadram-se no quarto tipo de divergência trazido por Depecker (2009), quando há ausência de determinada realidade, gerando ausência conceitual. As diferenças entre as designações de duas ou mais línguas são percebidas no plano textual e linguístico, mas ocorrem no nível conceitual.

Os termos analisados são marcados sob o viés cultural, institucional e jurídico e devem, por isso, receber um cuidado especial ao serem tratados, especialmente em uma tradução (juramentada ou não). O objetivo, portanto, com esses termos foi levantá-los, explicitá-los e interpretá-los, com vistas a entender a cultura subjacente a essas unidades lexicais.

A vivacidade do termo enquanto signo linguístico e sua presença em vários níveis e registros linguísticos, bem como a influência de diversos aspectos, tais como sociais, econômicos, antropológicos, etnológicos, culturais, históricos, pragmáticos, psicológicos, entre outros, alimenta a extensa gama de possibilidades de descrição e de estudo das línguas de especialidade.

Referências bibliográficas

ANTOINE, G.; CERQUIGLINI, B. (Orgs.). **Histoire de la langue française, 1945-2000**. Paris: CNRS, 2000.

BARROS, L. A. **Conhecimentos de terminologia geral para a prática tradutória**. São José do Rio Preto: Novagraf Editora, 2007.

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.

CASSIRER, E. **La Philosophie des formes symboliques**. Tradução Claude Fronty. Paris: Éditions de Minuit, 1972.

CORNU, G. **Vocabulaire juridique**. Paris: Presses universitaires de France, 2007.

DE PLÁCIDO E SILVA, O. J. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

DEPECKER, L. **Entre signe et concept: éléments de terminologie générale**. Paris: Presses Sorbonne nouvelle, 2002.

DINIZ, M. H. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2005.

EMBRAPA/CNPTIA; NILC/ICMC-USP; GETERM/UFSCAR. **E-termos**. [s.l.: s.n.].

FERREIRA PANDIM, G. **Estudo sobre os aspectos culturais da terminologia dos contratos de prestação de serviços em língua portuguesa e língua francesa**. Tese de Doutorado em cotutela. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e Université Sorbonne Nouvelle Paris 3, 2014.

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines**. Paris: Gallimard, 1966.

GALISSON, R. La pragmatique lexiculturelle pour accéder autrement, à une autre culture, par un autre lexique. **Etudes de linguistique appliquée**, v. 116, n. OCTDEC, p. 477–496, 1999.

HAGÈGE, C. **Combat pour le français**: au nom de la diversité des langues et des cultures. Paris: O. Jacob, 2006.

INSEE, I. NATIONAL DE LA STATISTIQUE E DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES. **Définitions et méthodes**, 2012. Disponível em: <www.insee.fr>. Acesso em: 2 ago. 2012

LÉVI-STRAUSS, C. **Anthropologie structurale**. Paris: Plon, 1958.

_____. **Tristes tropiques**. Paris: Union générale d'éditions, 1962.

_____. **Anthropologie structurale deux**. Paris: Plon, 1973.

LINO, M. T. Neologia, terminologia e lexicultura: a língua portuguesa em situação de contacto de línguas. **Filologia linguística portuguesa**, n. 12 (2), p. 187–201, 2010.

LINO, M. T.; GALISSON, R.; PRUVOST, J. **Mots et lexiculture**: hommage à Robert Galisson. [s.l.] Champion, 2003.

LINTON, R. **Le Fondement culturel de la personnalité**. Tradução Andrée Lyotard. Paris: Dunod, 1977.

LOMBARD, J. **Introduction à l'ethnologie**. Paris: Armand Colin, 1994.

POIRIER, J. **Ethnologie générale**. Paris: Gallimard, 1968.

_____. **Ethnologie régionale**. Paris: Gallimard, 1978.

ROUSSEAU, L.-J.; AUGER, P. (Orgs.). **Méthodologie de la recherche terminologique**. Quebec: Office De La Langue Française: Travaux terminologiques, 1978.

SALOMO, J. L. **Contratos de prestação de serviços**: manual teórico e prático. [s.l.] Jorge Lages Salomo, 2005.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SIDOU, J. M. O. **Dicionário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Anexos

Dados das fichas terminológicas dos termos analisados:

a. Formas de pagamento

| | |
|---|---|
| boleto . s.m. Dir. Com. Denominação brasileira para a lâmina de pagamento, ou folha solta que, entregue ao | [absent en français. Feuille servant à effectuer le paiement dû par le débiteur]. |
|---|---|

devedor, constitui o instrumento para solver a obrigação no dia do vencimento (SIDOU, 2009). *A exibição do boleto de pagamento das parcelas devidas à Contratada e do documento de identificação do beneficiário paciente.*

[inexistente em português. Instrumento para centralizar o pagamento de salários de empregados domésticos e respectivos encargos sociais].

Chèque emploi service universel (CESU). n.m. Nouvel instrument de règlement du salaire des employés de maison et des cotisations sociales y afférentes, consistant en un titre (à détacher d'un chéquier émis par les organismes agréés par l'Etat, dont le centre de chèques postaux), lequel est constitué d'un chèque remis en paiement au salarié et d'un volet social adressé à l'organisme public (URSSAF) chargé du prélèvement des cotisations sociales sur le compte de l'employeur, combinaison destinée à favoriser l'emploi régulier (et non au noir) des personnes à domicile, en simplifiant leur engagement et le règlement des charges (le salarié recevant de l'organisme public une attestation d'emploi valant bulletin de salaire) (CORNU, 2007). Les coûts réels engagés comprennent les salaires et toute forme d'avantage versé au titre du contrat de travail (CESU, Abonnement PEE, épargne volontaire, etc.), les charges sociales et fiscales, sur les salaires du personnel affecté à la réalisation des prestations, ainsi que les frais de toutes natures engagés dans le cadre de la réalisation des prestations.

b. Identificação de pessoas físicas ou jurídicas

Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Direito tributário: Inscrição de pessoa física para fins de tributação, cuja comprovação se faz pela expedição do Cartão de Identificação do Contribuidor (CIC) (DINIZ, 2005); Direito tributário: Cadastro de Pessoas Físicas, do Ministério da Fazenda, em que são obrigatoriamente inscritas as pessoas naturais sujeitas a declaração de imposto de renda ou passíveis de desconto do imposto na fonte pagadora, ou as locadoras de bens imóveis, ou as participantes de operações imobiliárias, e os profissionais liberais (D 84.047, de 2.10.1979) (SIDOU, 2009). [...], nascida em [...], portadora do Passaporte nº [...] emitido em [...], pelo [...], inscrita no CPF/MF sob o nº [...], residente no [...] portadora do Passaporte nº [...] emitido em [...], pelo [...], inscrita no CPF/MF sob o nº [...], domiciliada no [...], doravante denominados simplesmente Contratantes.

[inexistente em português. Sistema de identificação dos estabelecimentos empresariais franceses].

[inexistente em português. Sistema de identificação

[absent en français. Numéro d'identification des personnes physiques].

Système d'Identification du Répertoire des Etablissements (SIRET). n.m. [absent dans les œuvres d'appui]. *Raison sociale : SIRET ou RCS : [...] Adresse du siège social: [...].*

Système d'Identification du Répertoire des

dos estabelecimentos empresariais franceses].

Entreprises (SIREN). n.m. [absent dans les œuvres d'appui]. [...], *société par [...], au capital de [...]* Euros, *dont le siège social est à [...], identifiée sous le n° SIREN [...]* RCS [...].

c. Resolução de litígios

foro. s.m. É a designação que se dá ao edifício em que funcionam os magistrados e os tribunais. E, por vezes, quer significar a própria justiça, notadamente quando se diz foro comum, foro militar, foro especial (DE PLÁCIDO E SILVA, 2007); Direito civil: a) pensão anual paga pelo enfiteuta ao senhorio direto; b) domínio útil de uma propriedade. Direito processual: a) espaço de uma divisão territorial onde os magistrados realizam a atividade jurisdicional; b) jurisdição; c) tribunal ou juízo em que se tratam das causas cíveis ou criminais; d) circunscrição do juízo (DINIZ, 2005); Localidade onde se devem desenrolar eventuais questões judiciais. Em contratos, as partes envolvidas devem escolher um foro (por exemplo, São Paulo), onde será levada qualquer ação entre elas. Em outros casos, os foros são determinados pelo domicílio de uma das partes envolvidas. O foro pode ser também uma modalidade de pagamento de renda da terra. A utilização do termo neste sentido ocorre geralmente no Nordeste brasileiro (SANDRONI, 1999); Dir. Judic. Circunscrição do juízo ; a cidade ou comarca que determina a competência do juízo para a causa (SIDOU, 2009). *Os contratantes elegem o foro da cidade de (xxx), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.*

[absent en français. Circonscription judiciaire d'une commune brésilienne].

Artigo recebido em: 21.09.2015

Artigo aprovado em: 20.12.2015

Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares Culture and identity in the study of place names

Karylleila dos Santos Andrade*
Verônica Ramalho Nunes**

RESUMO: A Toponímia é a disciplina que estuda os topônimos, ou seja, os nomes de lugares e está ligada à lexicologia¹, ciência que pode ser definida como o estudo científico do léxico. O objetivo geral deste trabalho é identificar o papel da cultura e identidade no processo de nomeação de lugares. Apoiar-nos-emos na abordagem da Geografia Cultural e Humanista para compreendermos, de forma mais aprofundada, a noção conceptual de lugar. A nomeação dos lugares relaciona-se diretamente com o modus vivendi dos grupos humanos, e os fatores culturais e de identidade são fundamentais nesse processo. Como percurso teórico-metodológico, utilizaremos os autores: Dick (1990, 1990a), Andrade (2010, 2012), Andrade e Bastiani (2012), Holzer (2003, 1999) e Tuan (1979, 2012).

ABSTRACT: The Toponymy is the discipline that studies the place names, or the names of places and is linked to lexicology, the science that can be defined as the scientific study of the lexicon. The aim of this study is to identify the role of culture and identity in the naming process places. We will support in addressing the Cultural Geography and Humanistic to understand, in more depth, the conceptual notion of place. The appointment of the places is directly related to the modus vivendi of human groups, and cultural factors and identity are essential in this process. As theoretical-methodological course, we will use the authors: Dick (1990, 1990a), Andrade (2010, 2012), Andrade e Bastiane (2012), Holzer (2003, 1999) e Tuan (1979, 2012).

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Identidade. Geografia Cultural e Humanista. Topônimos.

KEYWORDS: Culture. Identity. Cultural Geography and Humanist. Place Names.

1. Introdução

A nomeação de lugares e pessoas é uma prática realizada desde os primórdios da humanidade. Esse processo de nomeação possibilita a individualidade e, por conseguinte, a identificação particularizada. De acordo com suas características culturais, os povos designam, no ato de nomear, uma espécie legítima de registro, obtendo-se especificidades singulares da identificação dos lugares e das pessoas, o que possibilita maior relação de convivência no contexto social em que estão inseridos.

* Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Tocantins (UFT).

** Universidade Federal do Tocantins (UFT).

¹ A Lexicologia, ciência antiga, tem como objetivos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico. (BIDERMAN, 2001, p. 16)

Os nomes são formas de representação dos lugares, e a nomeação realiza-se em constante transformação e de maneira dinâmica. Geralmente, o processo de denominação é determinado por aspectos econômicos, religiosos, políticos, sociais, culturais, entre outros. Tais fatores determinantes fazem com que os nomes passem por transformações e/ou se corrompam.

A língua tem o papel de representar as práticas empregadas pelo homem: explicita as atitudes, conhecimentos, crenças, valores de determinado grupo de falantes. Essas práticas são expressivamente representadas pelo léxico, de modo que os grupos batizam os ambientes ao seu redor, revelando sua cosmovisão e o *modus vivendi* de seu grupo.

O indivíduo é caracterizado pela necessidade de consolidar suas impressões nos ambientes habitados por ele, cujo objetivo é eternizá-las ao longo da história. A toponímia estabelece a consolidação dessas impressões deixadas pelos indivíduos, uma vez que a denominação dos nomes de lugares reflete sentimentos vividos pelas comunidades. Os nomes são formas de representação dos lugares. Mas isso não quer dizer que o todo ato nominativo é definitivo. Pelo contrário, está em constante transformação e ocorre de maneira dinâmica a depender das necessidades da comunidade, potencializadas por diversos aspectos, sociais, culturais, políticos, econômicos, etc.

A metodologia empregada aqui baseia-se no plano onomasiológico de investigação, tendo como parâmetros os fundamentos teórico-metodológicos propostos por Dick (1990). Para este estudo, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva. Neste sentido, nossa intenção é realizar um estudo toponímico pelo viés da cultura e identidade, tendo em vista que o ato de nomeação dos lugares, por meio de topônimos, está intrinsecamente relacionado com os aspectos sociais e de vida dos povos, e os fatores de identidade e cultura são essenciais nesse processo. Essa relação se estabelece, em muitos casos, pela necessidade dos grupos humanos em nomear e classificar os lugares e áreas geográficas ao seu redor.

Este artigo se divide em três sessões. Na primeira discutimos a noção conceptual de lugar sob o viés da Geografia Cultural e Humanista. Na segunda sessão do trabalho nos pautamos na discussão da importância e da influência dos povos indígenas na descrição da geografia nacional. Na terceira e última sessão analisamos a importância da literatura dos viajantes no século XIX, suas principais contribuições para produção científica do país, como também, sua importância no processo de descrição dos nomes de lugares. A seguir, apresentaremos a relação intrínseca da Geografia Cultural e Humanista e Toponímia em relação ao estudo dos nomes de lugares.

2. Nomes de lugares: uma breve abordagem da Geografia Cultural e Humanista

O conceito de lugar possui várias perspectivas e definições variadas. Na Geografia é compreendido como determinada área ou ponto do espaço, sendo definido como espaço percebido. Nesse sentido, Suertegaray (2001, p. 07) explicita:

Lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através "de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições—cooperação e conflito são a base da vida em comum"(Milton Santos, 1997). O conceito de lugar induz a análise geográfica a uma outra dimensão - a da existência- "pois refere-se a um tratamento geográfico do mundo vivido" (Milton Santos, 1997). Este tratamento vem assumindo diferentes dimensões. Mas o lugar pode também ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido, que leve em conta outras dimensões do espaço geográfico, conforme se refere Milton Santos (1997), quais sejam os objetos, as ações, a técnica, o tempo.

A Geografia é compreendida como um campo bastante vasto, e pela complexidade de suas relações divide-se em diversas especialidades. Uma delas é a Geografia Cultural, fundamentada a partir de representações, ou seja, o conhecimento baseia-se nas percepções que os indivíduos têm acerca da superfície terrestre, bem como, as representações compartilhadas. Ela considera o lugar como conceito fundamental para o estudo da geografia.

Na concepção da Geografia Humanista o lugar é constituído como uma forma de experiência humana, a partir das vivências no espaço². O lugar é determinado pelas relações vivenciadas pelos indivíduos em suas atividades cotidianas como estudo, trabalho, convivência familiar, dentre outros. Pelo viés da Geografia Cultural e Humanista, Holzer (2003) acredita que o espaço e o lugar são conceitos que definem a natureza da geografia. Ele explicita que:

Para Tuan "A importância do "lugar" para a geografia cultural e humanista é, ou deveria ser, óbvia. Como nós funcionamos no espaço, os lugares sujeitam-se as técnicas da análise espacial. Mas como um único e complexo conjunto - enraizado no passado e crescendo no futuro - e como símbolo, o lugar clama pelo entendimento humanista. Na tradição humanista, os lugares têm sido estudados a partir das perspectivas histórica e literário-artística [...]. (TUAN, 1979, p. 389, citado por HOLZER, 2003, p. 117-118)

² Suertegaray pensa o espaço geográfico como um todo uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões que se expressam através das diferentes categorias operacionais da geografia como os conceitos de paisagem, território, lugar e meio. (MAIA e ALVES 2009, p. 8).

A Geografia Cultural é considerada sociocultural, pois estabelece as vivências e as relações dos indivíduos no espaço. Isso remete à construção dos indivíduos como seres sociais, refletindo os aspectos identitários e culturais da comunidade. Nessa perspectiva, o lugar é estabelecido a partir das experiências dos indivíduos, sendo percebido e incorporado como o lar, a cidade, a região em que vive.

Acreditamos que o conceito de lugar, discutido na Geografia Cultural, caminha também pelo viés da toponímia, tendo em vista que os nomes de lugares não são fatores estranhos ou alheios aos contextos, históricos, culturais e sociais, ao considerar as substâncias ontológicas do seu meio, atreladas a sua carga significativa.

A Geografia Cultural concebe os topônimos como nomes geográficos e considera que esse estudo pode ser utilizado para a compreensão dos lugares como dimensões dos indivíduos. Nesse sentido, por exemplo, o nome pode ser compreendido como um aspecto que envolve a dimensão e/ou dominação territorial, com o surgimento de identidade(s) e significações para dado lugar.

Os nomes de lugares contemplam aspectos diretamente associados ao espaço geográfico. Incluem, em grande parte de suas ocorrências, um nome característico e uma nomeação genérica, estendida por aspectos toponímicos, históricos, etimológicos e etnográficos. Desta forma, os lugares nomeados encerram ambiências experienciadas intensamente, como no sentido da topofilia³ relativa aos seus espaços e lugares (TUAN, 2012, p. 136). Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes, ou é percebido como um símbolo: o lugar, então, pode ser compreendido por diversas óticas. A topofilia condiz com o sentimento do povo em relação aos lugares, o que perpassa o sentido estático de lugar. Para a Toponímia os nomes de lugares vão além do simples ato de nomear, ressaltando o sentimento de pertinência dos indivíduos, vai além do nome. Nesse viés, o lugar pode ser concebido como experiência humana.

Para Tuan (1979):

³ A palavra “topofilia” é um neologismo que pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 2012, p. 135, 136)

O lugar, na linguagem coloquial, tem dois significados: posição na sociedade e localização espacial. Mas, além destes, tem outro mais profundo: ele possui "espírito", "personalidade", existe um "sentido do lugar" (TUAN, 1979,409). Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente. Tuan distinguiria a cena (scene) ou paisagem do lugar: "Uma cena pode ser um lugar, mas a cena em si não é um lugar. Falta-lhe estabilidade: é da natureza de uma cena a propriedade de se alterar a partir de cada mudança de perspectiva. Uma cena é definida por sua perspectiva, enquanto que isso não é verdadeiro para o lugar: é da natureza do lugar que ele apareça como possuindo uma existência estável independente do indivíduo que o percebe." (TUAN, 1979,411 citado por HOLZER, 2003, p. 120-121).

Essa relação afetiva dos indivíduos com o lugar indica que se existimos, logo temos um lugar, pois todo espaço ocupado remete à noção de lugar. Pode ser entendido como as ruas, os bairros, as casas, cidades, regiões, enfim os lugares designados e fixados pelas pessoas de acordo com suas experiências, valores, significações e identidade. Em relação à representação simbólica, na condição de lugar, Mello (2011, p. 10) afirma que:

Para formação da identidade do lugar a relação entre a pessoa e toda a aura que a envolve é essencial. Experiência, símbolos, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de lugar. As brincadeiras no espaço coletivo, a respeitabilidade e a convivência em endereços diversos, despertam um profundo sentimento de bairrofilia, sensação esta de apego, pertencimento, filiação e bem estar.

Ao atribuirmos um nome a um lugar, as marcas dos nomeadores tornam-se impregnadas de seus valores e visão de mundo, resultando em uma forma de identificação. Nesse contexto, Andrade e Dick (2012, p. 204) explicitam que:

A Geografia Cultural se apropria dos estudos da toponímia na tentativa de compreender a nomeação do lugar a partir de uma dimensão ontológica, tendo em vista os aspectos de dominação territorial, o contexto etimológico, o surgimento e a cristalização da identidade e a significação atribuída ao lugar. Os nomes de lugares e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades corresponsáveis pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e ao mesmo tempo proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial.

Retomando, portanto, nossa proposta inicial de ampliação conceptual de *lugar*, com base em questões teóricas e metodológicas da Geografia Cultural e Humanista, reconhecemos

lugar como uma dimensão de categoria analítica: motivacional, geográfica, histórica, linguística, ideológica, sociocultural, identitária. E sua extensão semântica extrapola a referencialidade, ou seja, o lugar é sentimento de pertencimento, afetividade, mundo vivido e experienciado na relação que se estabelece entre o denominador e o *designatum*.

Na seção a seguir, apresentamos aspectos a respeito dos povos indígenas no processo de descrição da geografia nacional.

3. A importância dos povos indígenas na descrição da geografia nacional

Os nomes de lugares podem ser caracterizados como uma riqueza cultural de um povo, nesse sentido cultura é entendida como algo não estático, dinâmico e mutável. Mello (2001, p. 448) salienta que:

a cultura é apreendida, é simbólica, é social. Vale dizer que a maneira de ser homem, o comportamento social, em grande parte, é aprendido. Esta parte do comportamento humano e o produto deste comportamento e deste conhecimento são denominados por nós de <cultura> (grifo do autor).

Considerando as palavras do autor, cultura é entendida como um conjunto de atitudes, crenças, métodos e conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Ainda em relação ao conceito de cultura, Malinowski (1962, p. 47) aborda que:

A cultura é um amalgama global de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra numa série de princípios tais como a comunhão de sangue por meio da procriação, a contiguidade em espaço relacionada com a cooperação; a especialização em atividades; e, último na ordem mas não menor em importância, o uso do poder na organização política. Cada cultura deve sua integridade e sua autossuficiência ao fato de que satisfaz toda a gama de necessidades básicas, instrumentais e integrativas.

Segundo o autor, a cultura denomina-se a partir das relações sociais entre os indivíduos e o conhecimento que engloba o todo. É realizada de maneira constante por meio de um processo contínuo e vinculado à língua.

Oliveira (2001, p. 139) afirma que “a identidade cultural seria uma espécie de sentimento de pertencimento”, tendo em vista que, pelo viés antropológico, identidade corresponde às experiências e as fontes de significado de um povo. Ela move os sentimentos, os valores, as crenças e diversos outros fatores presentes nas diversas comunidades, apresentando-se como reflexo da convivência humana.

Esses valores, inerentes à identidade, são estabelecidos por diversas maneiras de percepções, resultando em experiências e interpretações ímpares, pois integram paisagens, sentimentos, possibilidades e manifestações. As relações que os indivíduos mantêm com os nomes de lugares ressaltam o sentimento de pertencimento, o que demonstra que conhecer o contexto histórico e a etimologia dos nomes só reforça os laços afetivos adquiridos pelo lugar.

Os nomes de lugares expressam, diretamente, relações entre o homem e o espaço geográfico, uma vez que o ato de nomear é essencialmente humano, estabelece vínculo social e cultural, diretamente ligado à ocupação, posse e conhecimento do local ou área nomeada. Arelado a essas afirmações, Sapir (1969, p. 45) assinala que:

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade. Não é difícil encontrar exemplos de línguas cujo léxico traz assim o sinete do ambiente físico em que se acham situados os seus falantes.

A relação de afeto, estabelecida entre os indivíduos e o lugar, designa um simultâneo elo de domínio e afetividade. Relacionamo-nos esse vínculo com trecho da obra de Todorov (2003), denominada *A conquista da América – a questão do outro*, em que ele descreve como Colombo foi nomeando os lugares por onde passava, durante o descobrimento da América.

[...] Colombo apaixonou-se pela escolha dos nomes do mundo virgem que está vendo; e, assim como para ele mesmo, os nomes devem ser motivados. A motivação é estabelecida de várias maneiras. No início, há uma espécie de diagrama: a ordem cronológica dos batismos corresponde à ordem de importância dos objetos associados aos nomes. A sequência será: Deus, a Virgem Maria, o rei da Espanha, a rainha, a herdeira real. “A primeira que encontrei (trata-se de ilhas), de o nome de San Salvador, em homenagem a Sul Alta Majestade, que maravilhosamente deu-me tudo isto. Os índios chamam esta ilha de Guanaani. À segunda ilha dei o nome de Santa Maria de Concepción; à terceira, Fernandina; à quarta de Isabela; à quinta, Juana, e assim a cada uma delas dei um novo nome”. Colombo sabe perfeitamente que as ilhas já têm nome, de uma certa forma, nomes naturais (mas em outra acepção do termo). As palavras dos outros, entretanto, não lhe interessam muito, e ele quer rebatizar os lugares em função do lugar que ocupam em sua descoberta, dar-lhes nomes justos; a nomeação, além disso, equivale a tomar posse. Mais tarde, os registros religioso e real já quase esgotados, recorre a uma motivação mais tradicional, por semelhança direta, que ele justifica em seguida. “Dei a esse cabo o nome de Cabo Belo, porque é realmente belo”. [...] As coisas devem ter nomes que lhes convêm. Há dias em que esta obrigação deixa Colombo num estado de verdadeiro furor nominativo. (TODOROV, 2003, p. 37 e 38).

Apregoados ao sentimento de posse e afeição aos lugares, acreditamos que a nomeação do lugar, por meio de topônimos, depende sumariamente dos aspectos abordados pelo denominador, enfatizando no ambiente o que deve ser mencionado. No processo de denominação consideramos que a identidade e individualidade do lugar se confundem com a história e a memória dos povos. Portanto, os nomes de lugares podem traduzir o simbolismo, a história, a memória, a identidade, o sentimento de posse, o afeto e as peculiaridades naturais de uma dada comunidade.

O sentimento de pertencimento a um povo, religião, cultura, região, tradição, ideologia concentram-se no processo de formação de construção identitária. A cultura e a identidade formam um conjunto de relações históricas, simbólicas, sociais, patrimoniais, que determinam os valores de um povo.

Os topônimos de origem indígena sofreram fortes influências históricas, culturais e físicas, no que se referem à motivação. Para Sampaio (1987, p. 41):

Uma vez, porém, que as palavras se prestam frequentemente a diversas interpretações, convém confrontar a produção característica do lugar com o nome que tem; porquanto os indígenas escolhiam, quase sempre, os nomes das localidades, de acordo com as suas produções naturais, manifestando muitas vezes um dom de observação admirável (...). Os nomes geográficos são conhecidos e estão na boca de todos; servem eles, portanto, de ponto de partida e se tornam um auxílio que não deve ser desprezado para desenvolver a memória.

Os grupos indígenas deixaram heranças inesgotáveis de conhecimento para a cultura brasileira, tendo em vista que, durante os séculos XVI e XVII, os índios representavam a maioria da população, composta em grande parte de povos tupiniquim, os quais pertenciam à grande família tupi-guarani, tronco-tupi.

Esses povos possuíam grande mobilidade espacial, um fator que reflete no processo de nomeação da geografia nacional. Indiscutivelmente, foi um dos povos indígenas que exerceu grande influência da formação da sociedade brasileira, tendo em vista que as penetrações dos colonizadores dependiam dos conhecimentos indígenas, de suas habilidades, seja como caçador, pescador, agricultor, guerreiro, conhecedor dos lugares etc.

É importante ressaltar a contribuição dos povos indígenas não só para o processo de povoamento, mas também, para a formação da cultura nacional. Diégues Júnior (1960, p. 218) afirma que:

Não é demais repetir o valor que representou para o povoador, - e isto, se de modo geral, no Brasil, muito mais, em particular, na Amazônia – a contribuição indígena no processo de ocupação humana. Foi ele guia, remeio, canoeiro, abridor de caminhos; proporcionou o beiju de mandioca para alimentação, desvendou os mistérios da floresta; facilitou a identificação das espécies de vegetais e animais, incorporadas, desde então, ao conhecimento do colonizador com os próprios nomes aborígenes; imprimiu a sua marca na toponímia regional, denominando acidentes geográficos e centros políticos; e, assim, tornou possível fosse o território desbravado e ocupado [...].

A influência cultural do indígena continua impregnada em todo território brasileiro. O léxico indígena, mais especificamente o da língua tupi, foi um fator determinante durante o processo de colonização do país. Sampaio (1987, p. 41) diz que:

A predileção do brasileiro pelos nomes indígenas na denominação dos lugares é hoje tão acentuada que a toponímia primitiva vai aos poucos se restaurando e às localidades novas dão-se de preferência nomes tirados da língua dos ameríndios tupis. [...] Há aqui um sentimento nacionalista, que se quer integrado e vívido, como que a dizer que a raça americana, vencida, nem tudo se perdeu e que sem no sangue dos descendentes, a dosagem diminui a se apagar, a memória dos primitivos íncolas perdurará com os nomes dos lugares onde a civilização ostenta os seus triunfos.

No tocante às línguas indígenas, predominam dois grandes troncos no Brasil, o Tupi e o Macro-Jê. Há outras famílias linguísticas, mas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para serem agrupados em troncos. Rodrigues (1994) classifica as línguas indígenas brasileiras conforme seguintes famílias e troncos:

Quadro I. Tronco Tupi.

| Língua | Estado |
|--|--------|
| Família Arikém Karitiána | RO |
| Família Jurúna Juruna (Yurúna) | MT |
| Família Mondé Aruá | RO |
| Cinta-Larga | MT, RO |
| Gavião (Ikörö, Digüt) | RO |
| Mekém | RO |
| Mondé (Sanamaikã, Salamã) | RO |
| Suruí (Paitér) | RO |
| Zoró | MT, TO |
| Família Mundurukú Kuruáya | PA |
| Mundurukú | PA, AM |

| | |
|--|--------|
| Família Ramaráma Arára (Urukú, Karo) | RO |
| Itogapúk (Ntogapíd) | RO |
| Família Tuparí Makuráp | RO |
| Tuparí | RO |
| Wayoró (Ajurú) | RO |
| Outras línguas Awetí | MT |
| Puruborá | RO |
| Mawé (Sateré) | PA, AM |

Fonte: Rodrigues (1994, p. 46) (adaptado).

Quadro II. Tronco Macro-Jê

| Língua | Estado |
|---|----------------|
| Família Boróro Boróro (Boróro Oriental, Orari) | MT |
| Umutína (Barbados) | MT |
| Família Botocudo Krenák, Nakrehé | MG, SP |
| Família Jê <i>Akwén (Akwe)</i> Xakriabá (Xikriabá) | MG |
| Xavánte (A'we) | MT |
| Xerénte (Akwe) | GO |
| Apinayé | GO |
| Kaiangáng (Coroado) | RS, SC, PR, SP |
| <i>Kayapó</i> Gorotíre | PA |
| Kararaô | PA |
| Kokraimôro | PA |
| Kubenkrangnotí | PA |
| Kubenkrankêgn | PA |
| Menkrangnotí | PA |
| Tapayúna (?) | PA |
| Txukahamãe (Mentuktíre) | MT |
| Xikrín (Xikri) | MT |
| Kren-Akarôre | PA |
| Suyá | MT |
| <i>Timbira</i> Canela Apâniekra | MT |
| Canela Rramkókamekra | MA |
| Gavião do Pará (Parakátete) | MA |
| Gavião do Maranhão (Pukobyé) | PA |
| Krahô | GO |
| Kreyé (Krenjé) | MA |
| Krikatí (Krinkati) | MA |
| Xakléng (Aweikoma) | SC |

| | |
|-------------------------------------|--------|
| Família Karajá Javaé | GO |
| Karajá | GO, MT |
| Xambioá | GO |
| Família Maxakali Maxacali | MG |
| Pataxó | BA |
| Pataxó Hãhãhãe | BA |
| Outras línguas Guató | MS |
| Ofayé (Ofayé-Xavante) | MS |
| Rikbaksá (Erikbaksá, Arikpaksá) | MT |
| Yatê (Fulniô, Karnijó) | PE |

Fonte: Rodrigues (1994, p. 56) (adaptado).

Quadro III. Línguas Isoladas

| Língua | Estado |
|--|--------|
| Aikaná (Aikanã, Huarí, Masaká, Tubarão, Kasupá, Mundé, Corumbiara) | RO |
| Arikapú | RO |
| Awakê | RR |
| Irántxe (Iránxe; Mynky, Münkü) | MT |
| Jubutí | RO |
| Kanoê (Kapixaná) | RO |
| Koaiá | RO |
| Máku | RR |
| Trumái | MT |
| Tukuná (Tikúna) | AM |

Fonte: Rodrigues (1994, p. 98) (adaptado).

Rodrigues (1994) considera que as línguas dos povos indígenas do Brasil se adequam às expressões individuais e sociais no meio físico e social em que tradicionalmente esses povos têm vivido. De acordo com Andrade e Bastiani (2012, p. 170):

Se considerarmos a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como “signos operacionais”. É através dos “nomes” que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de “cristalizar” conceitos. O patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que reflete percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época.

Muitos vocábulos do português, falados no Brasil, são de origem tupi: nomes de plantas, rios, animais etc. Os nomes de procedência tupi foram cristalizados no léxico, em nível de sistema, ao longo dos séculos, compondo o patrimônio lexical brasileiro. É possível afirmar que

as características físicas do ambiente são as principais vias de motivação para as nomeações. Dick (1990a, p. 39) relata que

O sistema léxico tupi, como reflexo de uma sociedade de economia mista, deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam o linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas.

Ribeiro (2001, p. 101), a respeito da herança lexical indígena, assinala que:

Decorridos são mais de quatro séculos desde que Cristovão Colombo de Pedro Álvares Cabral apontaram neste continente que habitantes, e, se lançamos um olhar retrospectivo sobre o que neste lapso de tempo foi realizado pela botânica e agronomia, no terreno da agricultura, e o comparamos com o que os europeus aqui encontraram, ficamos surpresos diante da realidade que nestes quatro séculos e trinta e seis anos (o livro é de 1937), pouco relativamente adicionou ao patrimônio de recursos vegetais para a alimentação do homem. As espécies selecionadas e aperfeiçoadas da flora americana, que o imigrado aqui encontrou nas roças dos aborígenes, não foram, desde então, multiplicadas especificamente e nem melhoradas substancialmente.” “Se hoje a ciência tem a pretensão, e até o dever, de ministrar ensinamentos de botânica e agricultura ao indígena, não se deve esquecer que naqueles primórdios os mestres foram estes e os alunos os advindos de além-mares. O imigrado aprendeu a botânica e a agricultura desta terra com o silvícola e ainda hoje, apesar das vicissitudes e contratemplos sobrevivendo a este, raramente consegue conhecer aquela melhor e praticar esta mais sabiamente do que ele o fazia naquela era.

Para Sampaio (1987), não há quem desconheça a predominância do tupi em nossas denominações geográficas: seja nas montanhas, rios, cidades, ou nos simples povoados. Nesse contexto, Dick (1990, p. 8) argumenta que:

Como dizia Theodoro Sampaio, o indígena fazia uso globalmente, de elementos descritivos do seu ambiente - - e, completamos, empregando a terminologia de Stewart, não apenas dos descritivos puros mas também dos descritivos associativos - porque portador de uma visão prática e objetiva.

Os estudos dos nomes de origem indígena não se limitaram apenas aos nomes de origem tupi. Levy Cardoso (1961, p. 89) realizou estudos de outras línguas indígenas:

O principal motivo de meu interesse pelos étimos não tupis da toponímia brasílica, sobretudo pelos seus étimos caribes, aruacos e borôros, foi o fato do quase absoluto desconhecimento, por parte de nossos estudiosos, dos dialetos brasílicos fora do grupo linguístico tupi-guarani.

Os nomes de lugares geralmente são motivados por alguma característica física ou humana, relativos ao lúdico ou ao simbólico do povo que habitou determinado lugar, e remetem as características destes lugares, sejam elas culturais, históricas, físicas, econômicas. Como afirma Sapir (1969), “há uma forte tendência em atribuir muitos elementos da cultura humana à influência do ambiente em que se acham situados os participantes dessa cultura”. Em virtude disso, os topônimos e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades corresponsáveis pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e ao mesmo tempo proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial.

Na sequência, discutiremos a importância dos viajantes naturalistas em relação à descrição dos nomes de lugares.

4. A literatura dos viajantes e a descrição dos nomes de lugares

O ano de 1808 é marcado na história brasileira como o ano da investigação científica nacional, isso se deu devido à chegada da corte portuguesa ao Brasil. Nesse mesmo ano, ocorreu a abertura dos portos e a modificação do estatuto colonial, que restringia viagens de estrangeiros ao país. Com essa mudança a presença de estrangeiros no país acentuou-se significativamente, e dentre os estrangeiros que visitaram o Brasil, podemos destacar os viajantes naturalistas, que tinham o objetivo revelar as riquezas, de registrar e coletar espécimes naturais e objetos. Grande parte da coleta era encaminhada aos museus e instituições europeias.

Inicia-se um ciclo de viagens e missões científicas, que, de um modo geral, eram integradas e organizadas por estrangeiros. A vinda dos viajantes naturalistas era motivada pela gama de recursos naturais intocáveis e preciosos dispostos no país, uma vez que o ambiente se diferenciava do da Europa, e isso se justifica pela visão totalmente etnocêntrica desses viajantes.

Neste período, iniciou-se no Brasil um processo de redescobrimto, a partir dos relatos, desenhos, coleções e classificações realizadas pelos viajantes, os quais intencionavam investigar e “desbravar” o outro, nesse caso, o interior do país com um toque de exoticalidade a partir de um olhar eurocêntrico. Os viajantes eram extremamente detalhistas na descrição dos

elementos presentes em cada lugar, buscavam relatá-los em sua totalidade. Possuíam uma visão totalmente etnocêntrica e mediam sistematicamente os aspectos físicos acerca de cada lugar visitado, além de estudar os hábitos das espécies vegetais que compunham as paisagens analisadas. O objetivo era transformar a natureza em ciência, considerando a história natural.

Eram em grande maioria geógrafos, botânicos, mineralogistas, geólogos e zoólogos. Podemos destacar: Von Martius, Auguste de Saint-Hilaire, João Emanuel Pohl, Henrique Koster, Frederico Guilherme Sieber, Jorge Freyreiss, George Gardner e Francis Castelnau, dentre muitos outros. Dentre esse grupo, destacamos quatro viajantes que percorreram a Província de Goiás no século XIX: Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Francis Castelnau.

Para Andrade (2010, p. 40):

Havia, por parte dos intelectuais desse tempo, um interesse em estudar e pesquisar países e culturas diferentes. A “moda” era analisar e descrever os países “descobertos”: investigar “o outro”. Conhecer, “ao vivo”, quem era esse outro que exerceu sobre os intelectuais europeus um desejo e fascínio, mesclados ao misticismo, ao exotismo e à cientificidade. Essa motivação pode ser considerada como a mola propulsora das atividades dos viajantes estrangeiros em terra brasileira. A visão de mundo do “eu” europeu deixava evidente sua dificuldade em vivenciar a diferença: considerava-se como o centro de tudo e de todos; os “outros” eram apreendidos e sentidos pelos valores e modelos da cultura europeia. O outro é aquele que não se identifica; é aquele cuja descoberta causa êxtase. É a própria diversidade do real que invoca o problema da alteridade: o fascínio da aventura, da tensão, do sofrimento. Os relatos dos viajantes na Província de Goiás são marcados por ideias etnocêntricas.

Os viajantes partiam do princípio de querer ver “com os próprios olhos”, descreviam e experienciavam as sensações acerca das pesquisas que realizavam, como investigar as espécies e objetos que buscavam e estudavam. Ver “com os próprios olhos” evidenciava a visão eurocêntrica dos viajantes, de modo que os trabalhos eram estabelecidos pelo olhar do viajante, em que atribuíam seus valores e princípios, com isso, tentavam estabelecer “verdades” a respeito do que presenciavam ao longo do território brasileiro. Andrade (2010, p. 41) argumenta, sobre essa visão etnocêntrica e deturpada do contexto da época, que:

O viajante, ao deixar seu país de origem, entra na condição de estrangeiro. O cotidiano, a cultura, a língua e o referencial de identidade implicam outra existência e realidade: o outro. A noção de tempo dos viajantes não é a mesma do outro. Seu tempo é o “tempo em viagem”, resguardado por uma visão eurocêntrica.

A visão eurocêntrica, típica da época, é determinada pelo fato de os viajantes naturalistas partirem para o “novo mundo” carregados de um conhecimento que lhes conferiam uma posição superior em relação aos habitantes desse novo território. Esse olhar eurocêntrico é estabelecido justamente pelos viajantes pressuporem que a natureza e os habitantes em estado selvagem do “novo mundo” necessitavam do espírito que movia o “Velho Mundo”, ou seja, as realizações históricas. Nesse sentido, os europeus consideravam-se superiores e em condições para dar o “refinamento cultural” aos povos do Brasil da época.

Toda iconografia empregada pelos viajantes no século XIX representa imagens próprias do cotidiano tropical nas quais os indígenas e a natureza possuíam papéis bem definidos.

Para os viajantes, as expedições eram empolgantes e as características do lugar dependiam da interação que os grupos locais tinham com o ambiente físico no decorrer do tempo. Como descreve o botânico Saint-Hilaire (1779 - 1853) sobre a vegetação nos trópicos: “nada aqui lembra a cansativa monotonia de nossas florestas de carvalhos e de pinheiros.” Após suas viagens realizadas entre 1816 e 1822, publica diversos volumes de *Voyages dans l'Intérieur du Brésil*.

Os viajantes retratavam suas impressões por meio de relatórios, anotações etc. As descrições das características específicas dos ambientes estudados pelos naturalistas possibilitavam uma visão realista e peculiar dos lugares e ambientes, trazendo valiosas contribuições em relação ao conhecimento das regiões e, conseqüentemente, para a história e cultura nacional.

O alemão Johann Emmanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico, esteve no Brasil entre 1817 e 1821. Seus relatos de viagem compõem uma grande fonte de pesquisa para estudiosos da história econômica social do Brasil. Pohl percorreu, por cerca de três anos, as capitâneas do Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, anotando cuidadosamente o que ouvia e o que via. Ele visitou diversas regiões brasileiras, catalogou aproximadamente quatro mil espécies de plantas, além de um grande material mineralógico.

A respeito da descrição toponímica, Pohl relata, em seus trabalhos, a intrínseca relação entre as características e os aspectos físicos dos lugares para motivação na nomeação dos topônimos.

Este Arraial deve o seu nome ao regato que aqui passa e ao qual se atribui a origem da febre que tanto assola esta povoação. O regato tem pouco mais de

2 metros de largura, costuma estar quente nas horas da manhã. Nasce, a meia légua de distância do lugar, num grande pântano, outrora considerado um lago. Nunca o foi, porém, segundo informação do Vigário de Traíras, que já morou aqui. Era um açude, formado por meio de um muro que depois ruiu, para obtenção de água necessária à movimentação das lavras de ouro. Considerava-se, antes, que a sua profundidade era insondável, que teria muitas cavernas e que o seu volume de água era sempre o mesmo. (POHL, 1976, p. 191)

O topônimo a que Pohl se refere é o Arraial de Água Quente, o viajante descreve o lugar com minuciosos detalhes: o lugar foi nomeado a partir das características físicas e peculiares que motivaram o processo de nomeação deste topônimo.

Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, francês, botânico, dedicou-se aos trabalhos de história Natural e esteve no Brasil entre 1816 a 1822. Possuía conhecimentos extensos em botânica, com trabalhos sobre fauna e flora francesa. O estrangeiro retratava em seus relatos características do ambiente que percorria, fez grandes considerações a respeito da fauna e flora brasileira. Reuniu um herbário de trinta mil espécimes, abrangendo sete mil espécies e percorreu as regiões Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seus trabalhos contribuíram nos aspectos econômicos culturais e políticos de modo geral.

Em relação à toponímia, o viajante explicita:

O General Raimundo José da Cunha Matos Frisou a necessidade de se conservar a nomenclatura já consagrada pelos habitantes do Brasil. Se cada viajante se achasse no direito de escrever como lhe aprouvesse os nomes das localidades e regiões por onde passasse, em breve reinaria na geografia uma confusão inextricável. Fiz, pois, todo o possível para não alterar em nada a nomenclatura geográfica, esforçando-me igualmente por dar a grafia correta de nomes de pessoas, plantas e animais. Existe uma infinidade de arraiais, fazendas e rios no Brasil cujos nomes – estou pronto a reconhecer – são escritos de várias maneiras diferentes, mesmo por pessoas instruídas. Sempre que isso ocorria eu só me aventurava a registrá-los depois de consultar as mais altas autoridades no assunto. Meus conhecimentos de etimologia também me foram bastante úteis, e além do mais decidi deixar-me guiar sempre pelos usos e pelo bom senso. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.15).

De acordo com a declaração do viajante, fazia-se necessário preservar a nomenclatura dos topônimos, e, para ele, a atenção dos viajantes quanto a esses fatores era imprescindível.

A paróquia da qual o Arraial de Santa Luzia era a sede contava (1819) com uma população de 3 a 4.000 habitantes, disseminados numa área de 50 léguas de comprimento por 30 em sua maior largura. Dessa paróquia dependem dois povoados: Santo Antonio dos Montes Claros, de que falei em breve, e Nossa

Senhora da Abadia, no Arraial de couros. O nome de Santa Luzia é dado a várias localidades do Brasil. Desnecessário é dizer que não se deve escrever San-Lucia, como fez o viajante francês (Suz., Souv., 273).(SAINT-HILAIRE, 1975, p. 25)

Essa era uma preocupação da maioria dos viajantes naturalistas, de modo atribuir maior veracidade em relação aos relatos dos nomes como identificado na passagem do relato de Saint-Hilaire.

George Gardner, botânico inglês, esteve no Brasil entre 1837 a 1841. O viajante reuniu preciosas informações sobre o *modus vivendi* do povo brasileiro, com características a respeito da geografia, história e cultura. Gardner percorreu as regiões de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Piauí, Maranhão, Goiás e Minas Gerais.

Assim como os demais viajantes, Gardner, em suas descrições, relata a variada toponímia brasileira, que em sua maioria era retratada a partir de aspectos como a fauna, flora e a hidrografia brasileira, que influenciaram diretamente para nomeação dos nomes de lugares. No relato a seguir, Gardner comenta sobre o topônimo proveniente de um fruto típico de uma das regiões que visitou, sendo que a abundância do fruto na região motivou o batismo deste nome de lugar:

Não devo deixar de mencionar que, em nossa jornada de Duro a Natividade encontramos grande abundância de um delicioso fruto silvestre, espécie de para exemplificar mangaba (*hancornia pubescens*, var. *Gardneri*, Alph, DC.), diferente da que cresce tão profusamente nas Províncias de Ceará e Pernambuco. O fruto tem duas vezes o tamanho do outro e é ainda mais saboroso. Encontramo-lo a primeira vez na Serra do Duro, onde lhe chamam mangaba do morro; mas é também abundante nas Chapadas, na planície em baixo, e, como o da outra espécie, só é bom comer quando bastante maduro para cair da árvore. (GARDNER, 1975, p. 155)

Os viajantes que percorreram o Brasil, em grandes expedições científicas, tiveram um papel importante no processo de construção da identidade e cultura nacionais, pois constituiu-se no país uma espécie de “império”, em relação a sua natureza. Desse modo, investigavam, desbravavam a natureza brasílica, diante destes aspectos, formaram-se, sobretudo, por meio de sua natureza e território. Com isso eram enfatizados os elementos formadores de cada lugar, tendo um papel importante na descrição da geografia nacional, exaltando como discutido nas sessões anteriores que a concepção de lugar e nome estão além

do simples sentido locacional ou de uma simples denominação, sendo empregados variados sentidos e possibilidades.

5. Considerações Finais

Nosso propósito neste artigo foi identificar o papel da cultura e identidade no processo de nomeação dos lugares. Para tanto, pautamo-nos nas contribuições teóricas da Geografia Cultural e Humanista. No entanto, ressaltamos que percebemos o estudo do topônimo como signo de língua. Portanto, é na Linguística, na Onomástica, por exemplo, que vamos encontrar o suporte teórico e metodológico para o seu estudo como signo de língua.

Nesse caso especial, as discussões baseadas na Geografia Cultural e Humanista tiveram como intenção discutir a ampliação conceptual de *lugar* como noção de sentimento de pertencimento, afetividade, mundo vivido e experienciado. Isso, obviamente, nos leva a refletir sobre o status que *lugar* ocupa no conceito de toponímia como estudo dos nomes de lugares.

Tuan fala em amor humano ou topofilia: “laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material (2012, p.135)”. Quando nos referimos a “sentimento de pertencimento e afetividade”, entendemos “pertencer” como fazer parte de alguma coisa, ter relação com, ter vínculo com, ser proveniente, próprio de; e “afeiçoar”, estima, apreço, consideração. O sentimento de pertencimento é o sentimento de ter vínculo, ligação, com um determinado lugar, grupo, história. E a afeição se vale do sentimento de apego por alguém ou algo, afeiçoamento, que também pode ser entendido como relação, conexão. Segundo Tuan (2012, p. 136), os pertences de uma pessoa são uma extensão de sua personalidade; ser privado deles é diminuir seu valor como ser humano, na sua própria existência.

A partir da discussão acerca da importância dos indígenas na descrição da geografia nacional, acreditamos que os povos indígenas influenciaram não só na formação toponímica, mas também na formação da cultura e memória nacional. Outro aspecto apresentado refere-se à importância da literatura dos viajantes no século XIX. Os viajantes estrangeiros contribuíram não apenas para produção científica do país, mas tiveram um papel importante no que concerne à descrição dos nomes de lugares. Por meio de relatos e descrições, os viajantes buscavam descrever os elementos que compunham os lugares. Suas narrativas possibilitaram identificar a realidade histórica, cultural e peculiar em relação à descrição dos nomes.

Desse modo, os nomes de lugares não estão à sombra ou desvinculados aos contextos sociais, políticos, históricos, geográfico, ambientais e culturais dos grupos, eles refletem e retratam a natureza das comunidades em sua totalidade.

Para finalizar, reconhecemos o nome de *lugar* como sendo um patrimônio linguístico e cultural, testemunho de uma comunidade. Materializado e corporificado, o nome é um produto e o reflexo social e cultural da cosmovisão de um grupo. Citando Fonseca (1997, p. 18), como referentes de uma realidade nomeada, objetos de uma cultura, os topônimos podem ser concebidos, de acordo como um centro político-social a partir do qual se organiza culturalmente um espaço geográfico, sendo a nomeação de entidades geográficas uma manifestação específica do poder organizador que um grupo exerce sobre a paisagem geográfica.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, K. dos S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: Atito. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

_____; BASTIANI, C. **Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás**: levantamento de topônimos indígenas. *ANTARES*, vol.4, nº8, p. 169-184, jul./dez. 2012.

BIDERMAN, M. T. C. As Ciências do Léxico. In: Ana Maria Pinto Pires de Oliveira; Aparecida Negri Isquendo. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, 2ª ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

_____. **Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP.1990a.

DIÉGUES, M. J. **Regiões Culturais do Brasil**. Vol 2. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais INEP. Ministério da Educação e Cultura, 1960.

FONSECA, G. S. **La gente pasa, los nombres quedan...** Introducción em la toponímia. Lengua e Sociedade: Lima, 1997.

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

GONCALVES, T. M. **Cidade e Poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. In: Educação em Ciências. Ijuí: Unijuí, 2007.

HOLZER, W. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista**: uma contribuição para a geografia contemporânea. *Geografia* -Ano V – n. 10, p.113-123, 2003.

MAIA, A. C.; ALVES, F. D. **Categorias e epistemologia: Reflexões teórico-metodológicas na ciência geográfica**. In: **V Encontro de Grupo de pesquisa Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais**, 25, 26, 27 de novembro de 2009. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.

MALINOWSKI, B. **Uma Teoria Científica da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MELLO, J. B. F. de. **A humanística perspectiva do espaço e do lugar**. *Revista ACTA Geográfica*, Ano V, n. 9, jan./jun. de 2011. p. 07-14.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

RODRIGUES, A. D.. **Línguas Brasileiras**: Para o conhecimento das línguas indígenas. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

TODOROV, T. **A conquista da América - a questão do outro**. Tradução: Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TUAN, Y.-F., **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

Artigo recebido em: 30.09.2015

Artigo aprovado em: 21.12.2015

A taxonomia científica versus nome popular em *Sobre algumas novas espécies de répteis e plantas brasileiras: memória de Giuseppe Raddi*¹
The scientific taxonomy versus popular name in *Some reptile species of new and brazilian plants: Giuseppe Raddi memory*

Benilde Socreppa Schultz*

RESUMO: A abertura dos portos nacionais às nações amigas, quando da vinda de Dom João, permitiu a entrada de viajantes naturalistas, que aqui aportaram decididos a pesquisar a flora e a fauna brasileiras. Missões científicas, organizadas por diversos países europeus, tinham finalidades não somente técnico-científicas, mas também utilitaristas e foram de grande proveito para avaliar a potencialidade ecológica e econômica do país. Os viajantes naturalistas, ao descreverem as plantas e animais, além de colaborar com a história natural, davam a sua contribuição lexical. Giuseppe Raddi é considerado o maior naturalista italiano a coletar e classificar espécimes das nossas florestas. Conjuntamente à nomeação científica, em muitos casos, o naturalista utilizava a denominação popular do espécime coletado, emprestando um item lexical português para a língua italiana. Expomos aqui o resultado das nossas pesquisas relacionadas aos neologismos presentes em um artigo de Raddi, intitulado *Di alcune specie nuove di Rettili e piante Brasiliane* (Sobre algumas novas espécies de répteis e plantas brasileiras), publicado no Jornal de Ciências de Modena, em 1820. Refletimos sobre a importância do seu trabalho sobre a fauna e flora cariocas e os empréstimos neológicos que acompanham as denominações científicas.

PALAVRAS-CHAVE: Viajantes naturalistas. Fauna e flora brasileira. Taxonomia e neologia.

ABSTRACT: The opening of Brazilian ports to friendly nations, on the arrival of King John VI, allowed the entry of naturalist travelers to Brazil. They were decided to investigate the Brazilian flora and fauna. Scientific missions, organized by several European countries, had purposes not only technical and scientific but also utilitarian. And were great benefit to evaluate the ecological and economic potential of the country. The traveling naturalists, in describing plants and animals, as well as collaborating with the Natural History, have given its lexical contribution. Giuseppe Raddi, is the largest Italian naturalist that collected and classified specimens of our forests. In the scientific appointment, in many cases, the Italian naturalist used the popular name of the item collected, lending a lexical item from Portuguese to Italian. We expose here, the result of our research on Raddi, published in an article in the Sciences Journal of Modena in 1820, *Di alcune specie nuove di Rettili e piante Brasiliane* (On some new species of reptiles and Brazilian plants). We reflect on the importance of its research on the Rio fauna and flora and neological loans accompanying scientific denominations.

KEYWORDS: Travelling naturalists. Brazilian fauna and flora. Taxonomy and neology.

¹ Este trabalho foi apresentado na forma de comunicação no I ICIEL (I Congresso Internacional de Estudos do Léxico) na UFBA, em 2011.

* Doutora, professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

1. Introdução

As primeiras descrições sobre a riqueza da fauna e flora do território brasileiro foram feitas por Pero Vaz de Caminha, na sua famosa carta a El rei Don Manoel de Portugal. Nela ficou registrada não somente a beleza, mas, sobretudo, a riqueza da nossa terra. A partir dessa carta, que se difundiu por toda a Europa, começa uma série de relatórios de viagens, escritos por escrivães das caravelas, por aventureiros e por pessoas comissionadas por mercantes, as quais viajavam para comerciar os produtos de além-mar. De todos os relatórios, cartas e diários de bordo escritos, os que mais impacto tiveram na Europa foram, sem dúvida, os que se referiam às Américas.

A partir da segunda metade do século XVIII o viajante é um naturalista interessado em conhecer e classificar novas variedades minerais, vegetais e animais, testemunhando o espírito iluminista do período. No caso dos naturalistas, o conhecimento é centrado nas academias de ciências, nos hortos botânicos e nos museus que armazenavam as coleções. Foram as descrições das riquezas naturais das Américas feitas por Darwin e Von Humboldt que deram, no âmbito europeu, um grande estímulo a essas expedições científicas. Seguiram-se muitos outros cronistas interessados em viajar pelo nosso país, à procura de plantas e animais raros, atraídos por conhecer as aplicações científicas da fauna e flora. Nesse contexto Domenico Vandelli, naturalista italiano, professor e diretor do Museu e Horto Botânico de Coimbra, testemunha a importância que a pesquisa científica, centrada nos museus, possuía: “Neste século he a Historia Natural, mais cultivada que nos passados, o que demonstrão as grandes, e interessantes descobertas e o avultado numero de Museos” (VANDELLI, 1788). Portugal, interessado na potencialidade do território brasileiro, procura fazer parte do seleto grupo de cientistas. Assim, a estreita ligação entre a Itália e Portugal no período pombalino permitiu que professores italianos fizessem parte dos meios acadêmicos lisboetas, participando da formação de cientistas portugueses e brasileiros na sua famosa Universidade de Coimbra.

A abertura dos portos nacionais às nações amigas, quando da vinda de Dom João, permitiu a entrada de viajantes naturalistas no Brasil, porém, desde os séculos XVII e, sobretudo no XVIII, em um “processo lento e progressivo”, foram-se coletando dados geográficos, históricos e naturalísticos sobre o Brasil, em incursões feitas pelos tripulantes dos navios que aqui aportavam para o reabastecimento (DOMINGUES, 2008, p.136-137). Missões científicas, organizadas por diversos países europeus, tinham finalidades não somente técnico-científicas,

mas também utilitaristas, foram de grande proveito para avaliar a potencialidade ecológica e econômica do país. A fascinação pelas coleções botânicas se intensificou com o crescente destaque que as publicações despertaram. Para Parrini (2008, p. 134) o “grande interesse suscitado naquele período, pelas viagens de exploração naturalística se deve, não somente ao estudo das ciências da natureza, natureza que é objeto de indagações e interrogações pelos cientistas de profissão e diletantes, mas também pela enorme difusão dos relatórios de viagens publicados nas principais revistas científico-literárias da época”².

No início do século XIX, missões naturalistas começaram a ser organizadas por estados ou sociedades científicas privadas. Particularmente no Brasil, registraram-se a vinda de vários cientistas e missões, algumas delas organizadas pelos governos dos respectivos países, tais como a Missão Francesa, a Missão Austríaca (Missão Artística Austro-Alemã), a Expedição Langsdorff; ou privadas, como a viagem pelo Brasil do príncipe alemão Maximilian Wied-Neuwied, de Guido Boggiani entre outras. As missões científicas, como o próprio nome diz, compreendiam cientistas, pintores, arquitetos, escultores e outras pessoas habilitadas nos mais diversos ofícios, todos estimulados pela acessibilidade proporcionada por Dom Joao VI.

Os naturalistas que acompanhavam as missões aventuravam-se em lugares inóspitos e desconhecidos, sujeitos às intempéries, realizando viagens de reconhecimento, inventariando a fauna e flora locais, averiguando a riqueza e a diversidade local, para dar a conhecer ao mundo uma nova realidade natural. Todas essas expedições deixaram documentos escritos, científicos ou pictóricos do Brasil oitocentista, configurando o registro de um país que esboçava os primeiros passos na superação de uma fase colonialista de dominação total. A libertação inicia-se ao poder expor às demais nações as suas riquezas, até o momento escondidas zelosamente pelo governo português.

Os estudos feitos sobre as expedições científicas realizadas no Brasil Imperial contêm uma lacuna: muito se escreveu a respeito de Johan Spix, Karl von Martius, Barão de Langsdorf, Saint Hilaire, Wied-Neuwied, mas pouco se sabe de um italiano que aqui veio, passou quase despercebido, apesar de ter o seu nome registrado em mais de quinhentas plantas brasileiras por ele descobertas e nomeadas: Giuseppe Raddi. Conhecemos as publicações de Raddi, nas pesquisas feitas para o mestrado (Schultz, 2007) e através da obra de Isenburg (1989)

² Todas as traduções do italiano ao longo deste trabalho são de nossa responsabilidade.

Viaggiatori Naturalisti italiani in Brasile. Os seus escritos nos chamaram a atenção, uma vez que ele registra o Rio de Janeiro e arredores de uma maneira peculiar, traçando um retrato fiel da cidade e seus arredores no período inicial do Brasil Imperial.

2. Giuseppe Raddi, o explorador da fauna e flora do Rio de Janeiro

Nascido em Florença, no ano de 1770, em uma família pobre, mas honesta e íntegra, demonstrou, desde cedo, um grande entusiasmo pelos estudos naturalísticos. Obrigado a trabalhar desde cedo, interessou-se pela ciência ao prestar serviços como ajudante de um farmacêutico. Autodidata e discípulo do renomado professor e botânico Ottaviano Targioni Tozzetti, usufruía, juntamente com o amigo Gaetano Savi, da rica biblioteca colocada à disposição pelo professor. Frequentemente Tozzetti os levava em incursões pela campanha toscana à procura de plantas, estimulando-os nas descobertas e seleção de plantas. Apresentado ao diretor do Jardim Botânico de Florença, em 1785 tornou-se seu assistente e, em 1795, foi nomeado guardião e consignatário do Museu de História Natural, da mesma cidade, trabalho que desenvolveu até a sua viagem ao Brasil. (SALVATICI, 1830, p. 304).

Conseguida a estabilidade financeira, o cientista pôde dedicar-se quase que exclusivamente às suas pesquisas de botânica, publicando os resultados das suas andanças pela Toscana e Lácio em revistas de sociedades científicas: pesquisas sobre os fungos (RADDI, 1807), sobre algumas espécies novas e raras de criptogramas (RADDI, 1808). Em 1817, tendo conhecimento da Missão Austríaca, pediu ao Grão-duque Ferdinando III para vir ao Brasil e aqui permaneceu por cerca oito meses. Ao retornar, em 1818, após desencontros com o diretor do museu, requereu a exoneração do cargo de curador e, com o salário mantido, dedicou-se quase que exclusivamente a catalogar as plantas recolhidas no Brasil. Em 1827, com o beneplácito do Grão-duque Leopoldo II, acompanhou, como naturalista, um grupo de cientistas toscanos junto à expedição científico-literária guiada por Jean-François Champolion ao Egito. No retorno, foi acometido por uma violenta infecção, vindo a falecer na ilha de Rodas, no dia 8 de setembro de 1829.

A rica coleção que trazia foi consignada ao Horto Botânico Pisano (*Herbarium Horti Pisani*), cujo diretor era o amigo Gaetano Savi (AMADEI, 2005; PARRINI, 2008). No elogio feito a ele após a sua morte, Salvatici (1830, p. 305) diz: “Reuniu abundante e esmeradas coleções, algumas das quais trocou com outras plantas exóticas, recebendo a

estima e afeição dos principais botânicos da Europa que o conheceram muito antes que se tornassem públicas as suas muitas obras”.

O período após o seu retorno do Brasil foi, segundo Parrini (2008, p. 217), o mais produtivo da sua carreira, pois teve a apreciação dos mais ilustres botânicos, não somente da Itália, mas de toda a Europa, trocando com eles uma grande correspondência e permutando as sementes e plantas que coletou no Brasil. As coleções de Raddi mantidas nos museus italianos despertam hoje a atenção de muitos pesquisadores, apesar de terem sido esquecidas por muito tempo.

3. O encanto com a Floresta Atlântica

Raddi embarcou para o Rio de Janeiro na comitiva que trazia a Imperatriz Leopoldina ao Brasil, no porto de Livorno, em 13 de agosto de 1817. Veio juntamente com a Missão Austríaca, grupo diversificado de pessoas que tinham o encargo de fazer pesquisas e estudos em território brasileiro, com o objetivo de colecionar espécies que seriam entregues a museus, jardins zoológicos e jardins imperiais austríacos. Acompanhavam a expedição vários cientistas de renome: o botânico Johann C. Mikan, o mineralogista e botânico Johann Emmanuel Pohl, o pintor Thomas Ender, os naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius, os dois últimos encarregados de enriquecer as coleções do Museu de História Natural de Munique. Raddi encontrava-se na nau São Sebastião enquanto a princesa viajava na fragata Augusta. Parte da Missão Austríaca tinha partido anteriormente na fragata Áustria, na qual viajavam Spix e Von Martius (PARRINI, 2008, p. 131-133).

Na viagem, o olhar de Raddi dirige-se para o oceano, escrutando os seus habitantes, observando a direção dos ventos, descrevendo as terras avistadas e visitadas, os vegetais e animais que vê. Na Ilha da Madeira, a frota fez uma parada e, ao invés de acompanhar as festividades oferecidas pela população à Arquiduquesa e futura Imperatriz do Brasil, Raddi visitou, mesmo que rapidamente, a ilha, descrevendo a sua constituição geológica, que era, segundo ele: “nada mais que o resultado de uma verdadeira erupção *lamacenta-vulcânica submarina*”; (RADDI, 1821. p. 261, grifo do autor). Descreveu as plantas alimentícias seus usos na alimentação: “Aqui se cultivam dois tipos de batatas, uma das quais é a nossa batata comum, mais conhecida com o nome de *batata da terra* (*Solanum tuberosum*, Lin.), a qual os alemães denominam também de *Kartofhel*, que equivale à trufa [...]” (op. cit. p. 264,

grifos do autor); examinou as plantações locais e os costumes e deu especial atenção ao cultivo da uva, descrevendo a origem, a poda, a vindima e a preparação do vinho. A respeito do seu conhecimento e experiência, Parrini (2008) escreve:

Raddi possuía um bom conhecimento dos fenômenos naturais, acumulado em base às experiências no campo e no laboratório, que se unia a um constante aperfeiçoamento na literatura especializada internacional. O mérito principal da vivacidade do seu relato é exatamente a notável capacidade divulgativa que o fazia escrever com uma linguagem simples e cativante, o gosto pela jardinagem, a floricultura, a agricultura e até a viticultura. (PARRINI, 2008, p. 146-147).

A chegada ao Rio de Janeiro deu-se no dia 5 de novembro de 1817. Participou das festividades em honra às núpcias de Dom Pedro e da Imperatriz Leopoldina, feitas em estilo europeu. Permaneceu pouco tempo no país, mas como ele diz ao iniciar o seu relato *Di alcune specie nuove di rettili e piante brasiliane. Memoria di Giuseppe Raddi* (Sobre algumas novas espécies de répteis e plantas brasileiras: memória de Giuseppe Raddi, doravante “Sobre algumas novas espécies”) o esforço foi recompensado, apesar de toda a fadiga. Foi “[...] não poupando dificuldades e perigos, não poupando fadigas, pude observar e recolher uma ampla série de objetos, que ao meu retorno à pátria foram depositados no Imperial e Real Museu da Capital, em Florença” (RADDI, 1820, p. 313).

Neste relato, Raddi delinea o mapa topográfico da então Província do Rio de Janeiro, segundo os dados que obteve do livro *Corografia Brasilica*, de Ayres de Casal: descreve e cita rios, montanhas, portos, rios, lagos, lagoas e cascatas. Nas descrições dos lugares que percorreu nada passa despercebido ao naturalista italiano, e é nesse ambiente luxuriante que vagueia, à procura de espécimes. Exprime o êxtase que lhe causaram as belezas do Rio de Janeiro, tão incríveis que nem a pena do escritor seria capaz de encerrá-las em suas páginas, nem o pincel do pintor poderia revelá-las na tela, tamanha era a exuberância sem limites da natureza carioca:

[...] e a respeito da qual não seria nada tudo aquilo que uma eloquente pena poderia dizer, e tudo aquilo que a imaginação poderia inspirar a um habilíssimo Pintor, para a primeira explicar e a segunda delinear as belezas e amenidades, como também a riqueza e variedade das coisas que a natureza, sem limites, prodigou, em confronto com aquilo que pessoalmente se sente, e se observa com os olhos. (RADDI, 1820, p. 313-314).

A cidade de Rio de Janeiro é descrita com precisão de detalhes, a partir do seu olhar fotográfico, misturando descrições dos lugares e paisagens à sua dimensão perceptiva, como se o leitor os visualizasse em uma pintura de Debret:

S. Sebastião, Sebastianópolis, mais conhecida ainda pelo nome de Rio-Janeiro, é umas das cidades mais consideráveis, mais populosas, ricas e comerciáveis cidades das Américas, [...] Está situada em uma planície, a maior parte da qual antigamente era mar, ao longo de uma série de colinas e montanhas de várias alturas [...] Amena também, variada e pitoresca é a situação de toda a cidade, em particular do lado do mar, não existe nada que se iguale ao olhar despreparado, os pitorescos quadros que de todos os lados se apresentam. (RADDI, 1820, p. 322-325)

Perambulando objetivamente por esses lugares, recolheu cerca de “4000 plantas, 2.300 insetos, 340 tipos de sementes, diversos peixes, répteis e aves, coisas que não somente faltam ao Museu, mas muitas delas eram desconhecidas para Ciência configurando-se como aquilo que os naturalistas chamam de descobertas.” (PARRINI, 2008, p. 204). As suas coleções, principalmente aquelas que se encontram no Museu de Pisa, são objeto de estudos taxonômicos e nomenclatórios, pois cerca de 500 levam o seu nome e estão relacionadas no artigo apresentado por Amadei (2005).

4. A taxonomia científica versus nome popular

Dar um nome significa oferecer ao objeto propriedades, pois o nomear encerra em si uma série de informações sobre sua forma, qualidades, aparência, isto é, proporcionar-lhe uma existência real. No caso das plantas e dos animais, apenas ao pronunciar o seu nome, subjetivamente temos a capacidade de distinguir se é uma planta comestível ou venenosa, se é um animal domesticado ou selvagem etc. Contudo, nem todos os seres vivos possuem um nome comum, sendo conhecido apenas por aquele da sua espécie, como por exemplo, as samambaias, que são centenas, mas de poucas sabemos o nome (portuguesa, chifre de veado, cabelo de anjo) ou dos fungos (shitake, champignon, cogumelo do sol), pouco conhecidos pelo nome científico, apenas por um nome genérico. Além disso, o nome pode variar de país a país ou mesmo dentro de um mesmo país (diatópicas), especificando as variedades regionais, isso sem contar as mudanças decorrentes do tempo (diacrônicas). No caso dos seres vivos, a imprecisão decorrente dessas variações, impede de dispor de maneira exata a identidade dos organismos que são objetos de pesquisa. Lineu, atento à

necessidade de organizar o mundo natural unitariamente, de modo que todos os estudiosos do mundo pudessem dispor de convenções que individualizassem as características de cada ser vivente, animal ou vegetal, estabeleceu um sistema que facilitou a classificação sem margens de erros.

Foi viajando pela pouco conhecida Lapônia que o sueco Carolus Linnaeus ou Carlos Lineu (1707-1778), como é conhecido entre nós, inventariou pela primeira vez os espécimes dessa região, sistematizando as espécies vivas do nosso mundo natural na sua obra *Systemae Naturae* (Sistema da Natureza), publicado pela primeira vez em 1753. O estudo das plantas e dos animais era puramente incidental e se perpetuava, sem muitas alterações, desde o tratado *Historia Plantarum* do grego Teofrasto, considerado o pai da botânica. Quase dois milênios após, Lineu, vivendo em um período em que cientistas e naturalistas começavam a perambular pelo mundo à procura de exemplares exóticos, compreendeu a importância de identificar e organizar as espécies dentro de um sistema único e não empírico. O cientista estabeleceu a espécie como base da classificação e a nomenclatura binominal para a espécie; formulou em cinco grupos taxonômicos: reino, classe, ordem, gênero e espécie. Propôs nessa classificação o uso de palavras latinas, pois sendo o latim uma língua morta, haveria uma nomenclatura única para todas as línguas, e evitaria equívocos que poderiam ser danosos à ciência. Somente na décima edição de Sistema da Natureza, que Lineu, segundo Ronan, apresenta as suas concepções de classificação binominal como:

[...] um nome para o gênero ou característica comum, o outro a espécie. (Assim, à família do cão é dado o nome genérico *Canis*; o lobo – *Canis lupus* – é uma espécie desse gênero, e o cão doméstico – *Canis familiaris* – é outra). Para os animais ele também deu um nome comum, quando apropriado. Isso não era só biologicamente correto, mas também muito útil, tanto que esse sistema é utilizado ainda hoje. (RONAN, 2001, p. 151).

Com o aperfeiçoamento da sua teoria, o naturalista sueco deu a conhecer ao mundo um sistema de classificação que permanece inalterado, salvo poucas modificações, até os nossos dias. Naturalmente os estudos de Lineu foram aprimorados, mas a relevância dos seus estudos constitui-se o fundamento da ciência biológica moderna. A taxonomia binominal de Lineu favoreceu os estudos sobre a fauna e a flora e estimularam cientistas a conhecer e classificar novos espécimes.

5. Empréstimos neológicos e nome popular

Raddi, como cientista, rapidamente acolheu o sistema binominal de Lineu para a descrição das plantas e animais coletados nas suas explorações. É interessante notar que ele, dentro da sua concepção de cientista, entendia que, pela não existência de um nome italiano de determinada planta, podia-se recorrer, para melhor especificação e compreensão, à denominação popular. O artigo “Sobre algumas espécies”, apesar do seu caráter científico, exemplifica a sua colaboração no enriquecimento do texto com as palavras emprestadas do português.

É corrente que o patrimônio lexical de uma língua se expande através da criação de novas palavras, valendo-se de elementos que a língua já possui ou com a aquisição de palavras advindas de outras línguas, os empréstimos. A inclusão de novas palavras de um sistema a outro caracteriza a neologia por empréstimo, isto é, “a introdução no interior de um determinado sistema, de segmentos linguísticos de uma estrutura fonológica, sintática e semântica conforme a um outro sistema” (GUILBERT, 1975, p. 90).

Para Alves (1990, p. 73), a unidade lexical neológica pode denominar novas realidades e novos conceitos, como pode também contribuir para dar um efeito estilístico ou uma cor local ao que está sendo veiculado. Carvalho (1984, p. 9) assegura que “a necessidade de nomear as novas criações faz com que contribuam não só para a linguagem técnica ou científica, mas para a linguagem geral, pois ambas, ciência e técnica, participam do nosso cotidiano.” Alguns dos nomes populares que acompanham a taxonomia binominal de Raddi foram introduzidos no léxico italiano e tiveram um percurso de aceitação, decorrente de seu uso na comunidade receptora, como por exemplo: maracujá (*maracuja*), abacaxi (*ananas*), cajueiro (*acagiù*) etc. (SCHULTZ, 2007). Outras palavras entram na categoria de empréstimos neológicos, palavras que nem sempre são anexadas ao sistema linguístico, e que possuem um processo negativo de aceitação. Na fase decorrente entre a introdução e aceitação do empréstimo, este passa por diversas fases, ocorrendo vários processos de adaptação até a total integração (Alves, 1990; Carvalho, 1984). No presente caso, os neologismos utilizados pelo autor não foram dicionarizados, permanecendo apenas nas páginas do seu artigo, portanto os denominamos como empréstimos neológicos.

Nos escritos de Raddi nota-se a transcrição de uma unidade lexical semelhante, que imita o modelo morfossintático da língua fonte, porém baseado na correspondência da língua receptora, confirmando que ao se emprestar “mais que procurar na própria língua um

equivalente a um termo de outra língua difícil de encontrar, utiliza-se diretamente essa palavra, adaptando-a à própria pronúncia” (CALVET, 2002, p. 39). Observamos que Raddi, talvez pelo fato de ser um cientista, transcreve as palavras do português com atenta exatidão: em *mandioca* acrescenta a consoante ‘c’. Os dígrafos são comuns na língua italiana, e a repetição ocorre na transcrição de outros neologismos: *cocco ordinario*, *frutto a pane* e *atta di Pernambuco*. No empréstimo *Acacia dell’Indostan*, adapta a preposição ‘de’ ao italiano *dell’*. Com o empréstimo *Mindumbim d’Angola* ocorre algo interessante: mindubi é uma palavra do português corrente no século XIX, datada no Houaiss (2009) em 1817 e hoje em desuso. Raddi deve tê-la ouvido e a transcreveu quase que corretamente. Verificamos, desse modo, que

o empréstimo não deixa de ser uma imitação de um modelo estrangeiro, contudo a mimese jamais consegue ser igual ao original, mesmo sendo muito fiel a ele. Como, por exemplo, no empréstimo *spaghetti*, que vemos em muitas embalagens de macarrão e em muitas receitas ou menus de restaurantes: podemos manter a grafia original italiana, mas, ao pronunciar-la, acrescentamos um e- que não está presente na fonética do italiano, em um metaplasmo por aglutinação (SCHULTZ, 2014, p. 52).

Em sua maioria, as plantas da Floresta Atlântica possuíam nomes autóctones, derivantes da língua brasílica e, por serem desconhecidos, era natural que Raddi devesse explicitá-los da forma que ouvia e colocá-los ao lado do nome científico, para que houvesse um referencial linguístico e descritivo que permitisse ‘visualizar’ o objeto examinado. O fato de os estrangeiros não conhecerem o nome da grande maioria das plantas é explicitado em Prestes quando afirma:

Essas floras continham rotineiramente uma descrição física e uma história geral da vegetação da região estudada, seguidas de uma lista de plantas encontradas. A descrição das espécies continha o nome, as características específicas, a sinonímia, elementos descritivos que permitissem a identificação, as variedades, as localidades, as habitações e os usos a que serviam. [...] No entanto, essas informações só tinham uma importância secundária para as classificações, pois não eram consideradas entre os caracteres que permitiam classificar um dado vegetal; eram, contudo, indispensáveis, sob o ponto de vista prático. Elas apareciam entre os dados levantados por conferirem um auxílio extraordinário à identificação. (PRESTES, 2000, p. 62)

Raddi, mesmo antes de vir ao Brasil, em conversas com o amigo compreendeu a necessidade cada vez mais premente de se utilizar o nome vulgar em correspondência à

nomenclatura latina criada por Lineu. Para Parrini, a contribuição de Raddi foi muito importante, pois o naturalista demonstrava “[...] uma particular atenção frente a exata correspondência dos nomes científicos botânicos com aqueles vernáculos, com os quais as plantas eram normalmente conhecidas pelos habitantes do lugar” (PARRINI, 2008, p. 147). Essa preocupação em registrar o nome popular juntamente com a taxonomia binominal está presente em todos os artigos que escreveu a respeito e ao nome acrescentava explicações sobre a sua utilização:

O *Quiabo* o *Quibombó* (*Hibiscus esculentus* Lin.) se cultiva igualmente em toda a província, e em abundância, sendo que os seus frutos ainda verdes, cozidos com a carne formam um excelente caldo, criando muita mucilagem, e em consequência são muito nutritivos. Entre as plantas culinárias que se cultivam nos arredores do Rio-Janeiro merecem também menção particular o *Cho-cho* (*Sechium edule* Sw.), o *Maxixe* (*Cucumis Anguria* Lin.) e *Cará* (*Dioscorea bulbifera* Lin.). (RADDI, 1820, p. 332-333, grifos do autor).

Além de descrever a fauna e a flora brasileiras, imprime características da fala regional, do nome como a planta ou animal são conhecidos, caracterizando fortemente o modo como o nome comum era utilizado, se era “distinguido pelos habitantes do lugar” ou “que os portugueses o distinguem com o nome de” ou “sob o nome de”, como no seguinte exemplo: “*Jararaca guaçu*, que significa grande serpente, é o nome com o qual é chamada pelos Negros de Rio-Janeiro este Réptil.” (RADDI, 1820, p.334).

No decorrer desta pesquisa fizemos um levantamento das ocorrências dos nomes comuns que se encontram no corpo do artigo de Raddi, sem, contudo, ocorrer a descrição dessas plantas, apenas a citação, caracterizando, portanto, como empréstimos neológicos. Para melhor entender como os apresenta elaboramos o quadro 1, que contém os seguintes dados: nome comum citado por Raddi (coluna 1); a nomenclatura binominal, quando registrada por Raddi (coluna 2); o nome atual em português (coluna 3); a respectiva tradução em italiano, quando houver (coluna 4); e por último o número da página no qual se encontra a ocorrência (coluna 5). Alguns dos nomes científicos classificados por Raddi no artigo “Sobre algumas novas espécies” foram posteriormente modificados, em função de novas classificações, portanto os que registramos aqui podem ter a nomenclatura binominal anterior àquela que existe atualmente.

Quadro 1.

| OCORRÊNCIAS DA FLORA | | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|----------------------|-----------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Nome comum registrado por Raddi | Nomenclatura binominal ³ | Nome atual em português | Tradução em italiano | Página |
| Acácia dell'Indostan | <i>Mimosa speciosa</i> | Albizia/língua de sogra | albizzia | 332 |
| Atta di Pernambuco | <i>Annona reticulata</i> Lin. | condessa | - | 332 |
| Cará | <i>Dioscorea bulbifera</i> Lin. | cará | - | 333 |
| Cho-cho | <i>Sechium edule</i> Sw. | chuchu | chayote ⁴ | 333 |
| Cocco ordinario | <i>Cocos nucifera</i> | coco-da-bahia | cocco | 332 |
| Fructo de Conde | <i>Annona squamosa</i> Lin. | Ata/pinha/fruta do conde | anona | 332 |
| Frutto a pane | <i>Artocarpus incisa</i> | fruta-pão | - | 317/332 |
| Grumixameira | - | grumixameira | - | 332 |
| Jabuticabeira | - | jabuticabeira | - | 332 |
| jaqueira | <i>Artocarpus integrifolia</i> | jaqueira | jack ⁵ | 332 |
| Laranjas selectas | - | laranja-seleta | - | 332 |
| mandioca | <i>Jatropha Manihot</i> Lin. | mandioca | manioca | 332 |
| Mangueira | <i>Mangifera indica</i> Lin. | mangueira | mango | 332 |
| maxixe | <i>Cucumis anguria</i> Lin. | maxixe | - | 333 |
| milho | <i>Zea majs</i> Lin. | milho | maiz | 332 |
| Mindumbim d'Angola | <i>Glycine subterrânea</i> Lin. | amendoim | arachide | 332 |
| Quiabo o Quimgombó | <i>Hibiscus esculentus</i> Lin. | quiabo/quibombó | gombo | 332 |
| Tangerinas | - | tangerina | mandarin o | 332 |
| Tatagyba | <i>Morus tinctoria</i> Lin. | tatajiba | - | 331 |
| TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA FLORA | | | | 19 |

Fonte: RADDI, 1820, p. 317-333.

Outras descrições de plantas encontram-se nas páginas 343 a 347, contudo não vêm acompanhadas do nome popular, motivo pelo qual não as relacionamos, apenas expomos os nomes científicos e entre parêntesis o local onde Raddi as encontrou, sendo ambos

³ A Nomenclatura binominal é transcrita da obra de Raddi (1820).

⁴ Verificando em sites da internet o nome científico, notamos que, para essa planta, o nome popular em italiano é *melanzana spinosa* (berinjela espinhosa) enquanto no dicionário Zingarelli (2005) consta *chayote*.

⁵ Nome dado à fruta, não à planta.

transcritos como se encontram no texto: *Catharinea pseudo-polytrichum* (montanha da Serra do Frade); *Spiloma roseum* (arredores do Rio de Janeiro); *Opegrapha cylindrica* (Bosque da Mandioca, em troncos de árvores); *Opegrapha chrysocarpa* (em árvores); *Graphis marginata* (montanha chamada Corco-secco); *Cenomyce verticillaris* (em diversas montanhas do Rio de Janeiro); *Anthoceros brasiliensis* (vizinhanças da Serra do Frade); *Lansdorffia pseudo-cocos* (montes circunvizinhos ao Rio de Janeiro); *Collema azureum*; *Collema bullatum* (montes circunvizinhos ao Rio de Janeiro) (RADDI, 1820, p. 343-347).

Raddi desenhou pranchas de muitas plantas que coletou (fig. 1 e 2), nas quais as espécies são retratadas a partir de seus detalhes morfológicos:

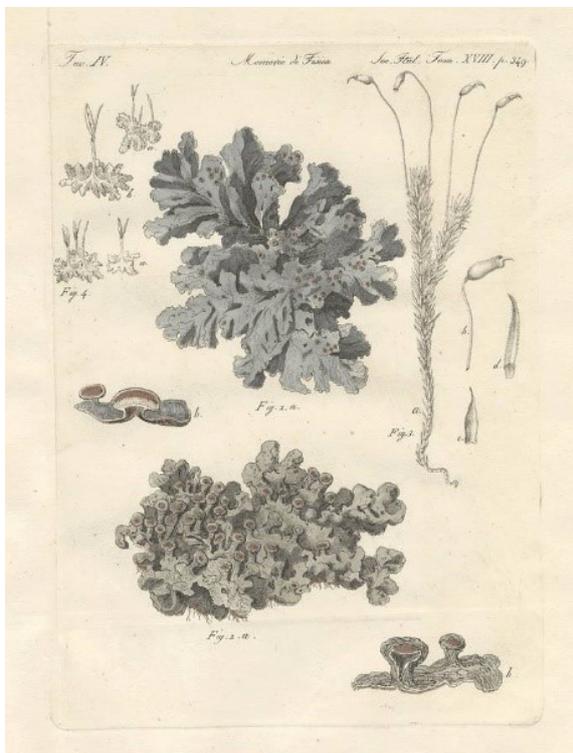


Figura 1.

Fonte: (RADDI, 1829, p. 172).

Legenda: Prancha 1

Tav. IV

fig. 1 - *Collema azureum* Ach.

fig. 2 - *Collema bullatum* Ach

fig. 3 - *Catharinea pseudo polytrichum*

fig. 4 - *Antoceros brasiliensis*

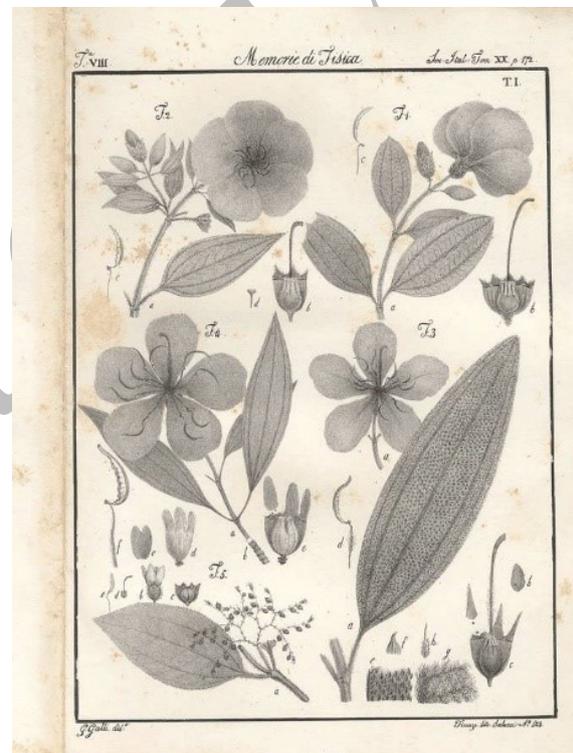


Figura 2.

Fonte: (RADDI, 1829, p. 172).

Legenda: Prancha 2

Tav. II

fig. 1 - *Rhexia corymbosa*

fig. 2 - *Melastoma strangulata*

fig. 3 - *Leandra punicea*

fig. 4 - *Rhexia sebastianopolitana*

Segundo Amadei, ao voltar à Itália, começou a catalogar a coleção de samambaias (Pteridophytas) trazida do Brasil. Em 1819 descreveu 149 espécies novas, e mais tarde, em 1825, ilustrou 148 espécies e 9 táxons. Essas amostras que se encontram no Herbário de Pisa, ficaram ali abandonadas, até 1987, quando um especialista em pteridófitas, Rodolfo Pichi Sermolli, resolveu retomar os estudos a respeito do trabalho do cientista italiano. A coleção raddiana em Pisa compreende 315 exemplares, onde 97 são designados como tipos: 64 são holótipos⁶ e 33 lectótipos⁷ (AMADEI, 2005, p. 168-169). Ilustramos a seguir o holótipo de uma samambaia que leva o nome de Raddi (fig. 3), e outra amostra coletada por ele (fig. 4), que se encontram no Herbário de Pisa:



Figura 3.

Fonte: AMADEI, 2005, p. 169.

Legenda: Holótipo 1 da *Anemia mandiocana* Raddi (Herbário, Museu Botânico de Pisa).



Figura 4.

Fonte: disponível em:

<http://www.museiateneo.unipi.it/archivio/n11/secondpag.html>. Acesso em 16. jun.2012.

Legenda:

Exemplar da *Doryopteris collina* (Raddi) JSm.

⁶ Exemplar único, designado ou indicado como espécime-tipo de um táxon nominal do grupo da espécie, por ocasião da publicação original.

⁷ Um, dentre cada exemplar de uma série-tipo, designado como o espécime-tipo de um táxon nominal do grupo da espécie. Essa designação é feita somente quando o autor original não designou um holótipo.

Na relação dos répteis brasileiros inclui informações em latim e em italiano sobre a morfologia do animal, a coloração, o habitat de modo objetivo e imparcial como compete a uma produção científica:

COLUBER viridis [...] suntus albidus, dorso subcarinato, squamis laevis, oculis magnis; caduda acuta, circa 3/8, scutis abdominalis 163. [...] Ela é comuníssima nas vizinhanças do Rio-Janeiro, aonde daqueles habitantes vem distinguido com os nomes de *Cobra de cipó*, e *Cobra verde*. Ela se parece muito com a precedente⁸, não tanto pela sua forma geral, quanto mais pela sua bela cor verde que aparece em toda a parte superior do seu corpo, isto é da extremidade da cabeça até cauda; (RADDI, 1820, p. 335-336, grifos do autor).

No quadro a seguir elencamos os répteis descritos por Raddi, obedecendo aos mesmos critérios do quadro 1, modificando a coluna 3, na qual transcrevemos o local onde foi encontrado o espécime e a coluna quatro excluimos o nome atual em português, colocando a página, pois em se tratando da tradução do nome do réptil em italiano e do nome comum atual em português demandariam pesquisas na área da herpetologia, assunto que não dominamos, por esse motivo nos eximimos de colocar estas duas colunas.

Quadro 2.

| 1 | 2 | 3 | 4 |
|--|----------------------------|-------------------------------|-----------|
| Nome comum | Nomenclatura binominal | Local da ocorrência | Página |
| Jararaca guaçu | <i>Coluber bifossatus</i> | Montanha Tijuca | 333/334 |
| Cobra caninana | <i>Coluber Caninana</i> | Arredores do Rio de Janeiro | 334/335 |
| Cobra de cipó e Cobra verde | <i>Coluber viridis</i> | - | 335/336 |
| Cobra de coral | <i>Coluber corallinus</i> | Vizinhanças do Rio de Janeiro | 336/337 |
| Cobra de coral | <i>Coluber pulcher</i> | idem | 337/338 |
| Cobra d'Água | <i>Coluber M-nigrum</i> | Arredores do Rio de Janeiro | 338/339 |
| Jararaca mirí d'água | <i>Coluber punctulatus</i> | idem | 340/341 |
| Cobra pequena | <i>Coluber 5-lineatus</i> | idem | 339/340 |
| Cobra de vidro | <i>Seps fragilis</i> | Lugares paludosos | 341/342 |
| TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE RÉPTEIS | | | 09 |

Fonte: RADDI, 1820, p. 333-342.

⁸ A serpente descrita anteriormente.

Outros répteis são citados no artigo, contudo ele não faz a descrição, apenas diz que já foram classificados. Citando Raddi:

Entre as espécies não novas de Répteis Brasileiros trazidos por mim, mas que se acham descritos por Daudin na sua História Natural dos Répteis, constam os seguintes, que em parte daremos junto com os acima nominados; esses são: Coluber miliaris; _____ braminus; Vipera lanceolata; Amphysbaena fuliginosa; Tupinambis monitor; Agama marmorata; Anolis bullaris; Gecko tuberculatus; Bufo humeralis; _____ margaritifer; _____ scaber?; _____ cornutus; Hyla bicolor; _____ lateralis. (RADDI, 1820, p. 342).

Desenhou pranchas de alguns desses répteis que se encontram inseridas entre as páginas 334 e 335 da edição que utilizamos para este artigo, contudo não indica o nome do réptil. Acrescenta, porém, a seguinte nota no fim da relação: “As imagens dos acima descritos Répteis as daremos em uma Memória sucessiva, juntamente àquelas de algumas outras novas espécies de Saurios e Batráquios” (Raddi, 1820, p. 342).

Como apontamos anteriormente, Raddi, ao retornar, teve desentendimentos com a direção do Museu, e deixou uma nota de desacordo pela nomenclatura fornecida erradamente aos répteis brasileiros. Manifestou também o seu desencanto com o que estava acontecendo ao material por ele colhido:

Os répteis registrados e descritos na primeira dessas duas Memórias contidas nos presentes fascículos, foram por mim trazidos do Brasil para o Museu Real de Florença, onde, além do que, estão expostos à vista pública sob denominações que a eles não servem. Sendo eu funcionário do mesmo Museu, poderia surpreender os Doutos a não correspondência das descrições dadas na dita memória, e os nomes fixados abaixo dos respectivos objetos; convém, portanto que seja dito que aquelas denominações não é obra minha. (RADDI, 1820, p. 382).

Apesar desse protesto, Raddi deixa na mesma Memória o valor que, para ele, a fauna e flora possuíam: “O estudo da natureza é ameníssimo, mas difícil; e exige que se aplique profundamente quem quer conhecer seus resultados.” (RADDI, 1820, p.382). A paixão demonstrada pela ciência revela parte do encanto que sentiu ao coletar e descrever os espécimes coletados na Floresta Atlântica circunstante à cidade do Rio de Janeiro.

6. Considerações finais

Ao longo deste trabalho apresentamos o cientista italiano e o seu interesse em pesquisar a flora e fauna brasileiras. Verificamos que, diferentemente dos viajantes anteriores, o viajante do século XIX é um cientista que vinha aqui à procura de novas espécies para dar a conhecer ao mundo. Raddi, como ele próprio afirma, veio ao Brasil para “[...] colher produtos de vários gêneros, e enriquecer a história natural com as suas observações e [...] percorrer aquelas ricas, boas e férteis terras, as quais oferecem ao filósofo observador o mais vasto campo de doudas pesquisas. (RADDI, 1821, p. 259).

Confirmamos com Prestes (2000) que o nome comum nos relatos científicos tem um objetivo mais prático do que teórico, pois conferem um auxílio à identificação, mas acreditamos que juntos, nome comum e taxonomia científica, ajudam no entendimento que o autor quer dar ao seu relato. Verificamos na memória “Em sobre algumas novas espécies” que quase todos os animais e plantas descritos pelo autor vêm acompanhados de ambos os nomes, científico e popular, introduzindo com este último, vários empréstimos neológicos na língua italiana. Apesar de não terem sido dicionarizados, permanecem ali registrados.

Referências bibliográficas

ALVES, I. M. **Neologismo. Criação lexical.** São Paulo: Ática, 1990.

_____. Empréstimos nas línguas de especialidade: algumas considerações. **Ciência da Informação.** Brasília, v. 24, n. 3, p. 319-321, 1995.

AMADEI, L. *et al.* Herbarium Horti Pisani. I tipi delle specie di Giuseppe Raddi. In: **Atti Soc. tosc. Sci. nat.**, Mem., Serie B, 112, , p. 167-173, 2005. Disponível em: www.stsn.it/serB112/04%20Amadei-Baldini.pdf. Acesso em 02 jun. 2012.

CALVET, L.-J.. **Sociolinguística uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola, 2002.

CARVALHO, N. **O que é neologismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DOMINGUES, Â. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. **Revista Brasileira de História**, n. 55, v. 28, p.133-152, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso 25. out. 2010.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale.** Paris: Librairie Larousse, 1975.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

ISENBURG, T. **Viaggiatori naturalisti italiani in Brasile nell'ottocento**. Milano: Franco Angeli Libri, 1989.

PARRINI, D. **Le attività di un dimenticato "Ornamento d'Italia"**. Giuseppe Raddi: il naturalista, il conservatore, il viaggiatore. Tese apresentada ao Doutorado de Pesquisa in Storia della Scienza, da Università degli Studi di Pisa, 2008. Disponível em: <http://etd.adm.unipi.it/theses/available/etd-02252008-102628/#>. Acesso em 25 maio 2012.

PRESTES, M. E. B. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume e Fapesp, 2000.

RADDI, G. Delle specie nuove di funghi trovate nei contorni di Firenze, e non registrate nel *Systema Naturae* di Linneo. In: **Memorie di matematica e fisica della Società italiana delle scienze**. Modena: Società Tipografica, tomo XIII, p. 345-363, 1807.

_____. Di alcune specie nuove e rare di piante crittogame ritrovate nei contorni di Firenze. In: **Atti dell'Accademia delle Scienze di Siena detta de' Fisiocritici**. Siena: appresso Bonetti, nella Stamperia del Pubblico, tomo IX, p. 230-240, 1808.

_____. Di alcune specie di rettili e piante brasiliane. Memoria di Giuseppe Raddi. In: **Memorie di matematica e di fisica della società italiana delle scienze**. Modena: Presso la Società Tipografica, tomo XVIII, p. 313-349, 1820.

_____. Breve osservazione sull'isola di Madera fatta nel tragitto da Livorno a Rio de Janeiro. In: **Antologia**. Giornale di scienze, lettere e arti. Firenze: Tipografia di Luigi Pezzati, p. 259-275, 1821.

_____. Melastome Brasiliane. In: **Memorie di matematica e di fisica della società italiana delle scienze**. Modena: Presso la Società Tipografica, tomo XX, p. 111-172, 1829.

RONAN, C. A. **História ilustrada da ciência**. Da renascença à revolução científica, vol. III. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001, 4 v.

SALVATICI, F. T. Elogio dell'Accademico Giuseppe Raddi, letto dal segretario degli atti. In: **Atti dell'I. e R. Accademia economico-agraria de' Georgofili**. Firenze: nella tipografia di Luigi Pezzati, v. VII, p. 304-309, 1830.

SCHULTZ, B. S. **Brasileirismos e portuguesismos incorporados ao léxico da língua italiana: análise de campos léxico-conceptuais**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **O conhecimento de mundos desconhecidos: palavras e coisas do português na literatura dos viajantes italianos**. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VANDELLI, D. **Diccionario dos termos technicos de historia natural**: extraídos das obras de Linnéo, [...]. E a memória sobre a utilidade dos jardins botanicos. Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788.

ZINGARELLI, N. **Lo Zingarelli**. Vocabolario della lingua italiana. Bologna: Zanichelli, 2005. CD-ROM.

Artigo recebido em: 30.09.2015

Artigo aprovado em: 22.12.2015

Revista GTLex

Terminologia do Turismo: inovação lexical e codificação lexicográfica no campo das atividades de aventura

Ivanir Azevedo Delvizio*

Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves**

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise das unidades terminológicas que designam as atividades relacionadas ao turismo de aventura, observando novos termos usados nesse domínio e seu registro em obras lexicográficas e terminográficas. O levantamento dos termos foi realizado com base em um *corpus* composto por cerca de 50 textos sobre Turismo de Aventura, englobando documentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), manuais do Ministério do Turismo e da Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) e textos acadêmicos. O programa de análise lexical usado para armazenamento e processamento dos textos foi o *WordSmith Tools*. Para verificação da codificação, foram utilizados três dicionários de língua geral e seis dicionários da área de turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Turismo; Atividades de Aventura.

ABSTRACT: The aim of this work is to present an analysis of terminological units that designate activities related to adventure tourism, observing new terms used in this area and their registration in specialized and general language dictionaries. The selection of terms was based on a corpus consisted of about 50 texts related to Adventure Tourism, comprising Standards Brazilian Association (ABNT) documents, guidelines of Brazilian Tourism Department and Brazilian Association of Adventure Tourism and Ecotourism Companies (ABETA) and academic works. The lexical analysis software WordSmith Tools was used to store and process texts. In order to check the registration, three general language dictionaries and six dictionaries specialized in Tourism were used.

KEYWORDS: Lexicon. Tourism. Adventure Activities.

1. Delimitação do domínio e objeto de estudo

Segundo a definição da Organização Mundial do Turismo (2001, p. 38), o turismo compreende “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Essas atividades mobilizam, de forma coordenada e complexa, diferentes setores da economia, tais como: transportes, agências de viagens, meios de hospedagem, serviços de alimentação, eventos, instalações para atividades diversas, lazer e entretenimento e

* Doutora em Análise Linguística, Câmpus de Rosana, Universidade Estadual Paulista – UNESP.

** Doutora em Análise Linguística, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás – Catalão.

outros serviços receptivos (IGNARRA, 2003). Um estudo amplo sobre o léxico do Turismo, portanto, envolveria todos esses setores, podendo cada um deles constituir um campo nocional a ser explorado. Como consequência dessa complexidade de subcampos contemplados pelo Turismo, tem-se, nesse domínio, um léxico extremamente rico (ARAGÓN COBO; EURRUTIA CAVERO; PLANELLES IBÁNEZ, 2007, p. 235).

Além de envolver diversos setores, também há que se destacar o processo de especialização pelo qual o Turismo vem passando. Como forma de organizá-lo para fins de planejamento e gestão, foram sendo estabelecidos os segmentos turísticos. Embora existam outros, o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006) destaca alguns principais: turismo cultural, turismo rural, turismo náutico, turismo de negócios e eventos, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de saúde, turismo de sol e praia, turismo de pesca, turismo de esporte, ecoturismo e turismo de aventura.

Diante desse cenário amplo e heterogêneo, há pesquisas e obras que contemplam vários subcampos do turismo, em que são selecionados os termos fundamentais ou mais frequentes de cada um deles, e há aquelas que tratam especificamente de certos subcampos ou segmentos. Este trabalho, especificamente, teve como objeto de estudo os termos que designam as atividades esportivas e recreativas relacionadas ao turismo de aventura.

O turismo de aventura pode ser definido como:

[...] o segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e **esporte recreacional**, em **ambientes naturais** e espaços urbanos [...], que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao **patrimônio ambiental** e sócio-cultural. (BRASIL, 2005, p. 9, grifo nosso).

Na definição anterior, podemos perceber, por meio das expressões em destaque, que o turismo de aventura estabelece pontos de contato importantes com as áreas ambiental e esportiva. Ao definir esse segmento, por conseguinte, é oportuno distingui-lo de alguns outros com os quais pode estar relacionado, a saber: turismo de esportes, ecoturismo, turismo de sol e praia e turismo rural.

Em relação ao turismo de esportes, a diferença repousa no fato de que as atividades esportivas praticadas no âmbito do turismo de aventura são de caráter recreativo e não competitivo, ao passo que o turismo de esportes envolve atividades esportivas de competição, institucionalizadas e regulamentadas, podendo compreender tanto a prática quanto a observação.

No que concerne à sua interface com o ecoturismo, Buckley e Uvinha (2011, p. 3) explicam que o Turismo de Aventura “está intimamente relacionado com o turismo na natureza, confundindo-se com ele em algumas ocasiões. Contudo, os produtos de turismo na natureza enfocam a observação, enquanto os de turismo de aventura, a ação”. Para complementar, também podemos dizer que o ecoturismo é sempre desenvolvido em contato com a natureza, buscando incentivar sua conservação e promover ações de educação ambiental. Já o turismo de aventura pode ser realizado tanto em áreas urbanas quanto em áreas naturais, como praias e zonas rurais, também podendo estar interligado aos segmentos denominados turismo de sol e praia e turismo rural.

Em relação a este último, vale observar que, enquanto no Turismo de Aventura o turista tem como objetivo a realização das atividades, no Turismo Rural, ele é motivado pela fuga do meio urbano em busca de tradição, cultura e do modo de viver do campo (BRASIL, 2010b, p. 65).

Essas distinções, no entanto, são apenas conceituais, pois, na prática, os segmentos podem estar conjugados, e as atividades esportivas e recreativas podem ser exploradas por segmentos diversos de acordo com o enfoque que se deseja dar.

Segundo Estornell Pons (2013, p. 36), o acervo lexical que compreende tais atividades “é constituído e ampliado à medida que vão surgindo diferentes atividades físico-esportivas e de lazer que vão sendo incorporadas ao setor de turismo”. Conforme sua observação, uma parte desse acervo “são palavras que estão assentadas na língua comum e codificadas lexicograficamente, já que nomeiam esportes e atividades físicas praticadas [...] há muito tempo” (ESTORNELL PONS, 2013, p. 36). Outra parte desse acervo refere-se a palavras que nomeiam atividades de criação recente. Além disso, conforme complementam Betrán e Betrán (1995, p. 109), além de novas práticas, surgem constantemente variantes das atividades já existentes e, por conseguinte, novos termos para nomeá-las. Dessa forma, “o vocabulário desse âmbito se encontra em constante mudança e crescimento em consonância com a ampliação do repertório de atividades oferecidas no setor do turismo” (ESTORNELL PONS, 2013, p. 53).

Neste artigo, pretende-se analisar os termos que designam as atividades esportivas e recreativas desenvolvidas no turismo de aventura no que se refere à inovação lexical nesse domínio, tendo como um dos parâmetros norteadores a verificação de seu registro em dicionários de língua geral e especializados, buscando oferecer um panorama geral desse conjunto terminológico. Para isso, o artigo foi organizado nas seguintes partes: considerações

acerca do alcance designativo do termo *atividades de aventura*; apresentação das propostas de classificação das atividades de aventura; metodologia de seleção do conjunto lexical a ser analisado; resultados da verificação do registro das unidades selecionadas em obras lexicográficas e terminográficas, análise dos dados e considerações finais¹.

2. Atividades de aventura: alcance designativo

O turismo de aventura é um segmento recente e, como tal, ainda apresenta algumas questões conceituais indefinidas. Figueiredo (2012, p. 65) faz uma revisão sobre as diferentes terminologias adotadas nos estudos sobre as atividades de aventura, analisando artigos de diferentes autores: “de acordo com a análise desses artigos, nota-se uma diversidade de termos nos quais os autores se pautam para se referenciar às atividades de aventura [...], não havendo uma conceituação consolidada”.

As atividades inseridas no conjunto lexical estudado em nossa pesquisa, portanto, podem receber diferentes denominações de estudiosos de diversas áreas, tais como: *atividades na natureza*, *atividade físicas na natureza*, *atividade físicas de aventura na natureza* (AFAN), *esportes radicais*, *esportes de aventura* e *atividades de aventura* (BETRÁN; BETRÁN, 1995; MOREIRA; SCHWARTZ, 2010; ROMARIZ; GUIMARÃES; MARINHO, 2011; UVINHA, 2001; MARINHO, 2004; CARDOSO; SILVA; FELIPE, 2006; TAHARA; CARNICELLI FILHO; SCHWARTZ, 2006; GOMES; ISAYAMA citados por FIGUEIREDO, 2012).

Conforme relata Figueiredo (2012, p. 65), “alguns estudos, até mesmo, buscam subsidiar a preferência por um termo específico, enquanto outros os utilizam como sinônimos”. No que se refere às terminologias adotadas para as atividades de aventura, embora praticamente todos os estudos analisados pela autora tenham feito uso do termo *atividades físicas de aventura na natureza* (AFAN), sugerido inicialmente por Betrán e Betrán (1995), há discussões na literatura que questionam sua utilização de modo generalizado.

Marinho (2004a, p. 4 apud FIGUEIREDO, 2012, p. 65-66), por exemplo, considera que o adjetivo *físicas* soa como um pleonasma quando associado às atividades, sugerindo, assim, a utilização do termo *atividades na natureza*. Entretanto, a terminologia que privilegia o uso da palavra *natureza*, como, por exemplo, *atividades de aventura na natureza* ou, simplesmente,

¹ Os dados analisados neste artigo foram obtidos de pesquisa financiada pela FAPESP, que tem como objetivo a elaboração de um glossário de turismo.

atividades na natureza, por sua vez, deixa de abranger as atividades realizadas no meio urbano ou em locais com estruturas artificiais. Considerando-se que essas atividades não são, necessariamente, desenvolvidas apenas em ambientes naturais, esses termos são questionáveis.

A ABNT (2007, p. 1), na NBR 15500, que trata da terminologia do turismo de aventura, traz o termo *atividades de turismo de aventura*, definindo-o como: “atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos”, dando ênfase à sua oferta como produto turístico por meio da inserção da palavra *turismo* para compor a designação.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 40), por sua vez, define o termo *atividades de aventura* como sendo:

[...] as experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafio, riscos avaliados, controláveis e assumidos que podem proporcionar sensações diversas: liberdade; prazer; superação, etc. —a depender da expectativa e experiência de cada pessoa e do nível de dificuldade da cada atividade.

No caso dos termos *atividades de turismo de aventura*, *atividades de aventura* ou *esportes de aventura*, a expressão *aventura* (do latim *adventura*, o que há por vir) implica a ideia de desafio e risco, nem sempre presente em algumas atividades ou presente em graus variados. Já em relação ao termo *esportes de aventura*, voltáremos à questão do fator competição vinculado à palavra *esporte*.

Questão terminológica semelhante é discutida no trabalho de Estornell Pons (2013), que trabalha com o espanhol europeu. A autora assinala a diferença entre as expressões *turismo activo* e *turismo de aventura* na Espanha. Segundo a autora:

A denominação *turismo activo* possui um maior alcance designativo, principalmente nos textos de caráter promocional ou comercial, já que inclui atividades consideradas «de aventura» e algumas outras que não contêm esse traço, mas que são atividades esportivas, lúdicas ou de lazer e meio ambiente que não envolvem o perigo ou a emoção característicos das atividades de aventura propriamente ditas, e que, além disso, são praticadas em recintos e lugares a princípio não próprios ao turismo. Tal é o caso de atividades como golfe, arco e flecha, tiro ao prato, pesca, fotografia, observação de aves, observação astronômica, observação de fauna e flora, observação de baleias, passeios em muars, visitas a haras, visitas a criações de gado, oficinas de

natureza, gincana, *combat*, *laser*, *paintball* ou pebolim. (ESTORNELL PONS, 2013, p. 35-36, tradução nossa)²

Segundo Estornell Pons (2013, p. 35), “a denominação *turismo activo* possui um maior alcance designativo”, abrangendo, além das atividades de aventura, que pressupõem perigo e emoção, atividades esportivas, lúdicas e de lazer praticadas em diferentes ambientes. Na literatura brasileira, foram encontrados os termos *turismo de atividade* (SWARBROOKE; HORNER, 2002) e *turismo ativo*, sendo este último definido como “turismo alternativo ao tradicional, cuja maior motivação recai no exercício de algum tipo de interatividade com o entorno, seja físico ou de caráter lúdico” (LOHMANN; PANOSSO NETO, 2012, p. 176). Entretanto, esses termos parecem não ter um uso tão difundido no Brasil quanto *turismo activo* tem na Espanha.

Citamos, por último, o posicionamento adotado por Moreira (2010, p. 116; 600), que, ao organizar a árvore de domínio³ do turismo em português europeu, propõe um campo genérico intitulado *atividades desportivas e recreativas*⁴, no qual insere atividades de diferentes naturezas desenvolvidas no turismo. Essa proposta pareceu-nos a mais adequada pensando-se na futura organização de uma árvore do domínio do turismo. Sendo assim, denominaremos o campo em estudo de *atividades esportivas e recreativas* com o intuito de nele contemplar uma gama maior de atividades praticadas no âmbito do turismo, sejam elas realizadas em espaços naturais ou construídos, rurais ou urbanos, fechados ou ao ar livre; oferecidas para fins turísticos, esportivos ou recreativos e que possam envolver ação e ou observação.

3. Classificação das atividades de aventura

Com o intuito de compreendermos e organizarmos os termos do campo das atividades de aventura, alguns modelos de classificação foram examinados.

² Tiro ao prato ou tiro esportivo “é um esporte praticado individualmente ou por equipe que tem por objetivo atingir alvos que podem ser fixos, em movimento e ao voo, por projéteis disparados por armas de fogo e ar comprimido” (TUBINO; TUBINO; GARRIDO, 2007, p. 315).

³ Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 134), “uma árvore de domínio é um diagrama hierárquico composto por termos-chave de uma especialidade, semelhante a um organograma” e serve “como uma organização possível para uma especialidade ou uma ciência, de modo que o pesquisador possa, baseado nele, compreender algumas de suas hierarquias básicas e também situar um recorte do reconhecimento terminológico para seu dicionário”.

⁴ Com relação ao caso tratado, Moreira (2010, p. 116; 600) estabelece a seguinte hierarquia: Turismo › B. Oferta turística › B.1 Atracções turísticas › B.1.4 Actividades desportivas e recreativas.

Dentre eles, destacamos a proposta de classificação taxonômica das atividades físicas de aventura na natureza de Betrán e Betrán (1995, 116-117), que parte de uma seleção de critérios englobados em diferentes dimensões: dimensão física (água, ar e terra; plano horizontal ou vertical; meio estável ou instável); dimensão pessoal (hedonismo/menos esforço ou ascetismo/mais esforço; sensação de prazer/relaxamento ou de risco/vertigem); recursos biotecnológicos (artefato motorizado, artefato mecânico/tecnológico, suporte animal ou o próprio corpo); dimensão ético-ambiental (alto, médio ou baixo impacto ecológico) e dimensão social (prática individual, coletiva com colaboração ou coletiva sem colaboração). Os autores também citam critérios como o grau de deslizamento e de competitividade. Nessa classificação, a atividade de *cicloturismo*, por exemplo, poderia ser classificada como: terrestre, horizontal, estável, hedonista, de prazer e relaxamento, com uso de artefato mecânico/tecnológico, de baixo impacto ecológico e de prática coletiva sem colaboração.

Funollet (1995, p. 127-129) também apresenta uma proposta de classificação dos esportes de aventura na natureza, ordenando-as em oito grupos: trajetória (bidimensional ou tridimensional); plano (vertical ou horizontal); elemento (estável: terra, rocha, neve e gelo ou instável: água e ar); contato (direto ou indireto); deslocamento (caminhando, rodando, deslizando, cavalgando, nadando, flutuando, escalando, fazendo rapel, mergulhando ou voando); energia (autogerada ou gerada - animal, ambiente, gravidade, hidráulica, eólica, solar ou motor); ação (individual, imbricada ou em equipe) e ecossistema (pelágico, fluvial, lacustre, rupestre, cavernícola, florestal, arbustivo, campestre, agrícola, deserto árido, deserto frio, alta montanha, urbanizado e outros).

Não obstante a existência dessas classificações mais complexas, observamos, principalmente, nos textos que compõem o nosso *corpus*, que as atividades de aventura costumam ser classificadas em três grupos, utilizando-se os elementos da natureza: água, ar e terra. A respeito desse tipo de classificação, cabe observar que, em alguns casos, a atividade pode envolver mais de um elemento, podendo ser denominada *mista* (que neste trabalho indicamos por meio de um asterisco). Alguns autores adotam essa última categoria para tais atividades, enquanto outros as inserem em uma das outras categorias (água, ar ou terra), de acordo com o elemento predominante ou algum outro critério que estabeleça. Uma atividade como o *bungee jump*, por exemplo, envolve os elementos ar e terra. Em casos como esse, costuma-se adotar como critério a existência ou não de um ponto de contato com a terra. Na atividade citada, o participante salta e se desloca verticalmente no ar, mas se mantém conectado

a um ponto fixo no solo por meio de uma corda elástica. De acordo com esse critério, essa atividade seria classificada como terrestre.

Para os fins deste estudo, foi adotada inicialmente a classificação tripartite em água, ar e terra, também utilizada nas publicações do Ministério do Turismo, à qual foi acrescentado posteriormente o elemento neve. No caso de uma mesma atividade envolver ou poder envolver mais de um elemento, foram considerados os seguintes critérios: atividade terrestre, quando mantém um ponto de contato com a terra durante sua prática; atividade aquática, quando, não havendo ponto fixo terrestre, mantém um ponto de contato com a água; atividade aérea, quando não mantém ponto de contato com a terra e nem com a água. As atividades que combinavam duas ou mais atividades de elementos diferentes foram classificadas como combinadas. Além disso, também foi acrescentado, provisoriamente, um campo para as atividades de observação, por contemplarem tanto ambientes terrestres quanto aquáticos.

4. Composição do *corpus*, seleção e sistematização dos termos

Os termos que analisaremos foram extraídos de um *Corpus* de Turismo de Aventura em Português (CTAP) composto por cerca de 50 textos (782.447 *tokens* e 38.665 *types*)⁵, em formato digital, que versam sobre o Turismo de Aventura, incluindo normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), manuais e guias do Ministério do Turismo e da Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) e trabalhos acadêmicos. Também foram utilizados dicionários de língua geral e especializados na área de esportes e turismo. Vale destacar que dispomos de dois *corpora* comparáveis em Inglês e Espanhol especializados em Turismo de Aventura (CTAI e CTAE), aos quais recorreremos durante a análise. As obras que compõem o CTAP foram convertidas para o formato somente texto (.txt) e armazenadas no programa de análise lexical *WordSmith Tools*. Essa ferramenta “fornece, a partir de textos pré-selecionados, concordâncias para a palavra de busca, clusters (agrupamentos frequentes), listas das palavras mais frequentes num texto, bem como palavras-chave de um texto” (TAGNIN, 2002, p. 204). Com a ferramenta *Wordlist*, criamos uma lista das palavras contidas nos textos. O software também permite a criação de linhas de concordância (*Concordance*), que oferece a visualização de todas as linhas nas quais um determinado termo ocorre, permitindo a visualização dos cotextos e identificação de termos complexos ou

⁵ *Tokens* refere-se ao “número de itens (ou ocorrências)”, e *types*, ao “número de formas (ou vocábulos)” (BERBER SARDINHA, 1999, p. 6).

sintagmáticos, ou seja, “unidades terminológicas constituídas de diversos lexemas” (BARROS, 2004, p. 101).

| N | Concordance |
|----|---|
| 12 | cicloturismo, escalada, rapel, observação da vida silvestre, turismo |
| 13 | 0 3 0 6 7 1 2 5 13 32 0 0 0 0 1 9 150 Observação da Vida Silvestre 247 224 |
| 14 | 3.17 Observação da Vida Silvestre . |
| 15 | são: bugue e mergulho, com 70%; observação da vida selvagem, passeios |
| 16 | percurso tem como principal objetivo a observação da natureza. O praticante |
| 17 | possível fazer caminhada, canoagem e observação da vida silvestre. O Destino |
| 18 | % CAVALGADA 24% 45% 68% 85% OBSERVAÇÃO DA VIDA SELVAGEM |
| 19 | ou a consequência do dano, a observação das condições Sistema de |
| 20 | Turismo de Aventura: caminhada com observação de 2 - O local de saída, |
| 21 | ATIVIDADES: Caminhada, Tirolesa e Observação de Vida Silvestre. |
| 22 | oferece passeios especializados em observação de aves, turismo histórico |
| 23 | é realizado por meio das trilhas e observação de espécies nos parques |
| 24 | de observação, cujas subdivisões são: observação de aves (birdwatching ou |
| 25 | caminhadas; ou ainda atividades de observação de vida silvestre ou |
| 26 | atividades diversas, como a observação de pássaros, trilhas, |

Figura 1. Linhas de concordância com a palavra *observação*.

Ao se clicar em uma linha de concordância, pode-se visualizar o contexto em que o termo ocorre. Com base em uma análise global da lista de palavras, linhas de concordância e contextos, os termos que designam atividades esportivas e recreativas foram selecionados e, posteriormente, organizados em um sistema conceitual. Vale destacar que os termos polissêmicos foram inseridos no sistema com uma indicação numérica diferente (1 e 2) para cada acepção.

1. atividades esportivas e recreativas

1.1 atividades na água

1.1.1 boia-cross, acqua-ride, acqua ride

1.1.2 body-board, bodyboard, bodyboarding

1.1.3 bodysurfe, bodysurf

1.1.4 canoagem

1.1.4.1 caiaque oceânico, canoagem oceânica, seakayak

1.1.4.2 caiaque surfe, surf kayak

1.1.4.3 caiaque turístico, kayaktouring

1.1.4.4 duck, caiaque inflável

1.1.4.5 rafting

1.1.4.5.1 rafting em águas brancas

1.1.5 esqui aquático, esqui¹

1.1.6 hidrospeed

1.1.7 jet ski, jet-ski

1.1.8 kitesurfe

1.1.9 mergulho

1.1.9.1 mergulho autônomo, mergulho autônomo recreativo, mergulho recreativo,

mergulho autônomo turístico

- 1.1.9.2 mergulho em caverna
- 1.1.9.3 mergulho livre
- 1.1.9.4 mergulho noturno

- 1.1.10 remo
- 1.1.11 snorkeling, flutuação
- 1.1.12 stand up [paddle], [SUP]
- 1.1.13 surfe, surf
- 1.1.14 vela
- 1.1.15 wakeboard
- 1.1.16 windsurfe, prancha a vela

1.2 atividades no ar

- 1.2.1 balonismo
- 1.2.2 base jump
- 1.2.3 paraquedismo
- 1.2.4 salto duplo
- 1.2.5 skydive
- 1.2.6 skysurfe, sky surf, skysurfing
- 1.2.7 ultraleve
- 1.2.8 voo livre¹
 - 1.2.8.1 asa-delta, asa delta, voo livre²
 - 1.2.8.2 parapente, paraglider, paragliding

1.3 atividades na terra

- 1.3.1 arco e flecha, arco-e-flecha
- 1.3.2 arborismo*, arborismo
- 1.3.3 bungee jump*, bunguee jumping, high jump
- 1.3.4 cachoeirismo*, cascading
- 1.3.5 caminhada¹
 - 1.3.5.1 caminhada², hiking
 - 1.3.5.2 trekking, caminhada de longo curso, travessia
- 1.3.6 canionismo*, canyoning
- 1.3.7 ciclismo
- 1.3.8 cicloturismo
- 1.3.9 corrida de orientação, orientação
- 1.3.10 escalada
 - 1.3.10.1 big wall, escalada em big wall
 - 1.3.10.2 boulder, escalada de bloco, bouldering, escalada em bloco
 - 1.3.10.3 escalada artificial
 - 1.3.10.4 escalada em rocha
 - 1.3.10.5 escalada esportiva
 - 1.3.10.6 muro artificial
- 1.3.11 espeleoturismo*, caving, cavernismo
 - 1.3.11.1 espeleoturismo vertical
- 1.3.12 le parkour, [PK]
- 1.3.13 montanhismo, alpinismo¹
 - 1.3.12.1 alpinismo²
- 1.3.14 mountain bike, mountain biking
- 1.3.15 paintball
- 1.3.16 quadriciclo
- 1.3.17 rapel, rappel
- 1.3.18 sandboard, surfe de areia
- 1.3.19 skate, skateboarding, skateboard, esqueite
- 1.3.20 tirolesa*
- 1.3.21 turismo equestre, cavalgada
- 1.3.22 turismo fora de estrada, turismo fora-de-estrada, fora de estrada, off-road
- 1.3.23 via ferrata

1.4 atividades na neve

- 1.4.1 esqui²

1.4.2 snowboard

1.5 atividades combinadas

1.5.1 corrida de aventura

1.6 atividades de observação

1.6.1 observação da vida silvestre, observação de vida silvestre, observação da vida selvagem, observação de fauna e flora.

1.6.2 observação de aves; observação de pássaros

1.6.3 observação de baleias

5. Codificação lexicográfica e terminográfica

Para verificar a codificação lexicográfica das unidades selecionadas, consultamos três obras de língua geral e seis obras relacionadas à área do turismo, mencionadas abaixo. Essa verificação é apresentada logo adiante.

1. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.
2. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
3. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
4. FERREIRA, Fernando Luiz Vieira. *Dicionário Brasileiro de Turismo*. Rio de Janeiro: Colorama, 1975.
5. PELLEGRINI FILHO, Américo. *Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo*. São Paulo: Manole, 2000.
6. FERRI, Cássia; RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. *Turismo: Visão e Ação (Glossário)*, ano 2, n. 4, p. 9-30, fev. 2000.
7. VIEIRA, Elenara Vieira de; CÂNDIDO, Índio. *Glossário Técnico Gastronômico, hoteleiro e turístico*. 2.ed. Caxias do Sul: Educs, 2003.
8. BRAGA, Robério. *Dicionário de Turismo*. São Paulo: Uniletras, 2003.
9. GARCIA, Maura Xavier. *Vocabulário para turismo: português-inglês*. São Paulo: SBS, 2004.

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|-----------------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| boia-cross | - | - | - | - | x | - | x | - | - |
| acqua-ride, acqua ride | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| alpinismo ^{1,2} | x | - | x | x | x | x | - | x | x |
| arco e flecha, arco-e-flecha | x | - | x | - | - | - | - | - | x |
| arvorismo, arborismo | - | - | x | - | - | - | - | - | - |
| asa-delta, asa delta | x | x | x | - | x | - | x | - | - |
| balonismo | x | x | x | - | x | x | x | - | x |
| base jump | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| big wall, escalada em big wall | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| body-board, bodyboard, bodyboarding | - | - | X | - | - | - | - | - | - |
| bodysurfe, bodysurf | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| boulder, escalada de bloco, bouldering, escalada em bloco | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| bungee jump, bungee jumping, high jump | - | - | X- | - | X | - | X | - | - |
| cachoeirismo, cascading | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| caiaque surfe, surf kayak | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| caiaque turístico, kayaktouring | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| caminhada ^{1,2} | X | X | X | - | X | - | X | - | X |
| canionismo, canyoning | - | - | - | - | X | X | X | - | - |
| canoagem | X | X | X | - | X | - | X | - | - |
| caiaque oceânico, canoagem oceânica, seakayak | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ciclismo | X | X | X | - | X | - | - | - | - |
| cicloturismo | - | - | - | - | - | X | - | - | - |
| corrida de aventura | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| corrida de orientação, orientação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| duck, caiaque inflável | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| escalada | X | - | X | X | - | X | - | X | - |
| escalada artificial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| escalada em rocha | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| escalada esportiva | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| espeleoturismo, caving, cavernismo | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| espeleoturismo vertical | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| esqui ^{1,2} | X | - | X | - | - | - | - | - | - |
| esqui aquático | - | X | X | X | - | - | - | X | X |
| hidrospeed | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| hiking | - | - | - | - | X | X | X | - | X |
| jet ski, jet-ski | - | - | X | - | - | - | - | - | - |
| kitesurfe | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| le parkour [PK] | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| mergulho | X | X | X | - | X | X | X | - | X |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| mergulho autônomo, | - | - | - | - | - | X | X | - | - |

| | | | | | | | | | |
|------------------------------|---|----|---|----|---|---|---|----|---|
| m.autônomo | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| recreativo, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| mergulho recreativo, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| m. autônomo turístico | | | | | | | | | |
| mergulho em caverna | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| mergulho livre | - | - | - | - | - | - | X | - | - |
| mergulho noturno | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| montanhismo | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| mountain bike, | - | X | X | - | X | - | X | - | - |
| mountain biking | - | - | - | - | X | - | - | - | - |
| muro artificial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| obs. da vida silvestre, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| obs. de vida silvestre, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| obs. da vida selvagem, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| obs. de fauna e flora | - | - | - | - | - | X | - | - | - |
| obs. de aves, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| obs. de pássaros | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| obs. de baleias | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| paintball | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| parapente, | X | X | X | - | - | X | X | - | - |
| paraglider, | - | - | - | - | - | X | - | - | - |
| paragliding | - | - | - | - | - | - | X | - | - |
| paraquedismo | X | X | X | - | X | X | - | - | X |
| quadriciclo | X | - | - | - | - | - | - | - | - |
| rafting | X | - | - | - | X | X | X | - | X |
| rafting em águas brancas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| rapel, | X | - | X | - | X | - | X | - | - |
| rappel | - | - | - | - | - | X | - | - | X |
| remo | X | X | X | - | - | - | - | - | X |
| salto duplo | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| sandboard, | - | - | - | - | X | - | X | - | - |
| surfe de areia | - | - | - | - | X | - | X | - | - |
| skate, | X | - | X | - | - | - | - | - | - |
| skateboarding, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| skateboard, | - | - | X | - | - | - | - | - | - |
| esqueite | - | - | X | - | - | - | - | - | - |
| skydive | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| skysurfe, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| sky surf, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| skysurfing | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| snorkeling, | - | - | - | - | - | X | - | - | - |
| flutuação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| snowboard | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| stand up[paddle][SUP] | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| surfe, | X | X | X | - | - | - | - | - | X |
| surf | X | - | X | - | - | - | - | - | - |
| tiroleza | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| trekking, | X | -- | X | -- | X | X | X | -- | X |
| caminhada de longo curso, | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|----|---|
| travessia | - | | - | | - | - | - | | - |
| turismo equestre, cavalgada | - | - | - | - | X | X | - | -- | - |
| tur. fora de estrada, tur. fora-de-estrada, fora de estrada, off-road | X | X | X | - | - | - | X | | X |
| ultraleve | - | X | X | - | X | - | X | - | - |
| vela | - | - | X | - | - | - | - | - | X |
| via ferrata | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| voo livre ^{1,2} | - | - | X | - | X | X | X | - | X |
| wakeboard | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| windsurfe, prancha a vela | X | X | X | - | - | - | X | - | X |
| | - | - | X | - | - | - | - | - | - |

A primeira coluna foi destinada aos termos principais organizados em ordem alfabética, acrescidos de suas variantes, e as colunas seguintes destinadas a cada uma das fontes consultadas. Na obra 6, alguns termos não configuravam como entrada, mas eram mencionados dentro do verbete de outro termo e, por isso, foram considerados registrados.

Uma vez apresentado o levantamento da codificação lexicográfica e terminográfica dos termos, passemos à análise dos dados.

6. Análise dos dados

Retomando a observação de Estornell Pons (2013), uma parte do acervo lexical que estamos estudando são palavras assentadas na língua comum e codificadas lexicograficamente, visto que nomeiam esportes e atividades físicas praticadas já há algum tempo.

Verificamos que dos 130 termos levantados (75 termos principais e 55 variantes), 45 deles, aproximadamente 34,6%, estavam registrados em pelo menos uma das três obras de língua geral.⁶

Contrariando nossas expectativas, a porcentagem de registros no caso das obras especializadas na área do turismo continuou praticamente a mesma, com um leve acréscimo. Verificamos que estavam registrados em pelo menos uma das seis obras apenas 46 dos termos levantados, aproximadamente 35,4%. A nosso ver, isso ocorreu porque o subcampo das atividades esportivas e recreativas é apenas um dos componentes do domínio do turismo, dividindo o enfoque das obras especializadas em turismo com termos de outros campos

⁶ Os termos com duas acepções foram contados duas vezes.

nacionais. Isso também nos fez perceber que esse subcampo não tem sido devidamente explorado e atualizado pelas obras do gênero, justificando ainda mais nosso trabalho de levantamento e tratamento dessas unidades.

Dentre os termos não encontrados em nenhuma das obras, estão: *acqua-ride* (*acqua ride*); *base jump*; *big wall* (*escalada em big wall*); *bodyboard*; *bodysurfe* (*bodysurf*); *boulder* (*escalada de bloco, bouldering, escalada em bloco*); *cachoeirismo* (*cascading*); *caiaque surfe*, *surf kayak*; *caiaque turístico* (*kayaktouring*); *canionismo*; *canoagem oceânica* (*caiaque oceânico, seakayak*); *corrida de aventura*; *corrida de orientação* (*orientação*); *duck* (*caiaque inflável*); *escalada artificial*; *escalada em rocha*; *escalada esportiva*; *espeleoturismo* (*caving, cavernismo*); *espeleoturismo vertical*; *hidrospeed*; *kitesurfe*; *le parkour*; *mergulho autônomo recreativo* (*mergulho recreativo, mergulho autônomo turístico*); *mergulho em caverna*; *mergulho noturno*; *muro artificial*; *observação da vida silvestre* (*observação de vida silvestre, observação da vida selvagem*); *observação de aves* (*observação de pássaros*); *observação de baleias*; *paintball*; *salto duplo*; *skateboarding*; *skydive*; *skysurfe* (*sky surf, skysurfing*); *flutuação*; *snowboard*; *stand up*; *tirollesa*; *caminhada de longo curso* (*travessia*); *turismo fora de estrada* (*turismo fora-de-estrada*); *via ferrata*; *wakeboard*.

O fato de mais da metade dos termos não estar registrada nas obras analisadas pode ser atribuído a diferentes fatores: termos que designam atividades de criação mais recente ou atividades de menor interesse turístico; termos provenientes de outras línguas, com diferentes níveis de adaptação, ainda em processo de assimilação pela língua vernácula; variantes menos utilizadas; o critério e *corpora* adotados para a seleção dos termos e, principalmente, a falta deles; termos que designam subtipos de uma atividade, com maior nível de especialização e dificuldade, como é o caso de modalidades especiais de escalada ou mergulho e de atividades mais radicais, o que diminui a chance de serem incluídos tanto em obras de língua geral, que trazem as atividades de modo mais genérico, quanto em obras especializadas em turismo, visto que os turistas, em sua maioria, não são atletas, realizando geralmente atividades de menor risco.

A respeito da ausência de registro lexicográfico, Manzolillo (2001, p. 13) defende que esse “é um fato irrelevante, podendo ou não vir a ocorrer no futuro” e que “a aceitação dos falantes, no entanto, já é um fato real e presente. Saber se um item lexical ‘existe’ não é preocupação primordial dos usuários de um idioma, que, no dia-a-dia, estão mais interessados em comunicar ideias e em transmitir pensamentos”. Sendo assim, embora não estejam

registrados em nenhuma das obras selecionadas, há termos muito frequentes no *corpus* de turismo de aventura e que denominam atividades que já estão bem consolidadas na área do turismo. Vejamos alguns contextos:

As atividades mais ofertadas no país são: Caminhada (oferecida por 741); Rapel (oferecido por 392); Turismo Equestre (oferecido por 342) e **Tirolesa** (oferecida por 308 organizações). Além dessas, foram encontradas 158 ofertantes de **Acqua-ride**/Bóia-cross; 295 que oferecem Arvorismo; 41 de Balonismo; 32 de Bungee Jump; 137 oferecem **Caminhada de Longo Curso**; 227 de **Canionismo/Cachoeirismo**; 208 de Canoagem; 218 de Cicloturismo; 259 oferecem Escalada; 103 oferecem **Espeleoturismo**; 134 oferecem **Flutuação** (incluindo Snorkeling); 157 oferecem **Kitesurfe**; 273 oferecem Mergulho; 247 ofertantes de **Observação da Vida Silvestre**; 117 oferecem Paraquedismo; 123 oferecem Quadriciclo; 248 oferecem Rafting/**Duck**; 171 oferecem Surfe; 249 oferecem **Turismo Fora-de-Estrada** com Veículos 4x4; 93 ofertam **Turismo Fora-de-Estrada** com Bugues; 225 de Voo Livre e 109 oferecem Windsurfe. (BRASIL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA, 2011, p. 39, grifo nosso)

O **Stand up**, por exemplo, atividade que mescla canoagem com surfe, em que o turista rema em pé em cima de uma prancha, tem atraído adeptos no Brasil, principalmente no litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro. (BRASIL; ABETA, 2011, p. 49, grifo nosso)⁷

A **tirolesa** é uma atividade de aventura originária da região do Tirol, na Áustria. Consiste em um cabo aéreo ancorado horizontalmente entre dois pontos, pelo qual o aventureiro se desloca através de roldanas conectadas por mosquetões a uma cadeirinha de alpinismo. Tal atividade permite ao praticante a emoção de voar por vales contemplando belas paisagens. (BRASIL, 2009, p. 41, grifo nosso)

Tanto que as atividades de aventura na natureza são divididas de acordo com os ambientes físicos em que são praticadas. Nos ambientes: terra, sobre um meio estável e curso bidimensional (vertical e horizontal) - skateboard, **snowboard**, mountainbike, esqui acrobático, escalada livre, - água, meio instável e curso bidimensional - surf, **hidrospeed**, rafting, **cascading** - e ar, meio instável e curso tridimensional - rope swing, queda livre em pára-quadras, asa delta, parapente, bungee jump. (BETRÁN; BETRÁN, 2006 apud CÁSSARO, 2011, p. 17).

⁷ Embora não tenha ocorrido em nosso *corpus*, observamos em outras fontes a ocorrência do termo *stand up paddle*, do inglês *stand up paddling*, e de sua forma abreviada *SUP*, que foram introduzidos em nossa lista de termos entre colchetes. O mesmo ocorreu com a sigla *PK*, abreviação de *le parkour*.

À medida que novas atividades ou variações delas vão sendo criadas ou trazidas de outros países para o Brasil, ocorrendo geralmente o segundo caso, esse acervo terminológico se renova e amplia.

Conforme observa Alves (2006, p. 32), “de maneira geral, a renovação lexical – ou neologia terminológica (6) – nos domínios de especialidade segue os mesmos processos que presidem à formação de palavras no léxico geral, não-especializado”.⁸ Sendo assim, “de maneira análoga aos neologismos da língua geral, os neologismos terminológicos são formados pelos processos vernaculares da derivação, da composição, da transferência semântica, das formações sintagmáticas, da redução e pelo empréstimo de outros idiomas” (ALVES, 2006, p. 32). O conjunto terminológico aqui analisado comprova a observação de Alves (2006), pois nele identificamos variados processos de formação de termos.

Visto que a análise que faremos desses processos não está estruturada em forma de tópicos específicos, mas construída de forma contínua, em que um aspecto entrelaça-se e leva a outro, apresentamos, na sequência, as questões que se destacaram e serão examinadas adiante: empréstimos de outros idiomas, notadamente os anglicismos; as variações decorrentes da entrada de empréstimos; criação em língua vernácula a partir de formantes estrangeiros; a produtividade do sufixo *-ismo*; criação de termos a partir da palavra *turismo* e dos adjetivos *turístico* ou *recreativo*; processos metonímicos e processos sintagmáticos.

Em relação à primeira questão, iniciemos com a diferenciação entre empréstimo externo e interno feita por Alves (1995, p. 319-320): o primeiro é o “empréstimo de termo de uma outra língua”, e o segundo, “o empréstimo efetuado no âmbito de uma mesma língua, por meio da passagem desse termo a um outro domínio, a um outro registro de língua, ou ainda da língua geral a uma língua de especialidade”. No conjunto terminológico sob estudo, ocorreram apenas os empréstimos do primeiro tipo.

Assim como em outros domínios de especialidade, a adoção de empréstimos externos, principalmente da língua inglesa, é um traço marcante da terminologia do turismo e ocorre de forma algo especial no campo das atividades esportivas e recreativas. Moreira (2010, p. 513), em seu estudo para criação de uma base de dados terminológica do turismo em português europeu e inglês, constatou que “a grande maioria dos empréstimos, na sua quase totalidade anglicismos, surgem, sobretudo, no campo temático ‘Actividades desportivas e recreativas’”.

⁸ O número (6) refere-se a uma nota feita por Alves (2006, p. 34) na qual informa que o neologismo terminológico é chamado de neônimo por Rondeau (1984, p. 121) e de neotermo por Boulanger (1989, p. 202).

Nossos dados corroboram os dois apontamentos feitos por Moreira (2010). De fato, no campo das atividades ocorrem muitos empréstimos, e destacam-se aqueles provenientes da língua inglesa, observando-se variados graus de adaptação morfológica e/ou fonológica. As exceções são: *le parkour* e *rappel*, do francês, e *via ferrata*, do italiano.

Em nosso *corpus*, observamos a ocorrência de termos incorporados sem qualquer alteração morfológica, tais como *hiking*, *snorkeling*, *trekking*, *rafting*, *le parkour*, *via ferrata*. Também observamos que, ao serem incorporados, vários termos emprestados do inglês tem o sufixo *-ing* suprimido, como em: *base jump*, *boulder*, *stand up [paddle]*, *body-board (bodyboard)*, *sandboard*, *wakeboard*, *jet ski*, *bungee jump*, *mountain bike*, *skate*. E outros termos já sofreram adaptações parciais à língua portuguesa, tais como *bodysurfe*, *kitesurfe* e *windsurfe*, em que o primeiro elemento preserva a forma e pronúncia da língua inglesa, e o segundo elemento passa por um processo de adaptação morfológica e fonológica; e outros foram totalmente adaptados, tais como *surfe*, *esqui* e *rapel*.

Maia (1975 apud FERREIRA, 1975, p. vii), ao prefaciar o Dicionário Brasileiro de Turismo, já apontava o Turismo como uma “área em que a velocidade de ingresso de novos termos tende a exceder a capacidade de absorção e transformação de nossa língua”. Carvalho (2009, p. 80) aborda essa relação velocidade *versus* capacidade de absorção, explicando que “a cunhagem de um novo termo demanda tempo e interesse, enquanto a adoção é instantânea”. Segundo o prognóstico de Maia (1975 apud FERREIRA, 1975), com o passar do tempo, os neologismos diversos ou encontrariam substituto natural na língua portuguesa de uso corrente ou permaneceriam como vieram, aportuguesados pelo emprego continuado.

Uma hipótese, entretanto, não exclui necessariamente a outra, e nesse processo observa-se a concorrência, em diferentes graus e formas, entre o(s) termo(s) emprestado(s) sem adaptações, o(s) termo(s) criado(s) em língua vernácula e o(s) termo(s) a ela adaptado(s) ou traduzido(s). Os exemplos no *corpus* são abundantes e variados: *espeleoturismo/cavernismo* e *caving*; *canionismo* e *canyoning*; *caiaque oceânico/canoagem oceânica* e *seakayak*; *caiaque surfe* e *surf kayak*; *caiaque turístico* e *kayaktouring*; *duck* e *caiaque inflável*; *snorkeling* e *flutuação*; *windsurfe* e *prancha a vela*; *parapente* e *paraglider/paragliding*; *caminhada* e *hiking*; *caminhada* e *trekking*; *boulder/bouldering* e *escalada de bloco/escalada em bloco*; *sandboard* e *surfe de areia*; *skate/skateboarding/skateboard* e *esqueite*; *turismo fora de estrada/turismo fora-de-estrada/fora de estrada* e *off-road/off road*; *body-board/bodyboard/bodyboarding*; *mountain bike/mountain biking*.

Esse movimento contínuo de entrada de termos estrangeiros, adaptações (parciais, totais) e/ou traduções traz como resultado um conjunto terminológico marcado pela variação (ortográfica, lexical etc). No caso dos anglicismos, isso decorre tanto do processo de assimilação pela língua portuguesa (com ou sem *-ing*) quanto da variação ortográfica existente na própria língua inglesa (com hífen, sem hífen ou justaposição sem hífen).

A influência da língua inglesa se faz presente até mesmo no processo de criação autóctone. Vejamos os casos de *acqua-ride*, *boia-cross* e *cascading*. Em um primeiro momento, pensamos tratar-se de termos de origem inglesa. Contudo, essas unidades não foram encontradas no *Corpus* de Turismo de Aventura em Inglês (CTAI) e tampouco em dicionários de língua inglesa. Verificamos, a posteriori, que os termos *acqua-ride* e *boia-cross*, frequentemente usados como sinônimos, designam uma atividade tipicamente brasileira, originada da prática de descer rios em câmaras de ar de pneus, hoje já realizada com equipamentos especiais. Embora se trate de termos que designam uma atividade muito praticada no turismo de aventura, a primeira forma não está registrada em nenhuma das obras consultadas, e a segunda aparece em apenas duas das seis obras especializadas em turismo.

O **Bóia-Cross**, também conhecido como “*acqua ride*”, surgiu na década de 1970 no Brasil com a velha brincadeira de descer um rio com correnteza em câmaras de ar de pneus de automóveis. (FIGUEIREDO; CAMPOS, 2007, p. 109, grifo nosso)

No **bóia-cross** este participante deverá ter as pernas cruzadas à frente (posição de índio), no **Acqua-ride**, o participante deverá deitar-se de bruços e manter as pernas dentro d’água, mantendo a estabilidade da bóia. (BRASIL, 2009, p. 69, grifo nosso)

O outro termo, *cascading*, designa uma atividade também conhecida como *cachoeirismo*, que consiste em fazer rapel em uma cachoeira. O termo *cascading*, formado a partir da junção da palavra *cascade* com o sufixo inglês *-ing*, não foi encontrado no CTAI e tampouco em dicionários de língua inglesa, levando-nos a conclusão de que, apesar da aparência anglófona, trata-se também de um termo criado no Brasil. Apesar disso, verificamos que os termos *cascading* e *cachoeirismo* não estão registrados em nenhuma das obras consultadas, mesmo o segundo sendo formado por meio do sufixo *-ismo*, muito produtivo em língua portuguesa para formar palavras que designam atividades físicas.

Embora nosso foco seja a língua portuguesa, comentemos um caso semelhante referente à língua espanhola. Para se referir à atividade em que o participante salta de uma ponte preso pelos pés a uma corda elástica, em inglês *bungee jumping*, em português *bungee jump*,

encontramos com grande frequência no *Corpus* de Turismo de Aventura em Espanhol (CTAE) o termo *puenting*, um hibridismo formado pela junção da palavra espanhola *puente* com o sufixo inglês *-ing*. A título de curiosidade, mencionemos que em algumas obras, como o Dicionario Panhispánico de Dudas da Real Academia Española (2005) e o dicionário online Clave, condena-se o uso do hibridismo *puenting*, apontado como desnecessário, recomendando-se a adaptação patrimonial *puentismo*, formado por meio do sufixo *-ismo*.

O sufixo *-ismo* também é muito produtivo na formação de palavras que denominam as atividades físicas em língua portuguesa. Dentre os termos formados por ele e registrados tanto nas obras de língua geral quanto nas especializadas, citamos: *alpinismo*, *balonismo*, *ciclismo*, *montanhismo* e *paraquedismo*, todos relativos a atividades mais tradicionais. Também foram encontrados no *corpus* os termos *arvorismo* (*arborismo*), *canionismo*, *cavernismo* e *cachoeirismo*, este último já comentado. Interessante notar que o termo *arvorismo* (*arborismo*), referente à locomoção por percursos instalados em árvores e outras estruturas altas, apesar de muito frequente no CTAP, está registrado em apenas uma das obras de língua geral, não tendo registro em nenhuma das seis obras de turismo analisadas. Os termos seguintes, *canionismo* e *cavernismo*, a exemplo de *cachoeirismo*, também não apresentam registro em nenhuma das obras verificadas, o que reforça o caráter de novidade dessas unidades. A primeira atividade, *canionismo*, consiste em seguir o percurso traçado por um curso d'água no interior de um cânion sem uso de embarcação e com transposição de obstáculos horizontais e verticais, a segunda, *cavernismo*, refere-se a atividades de observação e recreação desenvolvidas em cavernas.

Essa segunda atividade também pode ser designada pelo termo *espeleoturismo*, no qual podemos observar outro processo de formação cada vez mais recorrente no domínio do Turismo. Esse termo é formado a partir do lexema base *turismo* acrescido do formante culto *espeleo-* (caverna). Para destacar o caráter de novidade desse termo, recorreremos novamente a um exemplo da língua espanhola. Em espanhol, o termo *espeleología*, encontrado no CTAE, é usado para se referir tanto ao estudo científico quanto à prática de exploração de cavernas, vejamos a definição de *espeleología* no dicionário online Clave:

espeleología

1 Deporte que consiste en la exploración de cavidades naturales subterráneas: *He comprado unas cuerdas especiales para practicar espeleología.*

2 Ciencia que estudia La naturaleza, origen y formación de las cavernas, así como su fauna y su flora: *La espeleología estudia las cavidades naturales de la superficie terrestre.*

Em português, apesar de dispormos do termo *espeleologia* para nos referirmos ao estudo científico, no âmbito do Turismo, foi criado um termo novo, *espeleoturismo*, para se referir à vertente com fins recreativos, dando-lhe ênfase enquanto um produto turístico. Vejamos as definições desses termos:

espeleologia

1 Rubrica: geologia.

estudo da formação e constituição de grutas e cavernas naturais; espeologia, espeluncologia. (HOUAISS, 2009)

espeleoturismo: Atividades desenvolvidas em cavernas, oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006, p. 1)

Outro termo formado pelo mesmo processo e motivação é *cicloturismo*, a partir do lexema base *turismo* acrescido do formante culto *ciclo*. Também se trata de um termo criado no âmbito do turismo, apesar da existência do termo *ciclismo*. Comparemos as definições:

ciclismo

1 arte ou exercício de andar de bicicleta como meio de locomoção ou como passatempo (HOUAISS, 2009)

Atividades ciclísticas - percurso em vias convencionais e não convencionais em bicicletas, também denominadas de cicloturismo. (BRASIL, 2009, p. 34)

cicloturismo: atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta [...] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2007, p. 2).

O termo *espeleoturismo* não está registrado em nenhuma das obras, e *cicloturismo* está registrado em apenas uma obra especializada.

Nessa mesma linha, encontram-se os termos *turismo fora-de-estrada* e *turismo equestre*, com a diferença de serem formados por um processo sintagmático, tendo como núcleo a palavra *turismo*.

Foram encontradas no *corpus* as formas: *fora de estrada*, *off road*, *turismo-fora-de-estrada* e *turismo fora de estrada*. Nas obras consultadas, foram encontradas apenas as formas *fora de estrada* e *off-road*:

fora de e.

Regionalismo: Brasil.

que ou o que foi projetado para andar fora das estradas (diz-se de veículo automotor) (HOUAISS, 2009)

off-road

adjetivo de dois gêneros e dois números e substantivo masculino de dois números

Rubrica: automobilismo.

ver fora de estrada (HOUAISS, 2009)

A forma *turismo fora-de-estrada* (com e sem hífen) foi encontrada apenas no *corpus*, com um sentido mais especializado:

turismo fora-de-estrada: Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não-convencionais com veículos automotores. NOTA O percurso pode incluir trechos em vias convencionais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006, p. 1).

O mesmo ocorre com o termo *turismo equestre*, encontrado no *corpus* e registrado apenas em duas das obras de turismo:

turismo eqüestre

atividade turística oferecida comercialmente, onde o eqüino ou muar é o meio de transporte e um dos principais atrativos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a, p. 2)

No que se refere às atividades de Turismo de Aventura podem ocorrer no contexto de outros segmentos agregando-lhes atratividade e valor ao produto. Exemplificando: caminhadas, **turismo equestre** (passeios a cavalo), cicloturismo, arborismo podem fazer parte tanto do Turismo Rural, do Ecoturismo e do Turismo de Aventura. (BRASIL, 2010b, p. 63, grifo nosso)

Cavalgadas

Percursos em vias convencionais e não convencionais em montaria, também tratadas de **Turismo Equestre**. (BRASIL, 2010b, p. 18, grifo nosso)

Antes de passarmos para o próximo caso, é interessante notar que os termos *off-road* e *fora-de-estrada* são adjetivos usados com valor substantivo. Ao termo *fora-de-estrada*, posteriormente, foi acrescido o substantivo *turismo*, formando o termo sintagmático *turismo fora-de-estrada*. Geralmente, costuma ocorrer o contrário: o substantivo é suprimido e o adjetivo que o determina, por um processo de conversão (derivação imprópria), passa a ser

usado na função de substantivo, como exemplifica Manzolillo (2001, p. 16): “jogar na *esportiva* equivale a jogar na *loteria esportiva*”.

Outro processo recorrente para se enfatizar o caráter lúdico de uma atividade é o acréscimo dos adjetivos *recreativo* ou *turístico* ao termo que a designa, como é o caso do termo *mergulho autônomo* (mergulho praticado com o auxílio de equipamentos que permitem a respiração submersa) e *caiaque* (percurso aquaviário em embarcação, geralmente fechada, em que o turista permanece sentado e utiliza remo de duas pás). No *corpus*, encontramos esses termos acrescidos dos adjetivos citados. Vejamos:

As normas internacionais para **mergulho autônomo recreativo** especificam três níveis de treinamento e certificação de mergulhadores autônomos e dois níveis de treinamento e certificação de instrutores de mergulho autônomo. (BRASIL, 2008b, p. v, grifo nosso)

Como lazer, o **mergulho recreativo** (com usos de equipamentos de respiração autônoma) é praticado no Brasil há mais de 30 anos e foi trazido por interessados que faziam cursos em outros países. (BRASIL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA, 2011, p. 52, grifo nosso)

mergulho autônomo turístico (produto turístico): produto em que a atividade principal é o mergulho autônomo e o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2007, p. 3, grifo do autor).

Há uma diversidade de atividades na modalidade de canoagem. Entre elas o caiaque oceânico (seakayak) ou **caiaque turístico** (kayaktouring), para se realizar viagens de um dia ou mais, tanto em águas abrigadas ou abertas. (BRASIL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA, 2011, p. 48, grifo nosso)

Seja por estratégia de marketing ou pela necessidade de dar um diferencial a uma atividade já existente, destacando-a como um produto turístico, a formação de termos a partir da palavra *turismo* ou dos adjetivos *recreativo* ou *turístico* é cada vez mais recorrente na área do Turismo, e isso também é observado em outras línguas: em espanhol, *cicloturismo*; *turismo ecuestre*; *buceo recreativo*, *buceo de recreo*; *piragüismo recreativo*, *piragüismo turístico*, *piragüismo de recreo*; em inglês, *recreational caving*; *cycletouring*, *recreational biking*, *recreational cycling*, *cycletourism*; *off-road tour*; *equestrian tourism*, *horse riding tourism*,

*recreational horseriding, recreational horseback riding; recreational scuba diving, recreational diving.*⁹

Segundo Manzolillo (2001, p. 17), “muitas vezes, a novidade – seja ela de que tipo for – não surge para nomear um referente inédito. Um sinônimo pode ser criado – ou adotado – justamente para que se possam vencer os desgastes naturais das palavras, comunicando velhas coisas de novas maneiras”.

Outro traço característico dessa terminologia, também assinalado por Estornell Pons (2013, p. 37), refere-se ao fato de certas atividades serem designadas pelos mesmos termos que nomeiam o equipamento utilizado para sua prática, ou seja, por meio de um processo metonímico. No *corpus*, temos os casos de: *arco e flecha, asa-delta, canoa, caiaque, duck, esqui, jet ski, muro artificial, parapente, prancha a vela, quadriciclo, remo e ultraleve*. Vejamos um contexto e definição do termo *parapente*:

Quanto às atividades de Turismo de Aventura realizadas no ar, podem ser exemplificadas por intermédio do pára-quedismo, do **parapente**, do balonismo, do **ultraleve**, da **asa delta**, entre outras. (WIDMER et al., 2010, grifo nosso)

parapente

1 aparelho esportivo idealizado de uma mistura de asa-delta e paraquedas, com o qual se salta de uma elevação para descer planando

2 Derivação: por metonímia.

esporte praticado com esse aparelho (HOUAISS, 2009)

Os domínios de especialidade caracterizam-se também pela criação de termos de tipo sintagmático, “produção neónímica com base em oposições distintivas entre unidades terminológicas que têm como lexema-base um hiperônimo (termo mais genérico)” (BARROS, 2004, p. 101). Segundo Alves (2006, p. 33), essas formações têm significado em geral transparente, constituindo segmentos de frase que se lexicalizam e tornam-se novas unidades do léxico e tendem a seguir uma estrutura em que um termo determinado é expandido por um adjetivo ou sintagma preposicional também passível de ser expandido.

Esse é o caso, por exemplo, dos termos formandos a partir do lexema-base *observação*, tais como: *observação da vida silvestre (observação de vida silvestre, observação da vida*

⁹Piragüismo (canoagem), buceo (mergulho), caving (espeleoturismo, cavernismo), cycling/biking (ciclismo), horse riding (passeio a cavalo), off-road (fora-de-estrada), scuba diving (mergulho autônomo).

selvagem, observação de fauna e flora), observação de aves (observação de pássaros)¹⁰ e observação de baleias. Abaixo seguem contextos de ocorrência desses termos:

3.17 Observação da Vida Silvestre

Prática de observar uma área natural ou especificamente algum ou alguns de seus elementos como as aves e os mamíferos. [...] A crescente conscientização ecológica, que implica a preservação de áreas naturais, propicia o fomento dessa atividade de observação, cujas subdivisões são: **observação de aves** (birdwatching ou birding), **observação de baleias** (whalewatching) [...] (BRASIL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA, 2011, p. 67)

O cenário propicia um ambiente ideal para o Ecoturismo e o Turismo de Aventura, podendo ser desenvolvidas atividades diversas, como a **observação de pássaros**, trilhas, acampamento e atividades náuticas. (BRASIL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA, 2011, p. 114)

Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 81), a tendência à composição sintagmática é um traço peculiar às terminologias. Para delimitar um termo sintagmático é importante conhecer os critérios¹¹ que podem ser utilizados e combinados para diferenciar desde um simples segmento de frase até um segmento frásico lexicalizado, que, segundo Alves (1999, p. 73), “[...] se tornou (ou está se tornando) um novo termo”. Dentre eles, os que nos auxiliaram na identificação dos termos acima foram principalmente: a frequência de coocorrências, conforme pode ser observado nas linhas de concordância expostas na Fig. 1, e a existência de uma definição especializada, conforme pode ser observado no contexto definatório do termo *observação da vida silvestre* (também definido em uma das seis obras de turismo analisadas na pesquisa). Segundo Barros (2004, p. 103; 105), esses são alguns dos critérios que podem ser usados para avaliar o grau de lexicalização de um termo sintagmático.

Em nossa pesquisa, notamos que grande parte dos termos sintagmáticos, que expressam geralmente um conceito mais especializado, não estava registrada nas obras consultadas, tais como os termos formados a partir dos lexemas-base *escalada, mergulho, caiaque* etc. Como já consignamos, quanto maior o grau de especialidade, menor a probabilidade de estarem

¹⁰Pássaro é definido como “ave pequena; passarinho [...] design. comum às aves da ordem dos passeriformes” (HOUAISS, 2009). Portanto, o termo *observação de aves* é mais abrangente do que *observação de pássaros*, este último apenas com uma ocorrência no *corpus*. Entretanto, o termo foi selecionado, pois, pensando-se na elaboração de um dicionário especializado, julgamos importante fazer essa distinção ao leitor.

¹¹ Para um estudo mais detalhado desses critérios, consultar Alves (1999) e Barros (2004).

registrados em obras de língua geral ou mesmo em obras especializadas em turismo, visto que os turistas, em sua maioria, praticam atividades de menor risco e complexidade.

7. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar um conjunto de termos que designam atividades esportivas e recreativas desenvolvidas no turismo de aventura no que se refere à inovação lexical nesse domínio, tendo com um dos parâmetros norteadores a verificação de seu registro em dicionários de língua geral e especializados, buscando também oferecer um panorama geral dessa terminologia. Observamos que mais da metade dos termos analisados não estava registrada nas obras de língua geral e que, contrariando nossas expectativas, essa quantidade permaneceu praticamente a mesma, com um leve acréscimo, em relação às obras especializadas em turismo, fato que atribuímos a vários fatores: alto nível de especialização dos termos, critério de seleção para seleção dos termos e *corpus* utilizado, velocidade de criação de termos, termos emprestados de outras línguas e em processo de assimilação pela língua vernácula, dentre inúmeros outros. Contudo, a verificação da existência ou ausência de registro do termo não foi o ponto central, mas apenas um subsídio para demonstrar a dinamicidade desse acervo terminológico e o intenso movimento de renovação e ampliação lexical existente nessa área. Dentre os processos de renovação lexical observados, destacamos o empréstimo externo, notadamente aqueles provenientes da língua inglesa; criações em língua vernácula a partir de formantes da língua inglesa; a produtividade do sufixo *-ismo*; a criação de termos a partir do lexema-base *turismo* e dos adjetivos *turístico* ou *recreativo*, como forma de dar uma nova aparência a um conceito já existente; processos metonímicos, por meio dos quais designa-se a atividade com o nome do equipamento usado para praticá-la e processos sintagmáticos, por meio da lexicalização de segmentos de frases que designam conceitos específicos dentro de um domínio de especialidade.

Referências bibliográficas

ALVES, I. M. Empréstimos nas línguas de especialidade: algumas considerações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995, pp. 319-321.

_____. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. **Palavra**. Rio de Janeiro: Grypho, 1999, v. 5, pp. 69-80.

_____. A renovação lexical nos domínios de especialidade. **Cienc. Cult.** [online]. 2006, vol.58, n.2, pp. 32-34.

ARAGÓN COBO, M.; EURREUTIA CAVERO, M.; PLANELLES IBÁÑEZ, M. El lenguaje del turismo. In: ALCARAZ VARÓ, E.; MATEO MARTÍNEZ, J.; YUS RAMOS, F. (eds.). **Las lenguas profesionales y académicas**. Barcelona: Ariel, 2007. p. 233-245.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15399**: Turismo de aventura – Condutores de espeleoturismo de aventura – Competências de pessoal. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **NBR 15500**: Turismo de aventura - Terminologia. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **NBR 15507-1**: Turismo equestre – Parte 1: Requisitos para produto. Rio de Janeiro, 2008a.

_____. **NBR ISO 24803**: Serviços de mergulho recreativo – Requisitos para prestadores de serviços de mergulho autônomo recreativo. Rio de Janeiro, 2008b.

BARBOSA, M. A. **Língua e discurso**: contribuição aos estudos semântico-sintáticos. São Paulo: Global, 1978.

BARROS, L. A. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

BERBER SARDINHA, Tony. Usando Wordsmith Tools na investigação da linguagem. **DIRECT Papers 40**, 1999. Disponível em: <<http://www2.lael.pucsp.br/direct/DirectPapers40.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

BETRÁN, A. O.; BETRÁN, J. O. Propuesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los criterios elegidos In.: **Dossier Las Actividades Físicas de Aventura en la Naturaleza**: análisis sociocultural. Apunts: Educación Física y Deportes, Barcelona: Institut Nacional d'Educación Física de Catalunya, n. 41, p. 5-8, jul. 1995.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normatização e certificação em turismo de aventura**: relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

_____. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Turismo Acessível**: bem atender no turismo de aventura adaptada. Volume IV. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

_____. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

_____; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. **Relatório de Impactos do Programa Aventura Segura**. Belo Horizonte: ed. dos autores, 2011.

BUCKLEY, R.; UVINHA, R. R. **Turismo de Aventura: Gestão e Atuação Profissional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2009.

CÁSSARO, E. R. **Atividades de aventura: aproximações preliminares na rede municipal de ensino de Maringá**. Especialização em Educação Física. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

CLAVE. **Diccionario de uso del Español actual**. Disponível em: <<http://clave.sm.diccionarios.com/app.php>>. Acesso em: 26 set. 2015.

ESTORNELL PONS, M. Aproximación al léxico del turismo activo: codificación lexicográfica, formación y variación denominativa. **Revista de estudios lingüísticos hispánicos**, 2013, n. 3, p. 33-35.

FUNOLLET, F. Propuesta de clasificación de las actividades deportivas en el medio natural. **Apunts– Educación física y deportes**, 1995, n. 41, p. 124-129.

FERREIRA, F. L. V. **Dicionário Brasileiro de Turismo**. Rio de Janeiro: Colorama, 1975.

FIGUEIREDO, J. de P. **Atitudes de condutores de atividades de aventura e a perspectiva de disseminação da sensibilização ambiental**. 154 f.: il., gráfs., tabs., fots. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2012.

FIGUEIREDO, L. G. B.; CAMPOS, J. G. C. **Turismo de esportes e aventura: livro didático**. 3. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2003.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. Aleph: São Paulo, 2012.

MANZOLILLO, V. C. de O. Acerca da dinamicidade lexical. **SOLETRAS**, ano I, n. 02. São Gonçalo: UERJ, jul./dez. 2001.

MAIA, O. L. Prefácio. In: FERREIRA, Fernando Luiz Vieira. **Dicionário Brasileiro de Turismo**. Rio de Janeiro: Colorama, 1975.

MOREIRA, A. C. dos S. **Terminologia e tradução**: criação de uma base de dados terminológica do turismo baseada num *corpus* paralelo português-inglês. Tese de doutorado. 2010. Universidade de Vigo, Departamento de Tradución e Lingüística, Facultade de Filoloxía e Tradución.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario Panhispánico de Dudas**. Madrid: Santillana, 2005. Disponível em: <<http://www.rae.es/recursos/diccionarios/dpd>>. Acesso em: 01 out. 2015.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **Comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

TAGNIN, S. E. O. **Os corpora**: Instrumentos de auto-ajuda para o tradutor. Cadernos de Tradução, Florianópolis, 2002, v.09, p.191-213.

TUBINO, M. J. G.; TUBINO, Fábio Mazon; GARRIDO, F. A. C.. **Dicionário enciclopédico Tubino do esporte**. Rio de Janeiro: Senac, 2007.

WIDMER, G. M.; MELO, A. J. de S.; KÖRÖSSY, N.; CORDEIRO, I. **As Normas Técnicas da ABNT sobre Turismo de Aventura**. VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP.

Artigo recebido em: 30.09.2015

Artigo aprovado em: 23.12.2015